

Virginia Célia Cavalcante Holanda
Francisco Clébio Rodrigues Lopes
Wellington Galvão Alves

DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANIZAÇÃO E CIDADES



2020



IV FORUM BRASILEIRO DO SEMIÁRIDO



Profa. Dra. Lídia Lacerda Caldeira



DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANIZAÇÃO E CIDADES

2

Virgínia Célia Cavalcante Holanda
Francisco Clébio Rodrigues Lopes
Wellington Galvão Alves



2020
Sobral, Ceará

2020 - by Virgínia Célia Cavalcante Holanda, Francisco Clébio Rodrigues Lopes; Wellington Galvão Alves. Direitos reservados ao IV Fórum Brasileiro do Semiárido e Grupo de Pesquisa e Extensão do Semiárido/CNPq

IV FÓRUM BRASILEIRO DO SEMIÁRIDO

Grupo de Pesquisa e Extensão do Semiárido/Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Ciências Humanas/CCH.

Av. John Sanford, 1845 – Campus Junco, Sobral/CE

CAPES – CNPq – FUNCAP

Coordenação do IV Fórum Brasileiro do Semiárido

Prof. Dr. José Falcão Sobrinho

**UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ-UVA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA-PROEX**

Prof. Dr. Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Conselho Científico

Adriana Campani, Ana Paula Pinho Pacheco Gramata, Antonia Vanessa Silva Freire Moraes, Ximenes, Caroline Vitor Loureiro, Cristiane Saboia Barros, Emerson Ribeiro, Emilio Tarlis Mendes Pontes, Ernane Cortez Lima, Francisco Clebio Rodrigues Lopes, Francisco Nataniel Batista de Albuquerque, Gerson Luiz Apoliano Albuquerque, Luiz Antônio Araújo Gonçalves, Glauciana Alves Teles., Jander Barbosa Monteiro, José Falcão Sobrinho, Juliana Maria Oliveira Silva, Juscelino Chaves Sales, Lucas Pereira Soares, Luciene Vieira de Arruda, Patrícia Vasconcelos Frota, Raimundo Lenilde de Araújo, Sandra Maria Fontenele Magalhães e Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação Sistema de Bibliotecas

Holanda, Virgínia Célia Cavalcante

Desenvolvimento regional, urbanização e cidades / Virgínia Célia Cavalcante Holanda, Francisco Clébio Rodrigues Lopes e Wellington Galvão Alves. -- Sobral: PROEX/UVA, 2020.

230p.

ISBN: 978-65-992869-5-7

Grupo de Pesquisa e Extensão do Semiárido/CNPq

1. Desenvolvimento. 2. Cidade. 3. Urbanização.
I. Lopes, Francisco Clébio Rodrigues. II. Alves, Wellington Galvão. III. IV Fórum Brasileiro do Semiárido. IV. Título.

CDU 363.7

Capa e Editoração: Éder Oliveira

As informações, citações e a revisão textual são de responsabilidade exclusiva dos autores

Apresentação

O IV Fórum Brasileiro do Semiárido é um evento realizado desde o ano de 1999, estando em sua 4ª edição, promovido pela Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA, é organizado por um grupo de pesquisadores vinculados às instituições de ensino superior que investigam e desenvolvem trabalhos na área de pesquisa e extensão no semiárido. O Grupo de Pesquisa e Extensão do Semiárido (CNPq) lidera a iniciativa, contando com a participação colegiada do curso do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UVA.

O evento reservou como tema principal “**Educação, Tecnologias e Técnicas de Convivência no Semiárido**” e reuniu profissionais de todo o país que se dedicam à pesquisa no ambiente semiárido e atuam nas áreas do ensino, pesquisa e extensão em instituições públicas, privadas e organizações governamentais e não governamentais.

A discussão do tema proposto possibilitou a difusão do conhecimento do semiárido em uma perspectiva de integração natureza e sociedade, estimulando a articulação e a troca de ideias, informações, experiências e conhecimentos entre os participantes do Fórum, formado por geógrafos, agrônomos, biólogos, engenheiros, geólogos e pedagogos, professores, pesquisadores, acadêmicos e profissionais das demais áreas voltadas para a temática do semiárido a nível nacional e internacional.

A realização do Fórum, em área encravada no ambiente semiárido, e, em meio as instituições que desenvolvem tecnologias voltadas ao semiárido, é, também, uma oportunidade para divulgação das pesquisas, ações relacionadas às técnicas e a conservação da natureza desse ambiente, com foco em suas potencialidades, limitações e fragilidades, sem perder o foco do contexto cultural que emerge na dinâmica da realidade da região Nordeste.

Neste contexto resultou a presente obra, Desenvolvimento Regional, Urbanização e Cidades, reunindo pesquisas que tratam de aspectos teóricos, metodológicos e estudos específicos sobre a dinâmica urbana no contexto do ambiente semiárido, além de ações extensionistas nos diversos olhares. Contudo a primazia recai no desenvolvimento natural e fortalecimento dos aspectos culturais que circundam no ambiente semiárido.

O livro propicia a promoção da discussão de temas concernentes ao desenvolvimento da dinâmica urbana por meio dos agentes de divulgação/promoção do conhecimento, das aplicações de práticas educativas e inovadoras na condução de pesquisas e a extensão de ações sobre a realidade do ambiente.

Prof. Dr. José Falcão Sobrinho
Coordenador do IV FBSA

Prefácio

A relação entre capitalização e urbanização avançou em todo o mundo e a cidade se tornou meio, condição e produto da valorização. Dessa forma, a urbe é tanto lócus da produção e do consumo como mercadoria a ser consumida. Elementos universais dessa relação se reproduziram simultaneamente em localidades de diferentes tamanhos demográficos, portanto o desafio metodológico é avançar do singular ao particular.

Reunimos vinte artigos que tratam de aspectos teóricos e estudos de caso sobre a dinâmica urbana no semiárido nordestino tais como industrialização, poluição sonora, precarização do trabalho, planejamento, comércio, segregação, espaços públicos, etc.; A presença dessas problemáticas em espaços não metropolitanos evidencia a generalização de objetos e valores da sociedade urbana, bem como mudanças nas funções, rede e criação de novas centralidades. Passaremos a uma síntese dos trabalhos.

O primeiro “A poluição sonora no município de Sobral-CE: uma questão de Educação Ambiental (EA)” levanta as percepções sobre os impactos da poluição sonora no cotidiano dos sobralenses e aponta a EA como possibilidade de mitigação da problemática.

O segundo trabalho “As dinâmicas socioeconômicas e produtivas da empresa calçadista Paquetá no município de Itapajé/CE” trazem uma análise sobre a reestruturação territorial e produtiva do setor calçadista e suas consequências numa localidade no interior do estado cearense.

A produção de paisagens em virtude do desmonte das relações trabalhistas e das novas práticas de consumo é objeto de estudo em “A precarização do trabalho na paisagem urbana”.

O quarto trabalho “Análise do desenvolvimento municipal no Rio Grande do Norte” realiza um estudo sobre Natal, Parnamirim, Mossoró, Pau dos Ferros e Caicó com base em variáveis sociais e financeiras do Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal.

“Avaliação dos preços dos alimentos enlatados dos supermercados de Fortaleza/CE” traz os resultados de uma investigação sobre a relação entre preço de produtos em supermercados e a renda nominal média de bairros da capital cearense.

O trabalho “Cidades sustentáveis no semiárido brasileiro: os desafios para a sustentabilidade no município de Mossoró/RN”, analisa Mossoró a partir dos preceitos de cidade sustentável contidos no ODS 11 da Agenda 2030 e destaca os entraves à adoção de um modelo de sustentabilidade urbana e indica possibilidades de caminhos.

O sétimo é “Comércio de confecções e serviços no espaço urbano de Fortaleza: dinâmica econômica e socioespacial do Centro *Fashion*” que aborda o papel da nova estrutura comercial na regulação do espaço urbano do Centro da capital, pois implica na mobilidade de consumidores.

Estudar o comportamento de variáveis climáticas na área urbana de Mossoró/RN com a finalidade de verificar a influência da arborização no conforto térmico humano é o tema de

“Comportamento da temperatura e umidade do ar em residências do Mossoró/RN, semiárido nordestino”.

Uma análise sobre o papel do Projeto Paulo Freire na consolidação das associações comunitárias na zona rural de Mucambo/CE é realizada em “Contribuições do projeto Paulo Freire para o fortalecimento das associações comunitárias no campo em Mucambo – CE”.

O décimo “De Fazenda Caiçara a polo industrial: uma análise do processo de urbanização e seus impactos ambientais no município de Sobral/CE” aborda as transformações ocorridas desde a formação da cidade até os dias atuais com destaque para os efeitos da urbanização na mudança de temperatura, poluição e assoreamento do rio Acaraú.

“Desenvolvimento urbano em Sobral/CE: o caso do corredor terciário Monsenhor Aloísio Pinto” realiza um estudo na área da geografia urbana sobre a dinâmica do espaço comercial e de serviços na cidade de Sobral.

Uma análise sobre as ações de revitalização aplicadas em espaços públicos coletivos sofridos com a problemática dos resíduos sólidos urbanos no município de Sobral é objeto de “Estratégias de intervenção urbana na redução do acúmulo de resíduos sólidos públicos em espaços coletivos”.

O décimo terceiro trabalho aborda a industrialização no eixo da Avenida Francisco Sá, na cidade de Fortaleza, capital cearense, com o intuito de apresentar as motivações dessa localidade ter se tornado um polo industrial em “Industrialização e urbanização na zona industrial da Av. Francisco Sá”.

“Novo beco da poeira e seu papel no circuito inferior da economia e na requalificação do Centro de Fortaleza” analisa a refuncionalização da primeira fábrica têxtil, a Thomaz Pompeu Têxtil, em espaço de comercialização e a sua importância no circuito inferior da economia e na requalificação do centro da capital cearense.

Um estudo historiográfico sobre as intervenções estatais na região do semiárido durante o século XX com o objetivo de verificar as ações do Estado para amenizar os impactos decorridos do ambiente de semiaridez é objeto de “O semiárido e as políticas federais no século XX”.

“O crescimento urbano na cidade de Crateús: desafios para um desenvolvimento urbano sustentável sob um olhar geográfico e social” realiza uma análise geográfica e perceptiva da situação urbana do município, enfatizando as demandas que a população faz, além de questionar a atual conjuntura do território no que diz respeito à preparação e adesão às medidas de desenvolvimento sustentáveis.

O décimo sétimo apresenta um estudo sobre a importância das Centrais de Abastecimento S.A no dinamismo econômico de Tianguá em “O papel da CEASA no processo de produção do espaço urbano na cidade de Tianguá – CE”.

“Políticas de saúde no semiárido: o Programa Mais Médicos como acesso a saúde e redução das desigualdades regionais, um estudo de caso” aborda comparativamente a situação do programa Mais Médicos do Brasil no município de Olho d’água do Borges com a intenção de avaliar o panorama atual a partir de uma comparação com os períodos anteriores.

O décimo nono analisa a segregação socioespacial em duas cidades médias do semiárido nordestino, cotejando suas semelhanças e diferenças no que diz respeito aos processos e formas espaciais atinentes à escala intraurbana de análise geográfica das cidades em “Segregação socioespacial em duas cidades médias do semiárido brasileiro: exemplos de Mossoró-RN e Sobral-CE”.

Por último, “Uso e ocupação dos espaços das praças nas cidades pequenas: o caso da praça José Ataíde Vasconcelos em Tianguá/CE” identifica o uso, as funções e os aspectos históricos, econômicos e sociais pertinentes a um logradouro público no centro da cidade cearense.

Os Organizadores

Sumário

A poluição sonora no município de Sobral - CE: uma questão de educação ambiental (10)

Marcus Vinicius Freire Andrade, Ênio Moreira de Farias, Fernando César Carneiro Cajazeiras Filho e Francisco Bruno Monte Gomes

As dinâmicas socioeconômicas e produtivas da empresa calçadista paquetá no município de Itapajé/Ceará (19)

Maria da Penha Vaz dos Santos, Glauciana Alves Teles e Edilson Alves Pereira Junior

A precarização do trabalho na paisagem urbana (31)

Wilker Gomes Pereira, Davi Oliveira e Wagner Vinicius Amorim

Análise do desenvolvimento municipal no Rio Grande do Norte (35)

Iara Bezerra da Silva, José Diógenes Alves Pereira, Virgínia de Fátima Bezerra Nogueira e Valner da Silva Nogueira

Avaliação dos preços dos alimentos enlatados dos supermercados de Fortaleza – CE (47)

Hugo Alexandre Rodrigues, Jonathan Sales Felix, Daiana dos Santos Rabelo e Filipe Eugênio Rodrigues Silvestre

Cidades sustentáveis no semiárido brasileiro: os desafios para a sustentabilidade no município de Mossoró/RN (51)

Enaira Liany Bezerra dos Santos, Luana Eduarda da Silva Soares, Veridiana Rodrigues de Brito e Zildenice Matias Guedes Maia

Comércio de confecção e serviços no espaço urbano de Fortaleza: dinâmica econômica e socioespacial do Centro Fashion (61)

Alexsandra Maria Vieira Muniz, Beatriz Santos de Souza e Guaracy Albuquerque de Abreu

Comportamento da temperatura e umidade do ar em residências de Mossoró/RN, semiárido nordestino (75)

Ana Luiza Bezerra da Costa Saraiva, Amanda da Mota Araújo, Letícia Gabriele da Silva Bezerra e Alfredo Marcelo Grigio

Contribuições do projeto Paulo Freire para o fortalecimento das associações comunitárias no campo em Mucambo – CE (88)

Sara Helene Rodrigues de Brito Silva, Emília Alves de Souza e Maurício Gonçalves Leitão

De fazenda caiçara a polo industrial: análise do processo de urbanização e seus impactos ambientais no município de Sobral-CE (99)

Francisca Edwrigens Ribeiro de Araújo, Isa Mara Isaias Sousa e Juscelino Chaves Sales

Desenvolvimento urbano em Sobral/CE: o caso do corredor terciário Monsenhor Aloísio Pinto (113)

José Raimundo Celestino Neto e Francisco Clébio Rodrigues Lopes

Estratégias de intervenção urbana na redução do acúmulo de resíduos sólidos públicos em espaços coletivos (119)

Francisco Bruno Monte Gomes, Francisco Thiago do Nascimento Ferreira, Sara Maria Paula da Rocha Rodrigues e Marcus Vinicius Freire Andrade

Industrialização e urbanização na zona industrial da Av. Francisco Sá (128)

Alexsandra M. V. Muniz, João Marcos Tavares Cabral, Francisco de Sousa Júnior e Patrícia Marques Sampaio

Novo beco da poeira e seu papel no circuito inferior da economia e na requalificação do centro de Fortaleza (154)

Emanuelton Antony Noberto de Queiroz e Alexsandra Maria Vieira Muniz

O semiárido e as políticas federais no século XX (168)

Robinson Santos Pinheiro, Andressa Amaral dos Santos e Nathália Bonow

O crescimento urbano na cidade de Crateús: desafios para um desenvolvimento urbano sustentável sob um olhar geográfico e social (177)

Caio Paiva Fernandes, Arnóbio Rodrigues de Sousa Júnior, Francisco Leandro da Costa Soares e Jamila Gomes Camelo

O papel da CEASA no processo de produção do espaço urbano na cidade de Tianguá – CE (186)

Jeferson Alves da Costa e Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Políticas de saúde no semiárido: o Programa mais Médicos como acesso a saúde e redução das desigualdades regionais, um estudo de caso (194)

Francisco Hugo de Freitas, Léssia Sávia Sales da Cruz, Guthemberg Tavares Ferreira e Jairo Bezerra Silva

Segregação sócioespacial em duas cidades médias do semiárido brasileiro: exemplos de Mossoró-RN e Sobral-CE (204)

Wagner Vinicius Amorin e Edna Maria Jucá Couto Amorin

Uso e ocupação dos espaços das praças nas cidades pequenas: o caso da praça José Ataíde Vasconcelos em Tianguá – CE (220)

João Francisco Peixoto de Araújo e Analine Maria Martins Parente

A POLUIÇÃO SONORA NO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE: UMA QUESTÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Marcus Vinicius Freire Andrade
Ênio Moreira de Farias
Fernando César Carneiro Cajazeiras Filho
Francisco Bruno Monte Gomes

INTRODUÇÃO

A urbanização e meio ambiente possuem uma relação direta. Tal fato resulta no processo de aglutinação de pessoas e atividades de produção em um determinado espaço, produzindo na sua maioria impactos ambientais de consequências sinérgicos e persistentes, em um mundo que se tem tornado cada vez mais urbano, grande parte dos impactos ambientais tem sua origem nas cidades (JATOBA, 2015).

Ao longo da história o homem provocou mudanças no planeta de forma desrespeitosa, descontrolada e sem inteligência quanto à utilização dos recursos disponíveis, resultando na contaminação de nascentes, poluição dos solos, ar, diminuição dos recursos naturais e o aumento excessivo de resíduos.

Para Oliveira (2000) a educação ambiental é um processo de aprendizagem permanente, baseada no que diz respeito a todas as formas de vida, promovendo a formação de sociedades justas e ecologicamente equilibradas com base na solidariedade e no respeito às diferenças.

A poluição sonora é um tipo de problema ambiental que causa perturbação nas pessoas e deve ser combatida. Dada a devida atenção a esse incômodo invisível, esse tipo de poluição agride o ser humano de diversas maneiras: comprometimento da audição, das atividades fisiológicas e mentais de quem está exposto. Essa forma de poluição tem-se tornado uma epidemia na medida em que atinge cada vez mais espaços e pessoas, gerando incômodos e malefícios a saúde humana (LOURENÇO, 2015).

Para Santos (2011) a participação da comunidade na busca por soluções para os diversos problemas ambientais com as quais o planeta se depara é uma oportunidade única para o surgimento de atitudes relativas à participação política e o processo de construção da cidadania. Os centros urbanos sofrem diretamente e diariamente com problemas envolvendo a poluição sonora, são festas, indústrias, casas de show, sons automotivos, construções, entre outros eventos sociais que tem gerado todo esse impacto na qualidade de vida principalmente da população.

Diante desse contexto, o objetivo geral o trabalho foi de identificar a percepção da comunidade sobre os impactos e interferências da poluição sonora na qualidade de vida no município de Sobral-CE.

ÁREA DE ESTUDO

A cidade de Sobral é um município brasileiro do estado do Ceará, com uma população de 205.529 habitantes, é o quinto mais povoado e o segundo maior do interior, com uma taxa de urbanização de 88,35%. Tornou-se ao longo de sua história o segundo município mais

desenvolvido do estado do Ceará, atrás apenas de Fortaleza, também é líder em trabalhadores com carteira assinada no interior, possuindo a quarta maior arrecadação em ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) de todo o Estado (IBGE, 2017).

O município também é destaque nas exportações calçadista, sendo o único município do interior que compete com a capital à liderança nas exportações. A cidade de Sobral é considerada, de acordo com o IBGE, uma capital regional, com um PIB de R\$ 4.080 bilhões. O município acrescentou o valor de R\$ 399.998.000 ao seu PIB, entre 2009 e 2010, valor superior a toda riqueza de Crateús, que tem um PIB de 384.606 (IBGE 2010).

Esse estudo tem sua importância justificada quando se propõe a identificar as consequências da poluição sonora na qualidade de vida da população do município de Sobral, o interesse pelo tema é derivado da curiosidade do pesquisador de como esse problema ambiental interfere na rotina desses entrevistados e do papel exercido enquanto cidadão, além de considerar o tema bastante atual e relevante.

METODOLOGIA

Procedimentos Técnicos

A metodologia aplicada nesse estudo assumiu caráter quantitativo exploratório. Para Gil (2008), pesquisas quantitativas buscam por resultados que possam ser quantificados por meio da coleta de dados, através de instrumentos de coletas de forma organizada, quanto à pesquisa exploratória essa tem a finalidade de constatar algo em um organismo, fenômeno, objeto específico a ser familiarizado.

Foi realizada uma pesquisa de campo na cidade de Sobral, cidade localizada no interior do estado do Ceará, com a aplicação de questionário ocorrendo de maneira aleatória, os locais de coleta foram em repartições públicas, escolas, repartições privadas, bairros distintos etc. Vale salientar que a escolha aleatória de moradores visava à coleta de fontes em diversos pontos da cidade. A escolha dos entrevistados não se refletiu apenas em bairros com características mais agitadas ou movimentadas, o objetivo da pesquisa era compreender a percepção do morador da cidade de Sobral indistintamente.

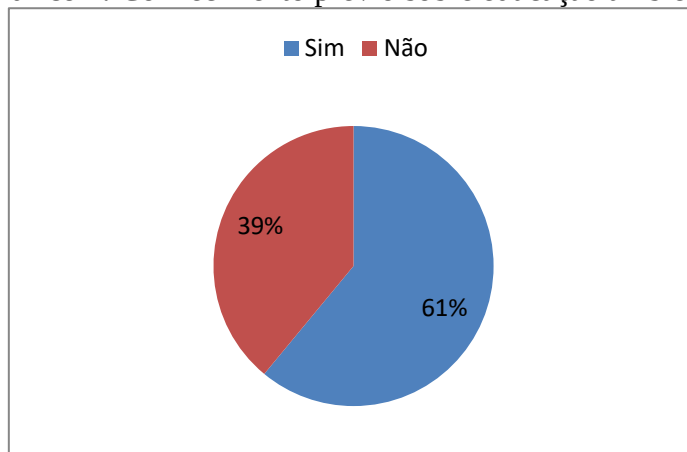
Os principais questionamentos tinham o objetivo de identificar se o entrevistado tinha conhecimento sobre poluição sonora, se existe alguma preocupação com o tema, se o entrevistado tem percebido a presença da poluição sonora no município, entre outros questionamentos que serão apresentados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram aplicados 126 questionários entre os dias 26/12/2018 a 05/01/2019, essa quantidade assegura uma maior possibilidade de análises e compreensão do tema abordado. Foi resultante que dos 100%, 67% dos entrevistados são do sexo feminino e 33% são do sexo masculino, quanto à escolaridade dos entrevistados 10% têm o ensino fundamental, 23% ensino médio, 21% superior incompleto e 46% apresentam o nível superior.

A segunda pergunta dessa pesquisa tinha como objetivo de definir o entendimento do grupo pesquisado sobre o tema “educação ambiental- conceitos”. O gráfico 1, apresenta os resultados dentro dessa esfera.

Gráfico 1: Conhecimento prévio sobre educação ambiental.

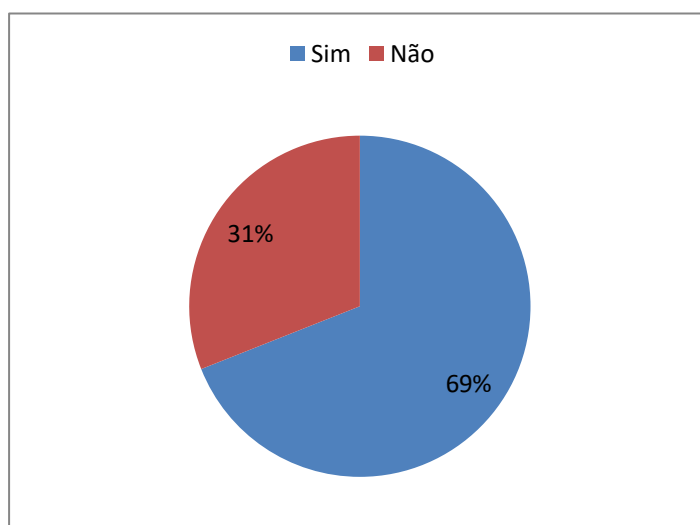


Dos entrevistados 61% afirmam conhecer sobre o tema e 39% não conhecem. Segundo Jacobi (2013) esse resultado evidencia a necessidade de formar ferramentas sociais fortalecendo o direito ao acesso à informação sobre a educação ambiental numa perspectiva integradora, promovendo e estimulando o crescimento da consciência ambiental e a participação da comunidade como agentes multiplicadores e responsáveis pelo meio ambiente de uma forma geral.

Para Dias (2017) a educação ambiental deve ser compreendida como um eixo transversal dos conjuntos de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes abrindo novas perspectivas nas pessoas quanto à proteção do patrimônio, consciência social, geração de novos conhecimentos, novas técnicas e orientações.

Quando questionados sobre o tema poluição sonora, 69% dos entrevistados afirmam conhecer sobre o assunto e 31% afirmaram não conhecer sobre o tema, conforme mostra o gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2: Conhecimento prévio sobre poluição sonora

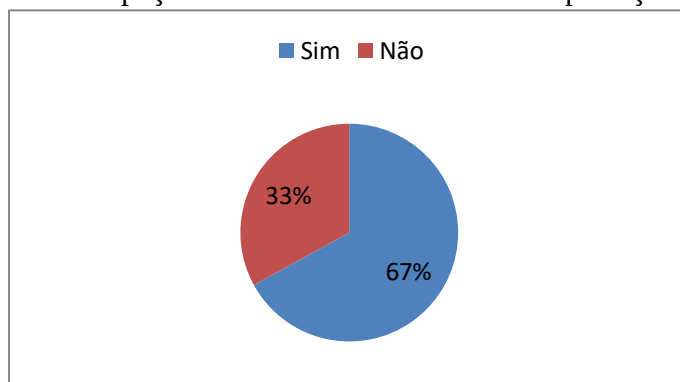


De acordo com Santos (2011) é necessário incorporar os meios de informação como também facilitar o acesso a eles. Faz parte do poder público promulgar conteúdos seja por campanhas

publicitárias, projetos, movimentos sociais, relacionados a educação ambiental e poluição sonora como meio possível de desacelerar a degradação socioambiental nos grandes centros. Há uma lacuna importante a ser preenchida no que diz respeito à comunidade assumir um papel mais propositivo e participativo sobre esses temas.

Outro ponto levantado nessa pesquisa foi de identificar a preocupação do entrevistado sobre poluição sonora conforme apresenta o gráfico 03:

Gráfico 3: Preocupação do entrevistado com o tema poluição sonora.



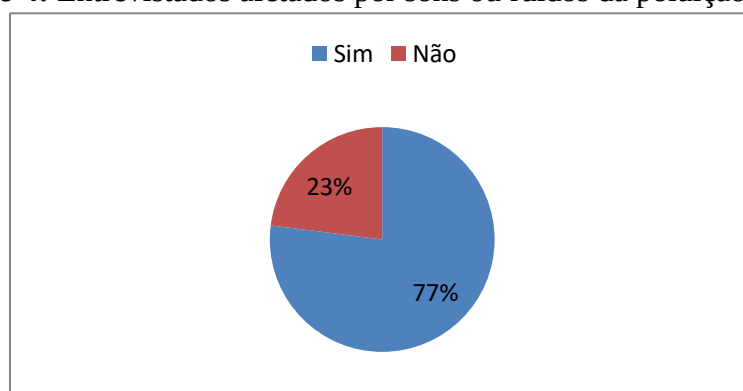
13

Dos entrevistados 67% afirmam se preocupar sobre o assunto e 33% não demonstram interesse. Para Jacobi (2013) a postura existente da população quanto ao não interesse sobre o tema é resultado, sobretudo, da desinformação e da lacuna aberta diante da falta de participação da população em práticas comunitárias.

Esses dados fortalecem a necessidade da articulação de projetos, programas e ferramentas que estimulem a população a despertar o interesse sobre o tema, compreendendo os seus direitos e deveres pertinentes a esse tema.

Foram questionados posteriormente aos entrevistados, se estes são afetados por sons ou ruídos que se configurem como poluição sonora, os dados estão apresentados no gráfico 4.

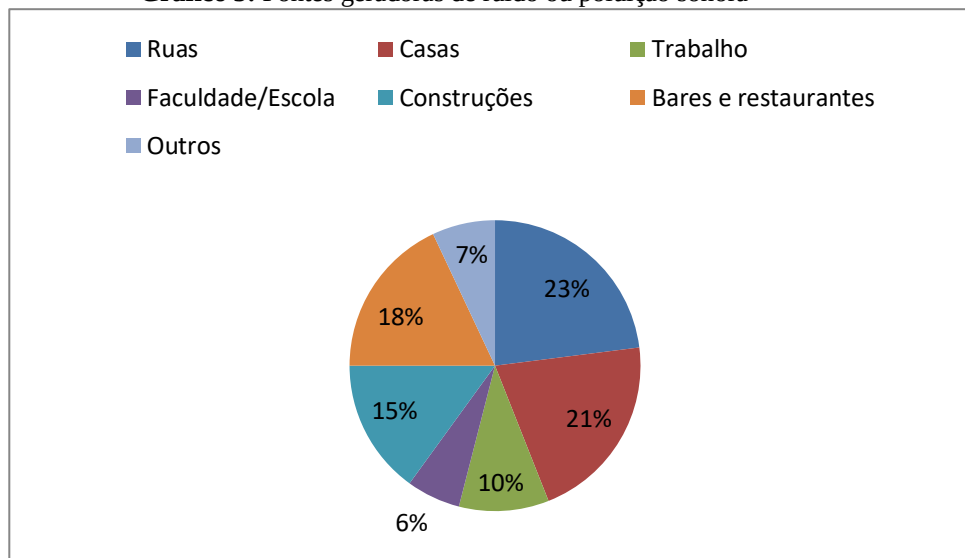
Gráfico 4: Entrevistados afetados por sons ou ruídos da poluição sonora.



Os dados obtidos revelam um resultado expressivo quanto à confirmação pelos entrevistados no que diz respeito a serem afetados por algum tipo de poluição sonora, 77% afirmaram que sim, e 23% afirmaram que não. É importante salientar que nesse momento da entrevista o conceito sobre poluição sonora foi apresentado ao entrevistado.

Quando perguntados sobre os pontos causadores da poluição sonora, de acordo com o gráfico 5, os entrevistados afirmam que 23% eram oriundos das ruas.

Gráfico 5: Fontes geradoras de ruído ou poluição sonora



Depois das ruas com 23% as maiores fontes de poluição sonora são as casas com 21%, 18% bares e restaurantes, 15% construções, 10% trabalho, 6% em faculdades e escolas e 7% outros meios.

Sobral é configurada como uma cidade universitária, composta por uma população jovem. Os eventos na cidade como festas e micaretas possuem uma agenda fixa no calendário da cidade, eventos como esses são realizados em bairros ou próximos de bairros residenciais, quanto aos números de bares e restaurantes assumem um valor expressivo, são inúmeros estabelecimentos com música ao vivo ou ambiente. Outro ponto levantado pelos entrevistados diz respeito a poluição sonora no trânsito.

A poluição sonora faz parte da vida de quem mora nas grandes cidades, seja por intermédio do trânsito, música alta, pessoas falando, segundo Sales (2016) estima-se que de 30% a 35% das perdas auditivas são causadas pela poluição sonora no dia a dia, em todo o mundo existem 360 milhões de pessoas com perda de grau moderado a profunda.

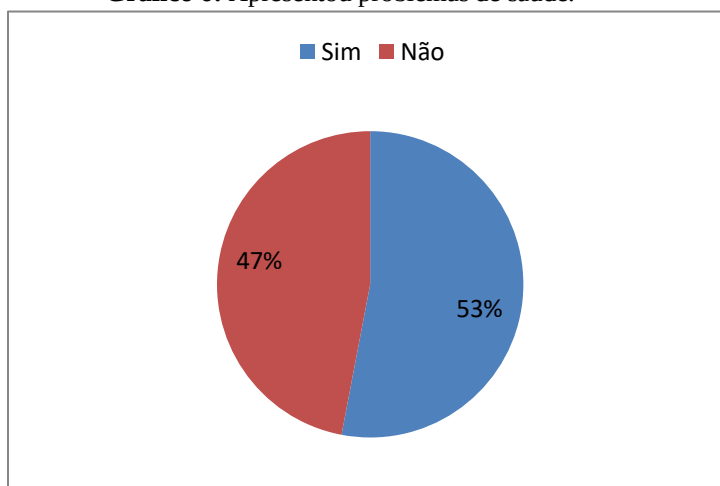
No relatório produzido pela prefeitura da cidade de Sobral por meio da Secretaria do Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA mostra que em 2018 foram registradas diversas ocorrências de perturbação do sossego, onde o número maior de registros está concentrado no centro e em regiões mais periféricas, em determinados bairros foram registrados mais de 400 reclamações ou registros. Conforme a imagem no anexo B.

Foi questionado se os entrevistados já tiveram algum tipo de problemas de saúde relacionados à poluição sonora os resultados estão apresentados no gráfico 6.

Dos entrevistados 53% afirmaram ter algum problema de saúde relacionado com a poluição sonora, enquanto 47% não apresentaram problemas de saúde ocasionados pela poluição sonora.

A poluição sonora pode acarretar danos à saúde da população a ela exposta, causando dentre outros males um estresse dos sistemas circulatório, digestivo e respiratório quando o organismo é exposto a um ruído constante, os índices sonoros quando não suportáveis pelo organismo humano podem provocar distúrbios orgânicos como irritabilidade, nervosismo, perturbações psíquicas e do sistema nervoso central (SOUTO, 2002).

Gráfico 6: Apresentou problemas de saúde.



A Prefeitura de Sobral, por meio da Secretaria do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), em parceria com Ministério Público tem promovido encontros com representantes dos órgãos de segurança pública do município sobre o combate à poluição sonora no desenvolvimento de estratégias de identificação dos pontos de maior incidência de ruídos para esclarecer à população sobre os limites sonoros permitidos por lei.

O objetivo é orientar sobre a necessidade de tratamento acústico em locais com uso de equipamentos sonoros, alertar sobre o crescente número de denúncias e as punições previstas na legislação. A atividade é uma resposta ao grande volume de denúncias de violação ao sossego público registradas na Coordenadoria integrada de Operações de Segurança (CIOPS) do município.

A Lei 534 de 25/08/2004 regulamenta o controle e a emissão de ruídos na municipalidade, da forma que indica e dá outras providências, visando o controle da emissão de ruídos do município garantindo o sossego e o bem-estar, evitando perturbação de emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza.

Entre as diversas formas de combate a poluição sonora pode-se destacar a promoção de cursos técnicos para capacitar pessoal e controlar os problemas de poluição sonora nos órgãos de meio ambientes estaduais e municipais em todo o país, divulgar junto à população, através dos meios de comunicação disponíveis, matéria educativa e conscientizadora dos efeitos prejudiciais causados pelo excesso de ruído, introduzir o tema "poluição sonora" nos cursos secundários da rede oficial e privada de ensino, através de um Programa de Educação Nacional, etc.

CONCLUSÃO

Foi possível concluir através desse estudo a percepção dos entrevistados sobre o tema em destaque, poluição sonora, os meios de propagação desse malefício que atinge os moradores da cidade de Sobral e os riscos as quais estão expostos como barulho excessivo, incomodo, doenças relacionadas a poluição sonora etc.

Esse estudo evidenciou um problema silencioso que vêm ganhando espaço nos espaços urbanos, os resultados revelam que entre os entrevistados 61% conhecem sobre o tema educação ambiental, enquanto isso quando questionados sobre o tema poluição sonora 69% afirmam que conhecem sobre o tema.

Um dado relevante mostra que 67% dos entrevistados se sentem preocupados com o tema, esse resultado reflete diretamente no número expressivo dos moradores que já sofreram ou foram atingidos pela poluição sonora correspondendo a 77% dos entrevistados.

Os principais pontos levantados segundo os moradores onde essas infrações ocorrem são em vias públicas (23%) e residências (21%). Outro ponto relevante dessa pesquisa analisa se alguns desses entrevistados já desenvolveram algum problema de saúde em consequência da poluição sonora, 53% dos entrevistados confirmam já terem sofrido algum problema de saúde em decorrência da poluição sonora.

Esse estudo abre espaço para que outros projetos sejam desenvolvidos e que novos caminhos sejam percorridos possibilitando uma aproximação e uma mitigação dos problemas relacionados a poluição sonora.

Por fim, a educação é um processo contínuo que repercute na formação do sujeito e da cidadania, desenvolvendo mentes críticas, cidadãos conscientes e atuantes, a EA nesse estudo se coloca como uma importante ferramenta na formação do cidadão, essa ultrapassa os muros das escolas e deve estar presente em todos os espaços da sociedade, por meio de um processo permanente, dinâmico e integrativo, produzindo mudanças de atitudes e formação de uma nova consciência com relação as interações entre o homem e a natureza.

Falar em poluição sonora é falar de educação ambiental, são temas que convergem, a poluição sonora só é um aspecto ambiental de menor relevância até atingir o indivíduo em sua particularidade, sendo a maior arma contra essa forma de poluição a conscientização.

REFERÊNCIAS

ALESSANDRA, Q. **Educação Ambiental:** iniciativas populares e cidadania. Dissertação. Universidade Federal de Santa Maria. 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.795: Educação Ambiental, de 27 de abril de 1999. Brasília: IBAMA, 1997.

_____. Ministério Público de Santa Catarina. **Poluição Sonora ou Perturbação do Sossego.** Disponível em: <<https://www.mpsc.mp.br/noticias/poluicao-sonora-e-perturbacao-de-sossego-saiba-quais-sao-os-direitos-e-deveres-dos-cidadaos>>. Acesso em 01 de jan. de 2019.

_____. Senado Federal. **Poluição sonora prejudica a saúde humana.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/poluicao-sonora-prejudica-a-saude-e-preocupa-especialistas/poluicao-sonora-prejudica-a-saude-e-preocupa-especialistas>>. Acesso em 01 de jan. de 2019.

_____. Ministério do meio ambiente. **Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_04.pdf>. Acesso em 25 de jan. de 2019.

DIAS, R. **A função estratégica da educação ambiental**. Disponível em:

<<https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/funcao-estrategica-da-educacao-ambiental/>>. Acesso em: 25 de jan. de 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

IBGE. **Dados Sobral**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/sobral>>. Acesso em: 01 de jan. de 2019.

JUNIOR, A. S. M. **O impacto da poluição sonora no meio ambiente urbano**. Dissertação. Universidade Tira Dentes. Sergipe, 2016. Disponível em:

<<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=2e5cc5258c6fe155>>. Acesso em; 30 de dez. de 2018.

LOURENÇO, G. M. S. **Educação ambiental desenvolvendo atividade para minimizar o ruído na escola**. Dissertação. Universidade Federal de Santa Maria. Pós Graduação em Educação Ambiental. Santa Maria, 2010. Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/419/Lourenco_Giane_Margarete_Scarpatto.pdf?sequence=1>. Acesso em 30 de dez. de 2018.

MEDINA, N. M. **Educação ambiental: uma nova perspectiva**. Série Cadernos Pedagógicos. Secretaria Municipal de Cuiabá e Universidade Federal de Mato Grosso, 1994.

_____. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. 2. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes, 1999.

OLIVETO, P. **O preço da urbanidade**. Correio Brasiliense. Brasília: 2015.

PAIXAO, D. X. **Caracterização do isolamento acústico de uma parede de alvenaria, utilizando análises estática de energia**. Dissertação. Doutorado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

SANTOS, U de P. **Ruído: riscos e prevenção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

SCHUMACHER, M. V. **A complexidade dos ecossistemas**. Porto Alegre: Palloti, 1997.

SILVA, T. G. **Sustentabilidade e educação ambiental: considerações acerca da política nacional do meio ambiente**. Disponível em:

<<http://www.site.ajes.edu.br/direito/arquivos/20131030205038.pdf>>. Acesso em 24 de jan. de 2019.

SOUZA, A. K. **A relação escola-comunidade e a conservação ambiental**. Dissertação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2000.

UNESCO. **Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi**. Brasília, DF: IBAMA, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA. Dissertação. Curso Ciências Ambientais.

Poluição sonora: uma análise da percepção dos frequentadores do centro de Itapipoca.



Fortaleza. 2014. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30907/1/2014_tcc_isaraujo.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

VASCONCELOS, H. **Pesquisa-ação em projetos de educação ambiental**. Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1997.

VIEIRA, I. **O ruído e a perda auditiva**. CEFAC. Recife, 2015.

AS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS E PRODUTIVAS DA EMPRESA CALÇADISTA PAQUETÁ NO MUNICÍPIO DE ITAPAJÉ/CEARÁ

Maria da Penha Vaz dos Santos
Glauciana Alves Teles

INTRODUÇÃO

Os primeiros passos da produção de calçados brasileira datam ainda no século XIX, quando imigrantes alemães influenciados pelo modelo de produção herdado pelos europeus dão início à produção artesanal de calçados no Vale do Rio Sinos no Rio Grande do Sul, produção essa que, anos mais tarde, levaria o Brasil à posição de terceiro maior produtor de calçados do mundo.

São muitos os fatores que elevaram o Brasil na produção de calçados mundial, dentre as quais esteve à reestruturação produtiva e territorial experimentada pelo setor ainda no ano de 1990, fazendo com que os produtores calçadistas buscassem transformações no processo de produção e novos territórios para instalação de fábricas, principalmente com mão de obra com baixo custo.

Tendo como base de transformação a reestruturação produtiva desenvolvida mundialmente, as indústrias calçadistas brasileiras também tiveram que seguir a nova dinâmica imposta pela produção mundial e modificaram estruturalmente sua base produtiva. Isso influenciaria a migração de empresas especializadas na produção de calçados para o Nordeste brasileiro.

Dentre os muitos atrativos que ocasionaram a migração para o Nordeste estiveram os incentivos fiscais oferecidos pelos estados, à procura por baixos salários e as possibilidades de produção com significativos lucros, que deixaria o Brasil compatível com os grandes produtores calçadistas mundiais. No período correspondente à redemocratização do Brasil, o Nordeste deu início ao processo de abertura territorial para indústrias de diversos setores, especialmente o calçadista, que já possuíam ações que integrariam os estados nordestinos nessa nova fase.

O estado do Ceará também é inserido nessa dinâmica e passa a fazer parte do novo ciclo de mudanças engendradas pelo desenvolvimento das indústrias de calçados em seu território. Pereira Junior (2011) enfatiza que “o espaço cearense reuniu os elementos apropriados à efetivação de uma acumulação ampliada de lucros para as empresas calçadistas, em função de sua disponibilidade política, técnica e social” (PEREIRA JÚNIOR, 2011, P.380).

A disponibilidade política que atraiu investimentos no estado se deu principalmente graças aos incentivos e benefícios oferecidos pelos governos estaduais e municipais, que disponibilizaram para as indústrias de calçados infraestrutura, redução ou isenção no pagamento de impostos e um vasto quantitativo de trabalhadores para a produção de calçados com salários abaixo da média nacional.

Além dos benefícios citados, a indústria de calçados reorganizou o território onde se instalou, passando a exercer hegemonia e ditar as regras que coincidissem com seus objetivos, tais como: a abertura de rodovias, a isenção de pagamento de IPTU e o gasto com o treinamento de trabalhadores para as atividades na fábrica.

A partir dessa perspectiva, a pesquisa buscou compreender o processo de reestruturação territorial e produtiva do setor calçadista e as dinâmicas envolvendo a relação produção/território/capital em Itapajé. Com a necessidade de melhor compreender os processos e inquietações da pesquisa, foram delimitados objetivos específicos que nos ajudaram a responder a essas inquietações, sendo eles: Analisar os fatores que atraíram uma grande empresa especializadas na produção de calçados para Itapajé e Identificar a terceirização da produção como resultado das mudanças inseridas pela reestruturação territorial e produtiva.

POLÍTICA, DESENVOLVIMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO DO CEARÁ

A reestruturação produtiva mundial, diretamente refletiu suas mudanças no estado cearense a partir da abertura do território para a implantação de empresas dos mais diversos segmentos, dando início a um novo processo de mudanças que tiveram como pilar as políticas adotadas nos anos de 1990, em sintonia com a reestruturação produtiva adotada pela indústria brasileira.

De acordo com Bernal (2004, p.33) “a reestruturação industrial no Brasil permitiu a reorganização territorial do capital e a fragmentação das cadeias produtivas”. Nesse período, o semiárido nordestino brasileiro passou a ser atrativo para investimentos do capital e estimulou a implantação de indústrias advindas principalmente do Sul do país. Com o objetivo de se apropriar de vantagens da região, muitas empresas calçadistas adentraram em um momento de intensos fluxos migratórios em busca de estados que melhor oferecessem vantagens para o seu desenvolvimento. Atendendo ao perfil de território buscado pelo setor calçadista, o estado do Ceará tornou-se um espaço de cobiça por possuir atrativos coincidentes com o que o setor buscava.

Com um acentuado atraso socioeconômico e devido a diversos problemas, dentre os quais aqueles relacionados à falta de investimentos em projetos que permitissem o desenvolvimento industrial do estado, o Ceará, durante muitas décadas permaneceu atrasado economicamente frente a outros estados brasileiros. Dentre as muitas características econômicas da época estava à falta de investimentos em políticas voltadas para tais desenvolvimentos e um atrativo para o capital externo. Diante das justificativas para o atraso da industrialização no estado, é observado que:

Até então, o povoamento lento; as calamidades climáticas; a predisposição à manufatura; a incipiente organização político-administrativa; a descapitalização e o modesto mercado consumidor eram os principais obstáculos para o desenvolvimento das atividades industriais no Ceará (ALMEIDA, 2012, P.9).

Com as mesmas dificuldades econômicas de outros estados nordestinos, o Ceará também passou a ser incluído nos projetos da SUDENE, que dentre tantos objetivos, buscava integrar economicamente a região nordeste a outros estados brasileiros e ao mesmo tempo dar possibilidade do capital utilizar os espaços “reservas” para assim concretizar a expansão capitalista que partia das áreas centrais do país. Como importante articulador, a SUDENE empenhou-se em “aproveitar” o que o Nordeste tinha de melhor, vendo na industrialização um importante elemento para o desenvolvimento da região.

O desenvolvimento econômico já vinha sendo posto em pauta pelo então governador Virgílio Távora em seus dois mandatos políticos. Teles (2015) salienta que em meio às constantes necessidades de se gerar emprego e capital, o governo empenhou-se em implantar políticas desenvolvimentistas e projetos de modernização no estado. Teles (2015) ressalta ainda que Virgílio Távora, enquanto esteve à frente do estado, implantou uma série de ações modernizadoras, com a construção de estradas, meios de comunicação e criação do I Distrito Industrial do Ceará – DIC, em 1966, implantado no então Distrito de Maracanaú, pertencente naquele momento ao Município de Maranguape (TELES, 2015, P.117).

É fácil constatar em várias literaturas, que durante o governo de Virgílio Távora algumas políticas já possuíam cunho modernizante, porém sem muita expressividade, como a que ocorreu nos anos seguintes. Ao notar a fragilidade econômica do estado e as dificuldades da elite, Virgílio Távora viu-se pressionado a articular maneiras de industrializar o estado e fortalecer a elite que precisava se consolidar naquele momento. A partir do apoio financeiro da

SUDENE o governo cearense recebeu algumas grandes empresas, como a Gerdau, Vicunha, Têxtil Machado e Artex (BERNAL APUD PARENTE,2000).

Ao observar as dinâmicas da migração de muitas empresas no território cearense, Loyaza (2011) descreve que logo numa primeira ação de políticas de incentivo da indústria no Ceará, no governo de Tasso Jereissati, pelo menos 25 municípios receberam fábricas dos mais diversos segmentos, totalizando, portanto, 204 investimentos. Numa segunda ação desse crescimento industrial, outras 13 cidades também foram “beneficiadas”.

Com o fim da “era dos coronéis”, o estado passou a sofrer os impactos causados pelo “início” dos novos tempos que se consolidaram com a eleição de Tasso Jereissati, no ano de 1986, e as metamorfoses econômicas nos anos seguintes. O governo de Jereissati mudou algumas práticas tradicionais por meio da execução de ações já planejadas, quando ainda estava à frente do Centro Industrial do Ceará-CIC.

Essas mudanças passaram a intensificar a chegada de investimentos novos e a modificar o papel do estado frente ao desenvolvimento econômico. Assim, seu governo articulou medidas que inseriram o estado nos objetivos dos investimentos privados de dentro e de fora do Ceará.

Nesse governo, começa uma das marcas das políticas de desenvolvimento adotadas no Estado e para o Nordeste: a política de incentivos fiscais, relacionada com a criação de ideologia que coloca a indústria como elemento capaz de promover transformação da economia, geradora de emprego e renda (ARAÚJO, 2007, P.101).

Assim como muitos estados nordestinos, o Ceará investiu na disputa por empresas dos mais diversos segmentos, inclusive a calçadista, para se instalarem no estado. Mas isso somente foi possível devido à competição via guerra fiscal. De acordo com Cardozo (2011), a guerra fiscal foi uma das maneiras encontradas para atrair investimentos para os estados por meio da concorrência. Objetivava oferecer um maior número de vantagens “comparativas” iniciativa privada, ao promoverem verdadeiros leilões de incentivos aos investimentos, os quais correspondem tanto a novos investimentos (nacionais ou estrangeiros), quanto à realocização de empresas dentro do mesmo território nacional (CARDOZO, 2011, P.642).

Além da disponibilidade de incentivos fiscais, o governo também assegurou um conjunto de benefícios que incluía a doação de terrenos, garantia hídrica e energia na porta do estabelecimento. Em meio às possibilidades também foram construídas estradas, aeroportos e portos para que houvesse ganho com o escoamento da produção (ALMEIDA,2009).

Pereira Junior (2011), ao comparar as regiões Sul/Sudeste, classifica como centro da difusão do setor calçadista os estados de Rio Grande do Sul e São Paulo. Ao analisar a trajetória do setor no Ceará, relaciona o crescimento do número de estabelecimentos e empregos à chegada das plantas industriais de grandes empresas como Vulcabrás/Azaleia, Grendene, Dakota e Paquetá.

A partir da instalação das fábricas dessas empresas, o Ceará transformou-se a fim de atender as exigências do capital e a organizar a própria dinâmica para que esses grupos permanecessem no estado. Quanto à localização de tais empreendimentos, é notável que muitas empresas se apropriaram do território com diferentes características econômicas e sociais. Muitas delas preferiram instalar suas plantas industriais em espaços mais dinâmicos e outros optaram por locais menos dinâmicos (PEREIRA JÚNIOR,2011; LOAYZA,2011).

Juntamente com a migração de empresas do setor de calçados, o estado também passou a receber pequenas e médias empresas que objetivavam serem terceirizadas a fim de dar suporte

produtivo às plantas industriais instaladas no estado cearense, seja por meio de materiais ou mesmo prestação de serviços em geral.

Recorte empírico da pesquisa, Itapajé, em pouco mais de duas décadas, tornou-se palco dos interesses do capital e território da produção calçadista da empresa Paquetá, onde a partir de escolhas favoráveis a consolidação do capital, instalou a primeira fábrica de calçados do grupo no estado do Ceará. A escolha desse território não aconteceu por acaso, pelo contrário, envolveu um conjunto de fatores que incluíam o “atraso” socioeconômico do município.

Assim, a delimitação espacial de nossa pesquisa está localizada no norte do estado do Ceará, na microrregião de Uruburetama. De acordo com o último censo do IBGE, em 2010 o município tinha uma população estimada em 48.350 habitantes dispersos na área urbana e rural. Ao analisar a história econômica do município, podemos frisar dois importantes ciclos: o do algodão e o do calçado, estando esse último ainda em percurso.

Ao analisar o histórico econômico do município é possível identificar algumas modificações no campo socioeconômico principalmente quanto as que se sucedem o ano de 1990, data essa que representa o início da interiorização da industrialização no estado do Ceará. A partir de uma parceria calcada em ideais políticos, Itapajé passou a ser inserido em projetos que visavam o desenvolvimento industrial do município e ao mesmo tempo oportunizou o crescimento econômico.

Sobre a escolha geográfica da nova produção calçadista no interior de estados nordestinos, Loyaza (2011) destaca dois importantes fatores:

As empresas encontram-se dispersas pelo território devido a dois fatores importantes: primeiramente, os governantes daqueles Estados buscaram estimular a desconcentração industrial incentivando a indústria a se pulverizar pelas cidades do interior com o objetivo de criar postos de trabalho nos municípios menos desenvolvidos; segundo, a dispersão geográfica foi de interesse também das empresas (LOYAZA, 2011, P. 34).

Até a instalação da fábrica de calçados Paquetá em Itapajé é visível o baixo número de pessoas com emprego formal, configurando-se como um espaço apropriado para os objetivos da Paquetá, que buscava extrair da força de trabalho sua consolidação produtiva. Loyaza (2011) salienta que até o ano 2000, município registrava apenas 37 trabalhadores formais no ramo calçadista. Já em 2001 é possível ver um salto no emprego formal, registrando-se 1.076 empregos naquele ano” (LOYAZA, 2011, P.111). A partir dessa afirmação constatamos que o impacto causado pela Paquetá no município foi significativo para a geração de empregos na fábrica.

Objeto de nossa pesquisa, a Paquetá calçados foi inaugurada em 1945, no município de Sapiiranga no estado do Rio Grande do Sul, inicialmente oferecia serviços de consertos e produção de calçados em pequenas quantidades. A consolidação do crescimento do grupo se deu principalmente entre os anos de 1960 a 2006, quando passou a produzir para o mercado nacional e internacional, a instalar novas plantas industriais para além das fronteiras de Sapiiranga e também do Brasil. Com os objetivos de incrementar a produção de calçados e a busca por menos custos no processo de produção a empresa expandiu suas unidades fabris para o Nordeste brasileiro.

As unidades fabris, em um curto período de tempo, instalaram-se nos municípios de Itapajé (1997), Uruburetama (1999), Pentecoste (2002), todos no Ceará, e no município baiano de Ipirá, em 2003. Não foi por acaso a busca por municípios nordestinos: naquele momento o setor calçadista passava por profundas mudanças e a Paquetá também precisou passar por essas mudanças para se manter competitiva no mercado das exportações.

Além das plantas produtivas já fixadas em estados nordestinos, em 2006 a Paquetá inaugurou a primeira unidade produtiva fora das fronteiras brasileiras. A cidade contemplada com o empreendimento foi Chivilcoy, distante 160 km de Buenos Aires na Argentina.

MATERIAIS E MÉTODOS

Objetivando atingir a inquietação inicial da pesquisa, foram realizadas no decorrer do ano de 2018 pesquisas de caráter quantitativa e qualitativa que visaram entender como ocorrem às dinâmicas que envolvem as relações produtivas terceirizadas da empresa Paquetá em Itapajé-Ceará. Como marco inicial do estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, monografias, artigos, dissertação de mestrado e teses. A pesquisa bibliográfica se deu a partir dos trabalhos de autores como Pereira Junior (2012); Araújo (2007); Froehlich (2009); Gadelha (2009); dentre outros que também visam compreender a dinâmica do setor calçadista.

Já a pesquisa de campo foi realizada entre os meses de junho a agosto de 2018, durante esse período foram realizadas visitas informais em alguns ateliês, residências de trabalhadores e facções de costuras informais. As entrevistas foram realizadas por meio de diálogos informais com diversos trabalhadores do setor no município de Itapajé.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com as recentes transformações ocasionadas pela integração mundial, caracterizada como globalização, o mundo tornou-se “menor”, devido ao aprimoramento das técnicas que permitiu uma maior facilidade no que se diz respeito à informação e o deslocamento de pessoas e mercadorias. Também foram essenciais para o desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema político/econômico ditador das regras em várias esferas da sociedade, principalmente as que se referem à economia, ao favorecer a acumulação capitalista.

“A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2000, p12). Internacionalização essa que resultou em uma integração não global, já que a globalização não ocorreu de maneira igual, assim como acentuou as disparidades entre países e locais.

Sendo a globalização, portanto, resultado dos interesses de um mercado que necessita expandir suas fronteiras em busca de novos mercados consumidores e que em seguida acarreta uma integração produtiva, que ocorre a partir da relação direta entre lugares no processo produtivo disposto a atender o mercado global.

Já a acumulação capitalista surgiu em decorrência de um processo histórico caracterizado pelo capitalismo no acúmulo de riquezas. Para Harvey (2001), a acumulação capitalista destaca-se como principal objetivo do capitalismo em sua essência, já que condiciona a expansão de suas ideias de maneira dinâmica e revolucionária.

Tendo como influência as dinâmicas da globalização, o setor industrial também passou a integrar lugares e a expandir sua produção para novos territórios a fim de usufruir dos benefícios da globalização e a seguir as regras impostas pelo mercado global, já que as empresas assumem as importações e exportações como vetor de geração de riquezas e acumulação capitalista.

A partir da reestruturação espacial iniciada ainda no século XX, as empresas deslocaram pelo espaço geográfico suas plantas produtivas e se apropriaram de novos espaços. No entanto, as dinâmicas produtivas passaram a ser mais flexíveis, no sentido de que as empresas, mesmo distantes geograficamente, realizariam constantemente troca de mercadorias e serviços.

Além do mais, a reestruturação espacial fez surgir, no cenário produtivo, uma nova formulação no que se refere à divisão territorial do trabalho, já que há um intenso deslocamento de informações e mercadorias. Sob essa ótica de entender as dinâmicas espaciais da produção, Santos (1988) ressalta que há a existência de uma organização de subespaços que estão interligados a partir de uma lógica global e não mais local.

Santos (1988) irá definir a organização da produção a partir do conceito de circuitos espaciais da produção, que em suas palavras seriam “as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final” (SANTOS, 1988, P.17). Sendo assim, os circuitos espaciais da produção envolvem as distintas etapas da produção de um determinado produto e o destino dessas mercadorias.

Atualmente, a empresa de calçados Paquetá encontra-se em destaque no que se refere à produção para exportação, e para atender à crescente demanda, nas últimas décadas, deslocou sua planta industrial para vários estados e cidades brasileiras com o objetivo de reduzir os custos da produção e assim tornar-se competitiva globalmente. Com o atual aperfeiçoamento das tecnologias, os lugares tornaram-se cada vez mais “próximos”, no sentido de se integrarem a diversas cidades, estados e até países em uma única esfera.

No que se refere à produção de calçados, essa divisão torna-se ainda mais necessária, por envolver diversos agentes no processo de fabricação. A Paquetá possui uma densa relação territorial e contratual entre suas plantas industriais, garantindo melhores resultados na produção. Pereira Júnior (2017) enfatiza que “o processo produtivo industrial, antes restrito ao espaço fabril, assumiu nova dimensão: os produtos passaram a ser planejados num lugar, fabricados e montados em outros e consumidos globalmente” (PEREIRA JÚNIOR, 2017, p.3).

São muitos os agentes envolvidos no processo de produção, que vão desde a criação até a distribuição do produto. No que se refere ao tipo de produto confeccionado pela Paquetá, destaca-se os calçados esportivos e femininos para marca própria e também para marcas como Adidas, que é referência nos calçados esportivos.

É notável a complexidade que envolve o processo de fabricação de um calçado. É uma produção segmentada, que interliga diversos agentes em múltiplas escalas, por meio do uso de matéria-prima de vários lugares para a fabricação de um único par. A produção tem início ainda no momento de pesquisa do novo produto a ser fabricado, como relata o operador de produção que há quinze anos trabalha na fábrica em Itapajé.

No Sul é onde tudo começa. É lá que a equipe pesquisa as tendências da moda no Brasil e exterior; faz o cálculo de valores e material a ser utilizado e o tempo estimado para a confecção do modelo. Logo após todo esse processo, mandam para Itapajé o modelo e a quantidade a ser produzida (J.F, 35 anos).

Com o calçado já idealizado, é dado início a compra de insumos e materiais para a produção. Após a escolha da unidade de produção que se adeque aos procedimentos, é enviado a matéria-prima como o couro, PVC, cola, acessórios, linhas, pedrarias etc. Em média, esses produtos, após o pedido feito pela matriz, demoram cerca de uma semana para chegar ao município, sendo deslocada por meio de transportadoras gaúchas que prestam serviços a empresa.

Além do couro e materiais sintéticos, a Paquetá também recebe de outros estados os adesivos utilizados na colagem dos sapatos. Alguns são originárias do Sul do país, como a empresa Kisafix, com sede na cidade de Novo Hamburgo/RS; Artecola Química, em Campo Bom/RS e a FCC em Jacuípe/BA, ambas fornecedoras de adesivos (cola) voltados para a fabricação de

sapatos. Sapiiranga também fornece acessórios que são essenciais no design do sapato, sendo a Altero a principal distribuidora das encomendas com destino à Paquetá Itapajé.

São muitos os agentes envolvidos na produção que é finalizada no chão da fábrica e que diretamente articulam entre si estratégias e se organiza de acordo com as exigências do capital e da produção. Isso tem como resultado a flexibilização da produção e a troca de serviços que expandem os muros da fábrica e chegam a atingir outros municípios, estados e até mesmo países.

Em solo cearense, a Paquetá torna-se ainda mais dependente dos serviços de costura e montagem do sapato do que de materiais, no entanto, ainda assim, possuem relações com algumas empresas de componentes que se encontram no estado e que realizam a distribuição de materiais para a unidade aqui pesquisada.

As empresas envolvidas na distribuição de materiais e que possuem filial no Ceará têm porte pequeno e médio, muitas de origem gaúcha, que foram atraídas pelas empresas calçadistas para atuarem no estado. Elas são dinamizadas por meio da compra de materiais, como ocorre com a Paquetá, que necessita diretamente de alguns fornecedores mais próximos geograficamente, que atendem com materiais como embalagens e ornamentos para seus calçados.

Desse modo, para a escala do Ceará, a Paquetá mobiliza algumas empresas especializadas na produção de componentes como cabedais, solas e metais para enfeites dos sapatos. Em relação à produção, a Paquetá calçados em seu produtivo envolve desde trabalhadores formais até trabalhadores informais que disponibilizam suas residências para a produção de componentes artesanais para calçados de luxo que tem como destino o mercado americano e europeu.

Os resultados da precarização do trabalho no setor calçadista podem ser observados na maneira como a empresa se relaciona com os trabalhadores terceirizados, sendo estes submetidos a produzirem parte dos calçados em sua residência em troca de pequenas remunerações, a ser contabilizadas de acordo com a produção realizada diariamente.

A terceirização da produção de calçados não ocorre somente pelo relacionamento entre Paquetá/ateliês, mas também por meio de subcontratação informal, em que a empresa envolve em seu processo produtivo agentes externos que podem realizar as atividades artesanais da confecção do calçado em suas residências.

Essa prática surgiu em decorrência das mudanças da própria necessidade de expansão da produção toyotista, que não limita mais a produção somente na fábrica e passa a se apropriar de espaços que oferecem condições e mão de obra abundante, como em áreas periféricas da cidade e na zona rural.

O trabalho domiciliar é uma importante atividade para o setor calçadista por “aproveitar-se” das carências econômicas da população para a compra de mão de obra barata e a racionalização da sua produção. Para a confecção de uma sandália rasteirinha da Capodarte, por exemplo, há mais necessidade de uso do trabalho manual do que mesmo das máquinas. Porém, os trabalhadores que estão na fábrica não podem dedicar-se a essa atividade por exigirem tempo disponível e por esse motivo é transferido para bancas domiciliares, por se tratar de uma atividade que necessita de maior dedicação.

Ao analisarmos a forma como ocorre a relação entre o trabalho domiciliar e a produção de calçados, são notáveis as fases de subcontratação existentes, quando em um primeiro momento a Paquetá contrata os serviços dos ateliês para a confecção de cabedais, solas e palmilhas e esses individualmente compram o trabalho de terceiros para a atividade de costura de detalhes

do cabedal. Em observação as atividades, se conclui que a subcontratação passou por duas fases até chegar à casa das mulheres que realizaram manualmente a costura dos ornamentos das sandálias.

Os grupos das costuras manuais podem ser encontrados em quase todos os bairros e alguns distritos do município de Itapajé. Ao observar as ruas da cidade é comum encontrarmos mulheres costurando peças de sandálias em suas calçadas e varandas e, em sua volta, sacos plásticos com outras peças a serem costuradas de acordo com o ritmo em que o corpo permite. Em algumas dessas, diariamente algumas mulheres se reúnem para realizar a entrega e recebimento de novos kits para costurarem.

Normalmente nas casas onde há maior número de mulheres em grandes grupos é a residência da responsável em fiscalizar o material e aprender a costura para depois ser repassada para as demais. Cada grupo em média conta com até 30 mulheres responsáveis pelo pesponto das sandálias sem faixa de idade definida. São jovens e idosas realizando esse tipo de atividade. Sobre as características desse tipo de trabalho domiciliar uma das costureiras nos explica que:

A minha casa é um ponto de coleta de material, é aqui que o rapaz vem deixar e pegar o material diariamente e depois é que as mulheres pegam esse material e levam para a suas casas. O prazo dado por esse rapaz é de 24 horas e não podemos atrasar porque a fábrica já está esperando por essa costura (G. L, 25 anos).

Ainda durante a entrevista, constatamos que a contratação das mulheres ocorre por meio de um agente intermediário que se relaciona com as mesmas. Quanto ao pagamento, elas recebem por peça produzida e são representadas pela dona do grupo, que mensalmente recebe do intermediário o pagamento de todas as mulheres de seu grupo para depois ser efetuado o pagamento da produção de todos envolvidos no grupo.

A empresa paga em média R\$ 0,80 por peça produzida, dependendo do modelo que, segundo a fábrica, “são mais fáceis de fazer” e exigem menos tempo das artesãs. Diariamente, a responsável pelo grupo recebe do intermediário 80 pares de cabedais para serem feitos a costura de ornamentos durante toda a semana. A exceção é na sexta-feira, pois devido ao final de semana, recebem 100 pares para ser entregues na segunda-feira.

Como afirmam as entrevistadas

Quando é sexta-feira todo mundo aqui recebe mais cabedais do que o de costume, porque na segunda-feira cedinho o rapaz vem pegar o material. Durante todo o final de semana na minha casa costuramos até na madrugada para que dê tempo entregarmos. Meu esposo e meu filho também me ajudam a fazer porque eu não daria conta sozinha (A.C, 20 anos).

Lá da minha casa eu e a minha irmã que fazemos a costura e controlamos a quantidade da produção de par individualmente para que no dia do pagamento não tenha nenhum tipo de confusão, e também não é permitido mais de um integrante da família que mora na mesma casa pegar material para costurar e por isso fazemos juntas (G.S, 18 anos).

Aqui é muito trabalho o e pouco dinheiro senhora, passamos o mês costurando, furando os dedos com agulha e no final o dinheiro recebido não dá para fazer as compras do mês, só faço isso porque não tenho mais idade de conseguir um emprego e meu aposento ainda não foi aprovado (M.G, 55 anos).

O espaço em que é feito a entrega do material acontece no chão da casa dos responsáveis. Tudo é conferido ali mesmo, longe de toda a dinâmica da fábrica e seu maquinário. A partir de então a fábrica passa a ser a casa de cada artesã e as mesmas se transformam em funcionárias da

Paquetá, mesmo não tendo nenhum tipo de direito trabalhista, e exercendo a atividade em suas residências, juntamente com seus familiares.

É eminente relevar que mesmo sendo um exercício precário e cercado de exploração, muitas pessoas diariamente querem participar dos grupos e chegam a ficarem meses aguardando serem recrutadas para tal atividade. Após serem convocadas para o grupo é necessário passar algumas semanas treinando juntamente com a representante da banca para que possam se aperfeiçoar na costura.

Raramente chamamos para os grupos pessoas que não tem nenhum tipo de experiência com a costura. A principal exigência dos contratantes é de que a pessoa tem que já ter trabalhado na Paquetá ou em algum ateliê, porque fica mais fácil e rápido acompanhar o ritmo dos demais membros (G.L, 25 anos).

Há grupos que chegam a um total de até 30 pessoas nos últimos meses do ano. Devido à própria dinâmica do mercado consumidor, são esses os períodos em que há um aumento significativo no número de mulheres realizando o enfiado. Também é nesse mesmo período que chegam as peças mais difíceis de costurar, que são as botas de cano médio e alto que tem como destino os Estados Unidos e Europa. A costureira destaca que

No final do ano as botas chegam em grandes lotes e por ser trabalhosa de se costurar nos é pago R\$ 1,80 por cada par costurado. Essa época é a que mais trabalhos porque é a oportunidade de se ganhar melhor e muitas costureiras chegam a sacrificar seus momentos de lazer para produzirem cada vez mais para no fim do mês terem bons resultados (V.G, 40 anos).

Assim como no espaço da fábrica, as trabalhadoras domiciliares também se dedicam integralmente a produção de calçados, mesmo sendo “invisíveis” para a empresa e cedendo suas residências para a produção, já que as empresas transformam a casa desses indivíduos em fábrica e ditam os ritmos que cada um deve ter ao se comprometer com a produção de calçados. Muitas dessas mulheres não têm a noção da sua importância no processo produtivo, e tão pouco sabem o valor pago por cada par de sapato por elas produzidos no mercado internacional.

Como principal palco das mudanças resultantes da reestruturação produtiva e dos objetivos do capital, o território itapajeense foi atrativo a essas dinâmicas, principalmente pela abundância de mão de obra e aos trabalhadores que se oprimem com o poder do grande capital e as constantes explorações de sua força de trabalho. Isso ocorre no chão da fábrica ou em suas residências, submetendo-se a trabalhar em ambientes inadequados e expostos aos perigos da atividade.

Como centro de todas as mudanças no espaço itapajeense, a Paquetá inseriu no território as principais características da expansão e materialização da acumulação flexível por meio de suas relações produtivas e de trabalho em escala local, fazendo com que as pessoas se adaptassem com o acelerado ritmo da produção na fábrica e com a cronometragem, tanto na esteira quanto nos ateliês e domicílios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil a produção de calçados se configura como uma importante atividade econômica, destacando-se como um setor com características particulares e extensivo em uso de mão de obra. Até o ano de 1980, a atividade de produção de calçados brasileira se concentrava nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, sendo estes os principais polos produtores. No entanto, é observado, após esse período, um intenso fluxo de empresas que se deslocaram

principalmente para a região Nordeste em busca de redução nos gastos produtivos e de atrativos fiscais.

Como parte das políticas dos governos cearenses, se tinha o objetivo de transformar o estado do Ceará no maior parque industrial do setor calçadista do Brasil. A execução do projeto não chegou a ser consolidada, mas transformou o estado do Ceará no segundo maior produtor de calçados do Brasil, ficando atrás apenas do tradicional polo do Rio Grande do Sul.

Em meio à transferência de plantas produtivas para o Nordeste, o Ceará destacou-se entre os estados nordestinos no que se refere às ações que atraíram diversas empresas calçadistas para seu território. Dentre essas empresas está a Paquetá Calçados, uma das principais empresas exportadoras de calçados do país. Instalada nos municípios de Uruburetama, Pentecoste e Itapajé, a Paquetá inseriu nesses espaços novas formas produtivas e organizacionais que modificaram completamente a paisagem e a vida dos agentes envolvidos em seu processo produtivo.

A reestruturação produtiva e territorial foi um estímulo para se manter compatível com outros grandes produtores mundiais, também tendo sido uma resposta aos problemas enfrentados pelo setor brasileiro a partir da inclusão de países asiáticos ao mapa de grandes polos produtores mundiais. Com a materialização da reestruturação territorial, as empresas tiveram que se reorganizar internamente a fim de se manterem competitivas mundialmente.

Como característica principal, a Paquetá não lucra somente com os benefícios fiscais, mais também com o trabalho vivo, por meio da exploração de seus trabalhadores e o baixo valor pago pela força de trabalho. A Paquetá recruta atualmente em Itapajé, em média, 3 mil trabalhadores direta e indiretamente, por meio da fabricação de calçados e componentes. A partir de sua instalação, em 1997, a Paquetá se tornou a principal geradora de empregos no município, e também a utilizar formas produtivas com fortes características da acumulação flexível.

O sistema produtivo da unidade Itapajé é similar às demais empresas do setor, tendo como particularidade a produção segmentada e a divisão de funções no processo produtivo, típicos de um misto entre um sistema fordista e flexível. Na filial de Itapajé, as relações de produção ocorrem dentro e fora do espaço fabril, sendo internamente manipuladas pela cronometragem da produção e as divisões de funções na esteira, que em conjunto articulam e influenciam as relações externas.

A precarização do trabalho é umas das marcantes características observadas a partir da Paquetá, onde por meio de suas relações de trabalho estimulam a prática de atividades terceirizadas e a inclusão de novas técnicas produtivas resultantes da globalização. O trabalho de costura manual, realizado por mulheres informalmente é resultado das dinâmicas do sistema pós-fordista.

A análise realizada em Itapajé, por meio da Paquetá, nos oportuniza compreender o papel desempenhado no espaço da fábrica e o processo de fabricação de calçados, que envolve múltiplos agentes identificados pelo fardamento. Já os ateliês, são empresas subcontratadas pela Paquetá para produzirem partes dos calçados como o cabedal, que há alguns anos era fabricado na empresa maior.

O trabalho domiciliar é uma das principais estratégias produtivas da Paquetá, sendo caracterizado como um processo de precarização do trabalho, já que os agentes trabalham informalmente e sem qualquer tipo de direito trabalhista. O trabalho domiciliar, assim como o realizado na fábrica, possui características particulares e uma remuneração baseada no

quantitativo produzido individualmente. Diferente do que ocorre na fábrica, o trabalho domiciliar não especifica as horas trabalhadas, mas cronometra o tempo em que as peças devem ser costuradas, sendo necessária a dedicação de várias horas de costura.

Diante deste contexto, ressaltamos que a Paquetá calçados faz uso do território de Itapajé em suas dinâmicas produtivas e se beneficia principalmente da exploração da mão de obra, resultando assim em uma alarmante precarização do trabalho. A reestruturação territorial e produtiva em Itapajé pode ser observada na forma como a Paquetá firma seus laços produtivos e se relaciona com o trabalho vivo. Por fim, o estado do Ceará é um espaço que mesmo se destacando como um grande produtor de calçados, ainda é totalmente submisso aos estados de origem das empresas, fenômeno que pode ser percebido no fluxo material e imaterial da produção.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Humberto Marinho. Práticas espaciais, gestão seletiva, e o desenvolvimento territorial do Ceará. In: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 2012. Teresina. Anais eletrônicos. Teresina-PI: Ciso, 2012. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT20-34.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- ALMEIDA, Diego Gadelha. Indústria e reestruturação sócio-espacial: a inserção de Sobral na divisão espacial da produção calçadista. 2009. 145f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.
- ARAÚJO, Nançy Gonçalves. A industrialização no Ceará: breves considerações. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia v. 27, p. 97-114, 2007.
- BERNAL, Maria Cleide Carlos. A Metrópole Emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: UFC, 2004.
- CARDOZO, Soraia Aparecida. Políticas Estaduais de Atração de Investimentos Baseados em Isenção fiscal: uma análise do estado do Ceará de 1995 a 2008. Revista Econômica do nordeste, v. 42, p. 641-660, 2011.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- LOAYZA, Ana Cecilia Vasconcelos. Fatores determinantes do deslocamento de setores intensivos em mão de obra para o nordeste: o caso das grandes empresas calçadistas brasileiras a partir dos anos de 1990. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2011.
- PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização do Ceará. 2011. 189f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2011.
- PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. Configurações espaciais produtivas e sistema urbano regional no nordeste do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017. São Paulo, Anais eletrônicos. São Paulo: ENANPUR, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%201/ST%201.5/ST%201.5-01.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado-fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

TELES. Glauciana Alves. Mobilidade, trabalho e interações socioespaciais: o complexo industrial e portuário do Pecém no contexto da região metropolitana de Fortaleza. 2015. 404 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

Disponível em: <http://www.uece.br/mag/dmdocuments/glauciana_alves_teles.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2018.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA PAISAGEM URBANA

Wilker Gomes Pereira

Davi Oliveira

Wagner Vinicius Amorim

INTRODUÇÃO

Como uma nova tendência da precarização do trabalho, os aplicativos desenvolvidos para entrega e consumo de alimentos se tornaram uma saída para muitos indivíduos que se encontram desempregados. Em seus meios de locomoção próprios ou não, normalmente motocicletas e bicicletas, esses indivíduos estão desprovidos de direitos trabalhistas mínimos e, a eles, é vendida toda uma ideia de que assim tornam-se donos da própria força de trabalho. Uma falsa ideia mascarada de informalidade no mercado de trabalho, que sempre foi comum na vida cotidiana de muitos, mas que atualmente transfigura-se como um recorte materializado da paisagem momentânea e imediata da vida urbana através dessa nova relação informacional de exploração. O presente resumo procura ser interdisciplinar ao tomar como base estudos do tema, que tem um caráter sociológico, e abordar ideias principalmente a respeito da categoria de análise geográfica da paisagem.

Contextualizaremos essa nova modalidade de trabalho em sua estrutura, a qual nos possibilitará enxergar sua atual dinâmica na paisagem urbana em suas relações, onde a cidade se torna um lugar já configurado ou que potencializa essa configuração para receber esse novo tipo de serviço, pois a morfologia que sustenta o espaço urbano favorece a reprodução das relações sociais de produção capitalistas em bases cada vez mais exploratórias do trabalhador.

Contudo, não pretendemos abordar todas as dimensões desse tema, deixando de lado os conflitos existentes entre taxistas e motoristas das empresas-aplicativo, as questões judiciais que envolvem a informalidade virtualizada desse tipo de trabalho, os aspectos psicossociais do trabalhador motorista ou as consequências da pandemia nesse modo de apropriação do trabalho. O foco desse resumo se sustenta na inserção da uberização nas relações de consumo da paisagem urbana.

A PRECARIZAÇÃO EM SUA FORMA ESTRUTURAL

A estrutura que sustenta esse processo de precarização vem se montando ao longo das últimas décadas, tendo como base o taylorismo e o fordismo como sistema de exploração do trabalho e que, a partir dos anos 1970 se desenvolveu com o surgimento do toyotismo e de métodos flexíveis. A tendência à precarização é de âmbito global e ocorre de modo espontâneo, mas se fortalece na virada do século XX, pois traz consigo um veloz avanço de tecnologias de comunicação, tornando esse processo digitalizado e informacional (ANTUNES, 2018).

Em 2020, a taxa de informalidade do Brasil, segundo IBGE (2020), atingiu seu maior nível desde 2016 com 41,1% e, em 18 estados, ultrapassa a média variando de 41,2%, em Goiás, até 62,4% no Pará. Apesar da informalidade do trabalho ser um elemento presente no espaço urbano, esse tipo de informalização é potencializado com o uso da tecnologia. Como um processo simbiótico onde essa nova modernização intensifica os níveis de informalidade e precariedade do trabalho que é mesclado a uma longa transformação do capital que chegou a sua era de mundialização e financeirização em escala global e fomenta uma nova divisão internacional do trabalho como uma nova forma de gerar trabalho excedente ao mesmo tempo que reduz os custos de produção, nesse caso, os custos que precisam ser desembolsados para os trabalhadores.

O que há a partir disso tudo é uma flexibilização do sistema de acúmulo de capital. Um novo mecanismo que, parafraseando Bauman (2001) sobre essa flexibilidade, “anuncia empregos sem segurança, compromissos ou direitos, que oferecem apenas contratos a prazo fixo ou renováveis, demissão sem aviso prévio e nenhum direito à compensação” (BAUMAN, 2001, p. 185). Em consequência, o espaço das relações sociais na esfera de circulação e de consumo são afetadas pois essa lógica da flexibilidade, que é efêmera, transborda para além dos muros das empresas. Além, claro, das mudanças proporcionadas qualitativamente ao estatuto do

trabalhador configura empresas, formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho. Por conta dessa nova lógica flexível, alguns autores que se dedicam a estudar essa temática, a denominam de uberização do mercado de trabalho digitalizado (NURVALA, 2015), uberização do trabalho (ABÍLIO, 2017), a era da uberização (FLEMING, 2017; HILL, 2015) ou uberização da força de trabalho (POCHMANN, 2017).

Logo, empresas uberizadas, conforme indica Abílio (2017), transferem os riscos e custos do empreendimento para os trabalhadores autônomos, devidamente cadastrados em suas bases de dados e dispostos a realizar as atividades com seus próprios recursos (veículos, equipamentos, maquinários etc.). Contextualmente, exploram-se três aspectos centrais ao atual estágio de desenvolvimento capitalista: a mobilidade urbana, a legislação digital e o desemprego estrutural.

A urbanização como base

A uberização se encontra principalmente nos grandes centros urbanos. A cidade é o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital (SPOSITO, 2000, p. 64), uma vez que “a cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho”. Assim, o espaço urbano favorece o processo de uberização na medida em que sua dinâmica e sua materialidade apresentam as melhores condições à reprodução do capital.

Ao analisar o espaço urbano, as contradições e a combinação desigual dos problemas imprime marcas na paisagem. Carlos (1994) declara que o urbano é um produto do processo de produção em um determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação), mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Logo, o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar; é um modo de vida.

Dessa forma, as dinâmicas das relações de consumo e os impactos na produção do espaço urbano produzem uma “paisagem do consumo” que, com o tempo, vai integrando os trabalhadores das empresas uberizadas.

Das concepções de paisagem a materialização no cotidiano

A partir de estudos que se debruçam na paisagem como categoria de análise, existem aqueles que o enxergam como uma experiência mais cotidiana das pessoas e sua apreensão a paisagem. Por isso, nos concentramos em propor uma revisão de algumas pesquisas que predominam, minimamente, no campo da categoria de paisagem.

Duby (1980) traz uma contribuição de extrema importância para o entendimento dessa categoria de análise ao colocar que paisagem é “a inscrição no território da globalidade de uma visão de mundo”. Relph (1990) também traz sua contribuição e propõe que paisagem é “o contexto visual da existência cotidiana” pois a vê como resultado material das relações do dia-a-dia.

Em seu livro *Paisagens do Consumo*, Ortigoza (2010) sintetiza o conceito de paisagem a partir da concepção de outros geógrafos e declara que “a paisagem é a produção do espaço que consubstancia os valores, as ideias, as culturas, sistemas de produção, modos de vida de uma sociedade, num determinado momento histórico, e desse modo é uma categoria de análise geográfica que permite analisar e decodificar a realidade em diferentes escalas”.

Com isso, ao observarmos o sistema de funcionalidade dos restaurantes, adaptados a um cotidiano e tempo escasso que é decorrente das metrópoles, oferecem ao consumidor uma velocidade no recebimento da mercadoria e em outro momento, uma consumação do próprio ambiente de consumo ao frequentá-los. Os entregadores estão mediando essa dinâmica de distribuição do consumo.

MATERIAL E MÉTODO

Para fundamentarmos o estudo, foram feitas observações em campo no bairro Aldeota - Fortaleza/CE, em duas avenidas de grande fluxo durante os expedientes do almoço (entre 11 horas e 13 horas) para detectar uma maior frequência dos entregadores dos aplicativos de comida. O critério para escolher os locais e horários não foram baseados em dados sobre o número de pedidos, visto que não estão disponíveis, tratamos de partir dos pressupostos da concentração dos serviços comerciais e pontos de maior aglomeração de trabalhadores.

Para além disso, observamos o fluxo de entregadores que entram e saem dos shoppings centers próximos ao endereço e seu percurso levando em conta a mobilidade do bairro que apresenta um sistema ciclovitário que suporta as duas avenidas quase totalmente (SEFIN, 2018). Por fim, realizamos uma contextualização da precarização do trabalho do recorte supracitado baseada nas contribuições de Ricardo Antunes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A expressão da manipulação do espaço, juntamente a uma paisagem de consumo pelo capital e pelo Estado são as decisões que precarizam o emprego no Brasil, mais especificamente. O tempo da metrópole está também integrado ao cotidiano dos entregadores tomando como exemplo o curto tempo que os mesmos têm para fazer as entregas, como uma espécie de meta a ser batida.

Em decorrência disso, temos um elemento que torna cada vez menos transitório e tão mais presente na vida dos afetados pelo desemprego e no imaginário social dos cidadãos fortalezenses. Notadamente, o poder do capital simbólico coletivo que atrai, neste caso, especificamente os que estão com a escolha, em sua maioria apenas essa como a única escolha, de serem outdoors ambulantes das grandes marcas de aplicativos de entrega.

Outro aspecto dessa paisagem seria discutir a relação existente entre os entregadores e a formatação desse espaço urbano, se considerarmos a estruturação da malha viária e sua inserção a mobilidade e ampliação, de modo, que facilita e favorece o trânsito de motos com faixa de contenção e ciclofaixas exclusivas para ciclistas. Decerto, não pretendemos dizer que foram feitas para isso, no entanto, que integram, dentre outros elementos, a uberização do trabalho na paisagem urbana em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa oferece diversas opções de debate ao tema, no entanto, nota-se uma problemática presente nesse processo de informalidade e flexibilização do trabalho que, estruturalmente, vem tornando-se o mais atual sistema de exploração do trabalhador que se dá através do desmonte de direitos trabalhistas e da ampliação digitalizada do capital em sua desmedida contradição de, aumentado o número de desempregados, mesmo assim gerar lucro ao tomar tudo que estiver à disposição para sua serventia.

Portanto, o espaço urbano está a serviço do capital assim como a paisagem está para as noções observadas, exprimindo aspectos da realidade substanciada pelo sistema e retroalimentada pelas mudanças na paisagem urbana em Fortaleza/CE, dispondo-nos de constatações científicas possíveis a outros contextos metropolitanos e porquê não de outros espectros urbanos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. PASSA PALAVRA. 19 FEV. 2017. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2017/02/110685>>. Acesso em: 20 MAR. 2017.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- IBGE. Agência de Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>>. Acesso em: 16 de JUN de 2020.
- JERONIMO, M. A paisagem da sociedade hipermoderna: a leitura e programa da urbanização extensiva. A CRIL como caso de estudo. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagista) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.
- ORTIGOZA, Silvia A. G. Paisagens do consumo: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 232 p. ISBN 978-85-7983-128-7.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e urbanização. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL NO RIO GRANDE DO NORTE

Iara Bezerra Da Silva
José Diogenes Alves Pereira
Virgínia de Fátima Bezerra Nogueira
Valner da Silva Nogueira

INTRODUÇÃO

Por muito tempo pesquisas realizadas sobre o desenvolvimento econômico de nações e regiões eram relacionadas ao crescimento econômico, com isso países que demonstravam maior crescimento eram classificados desenvolvidos. Entretanto, o conceito de desenvolvimento abrange não apenas o crescimento econômico de uma região, ou seja, o que de riqueza ela possui, mas também melhorias nas áreas da saúde, moradia, educação, segurança, outros. Os quais possibilitam indicar que a qualidade de vida da população melhorou (SOUZA, 2007).

Para Oliveira (2002) o desenvolvimento nas diversas dimensões deve ser consequência do crescimento econômico, em conjunto com melhorias na qualidade de vida das pessoas. Segundo o autor, é impossível pensar em desenvolvimento sem relacioná-lo a uma melhor distribuição de renda, educação, saúde, meio ambiente e etc.

35

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), o Brasil é um país com cerca de 5.570 municípios com uma área territorial de 8.510.820,623 km². Logo, o país ocupa a 75ª posição, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,755 (UNDP, 2014). O mesmo é dividido em 5 regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) a região Nordeste é classificada como a segunda maior em contingente populacional, com cerca de 53.081.950 de habitantes, representando 28% da população do Brasil. Entretanto, o Nordeste é detentor do menor IDH do país, que equivale a 0,608. Há uma relação quase direta entre o nível de desenvolvimento humano com o desenvolvimento municipal de uma região.

O estado do Rio Grande do Norte possui uma extensão territorial de 52.810,699 km², divididos em 167 municípios. Segundo dados do Censo Demográfico, realizado em 2010 pelo IBGE, o estado detém de um total de 3.168.027 de habitantes. O clima é predominantemente semiárido, devido à sua posição na área conhecida como Polígono das Secas. Sua economia gira entorno de atividades da indústria têxtil, comércio, agricultura (fruticultura irrigada), turismo, na extração e processamento de petróleo.

É importante ressaltar que nos últimos anos o estado Rio Grande do Norte teve um crescimento no setor econômico, entretanto de forma desigual, ficando esse desenvolvimento localizado apenas nas grandes cidades. Segundo dados do IBGE (2017) 55% do Produto Interno Bruto (PIB) está concentrado nas três maiores cidades do estado, sendo elas: Natal, Parnamirim, Mossoró. Levando então, à necessidade de se avaliar o desempenho de cada município de forma individual. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar o desenvolvimento municipal de Natal, Parnamirim, Mossoró, Paus dos Ferros e Caicó com base no Índice Firjan de desenvolvimento municipal – IFDM no ano de 2016.

DISCUTINDO O TEMA

Segundo Buarque (2002) o desenvolvimento de uma localidade é representado pelos fenômenos de globalização e descentralização, a qual tais conceitos são independentes e podem representar realidades específicas, podendo ou não ter relações diretas entres os mesmos, onde o desenvolvimento em si é tratado como um processo endógeno de mudança ou progresso, que ocasiona um dinamismo econômico e aumento da qualidade de vida das populações. O ato de descentralizar condições permite, que não somente o topo da hierarquia da gestão tome

decisões, mas que populações e entidades proporcionem uma pluralidade de informações. A qual a globalização fomenta o desenvolvimento de regiões devido ela permitir uma interatividade informacional e tecnológica muito mais efetiva sobre as sociedades, onde a política tem um papel fundamental, capaz de quebrar paradigmas sociais que impedem a ascensão (BUARQUE, 2002).

A mensuração de uma condição ou de várias situações que apontem estados de desenvolvimento municipais é considerada uma tarefa difícil dada as realidades serem muito distintas, mas uma ação da FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro vem mudando este cenário, quando a entidade gerou o IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, a qual o mesmo utiliza variáveis diretamente ligadas as condições sociais e financeiras de sociedades representativas no meio municipal, como saúde, educação, emprego e renda, para assim formar o índice que mensura em quatro classes: Baixo, Regular, Moderado e Alto. Estas classes denotam a condição municipal relacionada ao desenvolvimento, o índice detém uma periodicidade anual, que propicia um monitoramento mais efetivo das informações e transformações, a qual acompanha esses pontos em todos os 5.570 municípios que o Brasil detém (FIRJAN, 2020).

MATERIAL E MÉTODO

O Rio Grande do Norte abrange uma parcela expressiva da população nordestina, foi utilizado o software livre Qgis para gerar um mapa de localização dos municípios em estudo, conforme se observa na Figura 1, na qual estão em destaque os cinco municípios analisados: Pau dos Ferros, Natal, Parnamirim, Caicó e Mossoró.

Foram utilizados dados de 2016 (ano-base) divulgados em 2018 pelo FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) e o software livre Qgis.

O IFDM é a junção e análise dos seguintes componentes:

- Emprego e Renda
- Geração de emprego formal
- Taxa de formalização do mercado de trabalho
- Geração de renda
- Massa salarial real no mercado de trabalho formal
- Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal

Fonte: Ministério do Trabalho.

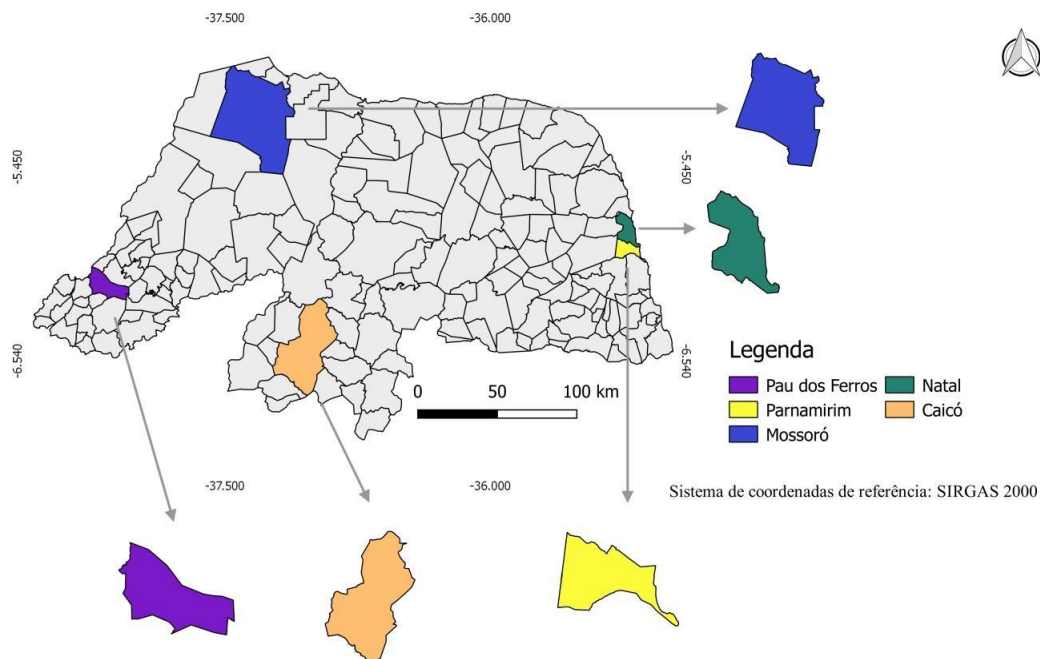
- Educação
- Atendimento à educação infantil
- Abandono no Ensino Fundamental
- Distorção idade-série no Ensino Fundamental
- Docentes com ensino superior no Ensino Fundamental
- Média de horas aula diárias no Ensino Fundamental
- Resultado do IDEB no Ensino Fundamental

Fonte: Ministério da Educação.

- Saúde
- Proporção de atendimento adequado de pré-natal
- Óbitos por causas mal definidas
- Óbitos infantis por causas evitáveis
- Internação sensível à atenção básica (ISAB)

Fonte: Ministério da Saúde.

Figura 1. Mapa de Localização dos Municípios foco do Estudo.



Fonte: Elaborado pelos autores com dados fornecidos pelo IBGE 2015.

A partir das informações citadas acima se tem a formação do Índice Firjan de desenvolvimento Municipal que expressa em uma escala de 0 (zero) a 1 (um) as condições dos municípios analisados avaliando a situação da Saúde, Educação, Emprego e Renda gerando o índice.

Foram utilizadas e processadas essas informações no Qgis e assim quatro mapas temáticos foram criados e os mesmos, expressam a condição da saúde, educação, emprego e rendas, e o do próprio índice-IFDM que é uma média dos três anteriores, dos municípios de Caicó, Natal, Mossoró, Paus dos Ferros e Parnamirim do estado do Rio Grande do Norte no ano de 2016. Posteriormente foi gerado um quadro que demonstra o ranking dos cinco municípios estudados no contexto nacional e estadual do Rio Grande do Norte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estado do Rio Grande do Norte tem sido referência em termos de crescimento econômico nos últimos anos, entretanto se trata de uma distribuição desigual, com destaque apenas em alguns municípios. Principalmente em decorrência da sua localização geográfica, que possibilita uma maior concentração de investimentos, como é o caso dos municípios de Natal e Parnamirim, por se tratar de regiões metropolitanas e por concentrar maior número de pessoas, são consideradas cidades com setor econômico em desenvolvimento.

Os municípios de Natal, Parnamirim, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros são referências no estado do Rio Grande do Norte quando se refere aos seus contingentes populacionais e características socioeconômicas. Nos quais, os municípios de Natal e Parnamirim estão localizados no litoral oriental do estado, sendo referências no setor da economia, pela geração de empregos em comparação aos outros municípios, e ainda na área do turismo com suas belas praias. A cidade

de Mossoró localizado na região oeste do estado é referência nas atividades de extração e/ou refinamento do petróleo, bem como na fruticultura irrigada. O município de Caicó é considerado o principal centro funcional em relação aos municípios ao seu entorno, por apresentar um mercado dinâmico, diversos serviços e uma rede bancária que fazem dela destaque no Seridó Potiguar. E a cidade de Pau dos Ferros no alto oeste potiguar, tem como principal atividade econômica o comércio, permitindo assim ser considerada também um polo estadual.

A saúde é um elemento básico de cidadania, devido a sua importância para segurança social. É uma parte essencial, que possui um papel estratégico no âmbito social do desenvolvimento, em função do seu valor na economia e sua influência em investimentos no setor de pesquisa e desenvolvimento (GADELHA; COSTA, 2012). Na Figura 2 está o mapa que expressa as condições municipais da saúde no estado do Rio Grande do Norte.

38

Foi verificado que a maioria do estado se encontra em nível de desenvolvimento moderado na dimensão da saúde. Acredita-se que em decorrência da falta de investimentos por parte do governo, afetando de forma direta na qualidade de vida das pessoas, que devido à condição financeira estão impossibilitados do acesso a plano de saúde privado.

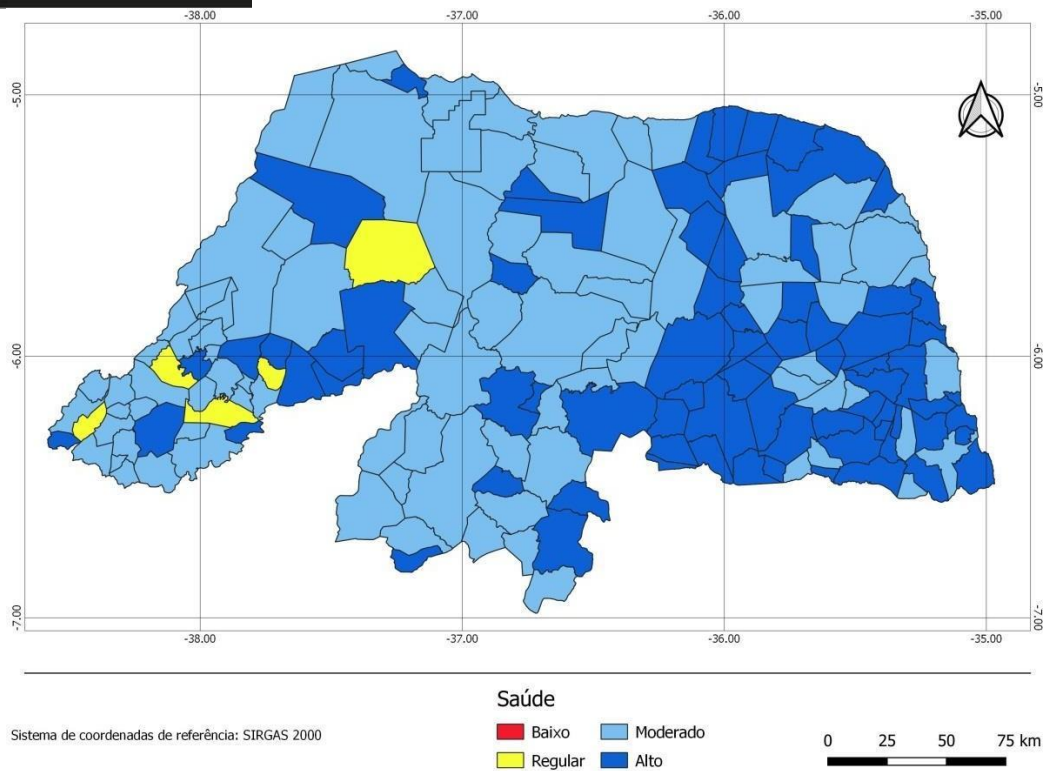
Conforme Tenório (2008):

“...a saúde é um dever do Estado porque é financiada por impostos que são pagos pelos contribuintes e os Municípios, Estados e União têm que criar condições para que toda e qualquer pessoa tenha acesso aos serviços de saúde, hospitais, tratamentos, programas de prevenção e medicamentos”.

Ainda considerando as condições de desenvolvimento com base na saúde, segue abaixo no Gráfico 1 a situação dos municípios em valores pelo Índice de Firjan. Na qual é possível observar que os municípios de Natal e Parnamirim, com valores de 0,8421 e 0,8721 respectivamente, apresentaram índices de classificação Alta. Justificando-se pelos mesmos estarem localizados na região metropolitana do estado, tendo em vista que um deles é a capital (Natal), e consequentemente recebem mais investimentos, bem como devido ao seu contingente populacional elevado, que leva a uma arrecadação maior de impostos. Sabendo que é determinado por lei, que cada município deve destinar no mínimo 15% dessa arrecadação para investir no setor da saúde. Já os municípios de Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros possuem índices de classe Moderada, com valores de 0,7898, 0,7068 e 0,7286 respectivamente. Observou-se que os cinco municípios apresentaram valores superiores a 0,7.

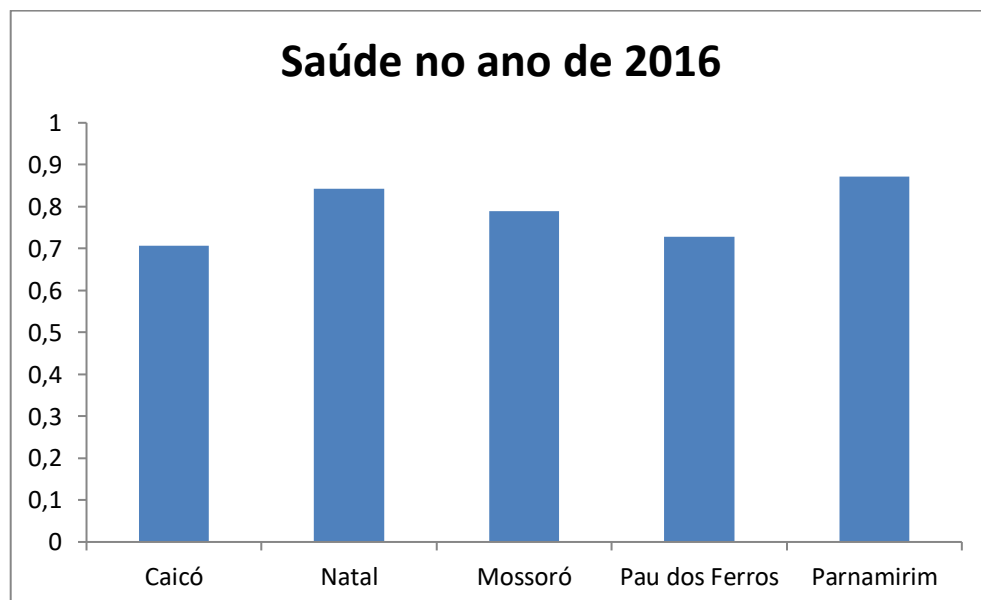
Na Figura 2 se observa que cinco municípios estão na situação Regular, seria a pior categorização na dimensão saúde obtida no estado. A maioria dos municípios ficou com classificação Moderada, dentre eles estão Pau dos Ferros, Caicó e Mossoró. Já Natal e Parnamirim ficaram na categoria Alta.

Figura 2. Mapa da Situação da Saúde dos Municípios do estado do Rio Grande do Norte em 2016.



Fonte: Elaborado pelos autores com informações cedidas pelo IBGE (2015) e FIRJAN (2018).

Gráfico 1. Situação dos municípios estudados quanto a Saúde.



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da FIRJAN (2018).

A educação é um processo indispensável para desenvolvimento do indivíduo, e é por meio dela que o ser humano consegue atingir seus objetivos, para garantir um futuro melhor. A Constituição Federal garante a todos o direito à educação, no qual é dever tanto do Estado como da família para formação de uma sociedade melhor. Dessa forma, o Art. 205 da Constituição Federal dispõe que:

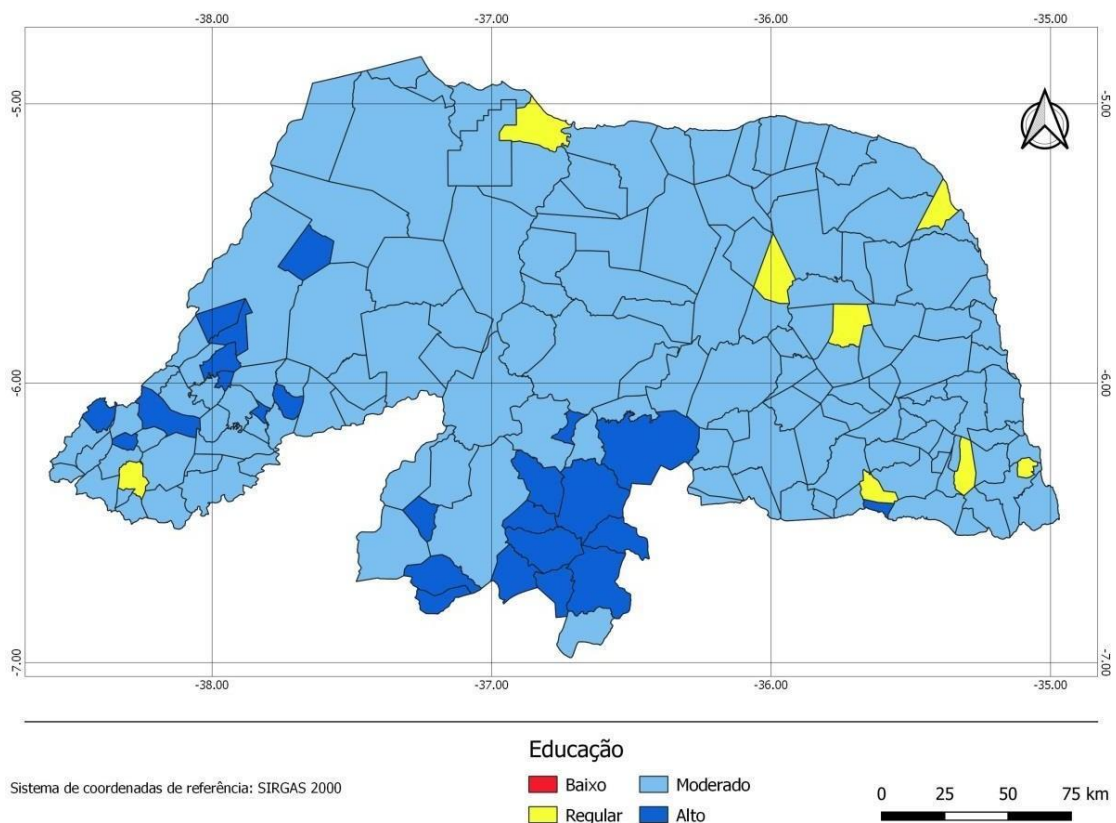
A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da

cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2007, Art. 205).

Neste contexto é perceptível como a educação é uma relevante indicadora do desenvolvimento. Na Figura 3 é possível observar as realidades municipais do Rio Grande do Norte.

De acordo, com as informações expostas na Figura 3, a educação nos municípios do estado do Rio Grande do Norte em sua maioria está com classificação Moderada. Sendo que dos 167 municípios, 8 são Regulares, 24 com ensino de padrão Alto, dentre eles Pau dos Ferros, e 135 com índice Moderado.

Figura 3. Mapa da situação da Educação dos municípios do estado do Rio Grande do Norte em 2016.



Fonte: Elaborado pelos autores com informações cedidas pelo IBGE (2015) e FIRJAN (2018).

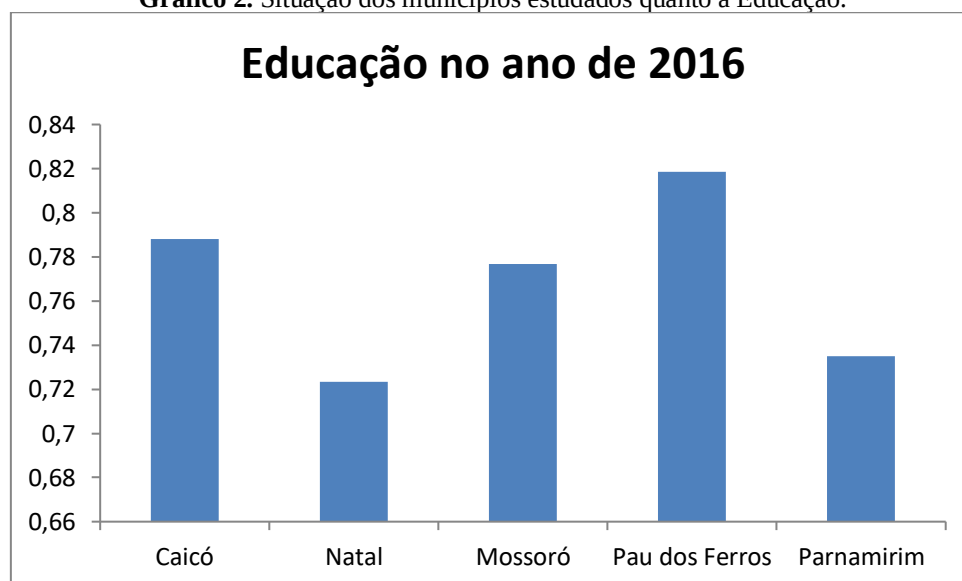
O setor da educação é visto como uma ferramenta para melhorar o desenvolvimento de um município. Entendendo que a educação possibilita um melhor desempenho econômico, pois pessoas com um maior grau de ensino tem possibilitado um aumento de produtividade, e consequentemente a um crescimento no potencial econômico. Com base neste cenário segue abaixo o Gráfico 2 que expoe as condições dos cinco municípios .

O estado do Rio Grande do Norte apresenta uma das piores notas no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em decorrência da falta de acesso a educação e pela baixa qualidade da mesma (DO NORTE, 2019). Sendo responsável pelo baixo índice de alunos com conclusão no Ensino Médio, e consequentemente no ensino superior. Como é o caso de Natal que devido à desigualdade social e econômica, resultante de uma distribuição de recursos de forma desigual, que tem resultado em um baixo índice no campo da educação.

Conforme dados do FIRJAN (2018) os municípios de Natal, Parnamirim, Mossoró e Caicó possuem uma educação classificada de moderada, em que Natal apresenta o menor índice (0,7234).

O município de Pau dos Ferros apresenta um índice de ordem alta. Devido à mesma se configurar uma cidade que deixou de produzir serviços em escala local para se tornar regional, contribuindo assim para o desenvolvimento dos municípios ao seu entorno, em especial no campo da educação, seja ela pública ou privada (CARNEIRO, ARAÚJO, DE LIMA ARAÚJO, 2013, p. 137-145). Levando assim, a cidade a ser considerada uma referência para os outros municípios circunvizinhos.

Gráfico 2. Situação dos municípios estudados quanto à Educação.



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da FIRJAN (2018).

Dejours (2007) destaca que o trabalho é e permanecerá no centro do processo de formação da identidade, da saúde, da realização pessoal, e da construção das inter-relações entre homens e mulheres, bem como do desenvolvimento da convivência e da cultura em sociedade. Dessa forma, o trabalho é muito além de apenas uma condição financeira, se trata de uma realização pessoal que cada indivíduo almeja, para se sentir útil e encontrar sentido para seu dia a dia. Entendendo esta realidade observou-se na Figura 4 a situação dos municípios do Rio Grande do Norte quanto ao emprego e Renda.

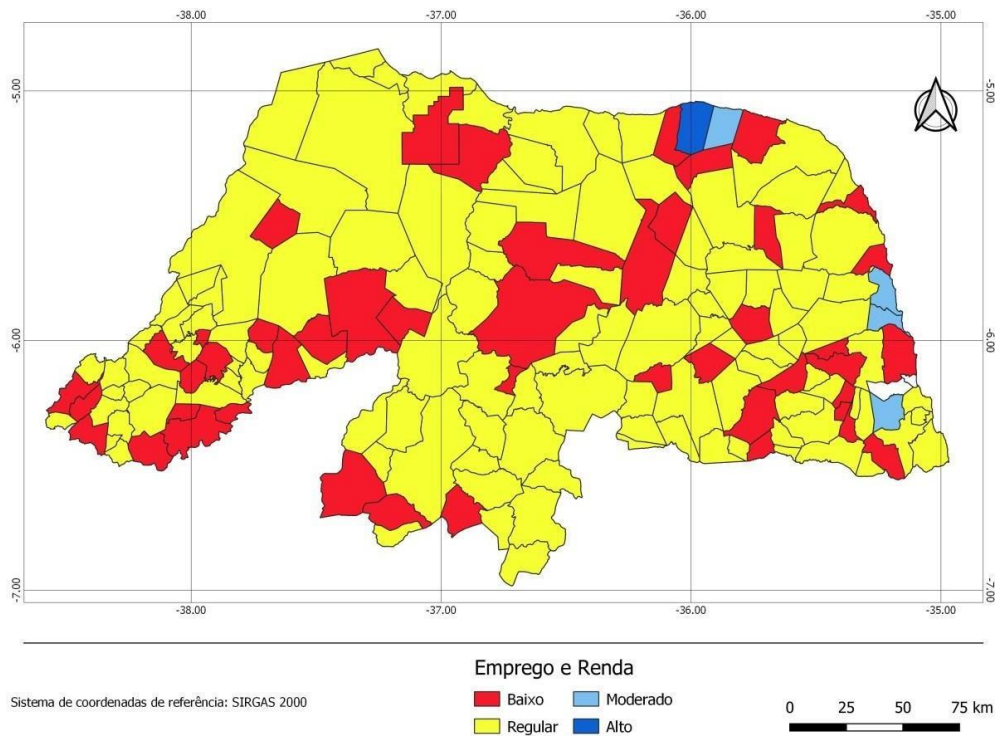
As condições de emprego e renda no estado do Rio Grande do Norte estão em sua maioria na ordem de Baixo e Regular, por apresentar poucas oportunidades de emprego, mesmo apresentando produção de petróleo, elevado potencial de produção de energia eólica e pontos diversos para turismo. Apresentando quatro municípios de ordem Moderada e apenas um atingindo o índice Alto, que é o município de São Bento do Norte. O município apresenta uma população inferior a 3000 habitantes, com um percentual de 51,2% da população com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (IBGE, 2010).

Dentre os cinco municípios analisados no presente estudo, Natal apresenta a maior geração de empregos, não apenas por ser a principal área de concentração do estado, como também pela

variedade de atividades que são desenvolvidas.

É possível observar que na Figura 4, dois municípios do Rio Grande do Norte se encontram em branco, sendo eles Arês e Senador Georgino Avelino. Em decorrência da falta de dados disponibilizados pelo próprio município.

Figura 4. Mapa da situação do Emprego e Renda dos municípios do estado do Rio Grande do Norte em 2016.

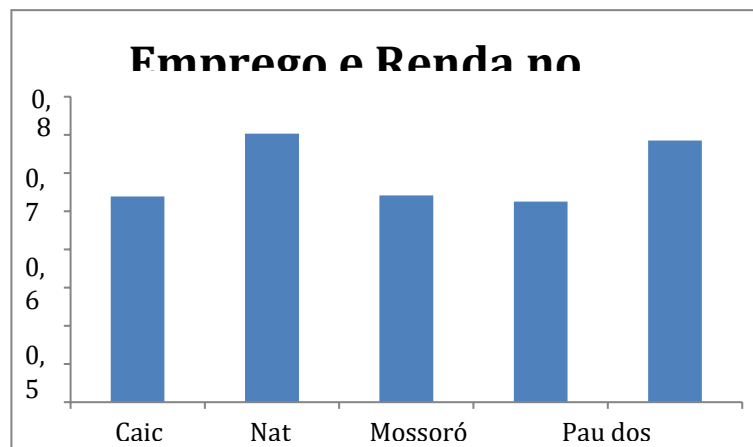


Fonte: Elaborado pelos autores com informações cedidas pelo IBGE (2015) e FIRJAN (2018).

Neste cenário segue o Gráfico 3 que expressa a condição dos cinco municípios quanto a dimensão Emprego e Renda.

Quanto ao índice de emprego e renda os municípios de Caicó, Mossoró e Pau dos Ferros estão classificados na ordem de Regular. Já Natal e Parnamirim em ordem Moderada, em decorrência de pertencerem à região metropolitana, se caracterizam como as áreas mais desenvolvidas do estado em relação ao seu poder econômico. Em especial o município de Natal, que devido ao seu processo de modernização no setor agrícola e a sua expansão industrial, permitiu que ocorresse uma aceleração no processo de urbanização da mesma, e dessa forma uma maior geração de empregos (FELIPE, CARVALHO, ROCHA, 2006).

Gráfico 3. Situação dos municípios estudados quanto à dimensão Emprego e Renda.

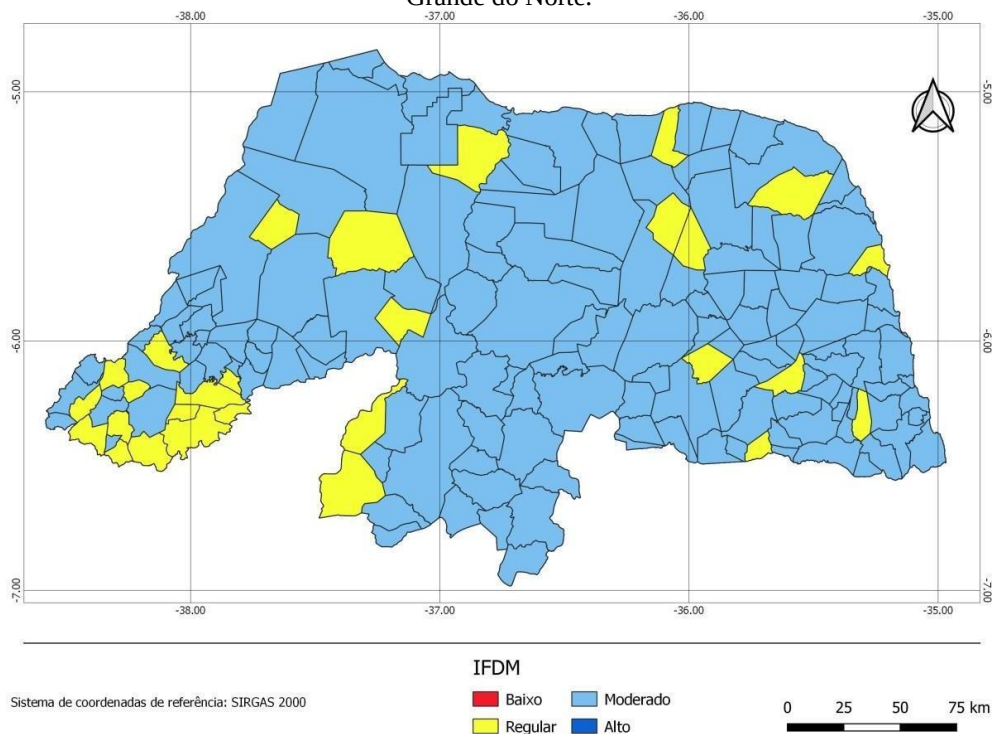


Fonte: Elaborado pelos autores com dados da FIRJAN (2018).

Para avaliar a qualidade de vida no Brasil são usados alguns indicadores, dentre eles o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Está dividido em quatro áreas, sendo elas: emprego e renda, saúde e educação. Sendo assim, avaliados de forma individual cada município, conforme as respectivas áreas. Segue na Figura 5 o IFDM do estado do Rio Grande do Norte.

É possível perceber que o estado do Rio Grande do Norte apresenta uma predominância no Índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal na ordem Moderada e alguns municípios de ordem Regular. Em decorrência da falta de uma gestão eficiente dos recursos, sejam eles destinados à saúde ou educação.

Figura 5. Mapa da situação do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM para o estado do Rio Grande do Norte.



Fonte: Elaborado pelos autores com informações cedidas pelo IBGE (2015) e FIRJAN (2018).

Nesse sentido expresso do IFDM se tem no Gráfico 3 a condição dos quatro municípios analisados neste estudo.

Conforme dados do FIRJAN (2018) e IBGE (2015) os municípios de Natal, Parnamirim, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros estão na categoria Moderado, em relação ao IFDM. Em que, Natal e Parnamirim apresentam os melhores índices de 0.7563 e 0.7641 respectivamente. Sabendo que a partir de 0.8 o índice é classificado como alto.

De acordo com o FIRJAN (2016) a região Nordeste apresentou 50,1% dos seus municípios classificados com desenvolvimento Regular ou Baixo, que juntamente com a região Norte responde por 87,2% do total de municípios com essas classificações.

O Quadro 1 mostra a classificação em escala nacional e estadual dos municípios em estudo. Sendo importante para se avaliar que em média os municípios do Rio Grande do Norte estão em uma classificação moderada, tendo em vista os 5.570 municípios brasileiros. No qual, destaca-se o município de Parnamirim por está entre os 1000 melhores.

Gráfico 3. Situação dos Municípios quanto ao IFDM.



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da FIRJAN (2018).

Quadro 1. Ranking Nacional e Estadual dos Municípios Foco do Estudo.

Município	Nacional	Estadual
Caicó	2652º	38º
Natal	1051º	5º
Mossoró	2059º	16º
Pau dos Ferros	2348º	28º
Parnamirim	911º	3º

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da FIRJAN (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas no estudo acerca do Índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) mostraram que o estado do Rio Grande do Norte apresenta na maioria dos municípios índice Moderado, apesar de que no parâmetro de emprego e renda alguns municípios ficaram na categoria Baixo, mesmo o estado possuindo diversos setores econômicos como: indústria de petróleo, seja pela extração ou refinamento, produção de sal, geração de energia eólica ou pela futeicultura irrigada, que tem expandido nos últimos anos.

Por meio da análise feita no presente estudo, foi possível concluir que o município mais rico do estado é São Bento do Norte, não quer dizer que o seja o mais desenvolvido. Tendo em vista que entre os municípios estudados esperava-se que Natal e Parnamirim apresentassem os melhores índices de educação e saúde, entretanto verificou-se que o município de Pau dos Ferros se destaca no quesito educação em comparação aos demais.

Os dados mostram que o problema não é a falta de recursos, já que os setores da educação e saúde são os que mais recebem investimento conforme o seu contingente populacional, mas sim a ineficiência na gestão dos mesmos.

A análise demonstra que o Índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é uma excelente ferramenta para auxiliar na gestão dos recursos dos municípios, detectando qual a área que precisa receber maior atenção em cada município por parte dos governantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, I. B. G. E. Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **Censo demográfico**, v. 2010, 2010.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Editora Garamond, 2002.

CARNEIRO, Rosalvo Nobre; ARAÚJO, Fábio Rodrigo Fernandes; DE LIMA ARAÚJO, Jobson Reges. **O SETOR DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO DE PAU DOS FERROS/RN E OS SEUS CIRCUITOS DE FLUXOS SOCIÓESPACIAIS**. *Revista Geotemas*, v. 3, n. 1, p. 137-145, 2013.

DO NORTE, Tribuna. **Educação Amarga Piores Indicadores e Exige Evolução**. 2019. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/educaa-a-o-amarga-piores-indicadores-e-exige-evolu-a-o/434541>>. Acesso em 12. Jan. 2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – Saúde**. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edílson Alves de; ROCHA, Aristotelina, P. Barreto. **Atlas Rio Grande do Norte: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Grafset, 2006.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois; COSTA, Laís Silveira. **Saúde e desenvolvimento no Brasil: avanços e desafios**. *Revista de Saúde Pública*, v. 46, p. 13-20, 2012.

IBGE - (Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística). 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>. Acesso em: 14. Jan. 2020.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – IFDM, 2018. Disponível em:

< <https://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: Out de 2019.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – (IFDM). Disponível em:
<<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice>>. Acesso em: Fev de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE,
2015. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>>. Acesso em: Out de 2019.

Oliveira, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE, Curitiba, v.5, n.2, p. 37-48, maio/agosto, 2002.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

AVALIAÇÃO DOS PREÇOS DOS ALIMENTOS ENLATADOS DOS SUPERMERCADOS DE FORTALEZA - CE

Hugo Alexandre Rodrigues
Jonathan Sales Felix
Daiana dos Santos Rabelo
Filipe Eugênio Rodrigues Silvestre

INTRODUÇÃO

O alimento enlatado diz respeito à forma como determinado gênero alimentício foi condicionado, a fim de garantir a sua conservação por mais tempo. Entre esses alimentos podemos destacar: peixes, processados do leite, milho, refrigerante entre outros.

Para Niekraszewicz (2010) os processos de produção, manufatura, acondicionamento, transporte e armazenamento são fundamentais para se garantir a qualidade dos alimentos e a preservação dos nutrientes, dessa forma os enlatados além de aumentar a vida útil dos alimentos, garante sabor, a qualidade e os benefícios a longo tempo.

As embalagens metálicas são utilizadas no acondicionamento dos alimentos principalmente devido à impermeabilidade, hermeticidade, baixo peso, fácil moldagem e resistência mecânica (NIEKRASZEWICZ, 2010).

Os alimentos enlatados são bastante comercializados em Fortaleza, principalmente devido a sua praticidade. Este produto acaba facilitando o acesso do consumidor ao alimento, devido à falta tempo em razão da rotina de trabalho, estudo ou mesmo para aqueles que buscam comodidade em adquirir um produto pronto para o consumo. Porém, observa-se que o preço desses alimentos é diferenciado nos supermercados da cidade, principalmente quando em relação à elitização dos bairros.

Tem-se como hipótese a ideia de que os supermercados de Fortaleza variam os preços dos produtos enlatados de acordo com a renda nominal média mensal de cada bairro da cidade, portanto o objetivo do estudo é analisar se na cidade de Fortaleza, os supermercados variam os preços dos itens enlatados em relação à renda dos cidadãos fortalezenses.

ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo é Fortaleza, capital do Ceará, localizada na região nordeste do Brasil. A cidade tem 313,140 km², sendo a maior cidade do Ceará em população e a quinta do país, além de ser a segunda cidade mais rica do Nordeste. Dado visto o destaque econômico que a capital cearense tem, é suposto que ela é tem um grande mercado consumidor para produtos enlatados pronto para o consumo.

MATERIAL E MÉTODO

Para a realização deste trabalho realizou-se uma pesquisa de campo com a finalidade de registrar os preços dos alimentos enlatados. Como Fortaleza tem um número grande de supermercados, foi necessário o uso de amostragem. A capital cearense foi dividida em 5 classes (figura 1), divisão está realizada de acordo com a renda média dos bairros da cidade

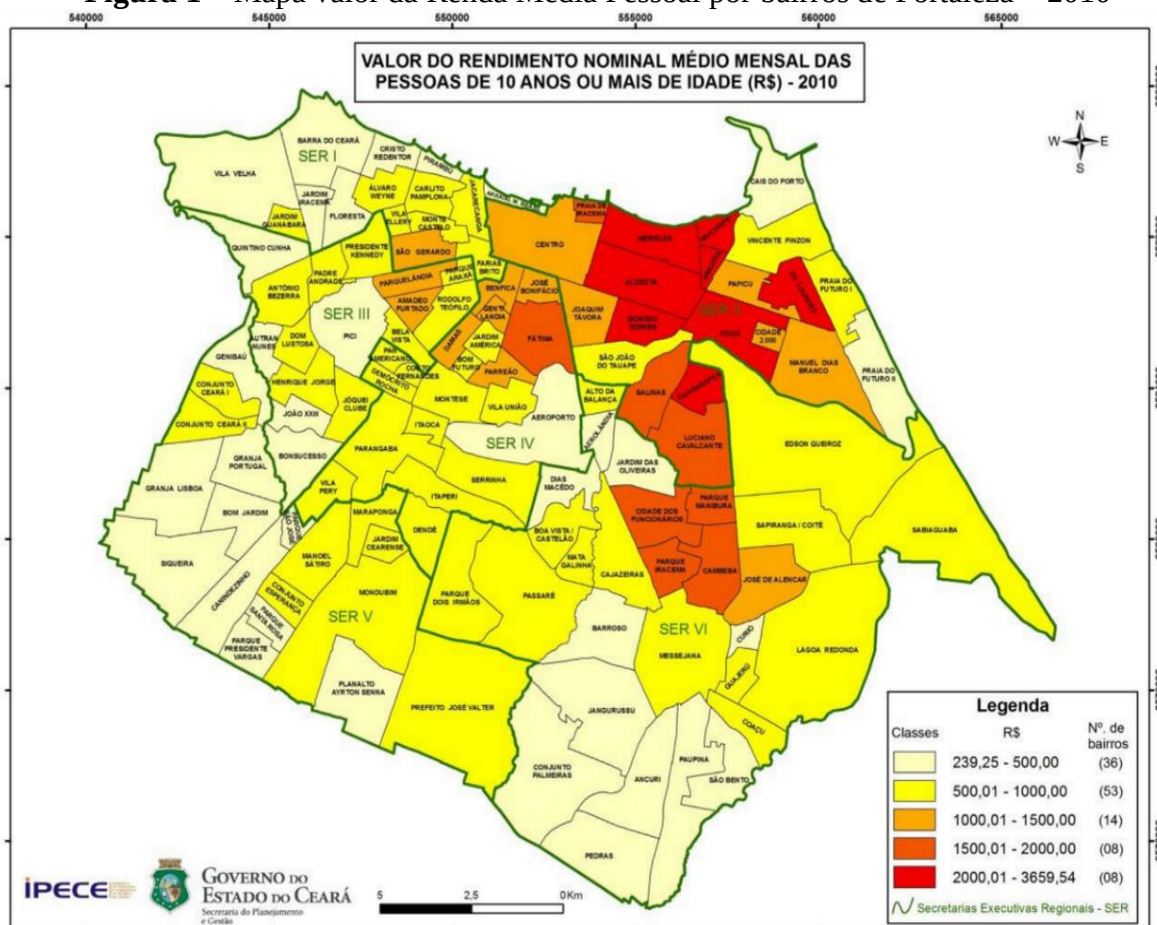
que foi determinada pelo IPECE (2010) e a partir dessa divisão, amostramos uma quantidade de 15 supermercados espalhando dentro dos bairros de cada classe, divididos em:

- Classe 1: variando de R\$ 239,25 a 500,00 - 4 supermercados;
- Classe 2: variando de R\$ 500,01 a 1000,00 - 7 supermercados;
- Classe 3: variando de R\$ 1000,01 a 1500,00 - 2 supermercados;
- Classe 4: variando de R\$ 1500,01 a 2000,00 - 1 supermercado;
- Classe 5: variando de R\$ 2000,01 a 3659,54 - 1 supermercado;

Para análise da diferença entre os preços das comidas enlatadas, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{Diferença percentual (\%)} = \frac{\text{Preço maior} - \text{Preço menor}}{\text{Preço maior}} \times 100$$

Figura 1 – Mapa valor da Renda Média Pessoal por bairros de Fortaleza – 2010



Fonte: IPECE (2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar a Quadro 1, é possível afirmar que os supermercados presentes na classe 2 são os que vendem os itens enlatados com o preço mais elevado dentro de Fortaleza, e a classe 3 vende com os preços mais baixos. A diferença do total dos preços variou em aproximadamente R\$ 6,61, ou seja, dependendo do local de Fortaleza é possível fazer uma economia de 9,7% na aquisição dos alimentos enlatados.

Na Quadro 2, é possível observar a variação em porcentagem dos valores dos produtos dos supermercados mais baratos e do mais caros. Entre eles, o que menos variou de preço foi o milho, sendo mais barato nos supermercados da classe 2, já os mais caros foram nos supermercados da classe 3; já o produto que mais variou de preço foi a salsicha, sendo mais barata nos supermercados da classe 4 e mais caro nos supermercados da classe 2.

Quadro 1 – Média dos preços dos itens enlatados em Fortaleza

	Média dos preços dos produtos enlatados nos supermercados de Fortaleza em reais (R\$)				
Alimentos enlatados	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5
Milho	2,34	2,15	2,35	2,15	2,29
Ervilha	2,64	2,99	2,03	2,65	2,09
Feijoadá 430 g	6,52	7,19	6,40	6,65	4,99
Sardinha	3,29	3,59	3,25	3,15	3,45
Salsicha	3,92	4,99	2,99	2,89	4,29
Leite condensado	4,74	4,89	5,08	3,79	5,69
Brigadeiro	7,04	6,99	6,99	6,88	9,89
Azeite	13,74	19,99	17,99	19,39	19,99
Refrigerante 350 ml	2,37	2,49	2,75	2,49	2,49
Leite em pó	12,37	12,89	11,75	12,99	10,99
Total	58,95	68,16	61,55	63,03	66,16

Fonte: Os autores (2020).

Quadro 2 – Diferença percentual dos alimentos enlatados em relação os valores extremos das classes

Produto	Milho	Ervilha	Feijoadá 430 g	Sardinha	Salsicha	Leite condensado	Brigadeiro	Azeite	Refrigerante 350 ml	Leite em pó
Diferença percentual dos alimentos em relação as classes (%)	8,5	32,1	30,6	12,3	42,1	33,4	30,4	31,3	13,8	15,4

Fonte: Os autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível afirmar que os supermercados de Fortaleza não variam os preços dos alimentos enlatados de acordo com a renda mensal dos seus consumidores, estando esses produtos mais caros nos bairros da classe 2 que possui um rendimento nominal médio mensal de R\$ 500,01 a 1000,00. A variação total dos preços dos produtos enlatados é de 9,7%, sendo os bairros da classe 1 os mais indicados para fazer economia na aquisição dos alimentos enlatados.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Municipal de Fortaleza**. 2012. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Ipece_Informe_42_outubro_2012.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.



NIEKRASZEWICZ, Liana Appel Bouffleur. **Embalagens Metálicas e alimentos: o caso do atum enlatado**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência dos Materiais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

CIDADES SUSTENTÁVEIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: OS DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN

Enaira Liany Bezerra dos Santos
Luana Eduarda da Silva Soares
Veridiana Rodrigues de Brito
Zildenice Matias Guedes Maia

INTRODUÇÃO

A população do planeta Terra está cada vez maior e sempre na busca de suprir suas necessidades de bens e serviços, tais como alimentos, vestuário, automóveis, novas tecnologias e etc. Para atender a essa demanda a matéria-prima é retirada da natureza e muitas vezes de forma desordenada, não permitindo que o ambiente se reestruture, afetando a sua resiliência natural. O aumento do consumo de bens e serviços proporciona o crescimento econômico dos países e o desenvolvimento das cidades que a compõem, porém pode gerar problemas socioambientais, como a desigualdade social. Quase a metade da riqueza mundial pertence a 1% da população, e as 62 pessoas mais ricas do mundo detêm a mesma quantidade de riqueza da metade mais pobre da humanidade (ONU, 2017).

Torna-se necessário englobar princípios de desenvolvimento e planejamento sustentável às cidades, fazendo-as proporcionar qualidade de vida para as atuais e futuras gerações, como salientado por Roger e Gumuchdjian (2013). Principalmente no âmbito do Semiárido, que é uma região em que as políticas implantadas por muito tempo não foram eficientes para promover a boa qualidade de vida da população e a conservação dos recursos ambientais (ARRUDA; CUNHA, 2018).

Com isto, o objetivo do presente trabalho é fazer uma análise do município de Mossoró/RN, nordeste do Brasil, sobre a ótica das cidades Sustentáveis contida no ODS 11 da Agenda 2030, assim como evidenciar os principais entraves para adoção de um modelo de cidade sustentável e indicar possíveis caminhos.

CIDADES SUSTENTÁVEIS: ASPECTOS CONCEITUAIS

As cidades sustentáveis são aquelas que adotam certas práticas visando uma melhor qualidade de vida da população, dependendo, portanto:

Da capacidade de reorganizar os espaços, gerir novas economias externas, eliminar as deseconomias de aglomeração, melhorar a qualidade de vida das populações e superar as desigualdades socioeconômicas para o crescimento econômico (ALVA, 1997).

Segundo Leite (2012), a população tem se concentrado cada vez mais nas cidades e o mundo tem se tornado mais urbanizado, sendo que essas mesmas cidades acabam consumindo muita energia, respondendo cada vez mais pelas as emissões do CO₂. Lundqvist (2007, apud REGO et al, 2013) ressalta que os maiores problemas enfrentados hoje estão relacionados aos padrões de consumo das cidades, assim como infraestrutura inadequada, carências no sistema de saúde e crescimento populacional. Além disso, de acordo com a conferência Internacional de Cidades Sustentáveis (2015), cerca de metade da população mundial reside nos espaços urbanos e estima-se que poderá subir para 60% em 2030 e 70% até 2050.

Leite (2012) afirma que o conceito de cidades sustentáveis requer a criação de uma nova lógica de funcionamento, gestão e crescimento das cidades. E todas essas dimensões, isto é, inclusão, seguridade e resiliência, necessariamente devem estar presentes em uma abordagem de urbanização sustentável, pois influenciam diretamente no cumprimento ou não desse objetivo principal (FARIAS et al, 2018). Segundo Vecchiatti (2004, apud FARIAS et al, 2018) é necessário um compromisso com a gestão territorial, políticas orientadoras do processo de urbanização por meio da produção de bens materiais e imateriais que reconciliem o crescimento econômico com as formas sustentáveis de apropriação e uso do espaço urbano.

Cidades sustentáveis e a agenda 2030

52

Em busca do Desenvolvimento Sustentável a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs na Conferência Rio+20 (ocorrida em 2012 no Brasil), juntamente com cerca de 100 países, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que foi concluída e divulgada apenas em 2015. A Agenda 2030 sintetiza 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. A agenda vigorará até o ano de 2030 e consiste num plano e ação para todos os setores da sociedade, desde governos, empresas até a sociedade civil.

Entre as diretrizes existentes na Agenda 2030 pode-se destacar a declaração número 34, pois esclarece que a gestão sustentável e o desenvolvimento urbano são fatores fundamentais para a qualidade de vida da sociedade. É necessário diminuir os impactos negativos provocados pelas atividades urbanas e dos produtos químicos que afetam tanto a sociedade quanto ao meio ambiente (ONU, 2015), corroborando a declaração do secretário-geral da ONU, António Guterres ao site das Nações Unidas (2019), quando afirma que “as cidades consomem mais de dois terços da energia do mundo e respondem por mais de 70% das emissões globais de dióxido de carbono”.

No seu Objetivo 11 a Agenda 2030 traz à tona a temática das “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, listando sete principais metas a serem alcançadas para que se garanta o desenvolvimento de assentamentos humanos inclusivos, resilientes, seguros e sustentáveis. A meta 11.6 objetiva até 2030 reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, diminuindo as taxas de poluição do ar, promovendo a gestão de resíduos e outros.

O Brasil é o país mais urbanizado da América Latina, com isso os municípios brasileiros tornaram-se protagonistas nas decisões voltadas a sustentabilidade, visto que a sociedade reivindica o seu direito à cidade para todos, principalmente, por enfrentar crescente dificuldade no meio urbano. A urbanização necessita de uma atenção especial tanto do Estado quanto da própria população por dispor de muitos desafios em relação à sustentabilidade, estando diretamente relacionada à habitação, infraestrutura, qualidade dos serviços básicos, segurança alimentar, empregos decentes e outros (ONU, 2019).

Cidades sustentáveis no âmbito do semiárido

O Semiárido brasileiro desde muito tempo é alvo de políticas públicas que não condizem com sua realidade, pois muitas dessas foram importadas por terem tido sucesso em outros lugares. As ações do Estado na região são marcadas pela contradição, trazendo morte, instabilidade econômica e social, por falta de recursos e/ou ineficiência na gestão daquilo que chegava (ANDRADE; MARQUES, 2017).

Isso desencadeou práticas que causaram alta degradação em muitas áreas do Semiárido, como o acelerado desmatamento do bioma Caatinga e o grande contingente de áreas desertificadas pela união das variáveis clima e atividades antrópicas degradantes. Grande parte das terras do Semiárido estão comprometidas pela desertificação, destacando-se os níveis grave, muito grave e moderado (TAVARES; ARRUDA; SILVA, 2019).

Vieira (2002) destaca a importância da adoção de metodologias que promovam a sustentabilidade no Semiárido, tendo o elemento “participação social” destaque no processo de planejamento, implementação e avaliação de ações. Nota-se a distância da sustentabilidade a nível municipal no âmbito do Semiárido brasileiro, pois o uso de instrumentos de gestão ambiental não é uma prática comum. Considerando-se a região como um todo, somente 4% dos municípios adota ações e projetos voltados para a questão ambiental (RODRIGUES et al, 2016, p. 107). Como mostrado por Rodrigues et al (2016) o baixo nível de gestão ambiental nos municípios somado aos efeitos de degradação já observados evidencia uma maior pressão antrópica sobre os recursos naturais, uma vez que não há instrumentos eficientes de gestão implementados.

Por isso a importância de discutir a Sustentabilidade dos municípios, principalmente no âmbito do Semiárido, visando a adoção de modelos de Cidades Sustentáveis. Os municípios, como mostrado por Silva et al (2016), têm alta potencialidade de proporcionar o desenvolvimento de seu território e promover uma boa qualidade de vida, visto que estão mais próximos de seus cidadãos.

METODOLOGIA

O presente trabalho enfocou na meta 11.3 do ODS aqui discutido, que trata sobre a importância da urbanização sustentável e dentro desta foram delineados 3 principais tópicos a partir da pesquisa bibliográfica, que consiste no levantamento de trabalhos já publicados visando se conhecer o que já foi escrito sobre uma temática específica (DIEHL, 2004).

Os tópicos escolhidos, além de centrarem na “Urbanização Sustentável” discutida na meta 11.3 do ODS 11, foram temas observados como mais recorrentes em trabalhos publicados em periódicos científicos sobre a cidade de Mossoró. As buscas foram realizadas em sites acadêmicos, como o Scielo, CAPES Periódicos e Google Acadêmico. Algumas palavras-chave utilizadas na busca foram: “Sustentabilidade em Mossoró/RN”, “Problemas ambientais Mossoró/RN” e outras. As pesquisas constataram maior número de trabalhos nos seguintes temas: Uso e ocupação do solo, conservação da biodiversidade e uso dos recursos hídricos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O uso e ocupação do solo na cidade de Mossoró/RN

O crescimento da grande maioria das cidades brasileiras seguiu padrões desalinhados e espontâneos (ROCHA, 2009). De todo modo, percebe-se que a expansão urbana de Mossoró caracteriza-se por diversos aspectos, dentre eles pela travessia de fases históricas e a construção de sua centralização econômica e alcance regional (OLIVEIRA, 2017). Sendo que, no atual cenário o desenvolvimento urbano está profundamente vinculado a essa centralidade regional, assim a urbe mossoroense reflete sua capacidade de concentrar importantes serviços e redes de

comércios que modelam os processos de uso e de ocupação do solo urbano (SILVA; ARAÚJO, 2016).

Além disso, no decorrer dos últimos anos a ocupação não planejada do espaço urbano de Mossoró evidencia os riscos e impactos sociais, econômicos e ambientais, decorrentes do crescimento desordenado da cidade, que está associado a inserção populacional em locais e áreas degradadas e fragilizadas. O processo de favelização de algumas áreas e a grande quantidade de pessoas morando em áreas inundáveis entra como resultado disso. Como mostrado por Silva, Garcia e Pessoa (2014, p. 165), a cidade de Mossoró apresenta problemas socioambientais que na sua totalidade são causados pela falta de planejamento e gestão territorial e ambiental.

Dentre esses problemas destacam-se a ocupação de áreas de risco pela população (tais como as margens do rio Apodi-Mossoró), a violência, o processo desordenado de verticalização, a poluição sonora e visual e outros. Nesse contexto, o crescimento urbano desordenado no município de Mossoró contribuiu para a expansão espacial da fixação da desigualdade e segregação sociais, manifestadas a partir de muitos aspectos como o aumento de favelas e sua população, a precariedade da infraestrutura urbana principalmente nas áreas mais pobres da cidade, assim como a disponibilidade e acesso aos serviços essenciais (OLIVEIRA, 2017).

Também é possível verificar os problemas e impactos subsequentes desse processo, como desmatamento desenfreado, construções e ocupações irregulares, falta de infraestrutura básica, déficit do saneamento ambiental, especulação imobiliária, vulnerabilidade e deterioração dos sistemas naturais, problemas com o descarte de resíduos sólidos, abastecimento de água, excessos de propagandas e comunicações visuais (poluição visual), mobilidade populacional, descarga de efluentes as margens do Rio Apodi/Mossoró, aumento da frota de veículos automotivos, destruição do patrimônio histórico-arquitetônico, emissão de particulados, poluição sonora, diminuição da flora e fauna, conflitos socioeconômicos, entre outros (SALLES; GRIGIO; SILVA, 2013). Ademais, podemos também relacionar a questão da carência de poucos espaços verdes urbanos, que repercute de maneira significativa na qualidade de vida dos mossoroenses.

A acentuada urbanização, sem um olhar estratégico para um planejamento que considere os elementos naturais, torna a paisagem urbana artificial, onde os aspectos paisagísticos são deixados de lado em razão do adensamento de residências, comércios e serviços (LOBODA; ANGELIS, 2005 apud MEDEIROS; GRIGIO, 2019). Para Salles, Grigio e Silva (2013) a expansão urbana acelerada, sem planejamento, associado às pressões antrópicas exercidas sobre os recursos naturais e a degradação das condições de vida das populações condicionou o surgimento de zonas de risco e vulnerabilidade socioambiental na cidade de Mossoró.

Assim, o espaço urbano da cidade reflete um dinamismo complexo, em que, de um lado existe a presença de áreas estruturadas e bem servidas por serviços essenciais, e de outro as limitações e déficits destes componentes. É a coexistência na realidade urbana destes paradoxos que, mesmo em caráter particular, a cidade Mossoró se contextualiza nessa problemática urbana característica do país (OLIVEIRA, 2017).

Os desafios para a conservação da biodiversidade local

A cidade de Mossoró/RN se encontra no domínio do Bioma Caatinga, onde há predominância de Caatinga hiperxerófila, carnaubais e vegetação halófita (DIAS; DIODATO; GRIGIO, 2014).

É de conhecimento da população local a forte presença dos carnaubais na vegetação nativa, que foi boa parte retirado tanto para construção de áreas edificadas e impermeabilizadas quanto para venda de produtos extrativistas (cera, pó e fibra e madeira de carnaúba).

Dos municípios que apresentam o Bioma Caatinga, Mossoró se enquadra na posição de 16º que mais desmatou sua vegetação nativa, onde cerca de 91,18km² de vegetação nativa foi desmatada entre 2002 e 2008 (MMA, 2010 apud DIAS; DIODATO; GRIGIO, 2014, p. 184). Como mostrado no trabalho dos autores supracitados, onde se fez o levantamento de quatro remanescentes florestais na cidade de Mossoró, há uma grande área de Caatinga no município que apresenta baixa biodiversidade em função do nível de antropização dessas.

O alto nível de antropização, a retirada e a redução de biodiversidade da mata nativa também deram espaço para que espécies exóticas ocupassem diversos locais, como é caso de espécies do gênero *Prosopis*, que hoje ocupam grande parte da mata ciliar do Rio Apodi-Mossoró. As algarobeiras, como são conhecidas popularmente as espécies do gênero citado, foram introduzidas no Rio Grande do Norte por volta de 1942 visando o uso dos seus frutos na alimentação animal (forragem para caprinos e ovinos) e a madeira para estacas, lenha e carvão (SANTOS; DIODATO, 2017).

A partir do estudo desenvolvido por Santos et al. (2019), que fez uma análise da distribuição de espécies do gênero *Prosopis* na Área de Preservação Permanente (APP) da zona urbana do município de Mossoró numa área de 257 hectares, constatou-se a presença das algarobeiras em 144 hectares, ou seja, mais da metade da mata ciliar do Rio. Devido à existência de muitas áreas com solo exposto (74 ha) é possível que em alguns anos por seu poder de colonização, as espécies *Prosopis* aumentem a sua presença na APP (SANTOS et al., 2019, p. 172).

Essa baixa diversidade de espécies e a dominância de espécies exóticas foi verificada também no único parque urbano da cidade, o Parque Municipal Maurício de Oliveira, que como mostrado no trabalho de Santos et al (2017), das 24 espécies vegetais contidas no parque, 13 são exóticas e dos indivíduos arbóreos amostrados, 3.514 (54%) são do gênero *Prosopis*. Isso também ocorre pelo parque contar com uma área caracterizada como de Proteção Permanente (APP) e esta anteriormente já contar com uma grande quantidade de algarobeiras.

Infelizmente a problemática do uso e expansão de espécies exóticas também se instaura na arborização da cidade de Mossoró, onde nos últimos anos foi plantada uma grande quantidade de indivíduos da espécie *Azadirachta indica*, planta exótica que estima-se que esteja causando distúrbios ecológicos no entorno da cidade. O neem, nome popular da referida espécie, não é uma planta indicada para arborização pois dentre outras características possui efeito alelopáticos, grande potencial de prejudicar o ecossistema local e a estrutura física de onde é inserida (como problemas na fiação elétrica) (DIÓGENES et al, 2018).

Essa realidade pode estar sendo reproduzida em boa parte dos locais da cidade, o que pode estar abrindo portas para uma invasão e contaminação biológica. Na cidade de Mossoró/RN é notável a predominância de espécies exóticas utilizadas para arborização, tais como o Neem (*Azadirachta indica*) e Ficus (*Ficus carica*), mas além dos danos causados para conservação da biodiversidade local provoca, também, problemas estruturais às residências e encanamentos de água.

Além disso, a comunidade local deve estabelecer uma relação harmônica com a arborização das cidades (MELO, PIACENTINI, 2011, p. 342), ou seja, conhecer as espécies nativas e cultivá-las em suas residências não somente para preservar a infraestrutura, como também conservar a vegetação típica da localidade. Sem falar nos conflitos desencadeados quanto às podas que são realizadas de forma incorreta pela população de alguns bairros, tanto pela falta de projetos de educação ambiental quanto pelo desconhecimento da população sobre o serviço de poda ofertado pela prefeitura de Mossoró (SILVA et al, 2015). Desta forma, é necessário o desenvolvimento de trabalhos de educação ambiental juntamente com as campanhas de conscientização pública (MELO, PIACENTINI, 2011, p. 342), pois são instrumentos imprescindíveis para manutenção das plantas nativas do ecossistema.

O uso (in) sustentável dos recursos hídricos

Atualmente, entre os vários desafios enfrentados no âmbito dos problemas socioambientais, sobressai-se a busca pela sustentabilidade dos recursos hídricos. E essa preocupação acontece devido ao valor social, econômico e cultural dos recursos hídricos, assim como em função dos altos níveis de interferência antrópica na sua disponibilidade qualitativa e o registro de conflitos associados.

De acordo com Agência Nacional de Águas (ANA) a região Nordeste brasileira possui a menor disponibilidade hídrica do país (3%). Essa realidade tem reflexo no Rio Grande do Norte, onde boa parte da população está localizada no litoral e no Oeste, do qual o clima tropical é propício a chuvas periódicas, já na região central, predomina o clima semiárido, com pouquíssima precipitação de água e baixa umidade.

A captação da água pelo município é feita de duas maneiras: através da exploração de poços tubulares, de onde vem 62% da água utilizada e pelo manancial da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, sendo aproximadamente 38% pertencente à bacia hidrográfica Rio Piranhas-Assú (ANA, 2016), na qual a unidade responsável por distribuir a água para consumo humano na cidade é a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) e o órgão responsável pela vigilância da qualidade da água no município é a Secretaria Municipal de Saúde (CAERN, 2015).

No município também perpassa o rio Apodi/Mossoró, que é o segundo maior rio potiguar, que segundo a SEMARH (2019) possui extensão de 14.276 km², ocupando cerca de 30% do território do RN. O Rio demonstra um papel fundamental do desenvolvimento daquele espaço, pois possibilitou a realização de atividades de grande impacto como a extração de petróleo, a produção de sal marinho, a fruticultura irrigada, a pecuária extensiva e a mineração de calcário, como também oportuniza o sustento de famílias e comunidades ribeirinhas que utilizam suas águas para o desenvolvimento de agrícolas e a pecuária (IDEMA). No entanto, o desenvolvimento dessas atividades, da maneira que aconteceu acarretou graves problemas que atingem a população e o meio ambiente: a poluição e degradação do Rio Apodi-Mossoró (BEZERRA et al., 2013).

Apesar da importância socioeconômica, de acordo com Oliveira et al. (2009) e Rocha et al. (2009), a bacia hidrográfica do Apodi-Mossoró tem sofrido contínuos impactos por causa das atividades antrópicas, sendo ações oriundas da lixiviação de fertilizantes e defensivos agrícolas das várias atividades agrícolas desenvolvidas na área de contribuição do segmento fluvial em apreço; carreamento de material alóctone; além das constantes descargas de esgotos domésticos

e industriais lançados em toda a extensão da rede de drenagem da área de contribuição da bacia vertente.

Devido a problemas no sistema de saneamento básico da cidade de Mossoró, boa parte do esgoto, tanto das residências quanto das lojas do centro, são direcionados para rio pelas tubulações existentes e isso sem nenhum tipo de tratamento prévio desses resíduos, o que acarreta numa grande concentração de matéria orgânica despejada no corpo d'água. A elevada carga de matéria orgânica nas águas do rio está diretamente ligada a outro problema ambiental, que é a eutrofização das águas. É perceptível o elevado nível de eutrofização do rio, que se encontra coberto por plantas aquáticas flutuantes (ALMEIDA, 2016), o que segundo Barreto et. al. (2013) é consequência da elevada concentração de matéria orgânica e nutrientes como o fósforo e o nitrogênio, levados ao rio, principalmente por ligações diretas de esgotos domésticos.

57

Desse modo, a água do rio Apodi-Mossoró encontra-se visivelmente inadequada para consumo humano, com elevada turbidez e muito lixo em suspensão, o que torna a paisagem desagradável e impossibilita o banho e a pesca (ALMEIDA, 2016). Claro que, pelo Rio Apodi-Mossoró passar por uma série de cidades, a responsabilidade (a origem da poluição, a resolução do problema) não se concentra apenas na cidade de Mossoró, mas esta é uma das maiores cidades que estão dentro da bacia. Infelizmente, não existe um trabalho holístico conclusivo sobre o real estado de degradação do rio, o que também se torna necessário para a tomada de decisões posteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram analisados os principais obstáculos que residem na cidade de Mossoró/RN, de médio porte, para que esta torne-se uma cidade sustentável. Tal análise se torna importante para orientar a tomada de decisões pelas diversas instâncias governamentais. Nota-se, a partir da pesquisa realizada, que os principais obstáculos à sustentabilidade no município de Mossoró/RN residem em três principais tópicos: o crescimento desordenado da cidade, os riscos à biodiversidade local e a poluição do Rio Apodi-Mossoró. Tais problemas têm desencadeado impactos diretos no meio ambiente e na qualidade de vida das pessoas.

O crescimento desordenado da cidade culminou no processo de favelização, uso e ocupação inadequados do solo e acentuou os níveis de poluição sonora e visual. Os riscos à biodiversidade residem tanto nos remanescentes florestais (como a mata ciliar), que se encontram ameaçados por espécies exóticas, quanto no contexto urbano, uma vez que a arborização está se desenvolvendo de maneira inadequada. O último ponto aqui discutido, a poluição do Rio Apodi-Mossoró, é de extrema importância para a cidade e é imperativo que se desenvolvam estudos e metodologias para melhoria da qualidade ambiental.

É de extrema importância que a Agenda 2030, principalmente no ODS 11, seja levada em conta nas ações e no planejamento municipal para que se alcance um modelo de cidade ambientalmente sustentável e socialmente justo, que proporcione uma boa qualidade de vida aos seus cidadãos e que contribua com a conservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Laury Araújo. OLIVEIRA, Alan Martins. **Propostas de ações para mitigação dos impactos socioambientais na área urbana da APP do Rio Apodi-Mossoró/RN**. Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2016. Disponível em: <<https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2016/VIII-026.pdf>> Acesso: 15 Nov 2019
- ALVA, Eduardo Neira. **Metrópoles (In)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- ANDRADE, Cícero Moisés; MARQUES, Leônidas de Santana. Semiárido brasileiro: alguns desafios. **Diversitas Journal**, v. 2, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ifal.edu.br/diversitas_journal/article/view/567> Acesso: 10 Nov 2019
- ARRUDA, G. C. M.; CUNHA, J. P. Desenvolvimento Humano Sustentável no Semiárido do Nordeste do Brasil: da constitucionalização à efetivação dos direitos sociais. **Sequência**, v. 39, n. 79, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/issue/view/2713>> Acesso: 10 Dez 2019.
- BEZERRA, J. M.; BATISTA, R. O.; DA SILVA, P. C. M. Caracterização do processo de poluição dos sedimentos do Rio Apodi-Mossoró no trecho urbano de Mossoró/RN. **Sociedade & Natureza**, v. 30, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/SN-v30n3-2018-6>> Acesso: 20 Nov 2019.
- Cidades e comunidades sustentáveis: contribuições da Embrapa / Joanne Régis Costa ... [et al.], editoras técnicas. – Brasília, DF: EMBRAPA, 2018. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/184240/1/ODS-11-Cidades-e-comunidades-sustentaveis.pdf>>. Acesso: 15 Nov 2019
- COSTA, J. R. S.; FARIAS, D. T.; BOTREL, R. T. Levantamento da população arbórea em bairro recém-planejado de Mossoró-RN. **Agropecuária Científica no Semiárido**, v. 15, n. 2, 2019. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/acsa/index.php/ACSA/article/view/1110/pdf>>. Acesso: 15 Nov 2019
- DIÓGENES, Francisco Edislan Gurgel et al. Análise da arborização do campus sede da Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró-RN. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 13, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/revsbau/article/view/63659>>. Acesso: 15 Nov 2019.
- DIAS, Pollyana Mona Soares; DIODATO, Marco Antônio; GRIGIO, Alfredo Marcelo. Levantamento fitossociológico de remanescentes florestais no município de Mossoró-RN. **Revista Caatinga**, v. 27, n. 4, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/caatinga/article/view/3060>> Acesso: 19 Nov 2019
- DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- FARIAS, André Rodrigo et al. Desafios para uma urbanização sustentável. In: COSTA, Joanne Régis et al. **Cidades e comunidades sustentáveis: Contribuições da Embrapa**. 1. ed. Brasília/DF: EMBRAPA, 2018. cap. 2, p. 19-34.
- FIDELIS-MEDEIROS, F.; GRIGIO, A. M. Identificação das Unidades Homogêneas e Padrão da Ocupação Urbana (uhct) como subsídio ao ordenamento territorial em Mossoró, RN – Brasil. **Revista EURE - Revista De Estudios Urbano Regionales**, v. 45, n. 135, 2019. Disponível em: <<http://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/2743/1195>>. Acesso: 21 Dez 2019.

LEITE, C. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes**: Desenvolvimento Sustentável num Planeta Urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MELO, E. F. R. Q.; PIACENTINI, C. A. M. Diversidade da Arborização Urbana no Município de Colorado (RS). **Ambiência**, Guarapuava, v. 7, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/1152>>. Acesso: 20 Nov 2019.

OLIVEIRA, J. P. Uma análise da formação e expansão do urbano de Mossoró: dinâmica e contradições. **Revista Pensar Geografia**, v. 1, nº. 1. Junho de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso: 15 Jul 2019

REGO et al. **Cidades Sustentáveis: Lidando Com A Urbanização De Forma Ambiental, Social E Economicamente Sustentável**. 2013. SINUS. Disponível em: <<http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/17.-PNUMA-Artigo.pdf> >.

RODRIGUES, Cecília Barreto et al. Instrumentos de gestão ambiental em municípios do semiárido brasileiro. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 5, 2016. Disponível em: <<http://revista.ecogestaobrasil.net/v3n5/v03n05a01.html>>. Acesso: 30 Nov 2019.

Rocha, A. P. B. **Expansão urbana de Mossoró (período de 1980 a 2004)**: geografia dinâmica e reestruturação do território. Natal: EDUFRN, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/18882/1/AristotelinaPBR.pdf>> Acesso: 20 Nov 2019

ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. **Cidades para um pequeno planeta**. 1 ed. São Paulo: G. Gili, 2013.

SALSA, Carol. Cidades Sustentáveis. EcoDebate, 2009. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2009/03/16/cidades-sustentaveis-artigo-carol-salsa/>>.

SALLES, M. C. T.; GRIGIO, A. M.; SILVA, M. R. F. DA. Expansão urbana e conflito ambiental: uma descrição da problemática do município de Mossoró, RN - Brasil / The urban sprawl and environmental conflict: brief description of the problem of Mossoró, RN (Brazil). **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 2, 31 out. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/14389>>. Acesso: 21 Dez de 2019.

SANTOS, João Paulo Silva dos; DIODATO, Marco Antonio. Histórico da implementação da algaroba no Rio Grande do Norte. **Pesquisa Florestal Brasileira**, v. 37, n. 90, 2017. Disponível em: <<https://pfb.cnpf.embrapa.br/pfb/index.php/pfb/article/view/859/574>> Acesso: 10 Dez 2019.

SANTOS, João Paulo Silva dos et al. Distribuição e análise dos processos de dispersão de árvores do gênero *Prosopis* nas áreas de proteção permanente da área urbana do município de Mossoró/RN. **Geotemas**, v. 9, n. 1, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/view/3447/1971>>

SANTOS, Paulo César da Silva et al. Avaliação Ambiental do Parque Municipal Maurício de Oliveira, Mossoró/RN. **Revista Brasileira de Arborização Urbana**, v. 12, n. 3, 2017.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revsbau/article/view/63566/pdf_1> Acesso: 25 Nov 2019.

SILVA, Camila Saiury Pereira. **Vulnerabilidade Socioambiental urbana**: um estudo na cidade de Mossoró/RN. Dissertação (Mestrado em Ciências Naturais). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2017. Disponível em:

<http://www.uern.br/controledepaginas/mestrado-dissertacoes-defendidas/arquivos/2212camila_saiury.pdf> Acesso: 20 Nov 2019

SILVA, Manoel Marcelino da. **Qualidade da água de abastecimento e aspectos sociais e comportamentais de seus consumidores no município de Mossoró/RN**. 2017. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2017.

SILVA, Evandro Rodrigues Bezerra da et al. Percepção da população de Mossoró, Rio Grande do Norte sobre a poda e arborização urbana. **Magistra**, v. 27, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://magistraonline.ufrb.edu.br/index.php/magistra/article/viewFile/376/192>> Acesso: 20 Nov 2019

SILVA, Adriana Maria Cunha; CUNHA, Maristela Casé Costa; LOPES, Denise Vieira. Qualidade da água como reflexo de atividades antrópicas em bacias hidrográficas do Nordeste, Brasil. **Geosul**, v. 34, n. 72, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n72p102/4029>>. Acesso em: 20 Dez 2019

SOBRAL, Nathalia Guimarães. **Sistema de gestão e cobrança pelo uso da água no Rio Grande do Norte**: o caso da Bacia Hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró e seu uso para o saneamento básico. 2019. Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/9021>> Acesso: 10 Nov 2019

TAVARES, V. C.; ARRUDA, Í. R. P.; SILVA, D. G. Desertificação, mudanças climáticas e seca no Semiárido brasileiro: uma revisão bibliográfica. **Geosul**, v. 34, n. 70, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/issue/view/2764>> Acesso: 10 Dez 2019

VIEIRA, V. P. P. B. Sustentabilidade do Semi-Árido Brasileiro: Desafios e Perspectivas. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 7, n. 4, 2002. Disponível em: <<https://www.abrhidro.org.br/SGCv3/publicacao.php?PUB=1&ID=101&SUMARIO=1604>> Acesso: 15 Dez 2019

COMÉRCIO DE CONFEÇÃO E SERVIÇOS NO ESPAÇO URBANO DE FORTALEZA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIOESPACIAL DO CENTRO FASHION

Alexsandra Maria Vieira Muniz
Beatriz Santos de Souza
Guaracy Albuquerque de Abreu

INTRODUÇÃO

É fato notório que o comércio ligado a produção têxtil e confeccionista é referência na cidade de Fortaleza, e, por conseguinte no Ceará com abrangência para escala regional, nacional e internacional. Não é à toa que o Ceará constitui o terceiro maior polo têxtil do País, com uma história de 137 anos, destacando-se em todo o processo de produção, desde o consumo do algodão até a produção do vestuário propriamente dito.

A importância de Fortaleza no espaço cearense, como espaço da produção industrial têxtil e confeccionista e sua consequente comercialização nos remete a periodização da trajetória da industrialização no Ceará, identificando-se três períodos de implantação industrial: “o primeiro inicia-se no final do século XIX e estende-se até os anos 1950; o segundo, compreende os anos 1960 até meados da década de 1980, quando começa um terceiro período, ainda em curso” (AMORA 2005, p.371). Essa periodização é mister na compreensão de como a indústria atua na produção do território cearense na sucessão desses períodos.

Partindo desse pressuposto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, tomando como base o contexto histórico e as diferentes modificações na configuração espacial do bairro Jacarecanga desde sua origem, como bairro aristocrático da cidade, passando por seu período de industrialização, com a criação da primeira zona industrial do Estado, notadamente a Av. Francisco Sá e os bairros do entorno da Avenida, incluindo o bairro Jacarecanga.

Neste percurso e já em outro contexto tem-se a descentralização industrial, a nova dinâmica proporcionada pela construção do Centro Fashion Fortaleza em local antes ocupado pela antiga Indústria São José, no bairro delimitado para o presente estudo.

É dentro dessa trajetória industrial que se desenvolveu a história do bairro Jacarecanga, permeado desde seu início, pela reestruturação do seu arranjo espacial durante cada um desses períodos do desenvolvimento industrial, com o surgimento de novos fixos e fluxos, reescrevendo a dinâmica do bairro.

Localizado na zona oeste de Fortaleza, o bairro Jacarecanga tem seu início por volta da década de 1920, nas proximidades do riacho de mesmo nome, quando a elite fortalezense da época encontrou naquele espaço o refúgio à conturbação do centro da cidade.

Nos primeiros anos do século XX, o Centro de Fortaleza, primeiro local de concentração dessa elite, passa por um processo de reestruturação com a inserção do comércio e serviços, atrelados ao adensamento populacional oriundo da chegada de imigrantes do interior do Estado castigados pela seca persistente. Esta mudança passou a incomodar a classe mais abastada que logo começou a se deslocar para Jacarecanga, e o bairro assim foi se urbanizando.

No entanto, esse status de opulência de bairro aristocrático só se estendeu até a década de 1930 quando segundo AMORA (2005), surge o período de implantação das primeiras indústrias no Ceará, período que compreende o final do século XIX estendendo-se até os anos de 1950, dando início a uma nova configuração espacial do bairro: implantação de indústrias e comércios, a

chegada do operariado na cidade, construção de vilas. O bairro cheio de rugosidades ganha novos fluxos, novas classes sociais e espacialidades. E então novamente a classe elitista se desloca, dessa vez, para os bairros Benfica, Praia de Iracema e Aldeota.

A crescente implantação de indústrias tinha como localização no bairro Jacarecanga a principal via de acesso, a Avenida Francisco Sá, que como dissemos se tornou a primeira zona industrial do Ceará. O desenvolvimento desta zona ocorreu de maneira espontânea, sem influência de planejamentos urbanos. A via férrea, em consonância com a redução dos custos logísticos devido a um número maior de companhias localizadas em uma mesma rota e abundância de mão de obra, são fatores que atraíram a implantação de indústrias nesse local.

O processo de descentralização industrial dessa primeira zona industrial deu-se em consequência da criação do pólo industrial de Maracanaú, situado na região metropolitana.

Foi possível observar durante a pesquisa de campo que antigas indústrias foram fundamentais para a concentração populacional nos bairros no entorno da Av. Francisco Sá. Indústrias que se encontram desativadas por terem mudado para o atual Distrito Industrial em Maracanaú ou por motivos de falência, neste último caso, tem-se como exemplo a Brasil Oiticica, uma das empresas mais antigas do Ceará e considerada a pioneira no comércio de oleaginosas que fechou em 1987 quando foi decretado a falência da fábrica. Além da Brasil Oiticica, foi possível constatar em campo que a fábrica de castanhas Iracema também decretou falência, e o vazio industrial deixado pela fábrica Esmaltec que foi transferida para Maracanaú tem hoje nova função com a alocação de pessoas que habitam a forma espacial (condomínio do projeto Vila do Mar) construída para abrigar pessoas em vulnerabilidade social. Algumas indústrias permanecem em funcionamento, como é o caso da Resibras Indústria de Castanha Ltda, da Alconort Alumínio & Cia., da Recamonde Uniformes Profissionais e Artefatos de Couro, da Fribal, da White Martins.

Quanto à distribuição espacial da indústria, observa-se conforme MUNIZ (2014;2015;2016;2019) maior concentração na região metropolitana de Fortaleza, espaço eleito pela maioria das indústrias, em consonância com a lógica capitalista de concentração espacial. A ação do poder público na construção de distritos e pólos industriais na região metropolitana, a oferta de atrativas vantagens fiscais para instalação de empresas em cidades interioranas favoreceram a migração de indústrias da capital para outros municípios da RMF, como Maracanaú, Horizonte, Pacajus e o esvaziamento da função industrial ao longo dos bairros no entorno da av. Francisco Sá, como o Jacarecanga.

Hoje, apesar de ainda existirem algumas indústrias em funcionamento, a configuração territorial do Jacarecanga é outra, deixando de ser prioritariamente industrial e passando a ser um bairro comercial, de serviços e residencial, e, a ocupação é majoritariamente de famílias de baixa renda. Torna-se então visível a influência da atividade industrial na estruturação do espaço do bairro, bem como sua migração para outro polo, pois também modificou profundamente a organização interurbana do Jacarecanga. Organização esta que ganhou um novo agente modificador de sua dinâmica, o Centro Fashion Fortaleza, tratado nas seções seguintes.

DO ESPAÇO DA PRODUÇÃO TÊXTIL AO ESPAÇO DA COMERCIALIZAÇÃO

A discussão acerca do processo de construção do Centro Fashion de Fortaleza se dá a partir do comércio da Rua José Avelino, no bairro Centro aonde o alto fluxo de pessoas e de mercadorias

na área acarretou uma série de transtornos, gerando uma grande dificuldade na mobilidade, tanto dentro como ao redor da feira.

Este território mostra-se mais definido nas madrugadas de domingo para segunda e de quarta para quinta-feira.

Aqui, podemos perceber o ritmo do tempo de circulação da mercadoria e do poder de compra do consumidor.

Para aumentar a capacidade de consumo, os consumidores não devem nunca ter descanso. Precisam ser mantidos acordados e em alerta sempre, continuamente expostos a novas tentações, num estado de excitação incessante – e, também, com efeito, em estado de perpétua suspeita e pronta satisfação. (BAUMAN, 1999:91).

Segundo Debord na economia capitalista, o tempo se tornou uma mercadoria que, como todas as outras, perdeu o valor de uso em provimento do valor de troca. (DEBORD, 2008:48).

Reforçando o papel da cidade de Fortaleza como pólo regional têxtil e de confecções, segundo dados da pesquisa Polos de Moda do Brasil, realizada pelo Sebrae, o mercado da moda movimenta em Fortaleza 67,5 mil empregos formais, com cerca de 5 mil empresas do setor de têxteis e confeccionados (MARQUISE, 2015).

A feira na José Avelino, assim como a feira da Sé, no entorno da Catedral metropolitana de Fortaleza atrai pessoas de várias cidades da Região Nordeste que chegam em ônibus fretados à Feira da Sé em busca dos melhores preços das mercadorias expostas pelos feirantes. Dentre as mercadorias comercializadas, o destaque é para confecções para todos os gostos, tamanho, sexo e idade. Segundo Eciane Silva (2013), os principais consumidores são sacoleiros e turistas oriundos de cidades cearenses e de outros Estados, com destaque para Pará, Maranhão, Piauí e Pernambuco.

Contudo, insegurança era um forte fator que impulsionava a transferência deste comércio de confecção, por ser um território com grande circulação de pessoas que comprem em grandes quantidades e revendem. Gerando uma grande circulação de dinheiro em espécie, junto com a utilização do espaço público para venda de mercadorias ilícitas e instalações irregulares da rede elétrica, ocasionando dificuldade no acesso a 10ª Região Militar, entre outros problemas. Diante da irregularidade do comércio informal na José Avelino e a fim de regularizar os vendedores, a prefeitura viu a necessidade de descongestionar essa via realocando esses feirantes em um espaço onde poderiam desempenhar o seu ofício com qualidade e segurança sem causar transtornos a mobilidade urbana.

Sem querer negligenciar a importância do comércio para o destaque do Ceará, e Fortaleza, em particular, como polo do setor têxtil e de confecção, mas por outro lado devido aos limites deste artigo, não tendo a intenção aqui de tecer uma análise maior desta temática, a mesma pode ser explorada em estudos sobre o comércio informal, o uso e ocupação de espaços públicos de forma privada e o papel do Estado, conforme Dantas(1995), bem como mediante o estudo das relações entre o circuito superior e inferior a partir do comércio formal e informal de confecções, com Marlon Santos(2014), como também Eciane Silva (2013), que faz uma análise das consequências, no espaço central da cidade, do comércio informal, em outro momento Bezerra (2018) desenvolve estudo acerca do mercado metropolitano de confecção nos circuitos da economia urbana de Fortaleza. Tem-se também o estudo geográfico das feiras de Caruaru-PE; Arazível, Sobral-CE e Serrinha-Ba de Gonçalves (2016) acerca da metamorfose das feiras nordestinas com a inserção da confecção popular. Vale destacar ainda o estudo acerca da

dinâmica socioespacial no espaço Cearense com o desenvolvimento industrial têxtil e o comércio de confecção, bem como seus vínculos ao setor de serviços (MUNIZ, 2014).

Dentre outras coisas estes estudos revelam em menor ou maior proporção e de acordo com suas especificidades a problemática atinente ao comércio confeccionista. Diante deste contexto, surgiu a ideia da construção do Mercado Popular do Jacarecanga, hoje denominado Centro Fashion. Este se instalaria no antigo conjunto industrial da Fábrica São José, que se encontrava na Av. Filomeno Gomes em frente ao cemitério São João Batista.

Como o desenvolvimento do capital é contraditório, a atividade informal na Feira da José Avelino influenciou o desenvolvimento de atividades formais com existência de equipamentos urbanos voltados à venda de confecção, como o *Shopping* popular: Centro Fashion.

64

Esse espaço foi escolhido não só para atrair os comerciantes provenientes da Rua José Avelino, devido a sua proximidade com o centro e com a feira (apenas 2 km) desta rua, mas também como instrumento de revalorização do bairro do Jacarecanga e para estimular o mercado popular de moda no Ceará. Com ciência disso, Philomeno Gomes Neto, diretor da construtora Preferencial, associado a construtora Marquise, tomaram a frente do projeto já que os custos giravam em torno de 100 a 120 milhões de reais, sendo inviável a construção por parte da prefeitura por seu elevado custo.

As obras iniciaram no segundo semestre de 2015 e se destacou tanto pela sua velocidade, como nos investimentos em ações sustentáveis que reduz a geração de resíduos, causando menos transtornos à população do entorno. Mesmo com a inauguração prevista para 2016, esta só se deu em abril de 2017, a poucas semanas do prazo estabelecido pelo prefeito para retirada dos feirantes da José Avelino.

A estrutura do Centro Fashion tem capacidade para cinco mil boxes, 90 lojas, 36 megalojas e uma praça de alimentação que conta com 24 lanchonetes e dois restaurantes.

Inaugurado em 2017, com 4.500 boxes e 126 lojas e megalojas comerciáveis, área construída de 70 mil m², mas com possibilidade de ampliação para 8400 boxes e 300 lojas e megalojas. A expectativa era de que o empreendimento movimentasse em torno de R\$ 2,5 bilhões por ano, segundo dados do *site* do empreendimento (CENTRO FASHION, 2020). Além de destinar grande parte da estrutura aos feirantes e consumidores do setor da moda da feira da José Avelino, o diretor do Centro Fashion, Philomeno Gomes Neto, destacou a importância de atender “o público do circuito do turismo de compras” provenientes tanto do Norte como do Nordeste do País, e por isso investiu em uma área com 130 vagas de embarque e desembarque segura para ônibus e em um sistema de hospedagem que possa acomodar esses turistas com cerca de 340 leitos.

Ou seja, observa-se as transformações do espaço urbano de Fortaleza com implantação de fixos em antigos espaços industriais que passam a ter novas funções e formas e, no caso aqui analisado ligado ao comércio e como este acaba influenciando o desenvolvimento de uma série de serviços, como o de hospedagem dada a construção do hotel que fica na saída para a Vila São José e o de transporte, já que ao lado situa-se a mini rodoviária onde é realizado o intenso desembarque e embarque de sacoleiros. Ademais, tem-se ainda os serviços de banco, de estacionamento, espaço para eventos, segurança, alimentação, beleza, lojas de aviamentos e de tecidos, escritório virtual, serviços de administração que tratam das aquisições e manutenções

dos boxes e lojas, promovem a divulgação do empreendimento e o sistema de atendimento aos clientes.

Antes de abordar sobre o Centro Fashion e toda sua dinâmica é necessário compreender qual era a função do território onde está localizado o Centro Fashion e seus diversos fixos e fluxos no decorrer do tempo. Assim, nas próximas sessões será possível entender a história de Pedro Philomeno, o fundador da antiga fábrica São José (estrutura que comporta o atual Centro Fashion), além de resgatar a história da Vila Operária São José que atualmente se denomina Vila São José e seu papel na reprodução da classe trabalhadora no urbano de Fortaleza.

Fábrica São José e a Vila de Operários em Jacarecanga

65

Fundador da Fábrica São José, Pedro Philomeno nasceu em 1888, em Sobral, de uma família de 17 irmãos, aos 16 anos já exercia o trabalho de comerciante na Camisaria Esperança, de um dos irmãos, no Rio de Janeiro. Regressando ao Ceará, ingressa na vida política, por volta de 1913, porém, percebendo que sua aptidão era na verdade para o mundo industrial, passou então a trabalhar com o pai em uma fábrica de cigarros de denominação inicial Philomeno, Markan & Caminha Ltda, na qual mais tarde viria a se tornar sócio, passando a se chamar então Philomeno Gomes & Filho (ARAGÃO, 1989).

Conforme Aragão (2002) a fábrica de Tecidos São José foi fundada com a fusão das firmas A. D. Siqueira & Filho, Philomeno Gomes e Cia, vindo a constituir a firma inicialmente denominada Frota Siqueira & Cia Ltda. Em 1927, com o falecimento de Raymundo da Silva Frota, a firma social passou a ser Gomes & Cia. Limitada.

A fábrica São José produzia de início tecidos grossos, como algodãozinho, mescla e lonita, bem como fios e redes populares. Diante da crise de 1929, foi obrigada a reequipar suas instalações, diversificando sua produção para xadrezes, riscadinhos e brins, e depois da Segunda Guerra Mundial, começou a produzir redes de luxo, cáqui e os itens felpudos como toalhas de banho e rosto, sendo a primeira fábrica local a produzir e estampar toalhas felpudas. Outros produtos também foram acrescentados, como panos de copa, toalhas de mesa, fraldas, chegando até à camisaria.

Inicialmente a fábrica foi instalada numa área de 10.000m², no bairro de Jacarecanga, em Fortaleza, estando equipada com maquinaria moderníssima oriunda da Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, com capacidade para 6.800 fusos.

O maior número de operários se revela após sua fundação: "Tal empreendimento teve grande expressão social e econômica, considerando que no período da 2ª Guerra Mundial empregava um contingente de 1.050 funcionários". (ARAGÃO, 2002, 79).

O impacto das indústrias têxteis, além dos aspectos técnicos e econômicos, se faz perceber notadamente no espaço, mediante a produção e reprodução espacial com as interrelações capital e trabalho sob mediação das forças produtivas e relações sociais de produção.

A construção de vilas operárias para a reprodução da classe trabalhadora por meio das indústrias têxteis (como a São José, Baturité, as do grupo A. D. Siqueira, a Fábrica Santa Thereza, Santa Cecília, Sobral e Progresso) revela as interações na dinâmica urbana da Capital, uma vez que as vilas operárias continuaram se transformando, acompanhando a expansão da cidade.

[...] o setor de fiação e tecelagem implantou-se no fim do século XIX, mas é somente a partir de 1920 que surgem as vilas operárias. Isso se explica pelo fato de que é nesse momento que o setor busca sua expansão e a organização de sua produção de forma mais sistemática e contínua. Para isso, os empresários adotaram como política a proximidade domicílio/trabalho, pois ter os operários próximos assegurava a assiduidade, a pontualidade, a prontidão permanente destes, bem como o envolvimento de toda a família... (MARGARIDA ANDRADE, 1990: p. 283).

A Vila São José, que se localizava no bairro Jacarecanga e cuja indústria permaneceu produtiva até os idos de 1957, acompanhou as transformações advindas da expansão da cidade de Fortaleza que levou "a mudança de uso das casas burguesas que passaram a ter novas funções: repartições públicas, firmas particulares e cortiços".

A vila de operários da fábrica São José foi fundada em 1928 localizada no bairro de Jacarecanga, sendo exigidas que se localizassem fora da zona urbana, entre a ferrovia e a fábrica, tendo apenas uma única rua de acesso. No início houve a construção de seis pequenas casas para seus mestres. Em 1943, já haviam 80 casas alugadas com perspectiva de mais 70.

No início, essa vila era instrumento coercitivo de patronato. Em 1949 a fábrica São José já possuía 247 unidades habitacionais. (MARGARIDA ANDRADE, 1990).

Posteriormente esta autora acrescenta que " ...essa área, como muitas outras partes da cidade, passa por mudanças incentivadas pela legislação urbana, a qual permite a construção de edifícios de vários andares, com apartamentos de dois ou três dormitórios, conforme o modelo da classe média." (MARGARIDA ANDRADE, 1990, p.79).

Durante trabalho de campo realizado durante o ano de 2018 foi possível constatar que a vila (ver imagem 1) está disposta em 15 quadras, de forma mais ou menos ortogonal. As casas e os lotes têm tamanho e formas diferentes, embora as habitações possuam também blocos com casas semelhantes. Em seu interior as casas têm duas salas, cozinha, quintal e um a três quartos. Se destacando no conjunto, os apartamentos ocupam duas quadras. Os apartamentos estão distribuídos em 16 no térreo e 16 no pavimento superior, totalizando 32 apartamentos. Ao contrário das casas, possuem um pequeno jardim frontal e dispõem de duas salas, dois quartos, cozinha, despensa, banheiro, área de serviço e dependências para empregadas. As fachadas das casas da vila operária adotavam detalhes de ornamentação da linguagem déco em frontões com elementos geométricos bem ordenados.

Imagem 1 – Fachadas originais da Vila São José



Fonte: Acervo dos autores, 2018.

A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO FASHION NA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FORTALEZA

Considerado um dos maiores centros atacadistas de moda popular do Nordeste onde se tem diversos produtos de moda diversificada (feminina, masculina, moda praia, calçadista, infantil, íntima e acessórios, dentre outros) o Centro Fashion, como relatamos anteriormente, foi projetado com o intuito de diminuir a ocupação irregular de vias públicas, como é o caso da antiga feira da José Avelino. É tanto que grande parte dos boxes existentes no Centro Fashion, são de feirantes que anteriormente trabalhavam de forma irregular na José Avelino. Este empreendimento tem como diretor André Pontes e Philomeno Gomes Neto, neto de Pedro Filomeno Gomes, fundador da Fábrica de Redes e Toalhas São José, e está alocado no mesmo terreno onde antes era a fábrica.

O Centro Fashion alimenta vários setores da economia, principalmente o da moda, vendendo no atacado e no varejo para pessoas de várias regiões do país, principalmente Norte e Nordeste, por parte de sacoleiros (as) que comprem em grande quantidade para revenderem. Assim podemos observar, apesar de não tão predominante nesse setor econômico, o Circuito Superior de SANTOS (1979), no enfoque do Comércio Varejista Moderno, nele SANTOS fala que “voltados para a distribuição, o comércio do circuito superior depende estreitamente dos fornecimentos que vêm tanto das importações como da produção nacional.” (SANTOS 1979, p.69), nesse sentido, na dinâmica do Centro Fashion, mais da produção nacional, local, do que da importação de produtos. O empreendimento acaba sendo uma grande loja com sessões dentro, fenômeno falado por SANTOS (1979) quando tratava de tal atividade e sua expansão nos países subdesenvolvidos, dizendo que “sua existência está ligada à possibilidade de uma demanda mais numerosa e mais diversificada, assim como as possibilidades de pagamento em dinheiro líquido ou segundo as formas burocráticas de crédito...” (SANTOS 1979, p.68).

Além das formas de pagamento facilitadas encontra-se neste espaço o menor preço de mercadorias por serem advindas de lojas de fábrica e vender no atacado e varejo.

No que diz respeito ao Circuito Inferior, é em uma escala mais local e com atividades menores. “Esses indivíduos desenvolvem atividades que não se alicerçam em grandes quantidades de capital, mas, sim, ao contrário, em pequenos estoques de capital, em preços flexíveis, na movimentação intensa de dinheiro líquido.” (SALVADOR, 2012, p.51), nesse circuito apresenta-se com destaque o trabalho familiar e autônomo, empregos temporários e de acordos fixados, informalmente, entre patrão e empregado, geralmente sem contratos firmados e direitos presentes na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Como exemplo, no contexto dos vendedores do Centro Fashion, se tem os donos de confecções, trabalhadores autônomos que produzem e vendem, as facções sendo muitas uma terceirização das confecções, já que muitos donos de confecção utilizam esta forma pela facilidade de contrato e barateamento na produção, e as pessoas que tem contratos com outras confecções que distribuem as peças para elas sem que tenham vínculo com as confecções fabricantes dos produtos.

Salienta-se ainda que os circuitos superior e inferior se complementam, no setor terciário é nítido como o circuito superior é alimentado pelo circuito inferior. A classe média tem conseguido interagir cada vez mais no circuito superior, tanto através do consumo quanto da venda da sua força de trabalho para os setores que o compõe.

O circuito inferior é responsável pela maior parte da ocupação e oportunidades de trabalho para a população, sobretudo para os imigrantes e parte da população que possui baixa qualificação.

Enquanto o circuito superior se relaciona com a região ou o país (relação exógena), o circuito inferior relaciona-se com sua localidade (relação endógena). Sendo assim, através dos circuitos também é possível compreender a dinâmica presente nas cidades além de suas ligações externas, compreendendo-as em seu contexto local, regional, nacional e internacional. Equiparando ao Centro Fashion, o complexo abriga essas pessoas que fogem da formalidade das grandes empresas e apostam em um mercado mais flexível, alguns por opção outros como consequência do desemprego resultado da modernização e de tantas outras precariedades.

O Centro Fashion (ver imagem 2) possui 74 mil metros quadrados de área construída, cerca de 5.500 boxes, sendo constituído por lojas e megalojas, com foco nas vendas de peças no atacado, porém, o varejo não é descartado. Ainda se pode encontrar praça de alimentação com restaurantes, lanchonetes e padaria, salão de beleza e um grande estacionamento para carros, motos, bicicletas e 130 vagas para ônibus.

68

Imagem 2 – Fachada do Centro Fashion



Fonte: Acervo dos autores, 2018.

O Centro Fashion recebe por semana, cerca de 4 mil pessoas de todo o país, mas, os estados de onde recebe mais compradores são Piauí, Pernambuco, Maranhão, Pará, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Amazonas, dentre outros.

Todo o Centro Fashion é dividido por setores com suas especificidades. De início, o Centro Fashion deveria possuir apenas fabricantes, porém, a realidade não é essa. Ao todo o local possui 6 setores que corresponde aos 6 andares, os quais são: Azul e Roxo, compostos por fabricantes, Verde e Amarelo, com revendedores e o Branco onde ficam as megalojas. No último andar, o Setor Vermelho, encontra-se a praça de alimentação.

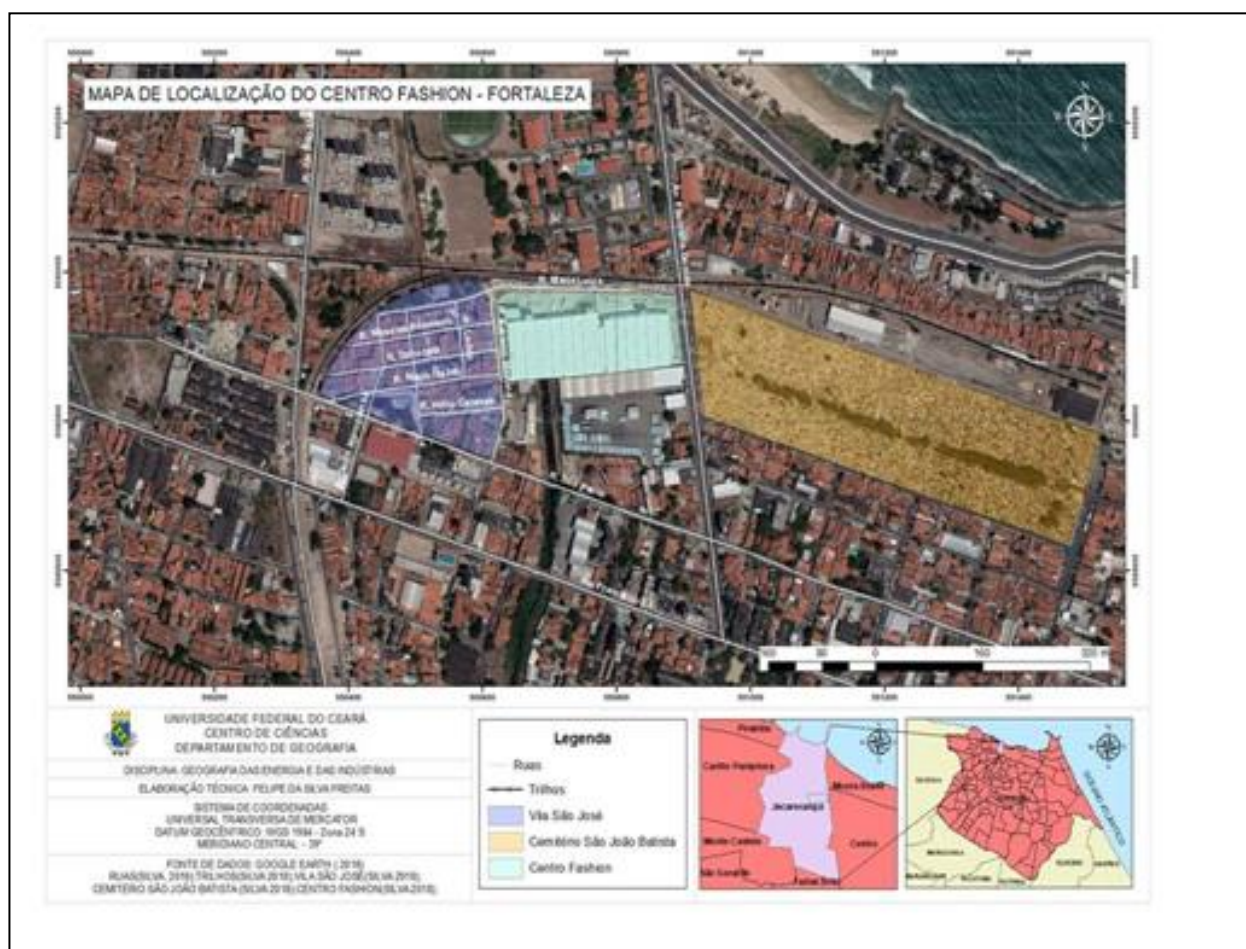
Um diferencial do Centro Fashion é a existência de um hotel com 370 leitos exclusivo para motoristas de ônibus, guias e sacoleiros que vão até o local. Além do hotel, o empreendimento possui ambulatório, farmácia, caixas eletrônicos, banheiros, segurança, circuito interno de tv, rádio e carrinho de compras para os clientes.

O local também possui ações sustentáveis, como um projeto de captação de água da chuva, utilização de ventilação natural e lâmpadas eficientes. Além disso, está sendo desenvolvido um armazenamento e geração de energia solar, onde placas serão implantadas na cobertura do edifício.

Sobre seu funcionamento, existe uma diversidade de horários. Às quartas-feiras é aberto de 08:00h às 22:00h e é o dia que o setor azul funciona durante a noite ficando de 22:00h às 05:00, às quintas-feiras abre de 05:00h às 14:00h, às sextas-feiras de 14:00h às 22:00h, aos sábados de 08:00h às 22:00h e novamente o setor azul fica funcionando até a noite de 22:00h às 05:00h, aos domingos de 05:00h às 14:00 e as segundas-feiras não há funcionamento. Isso se modifica com a época do ano, podendo haver flexibilização dos horários em dias específicos como em épocas que o mercado está mais aquecido, como nos dias das mães, dos pais e nas festas de fim de ano.

Percebe-se que o Centro Fashion possui uma excelente infraestrutura para atender as necessidades dos clientes e dos feirantes do local.

Mapa 1 – Espacialização do Centro Fashion



Fonte: Felipe Freitas, 2018.

No entorno do próprio Centro Fashion, é possível ver uma grande movimentação de veículos, a Avenida Filomeno Gomes que fica na frente do empreendimento, passou por uma revitalização com o alargamento da via, para comportar todo o fluxo de transporte da área. Em

frente ao Centro Fashion está o Cemitério São João Batista, que foi inaugurado no dia 5 de abril de 1866 para substituir o antigo Cemitério São Casimiro.

Para compreender sua dinâmica de funcionamento, fez-se necessário a aplicação de um questionário com perguntas fechadas e abertas direcionado aos feirantes do local.

Durante trabalho de campo no Centro Fashion foi aplicado questionário com os feirantes dos boxes. No total, foram entrevistadas 12 pessoas onde 3 eram homens e 9 eram mulheres. Cerca de 50% dos entrevistados possuía entre 25 a 35 anos. Ao dialogar com alguns feirantes, foi descoberto que ao invés de proprietários eles são considerados permissionários e cerca de 66,6% dos entrevistados são permissionários e 33,3% são apenas vendedores contratados, e por isso não são oficialmente donos dos boxes. Quando o feirante decide trabalhar no Centro Fashion ele paga um valor de R\$ 19.200,00 por boxe de esquina ou R\$ 16.000,00 por boxe do corredor, além disso é cobrado um valor semanal que varia de acordo com o setor, no caso da Dona Elena, uma senhora de 58 anos que foi uma das entrevistadas, afirmou que no setor roxo, setor no qual ela trabalha, o valor semanal é de R\$ 51,00 se o boxe for aberto durante toda a semana e se por acaso fechar por duas ou três vezes na semana, esse valor sobe para R\$ 85,00. Outro detalhe dito pela própria Dona Elena, é que se por acaso o permissionário desistir de atuar no Centro Fashion, ele só receberá metade do valor investido inicialmente. Tudo isso pode ser resumido conforme a fala de Dona Elena em uma frase “é seu enquanto você trabalhar nele”.

Como foi dito anteriormente, o Centro Fashion teve o intuito de realocar os feirantes da Rua José Avelino, e durante a entrevista 25% eram antigos feirantes da José Avelino, 8,3% vieram de Maracanaú e 66,6% trabalhavam em facções ou confecções domiciliares. O local abrange diversos segmentos de moda, dos entrevistados 33,3% vendiam modinha, 16,6% jeans, 16,6% moda praia, 16,6% moda infantil, 18,3% moda íntima e 8,3% utensílios domésticos (panos de prato). Cerca de 75% tem a origem do seu produto de facções ou confecções enquanto 25% já pegavam o produto pronto para a venda. O final do ano como foi dito durante aplicação de questionários é o período de maiores vendas, devido ao grande fluxo de turistas ou dos próprios moradores de Fortaleza.

Quanto se falava em vantagens de estar no Centro Fashion, uma das primeiras falas era sobre a segurança do local e o conforto que os feirantes têm, além de um ponto fixo para as vendas. Entretanto, para alguns as vendas acabaram sendo prejudicadas como é o caso da Dona Elena, que acredita que por estar no setor de andar mais alto reduziu as vendas. Sobre o tipo de venda realizada pelos feirantes 100% dos entrevistados vendem mais a varejo, porém não descartam o atacado.

CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu identificar as relações que o Centro Fashion tem com o crescimento do comércio e dos serviços na economia de Fortaleza, a partir de uma análise geográfica e histórica do local, analisando as relações de poder do passado e do presente no mesmo ambiente, e como estão diretamente relacionadas, exemplo disso tem-se o fato do local ter abrigado a indústria São José, de propriedade de Pedro Philomeno Gomes, e até hoje, o Centro Fashion ser gerenciado por algum membro da família Philomeno Gomes, no caso Pedro Philomeno Gomes Neto. Assim, visualizando também uma certa continuidade de investimento no mercado Têxtil, apesar de ser em ramos diferentes de mercado.

Também foi possível observar, no contexto histórico, a Vila São José, antiga Vila operária pertencente ao complexo da Fábrica São José e a importância que teve para o crescimento do bairro Jacarecanga, a dinâmica que esta vila trouxe e traz para o espaço urbano de Fortaleza e hoje como está ligada ao novo fixo presente neste território - o Centro Fashion. Este, por sua vez, com uma ressignificação para o bairro, além de impactar na economia local com os serviços que abrange, os empregos gerados e o capital utilizado no consumo e investimento do setor terciário, sem esquecer o fato do comércio no Centro Fashion permitir uma relação entre diversos Estados brasileiros e estrangeiros, acarretando uma forte movimentação da economia Cearense.

Ademais o presente estudo permitiu entender como o Centro Fashion é de certo modo um regulador do espaço urbano do centro da cidade, implicando na mobilidade de muitos compradores da capital ocasionando congestionamento das ruas do entorno, como também atraindo consumidores vindos do interior, de outros Estados e até de outros países,

Foi possível evidenciar através de sistemas de objetos e ações os impactos socioeconômicos e notadamente espaciais, as interações entre setores secundário e terciário, com mudanças na forma de equipamentos urbanos e refuncionalização, como também a imbricação entre os circuitos superior e inferior, o impulso ao trabalho e consumo no comércio de confecção de moda popular a preços baixos, com destaque do Ceará no mercado nacional e internacional.

BIBLIOGRAFIA

ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e da Confeção). **Perfil do Setor**. Brasil. 2019. Disponível em: < <https://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor> >. Acesso em: 29 fev. 2020.

ABRAVEST (Associação Brasileira do Vestuário). Disponível em: < <https://abравest.org.br/site/> >. Acesso em 29 fev. 2020.

AMORA, Zenilde Baima. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SOUSA, Maria Salete de et al. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. **Onde moram os operários... vilas operárias em Fortaleza: 1920-1945**. 1990. 309 f. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano/Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **O Fiar e o Tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará** / (coord.) [et. al.]. Fortaleza: SINDITÊXTIL / FIEC, 2002.

_____. **A Trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem 1880-1950**; Projeto História do Ceará: política, indústria e trabalho. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará Stylus Comunicações, 1989.

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: As consequências humanas**, Trad. Marcus Penchel, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BEZERRA, Eciane Soares da Silva. **O mercado metropolitano de confecção nos circuitos da economia urbana de Fortaleza-CE**. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CENTRO FASHION. 2020. Disponível em: < <http://www.centrofashion.com.br/> >. Acesso em 29 fev. 2020.

CORREIA, Telma de Barros. **Art déco e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940.** An. mus. paul. [online]. 2008, vol.16, n.2, pp.47-104. ISSN 0101-4714.

DANTAS, E. W. **Comércio Ambulante no Centro de Fortaleza- CE (1975-1995).** Dissertação. Universidade de São Paulo-FFLCH/USP, 1995.

GONÇALVES Luiz Antonio Araújo. **A Metamorfose Das Feiras Nordestinas Coma Inserção Da Confeção Popular:** Estudo Geográfico Das Feirasde Caruaru-Pe;Aprezível, Sobral-Ce E Serrinha-Ba. Tese .Uece.Fortaleza. 2016.

JAPPE, Anselm. **Guy Debord.** Portugal. Ed. Antígona, 2008.

MARQUISE, Grupo. **Fortaleza ganha novo centro comercial popular voltado para segmento da moda.** 2015. Disponível em: < <http://www.grupomarquise.com.br/release/fortaleza-ganha-novo-centro-comercial-popular-voltado-para-segmento-da-moda> >. Acesso em: 29 fev. 2020.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. **A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza.** Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2014.

_____. The Production Of Fortaleza's Metropolitan Space And The Industrial Dynamic/A produção do espaço metropolitano de Fortaleza e a Dinâmica Industrial. **Mercator**, [s.l.], v. 14, n. 3, p.61-74, 15 dez. 2015.

_____. Ceará State And The Textile Industry In Time-Space/O Ceará e a Indústria Têxtil no Espaço-Tempo/. **Boletim Goiano de Geografia** (Online), v. 36, p. 420-443, 2016.

_____. CABRAL; SAMPAIO. Dinâmica Industrial Na Região Metropolitana De Fortaleza No Contexto Da Reestruturação Produtiva E Espacial. **Revista Pegada** Eletrônica (Online), Fortaleza, 2019

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira, **Espaço Geográfico e Circuito Inferior Da Economia Urbana.** Mercator - Revista de Geografia da UFC. 2012.Disponível em:< <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/673> >

SANTOS, Marlon Cavalcante. **A Dinâmica do Circuito da Economia Urbana na produção de Confeção em Fortaleza-Ceará.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2014.

SANTOS, Milton. O circuito superior: o comercio varejista moderno. In: SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido:** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1979.

SILVA, Eciane Soares. **Dinâmica Socioespacial do Comércio Popular de Confeção no Centro de Fortaleza.** Dissertação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

COMPORTAMENTO DA TEMPERATURA E UMIDADE DO AR EM RESIDÊNCIAS DE MOSSORÓ/RN, SEMIÁRIDO NORDESTINO

Ana Luiza Bezerra da Costa Saraiva
Amanda da Mota Araújo
Letícia Gabriele da Silva Bezerra
Alfredo Marcelo Grigio

INTRODUÇÃO

As cidades são o resultado das maiores modificações do ambiente natural, estas modificações se iniciam com o uso e ocupação do solo, que muitas vezes ocorrem de maneira inadequada e insustentável gerando problemas de ordem social, econômica, ambiental e climática (PAIVA; ZANELLA, 2013). No aspecto climático, segundo Ayoade (1996), com o aumento da população, das capacidades tecnológicas e científicas percebeu-se que o ser humano pode influenciar o clima, especialmente em escala local.

Entre os fatores urbanísticos que podem ocasionar particularidades no clima local, identificam-se principalmente: alta concentração de concreto, asfalto e pavimentação utilizados nas construções que possuem uma elevada absorção e reduzem o albedo de radiação solar; e a retirada da vegetação que possui o papel de regular a temperatura e umidade do ar (SILVA, 2009; TORRES; MACHADO, 2011).

As características climáticas, assim como as particularidades geradas pelos fatores urbanísticos, criam modificações no ambiente urbano e esse conjunto pode ser estudado a partir do levantamento das características que geram o que se denomina de clima urbano. De acordo com Monteiro (2003, p.19) o clima urbano “é um sistema que abrange o clima de um dado espaço terrestre e sua urbanização”, que por sua vez, irá influenciar de forma direta no conforto térmico humano.

Bem como, estes fatores também podem influenciar de forma direta os espaços residenciais, local onde se desenvolve grande parte do cotidiano dos moradores de uma cidade, se mostrando como um importante espaço de análise (SILVEIRA; SILVEIRA, 2014). De acordo com Pedro (2000, p.73), “a habitação influencia de forma determinante e sobre múltiplos aspectos o dia-a-dia dos moradores, marcando profundamente a sua qualidade de vida, e as suas expectativas e possibilidades de desenvolvimento futuro”.

Considerando que as habitações influenciam em diversos aspectos a vida dos moradores, é importante destacar a problemática do desconforto térmico, uma vez que, as pessoas estão suscetíveis a essas situações até mesmo dentro de suas residências. Para Souza e Nery (2012) o desconforto térmico influencia a qualidade de vida da sociedade, uma vez que as reações ao frio e ao calor envolvem questões de saúde pública, consumo de energia, rentabilidade no trabalho e sociabilidade.

A preocupação em se ter conforto térmico em um ambiente construído vem sendo bastante estudada devido à necessidade de estabelecer as condições adequadas de conforto, sejam para os ambientes de trabalho como para os de descanso e lazer. As pessoas passaram a ver que o conforto térmico não é um luxo desnecessário, mas uma necessidade para a manutenção tanto da saúde física, quanto mental (BARTHOLOMEI, 2003).

Entre as variáveis climáticas, as que mais exercem influência no conforto térmico humano são: a temperatura do ar, a umidade relativa do ar, a radiação solar e a velocidade do vento. Entre

estes elementos, a temperatura do ar e a umidade relativa do ar veem sendo as mais utilizadas em pesquisas climáticas (AYOADE, 1996; PAGNOSSIN; BURRIOL; GRACIOLLI, 2001).

Dentro deste contexto, propõem-se um estudo destas duas variáveis climáticas em residências no Conjunto Abolição IV, bairro Abolição, no município de Mossoró, Rio Grande do Norte (RN). Nas últimas décadas Mossoró vem passando por um processo acentuado e acelerado de urbanização, das quais as diferentes utilizações do solo e das atividades intensificadas por esse processo inferem em diferenças térmicas e higrométricas em diferentes pontos da cidade (SARAIVA, 2014; NERES; SANTOS, CARVALHO, 2015).

De acordo com Mascaró e Mascaró (2010), a arborização atua como termorregulador climático na cidade, pois ela age fortemente no microclima urbano contribuindo em diversos aspectos como: amenização da radiação solar, modificando tanto a temperatura do ar como a umidade, pois é através do sombreamento que é reduzido a carga térmica recebida pelos edifícios, modifica a velocidade e direção dos ventos e diminui as temperaturas superficiais de pavimentos e fachadas o que contribui na diminuição da sensação de calor do indivíduo.

Em trabalhos já desenvolvidos na cidade de Mossoró por Saraiva, Vale, Zanella (2012), Saraiva (2014), Araujo, (2017), Araujo, Saraiva, Grigio (2017) e Bezerra (2019) apontam a arborização como um importante elemento da paisagem urbana capaz de reduzir as temperaturas do ar e da superfície quando comparados com áreas não arborizadas, assim como exercem forte influência no aumento do teor da umidade relativa do ar.

Após analisar as pesquisas desenvolvidas sobre o clima urbano de Mossoró percebeu-se um número incipiente de estudos microclimáticos, especialmente em se tratando em residências. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo estudar o comportamento das variáveis climáticas, temperatura do ar e umidade relativa do ar, em dois quintais residenciais no conjunto Abolição IV. Os quintais foram escolhidos sendo um arborizado e o outro não arborizado, a fim de verificar a influência das árvores no comportamento dos elementos climáticos e, por conseguinte no conforto térmico humano.

MATERIAIS E MÉTODOS

Caracterização da área de estudo

De acordo com os dados da Prefeitura Municipal de Mossoró (2017) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) o Conjunto Abolição IV é um dos sete conjuntos habitacionais do bairro Abolição, situado na zona Oeste do município de Mossoró, estado do RN, e em 2010 o bairro contava com uma população de 24.741 pessoas, e 7.706 domicílios (FIGURA 1).

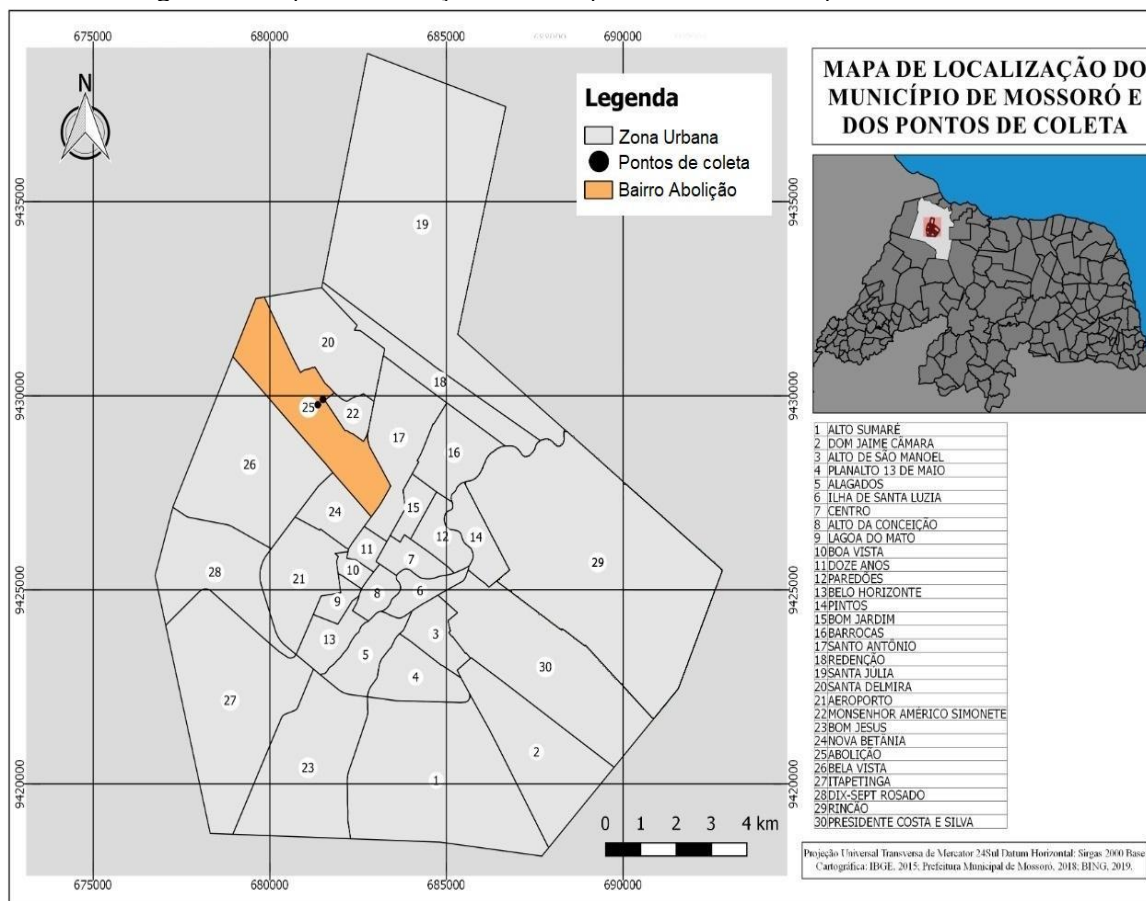
O clima predominante do município é o Semiárido, característico pelas baixas precipitações e elevadas temperaturas. O município possui três períodos climáticos significativos, que são: período quente e chuvoso (março, abril e maio), período seco e ameno (junho e julho) e o período mais quente e seco (setembro, outubro e novembro) (SARAIVA, 2014).

Os pontos de coleta dos dados climáticos foram definidos pelos critérios de aproximação, sendo as duas residências vizinhas, separadas apenas por um muro e por possuírem características semelhantes de construção, como: materiais, portas e janelas nas mesmas posições e pintadas em tons claros.

Além disso, ambas possuem quintais que compreende a área frontal, as laterais e a parte localizada atrás das residências. Entretanto, é importante destacar que a coleta dos dados

climáticos se deu nas áreas frontais dos quintais, no qual foram acomodados os abrigos meteorológicos com os aparelhos termohigrômetros.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Mossoró e dos pontos de coleta



Fonte: IBGE (2015); Prefeitura Municipal de Mossoró (2018). Elaborado e organizado por Wesley Misael Bezerra Damasio, 2019.

A Residência 1 possui um quintal com solo exposto, algumas espécies ornamentais de porte pequeno e arborização de porte arbóreo frutífero, como mangueira e coqueiro. As árvores, bem como o jardim ficam na área frontal do quintal, sendo esta área bastante sombreada pela mangueira por ser frondosa (FIGURA 2).

Já a Residência 2 apesar de também possuir um quintal com o mesmo tamanho e com solo exposto, não possui nenhum tipo de arborização em suas dependências fazendo com que a área frontal do quintal fique exposta a radiação solar direta durante o dia (FIGURA 2).

Devido ao fato da área frontal do quintal da Residência 2 ficar exposta a radiação solar ao longo do dia, a moradora da residência, alguns meses depois da realização desta pesquisa, construiu uma cobertura nesta área. Desta forma, a imagem do *Google Earth* ilustrada na Figura 2 é do ano de 2014, pois foi à única imagem de melhor qualidade encontrada antes da reforma.

Figura 2 – Localização da Residência 1 e Residência 2



Fonte: Google Earth (2014). Modificado pelos autores, 2020.

*Legenda: R1= quintal com árvores. R2= quintal sem árvores.

Procedimentos executados

Após realização de pesquisa bibliográfica acerca do tema discutido, foi executada a coleta de dados climáticos nas duas residências previamente escolhidas, que ocorreram entre os dias 23 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016. De acordo com Saraiva (2014), no mês de maio é possível observar valores máximos de precipitação e nebulosidade, além de menores taxas de radiação, velocidade do vento e temperaturas quando comparados com os meses mais quentes e secos do ano: setembro, outubro e novembro.

A coleta dos dados foi realizada durante 24 horas ao longo dos dias, no entanto as primeiras 12 horas do dia 23 de ambas as residências apresentaram oscilações incomuns, optando-se por descartar esses dados e para não comprometer a pesquisa optou-se por encerrá-la também às 12hrs do dia 31 de maio, completando assim uma semana de coleta de dados climáticos.

Os dados foram coletados pelos aparelhos termohigrômetros *datalogger* (Impac – modelo IP 747RH), Figura 3, que foram colocados em abrigos meteorológicos construídos de madeira e pintados de branco a fim de evitar à radiação solar diretamente nos aparelhos, que influenciariam nos resultados, assim como possui aberturas para ventilação (SARAIVA, 2014). O abrigo tem uma altura de 1,50 m (figura 4).

A fim de sanar possíveis oscilações, todos os dados coletados foram calibrados pelas seguintes fórmulas disponibilizadas na pesquisa de Saraiva (2014), conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Fórmulas para calibração da temperatura do ar e umidade relativa do ar

Equipamento	Temperatura do ar (°C)	Umidade relativa do ar (%)
1	$Y = 0,9489x + 1,091$	$Y = 1,2624x - 19,778$
2	$Y = 0,9155x + 2,165$	$Y = 1,4032x - 27,799$

Fonte: Saraiva (2014). Organizado pelos autores, 2018.

Figura 3 – Termohigrômetro *datalogger*



Fonte: Bezerra (2019).

Figura 4 – Abrigo meteorológico



Fonte: Bezerra (2019).

Tendo em vista o grande número de dados coletados, onde foram registrados 672 dados de temperatura do ar e umidade relativa do ar nos dois quintais residenciais, foi utilizada a metodologia adaptada de Saraiva (2014) para representação e análise dos dados climáticos. A metodologia consiste na divisão das 24 horas diárias em seis intervalos, de acordo com suas características climáticas, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Divisão horária de análise dos dados climáticos

Intervalo horário	Características
0h às 3hrs	Início do ciclo diário, com gradativa perda de calor e aumento do teor de umidade relativa do ar
4hrs às 7hrs	Até às 6h da manhã ocorre uma perda de calor gradativa, registrando nesse horário os menores valores de temperatura diária. As 7hrs inicia o período de aquecimento diurno e uma redução no teor de umidade relativa do ar
8hrs às 11hrs	Ocorre nesse intervalo horário um gradativo aquecimento, onde acontece um aumento da temperatura e diminuição no teor de umidade relativa do ar. Os raios solares ainda incidem de forma inclinada
12hrs às 15hrs	Intervalo de aquecimento máximo, onde os maiores valores de temperatura e menores teores de umidade relativa do ar foram encontrados. Os raios solares incidem de forma concentrada, com ângulos retos
16hrs às 19hrs	Intervalo após o período com os valores máximos de temperatura e mínimos de umidade relativa do ar. Ocorre o pôr do Sol e um gradativo resfriamento e aumento nos teores de umidade relativa do ar
20hrs às 23hrs	Intervalo marcado também pela gradativa perda de calor, porém em menor velocidade do que no intervalo anterior, final do ciclo diário

Fonte: Saraiva (2014). Adaptado pelos autores, 2018.

Para representação dos dados climáticos as tabelas ilustram os maiores valores de temperatura do ar encontrados dentro de cada intervalo horário e seus respectivos teores de umidade relativa do ar. Sendo assim, as horas que serão destacadas nas tabelas são: 0h, 7h, 11h, 14h, 16h e 20h.

Na análise dos teores de umidade encontrados foi utilizada a classificação de umidade relativa do ar desenvolvida pelo Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à

Agricultura (CEPAGRI, 2007) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação da umidade relativa do ar

Intervalo	Classificação	Cor correspondente
< 12 %	Estado de emergência	
>12 % <20%	Estado de atenção	
>20% <'30%	Estado de alerta	

Fonte: CEPAGRI (2007). Organizado pelos autores, 2018.

Por fim, foram analisadas algumas imagens na faixa espectral do infravermelho Termal (Banda 4 – IR1) do satélite GOES 13 IR, disponibilizadas no site do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (2017), de alguns dias do período de coleta dos dados climáticos, com a finalidade de observar a nebulosidade em alguns horários no município de Mossoró.

ANÁLISE DOS ELEMENTOS CLIMÁTICOS REGISTRADOS NOS QUINTAIS RESIDENCIAIS

É importante destacar que os três primeiros intervalos horários apresentam os dados a partir do dia 24/05/2016, pois a coleta se iniciou às 12hrs do dia 23/05/2016, e os três últimos intervalos apresentaram os dados apenas até o dia 30/05/2016, pois a análise se encerrou às 12hrs do dia 31/05/2016. Cabe ressaltar que na análise do quintal residencial com arborização o mesmo foi intitulado como Residência 1 e o quintal residencial sem arborização foi intitulado como Residência 2, para facilitar a distinção entre ambos.

Primeiro intervalo horário - das 0h às 3hrs

De acordo com Saraiva (2014), neste intervalo horário se inicia o ciclo diário, onde ocorre uma gradativa perda de calor e o aumento do teor da umidade relativa do ar. A seguir, na Tabela 2 são apresentadas as temperaturas do ar e amplitude térmica de ambos os quintais residenciais às 0h. Como se observa, as temperaturas do ar às 0h de ambos os quintais são semelhantes com pequenas amplitudes térmicas entre 0,0°C e 0,4°C.

Tabela 2 – Temperatura do ar e amplitudes em °C coletada às 0h no mês de maio de 2016

	Dias de coleta							
	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05	31/05
Residência 1	27,1	26,0	27,2	27,0	27,0	27,0	27,7	26,4
Residência 2	26,9	25,9	27,2	27,0	26,8	26,9	27,7	26,8
Amplitude	0,2	0,1	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	0,4

Fonte: Elaborado e organizado pelos autores, 2018.

Com relação à umidade relativa do ar, a Tabela 3 apresenta os teores de umidade entre os quintais e as respectivas amplitudes higrométricas coletadas às 0h. Assim como ocorreu com a temperatura do ar, os teores de umidade em ambos os quintais se apresentam semelhantes, com amplitudes higrométricas entre 0,0% e 2,9%.

Tabela 3 – Umidade relativa do ar e amplitudes coletadas às 0h no mês de maio de 2016

Dias de coleta								
	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05	31/05
Residência 1	78,2	81,6	65,8	67,5	68,2	64,2	68,8	79,3
Residência 2	79,3	84,5	65,7	67,5	69,6	64,5	69,0	78,4
Amplitude	1,1	2,9	0,1	0,0	1,4	0,3	0,2	0,9

Fonte: Elaborado e organizado pelos autores, 2018.

Como se percebe, nesse horário há uma diferença termohigrométrica ínfima entre o quintal com árvore e o quintal sem árvore, por vezes tendo uma temperatura do ar menor e umidade relativa do ar maior no quintal sem árvore. Possivelmente isso ocorre devido ao fato de o quintal sem árvores (Residência 2) ter uma área mais aberta e sem muitos obstáculos, fazendo com que durante a madrugada haja uma perda de calor mais facilmente devido à ventilação, onde a temperatura cai e consequentemente o teor de umidade relativa do ar se eleva.

Segundo intervalo horário - das 4hrs às 7hrs

Conforme Saraiva (2014) neste intervalo horário ocorre uma perda gradativa de calor até às 6h da manhã, onde se registra as menores temperaturas do dia. A partir das 7h se inicia o período de aquecimento diurno e, consequentemente, os teores de umidade relativa do ar diminuem.

A Tabela 4 apresenta as temperaturas do ar e amplitudes térmicas às 7hrs dos dias de coleta. Neste horário, já é possível verificar a influência da arborização presente no quintal da Residência 1 na diminuição da temperatura do ar.

Tabela 4 – Temperatura do ar e amplitudes coletadas às 7hrs no mês de maio de 2016

Dias de coleta								
	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05	31/05
Residência 1	25,6	25,6	25,9	25,4	25,9	26,0	26,9	25,7
Residência 2	26,7	26,9	27,3	26,7	27,3	27,4	27,3	26,0
Amplitude	1,1	1,3	1,4	1,3	1,4	1,4	0,4	0,3

Fonte: Elaborado e organizado pelos autores, 2018.

De acordo com a leitura da Tabela 4, a Residência 1 apresenta temperaturas do ar menores em relação à Residência 2 às 7hrs em todos os dias de coleta. As amplitudes térmicas são superiores a 1°C, com exceção dos dias 30/05/2016 e 31/05/2016 que apresentaram amplitudes de 0,4°C e 0,3°C, respectivamente.

A Tabela 5 apresenta os dados de umidade relativa do ar e as amplitudes higrométricas às 7hrs coletadas nos dois quintais residenciais. A Residência 1 apresenta os maiores teores de umidade relativa do ar, com exceção do dia 31/05 em que a Residência 2 apresentou uma amplitude higrométrica de 1,4% maior que a Residência 1.

Neste intervalo, às 7hrs, a Residência 1 apresenta menores temperaturas do ar e maiores teores de umidade relativa do ar em quase todos os dias em relação ao quintal da Residência 2. Para esse horário as diferenças térmicas e higrométricas entre os quintais não são muito discrepantes, entretanto, Gartland (2010) alerta que mesmo pequenas diferenças de temperatura, sejam elas de um ou dois graus podem vir a evitar o estresse térmico.

Tabela 5 – Umidade relativa do ar e amplitudes em % coletada às 7hrs no mês de maio de 2016

	Dias de coleta							
	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05	31/05
Residência 1	84,9	85,1	69,3	72,5	74,3	69,0	80,1	84,2
Residência 2	83,6	84,3	65,8	68,0	68,9	64,5	79,5	85,6
Amplitude	1,3	0,8	3,5	4,5	5,4	4,5	0,6	-1,4

Fonte: Elaborado e organizado pelos autores, 2018.

Terceiro intervalo horário - das 8hrs às 11hrs

Segundo Saraiva (2014, p.71), “nesse intervalo horário acontece um aumento significativo do aquecimento do ar em virtude da incidência da radiação solar, ocorrendo um aumento gradativo da temperatura do ar e uma redução do teor de umidade relativa do ar”.

A Tabela 6 apresenta os dados de temperatura do ar registrada às 11hrs dos dias de coleta nos quintais, e suas respectivas amplitudes térmicas. Às 11hrs as temperaturas do ar da Residência 2 continuam mais altas que as da Residência 1, e com amplitudes térmicas superiores a 2°C.

Vale ressaltar que enquanto a temperatura máxima nesse horário para a Residência 1 é de 31,9°C no dia 30/05/2016 para a Residência 2 é de 35,8°C também registrada no mesmo dia, uma amplitude térmica de 3,9°C.

Tabela 6 – Temperatura do ar e amplitudes em °C coletada às 11hrs no mês de maio de 2016

	Dias de coleta							
	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05	31/05
Residência 1	30,3	31,1	31,1	30,8	31,2	31,6	31,9	28,6
Residência 2	32,6	34,0	34,8	34,7	34,8	35,4	35,8	30,9
Amplitude	2,3	2,9	3,7	3,9	3,6	3,8	3,9	2,3

Fonte: Elaborado e organizado pelos autores, 2018.

Conforme pode ser observado na Tabela 7, é notório que às 11hrs os teores de umidade relativa do ar em todos os dias de coleta na Residência 1 são maiores que na Residência 2. Nessa faixa horária a Residência 2 em dois dias consecutivos apresenta teores de umidade relativa do ar entre 20 e 30% classificado como “estado de alerta” pelo CEPAGRI (2007), esse teor é capaz de causar problemas à saúde humana, sendo preciso evitar exercícios físicos.

Tabela 7 – Umidade relativa do ar e amplitudes em % coletada às 11hrs no mês de maio de 2016

	Dias de coleta							
	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05	31/05
Residência 1	63,9	49,9	41,3	41,4	47,1	44,7	52,2	66,9
Residência 2	54,0	39,4	29,7	28,5	33,9	30,9	36,5	57,2
Amplitude	9,9	10,5	11,6	12,9	13,2	13,8	15,7	9,7

Fonte: Elaborado e organizado pelos autores, 2018.

Legenda: <30% Estado de alerta.

Pelo fato do quintal da Residência 2 não ser sombreado a radiação solar incide diretamente na superfície fazendo com que eleve a temperatura do ar e consequentemente diminui o teor de umidade relativa do ar. Neste horário a diferença térmica e higrométrica entre os quintais é mais significativa do que nos horários anteriores, demonstrando uma atuação maior das árvores no comportamento dos elementos climáticos no quintal da Residência 1.

Quarto intervalo horário - das 12hrs às 15hrs

Nesse intervalo horário são encontradas as maiores temperaturas do ar e os menores teores de umidade relativa do ar, pois, são os horários em que mais se recebe radiação solar, principalmente às 12hrs, quando o sol está mais próximo à superfície e fazendo zênite com a Terra. Porém as maiores temperaturas do ar só serão sentidas às 14hrs, em razão que, a temperatura do ar após entrar em contato com o solo leva cerca de duas horas para alcançar uma altura de dois metros, ao atingir essa altura haverá uma maior área de contato com o corpo humano fazendo-se sentir uma maior temperatura (TORRES; MACHADO, 2011; TUBELIS; NASCIMENTO, 1984).

A seguir, a Tabela 8 apresenta os dados de temperatura do ar e amplitudes térmicas às 14hrs, vale ressaltar que esse foi considerado o horário mais crítico durante todos os dias de coleta, onde foram registradas as temperaturas do ar mais elevadas.

Tabela 8 – Temperatura do ar e amplitudes em °C coletada às 14hrs no mês de maio de 2016

dias de coleta								
	23/05	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05
Residência 1	33,4	32,1	33,7	33,7	33,5	33,4	34,1	32,4
Residência 2	38,3	37,2	40,2	40,5	40,1	39,1	41,2	37,8
Amplitude	4,9	5,1	6,5	6,8	6,6	5,7	7,1	5,4

Fonte: Elaborado e organizado pelos autores, 2018.

Conforme apresentado na Tabela 8, verifica-se que as temperaturas do ar da Residência 1 continuam mais baixas que a Residência 2. Enquanto a Residência 1 apresentou temperatura do ar máxima de 34,1°C no dia 29/05/2016, a Residência 2 no mesmo dia registrou 41,2°C, uma amplitude térmica de 7,1°C.

No que diz respeito aos teores de umidade nesse intervalo horário apenas na Residência 2 foram registrados teores de umidade relativa do ar capaz de causar problemas à saúde humana segundo a classificação do CEPAGRI (2007).

Na tabela 9 é possível identificar cinco dias consecutivos em que foram registrados teores de umidade relativa do ar abaixo de 30% capaz de prejudicar a saúde humana coletadas na Residência 2, enquanto na Residência 1 todos os registros se encontram acima de 31,0%.

Tabela 9 – Umidade relativa do ar e amplitudes em % coletada às 14hrs no mês de maio de 2016

Dias de coleta								
	23/05	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05
Residência 1	50,5	57,2	45,0	32,0	31,0	43,5	36,8	51,2
Residência 2	33,9	37,9	24,5	12,6	10,2	24,4	15,4	31,0
Amplitude	16,6	19,3	20,5	19,4	20,8	19,1	21,4	20,2

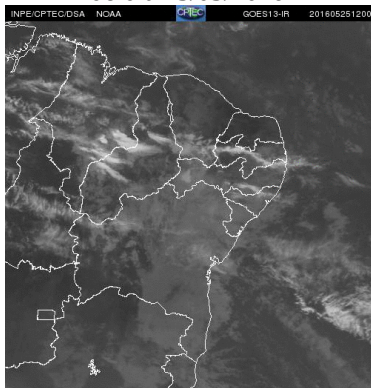
Fonte: Elaborado e organizado pelos autores, 2018.

*Legenda: % Estado de emergência; >10% Estado de atenção; <30% Estado de alerta.

Estes baixos teores de umidade relativa do ar, de acordo com o CEPAGRI (2007), podem causar: alergias, problemas respiratórios, sangramento pelo nariz, ressecamento da pele, irritação dos olhos, entre outros problemas a saúde humana. Freitas (2005) ainda ressalta que a umidade relativa do ar estando abaixo de 30%, as partículas de poeira ficam em suspensão agravando os problemas anteriormente citados.

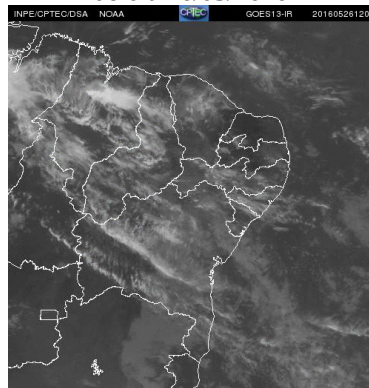
É perceptível que os menores teores de umidade relativa do ar foram identificados entre os dias 25/05/2016 e 29/05/2016, que justamente são os dias e horário que se registraram as maiores temperaturas do ar. Nesses dias, segundo a leitura das imagens disponibilizadas pelo CPTEC/INPE (2018), houve pouca nebulosidade às 12hrs no município de Mossoró, conforme se observa nas Figuras 5, 6, 7, 8 e 9, o que proporciona uma maior propagação da radiação solar.

Figura 5 – Nebulosidade no município de Mossoró às 12hrs do dia 25/05/2016



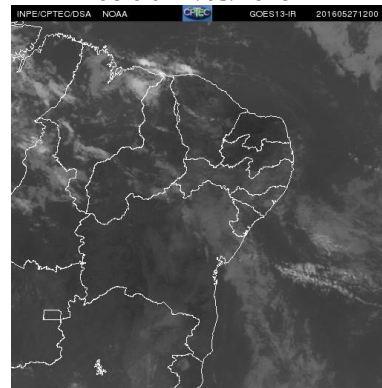
Fonte: CPTEC/INPE (2018).

Figura 6 – Nebulosidade no município de Mossoró às 12hrs do dia 26/05/2016



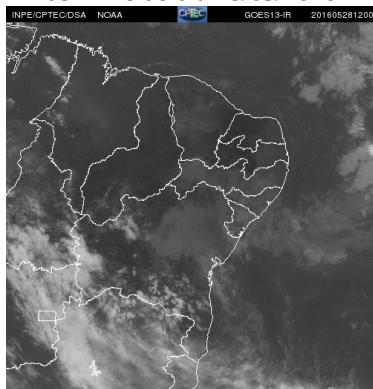
Fonte: CPTEC/INPE (2018).

Figura 7 – Nebulosidade no município de Mossoró às 12hrs do dia 27/05/2016



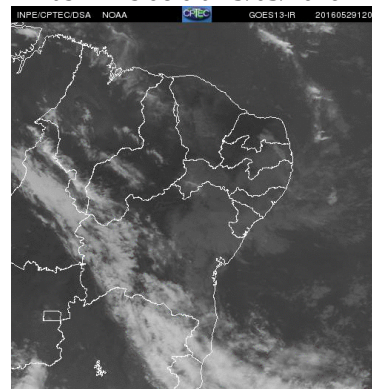
Fonte: CPTEC/INPE (2018).

Figura 8 – Nebulosidade no município de Mossoró às 12hrs do dia 28/05/2016



Fonte: CPTEC/INPE (2018).

Figura 9 – Nebulosidade no município de Mossoró às 12hrs do dia 29/05/2016



Fonte: CPTEC/INPE (2018).

Observa-se que o terceiro e quarto intervalo horário são os que registram os dados mais críticos, de altas temperaturas do ar e baixas umidades relativas do ar, no entanto, a Residência 1 por possuir arborização, a copa das árvores intercepta a incidência da radiação solar total ou parcial sobre a superfície, consequentemente diminuindo a temperatura do ar (LABAKI *et al.*, 2011).

Já a Residência 2, por não possuir arborização em seu quintal, a radiação solar incide diretamente na superfície, ocasionando o aumento da temperatura do ar. Portanto, a arborização

presente na Residência 1 foi fundamental para atenuar as temperaturas e equilibrar a umidade nos horários mais críticos do dia em termos de conforto térmico.

Ressalta-se que em localidades com altas temperaturas, como Mossoró/RN, as variáveis: umidade relativa do ar e velocidade do ar são fundamentais para equilibrar a evaporação e consequentemente as perdas de calor por transpiração (SANT'ANNA NETO, 2002; LAMBERTS *et al.*, 2016). Ou seja, os valores encontrados no terceiro e quarto intervalos horários são ainda mais críticos nos horários que se combinam as altas temperaturas com os baixos percentuais de umidade relativa do ar.

É importante destacar que o calor pode afetar o conforto e o bem-estar dos seres humanos, pois o conforto térmico está diretamente ligado à satisfação das pessoas perante o ambiente térmico que o circunda e a sua não satisfação em determinado ambiente pode ser gerada pela sensação de desconforto térmico, seja pelo calor ou pelo frio (LAMBERTS *et al.*, 2016).

Para haver o balanço térmico do corpo humano é necessária uma constante troca de calor entre o corpo e o meio. A sensação de conforto térmico está relacionada com o esforço realizado pelo organismo para manter esse balanço térmico que ocorre por meio dos mecanismos de termorregulação humana. Um exemplo de como ocorre a eliminação de calor pelo corpo humano é a vasodilatação, onde esta aumenta o volume de sangue acelerando o ritmo cardíaco e, por conseguinte, provocando a transpiração. O principal órgão termorregulador do organismo humano é a pele, pois é a partir dela que se realizam as trocas de calor (LAMBERTS *et al.*, 2016).

Nesse contexto, de acordo com Silva (2010) existe uma forte relação entre a termorregulação, regulação circulatória e o ambiente atmosférico, onde as situações de estresse pelo calor podem sobrecarregar o sistema termorregulador comprometendo a saúde das pessoas e podendo até levá-las a morte. Desta forma, as altas temperaturas além de promover o desconforto térmico também podem afetar diretamente à saúde, pois podem comprometer a capacidade do corpo de regular sua temperatura interna. Quando há a perda desse controle da temperatura interna pode acarretar câimbras pelo calor, exaustão pelo calor, insolação e hipertermia na presença de calor extremo (SAROFIM *et al.*, 2016).

Além disso, as altas temperaturas do ar estão associadas ao agravamento de doenças preexistentes, como as doenças crônicas. Pessoas com diabetes, doenças cardiovasculares, doença de *Alzheimer* ou doenças mentais, asma ou pessoas com obesidade ficam mais sensíveis ao estresse pelo calor devido à sobrecarga exercida pelos mecanismos de termorregulação corporal, além do fato de que esses grupos de riscos fazem uso de medicamentos que podem aumentar a sensibilidade do indivíduo com relação às altas temperaturas (BALBUS; CRIMMINS; GAMBLE, 2016).

Quinto intervalo horário - das 16hrs às 19hrs

Nesse intervalo horário as temperaturas do ar começam a cair gradativamente e os teores de umidade relativa do ar começam a se elevarem. As 18hrs ocorre a última incidência de radiação solar, no entanto baixa, e a partir da 19hrs já não há mais influência direta desta (INMET, 2017).

Na Tabela 10 se encontram os valores de temperatura do ar e amplitudes térmicas de ambos os quintais residenciais às 16hrs de todos os dias de coleta. Conforme a leitura da Tabela 10,

enquanto a Residência 1 às 16hrs apresenta uma temperatura do ar máxima de 32,5°C no dia 29/05/2016, a Residência 2 apresenta temperatura máxima no mesmo dia de 35,9°C, uma amplitude térmica de 3,4°C, valor considerado alto tendo em vista o horário, já que a radiação solar nesse horário é considerada branda.

Tabela 10 – Temperatura do ar e amplitudes em °C coletada às 16hrs no mês de maio de 2016

Dias de coleta								
	23/05	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05
Residência 1	31,5	28,1	32,2	32,0	32,3	31,5	32,5	31,2
Residência 2	35,2	29,2	35,7	34,9	34,3	34,8	35,9	32,7
Amplitude	3,7	1,1	3,5	2,9	2,0	3,3	3,4	1,5

Fonte: Elaborado e organizado pelos autores, 2018.

A seguir a Tabela 11 traz os valores dos teores de umidade relativa do ar e amplitudes higrométricas registradas às 16hrs. Conforme Tabela 11, os teores de umidade relativa do ar da Residência 1 são bem superiores a Residência 2 que apresenta valores baixos, com exceção do dia 24/05/2016, uma vez que nesse dia a Residência 2 registrou temperatura abaixo dos 30°C o que aumenta a concentração de umidade relativa do ar. As amplitudes higrométricas variaram de 4,6% a 15,8%.

Tabela 11 – Umidade relativa do ar e amplitudes em % coletada às 16hrs no mês de maio de 2016

Dias de coleta								
	23/05	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05
Residência 1	54,1	84,0	56,6	52,2	46,1	55,8	54,8	59,5
Residência 2	38,4	79,4	41,1	38,9	36,0	40,4	39,0	51,6
Amplitude	15,7	4,6	15,5	13,3	10,1	15,4	15,8	7,9

Fonte: Elaborado e organizado pelos autores, 2018.

Sexto intervalo horário - das 20hrs às 23hrs

Esse intervalo horário é considerado o final do ciclo diário, onde há uma perda gradativa de calor e de umidade relativa do ar (SARAIVA, 2014). Por não haver mais influência direta da radiação solar as temperaturas do ar e umidade relativa do ar de ambos os quintais são semelhantes.

Conforme pode ser observado na Tabela 12 as amplitudes térmicas são mínimas, variando entre 0,0°C e 0,3°C.

Tabela 12 – Temperatura do ar e amplitudes em °C coletada às 20hrs no mês de maio de 2016

Dias de coleta								
	23/05	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05
Residência 1	28,2	27,2	29,2	28,6	28,3	28,5	28,9	28,1
Residência 2	28,4	27,2	29,4	28,9	28,4	28,6	29,1	28,3
Amplitude	0,2	0,0	0,2	0,3	0,1	0,1	0,2	0,2

Fonte: Elaborado e organizado pelos autores, 2018.

A umidade relativa do ar em ambas as residências também se assemelha nesse intervalo horário. Conforme se observa na Tabela 13 as amplitudes higrométricas variam de 0,0% e 2,0%, sendo que a Residência 1 ainda apresenta os teores mais altos nesse horário.

Tabela 13 – Umidade relativa do ar e amplitudes em % coletada às 20hrs no mês de maio de 2016

Dias de coleta								
	23/05	24/05	25/05	26/05	27/05	28/05	29/05	30/05
Residência 1	69,9	79,8	72,8	68,1	67,8	70,6	70,6	74,1
Residência 2	68,5	81,5	71,0	66,1	66,6	69,4	69,2	72,2
Amplitude	1,4	1,7	1,8	2,0	1,2	1,2	1,4	1,9

Fonte: Elaborado e organizado pelos autores, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos elementos climáticos coletados nos quintais fica perceptível que o quintal arborizado da Residência 1 apresentou temperaturas do ar menores e teores de umidade relativa do ar maiores que o quintal não arborizado da Residência 2. As diferenças térmicas e higrométricas foram mais significativas no terceiro e quarto intervalos horários, considerados os mais críticos para o conforto térmico humano, pois são nesses horários que ocorrem o aquecimento máximo do dia.

Importante ressaltar que mesmo nos horários considerados mais críticos o quintal da Residência 1 não registrou nenhum teor de umidade relativa do ar prejudicial à saúde humana segundo a classificação do CEPAGRI (2007).

Portanto, as árvores presentes no quintal da Residência 1 foram fundamentais para a regulação microclimática, atenuando as temperaturas e aumentando os teores de umidade relativa do ar. O sombreamento proporcionado pelas copas das árvores diminui o contato da radiação solar com a superfície, além de que em seus processos de evapotranspiração e fotossíntese utilizam do calor o que, consequentemente, resfria o ar.

Já no quintal da Residência 2, por não possuir arborização alguma, a radiação solar entra em maior contato com a superfície, ocasionando temperaturas mais elevadas e menores teores de umidade relativa do ar. Essa condição microclimática pode gerar situações de desconforto térmico para os moradores. Além disso, o quintal pode perder sua funcionalidade, tendo em vista que o desconforto térmico torna a realização de atividades no quintal mais difícil e desagradável.

Ressalta-se que o município de Mossoró/RN possui temperaturas altas por conta do seu clima Semiárido, e estas ainda podem ser acentuadas devido a seu processo de urbanização, vindo acarretar temperaturas mais elevadas e menores teores de umidade relativa do ar, ambos capazes de prejudicarem a saúde humana.

Diante dessa realidade, é importante reforçar a necessidade de se pensar em árvores nas dependências das residenciais, além de áreas públicas da cidade, pois a melhoria do microclima urbano está diretamente ligada ao conforto térmico e bem-estar dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

AYOADE, J.O. **Introdução a climatologia para os trópicos**. [S.l.]: Bertrand Brasil, 4 ed. 1996.

ARAÚJO, A.M. **Arborização e conforto térmico humano**: um estudo de caso em três praças públicas do centro urbano de Mossoró/RN. 2017. 61 f. Monografia (Bacharelado em Gestão Ambiental) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.

ARAÚJO, A.M; SARAIVA, A.L.B.C; GRIGIO, A.M. Conforto térmico humano: um estudo de caso em três Praças públicas do bairro centro, Mossoró (RN). **Revista GeoInterações**, Assú, v.1, n.2, p.31-50, jul./dez. 2017.

BARTHOLOMEI, C. L. B. **Influência da arborização no conforto térmico urbano e no ambiente construído**. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BALBUS, J., A. CRIMMINS, J.L. GAMBLE, D.R. EASTERLING, K.E. KUNKEL, S. SAHA, AND M.C. SAROFIM. The Impacts of Climate Change on Human Health in the United States: A Scientific Assessment. **U.S. Global Change Research Program**, Washington, DC, Ch. 1: Introduction: Climate Change and Human Health, 2016.

CEPAGRI, Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura. **Escala psicrométrica UNICAMP para indicação de níveis de umidade relativa do ar prejudiciais à saúde humana**. Campinas: CEPAGRI, 2007. Disponível em: <https://www.cpa.unicamp.br/artigos-especiais/umidade-do-ar-saude-no-inverno.html> Acesso em: 4 dez. 2017

CPTEC, Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos; INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Banco de dados de imagem**. [s.l.]: INPE, 2017. Disponível em: <http://satelite.cptec.inpe.br/acervo/goes/formulario.logic>. Acesso em: 18 ago. 2018.

FREITAS, R. O que é conforto. In: Encontro Nacional sobre Conforto no Ambiente Construído. 2005. Maceió. **Anais [...]** Maceió: [s.n.], v. 8, 2005, p. 726-735.

GARTLAND, L. **Ilhas de calor**: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas. São Paulo: Oficina de textos, 2010.

GOOGLE EARTH. **Google Earth**. Brasil: Google Earth, 2014. Disponível em: <https://earth.google.com/web/> Acesso em: 14 jan. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse por setores**. Brasil: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em: 13 jun. 2018.

LABAKI, L.C *et al.* Arborização e conforto térmico em espaços urbanos abertos. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, 2011.

LAMBERTS *et al.* **Desempenho térmico de edificações**. Laboratório de Eficiência Energética de Edificações. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 7. ed. 2016.

MASCARÓ, L. MASCARÓ, J. L. **Arborização Urbana**. Porto alegre: [s.n.], 3. ed. 2010.

MONTEIRO, C.A. F. Teoria e clima urbano. In: MENDONÇA, F.; MONTEIRO, C. A. de F. **Clima urbano**. São Paulo: Contexto, 2003. p.9-68.

NERES, S. C. T; SANTOS, J. S; CARVALHO, R. G. Campo térmico urbano e sua relação com o uso e cobertura do solo na cidade de Mossoró – Rio Grande do Norte. **Gaia Scientia**, Paraíba, v.9, 44-42, 2015.

PAGNOSSIN, E.M.; BURIOL, G. A; GRACIOLLI, M. A. Influência dos elementos meteorológicos no conforto térmico humano: bases biofísicas. **Disciplinarum Scientia**, Santa Maria, v. 2, n. 1, p. 149-161, 2001.

PAIVA, F. I. B.; ZANELLA, M. E. Microclimas urbanos na área central do bairro da Messejana, Fortaleza/CE. **Revista Equador**, Fortaleza, v.2, p. 153-172, 2013.

PEDRO, J. A. C. B. O. **Definição e avaliação da qualidade arquitetônica habitacional**. 392 f. Dissertação (Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Lisboa, 2000.

SANTA'NNA NETO, J. **Os climas das cidades brasileiras**. São Paulo: Presidente Prudente, 2002.

SARAIVA, A. L. B. C. **O clima urbano de Mossoró (RN): o subsistema termodinâmico**. 2014. 243 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SARAIVA, A. L. B. C.; VALE, C. C. ; ZANELLA, M. E. . Temperaturas na zona urbana e na zona rural no município de Mossoró - RN. **Revista GeoNorte**, Amazonas, v. 2, p. 600-613, 2012.

SAROFIM, M.C., S. SAHA, M.D. HAWKINS, D.M. MILLS, J. HESS, R. HORTON, P. KINNEY, J. SCHWARTZ, AND A. ST. JULIANA. **The Impacts of Climate Change on Human Health in the United States: A Scientific Assessment**. U.S. Global Change Research Program, Washington, DC, Ch. 2: Temperature-Related Death and Illness, 2016.

SILVA, C. F. **Caminhos bioclimáticos: desempenho ambiental de vias públicas na cidade de Terezina-PI**. 2009. 155 f. Dissertação (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, E. N. **Ambientes atmosféricos intraurbanos na cidade de São Paulo e possíveis correlações com doenças dos aparelhos: respiratório e circulatório**. 2010, 215 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em saúde pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVEIRA, F. A; SILVEIRA, J. A. R. Qualidade do espaço residencial: efeitos da verticalização no bairro de Tambaú, na cidade de João Pessoa (PB). **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 289-305, 2014.

SOUZA, D. M; NERY, J. T. O Conforto térmico na perspectiva da Climatologia Geográfica. **Geografia**, Londrina, v. 21, n.2. p.65-83, 2012.

TORRES, F.T.P.; MACHADO, P.J.O. **Introdução à climatologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

TUBELIS, A.; NASCIMENTO, F.J.L. **Meteorologia descritiva: fundamentos e aplicações brasileiras**. São Paulo: Nobel, 1984.

CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO PAULO FREIRE PARA O FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS NO CAMPO EM MUCAMBO - CE.

Sara Heline Rodrigues de Brito Silva
Emília Alves de Souza
Maurício Gonçalves Leitão

INTRODUÇÃO

O intuito deste artigo é propor uma análise sobre as contribuições do Projeto Paulo Freire para o fortalecimento das associações comunitárias, na zona rural do município de Mucambo - CE, município que está na microrregião sertão de Sobral- CE. Assim para realizar essa descrição e análise foi realizada a pesquisa bibliográfica que contemplassem a compreensão sobre políticas públicas para o semiárido e no semiárido, uma vez que o Projeto Paulo Freire, tem como locus de aplicação municípios do semiárido cearense.

Em seguida, pensamos em conceitos que abordam os processos do associativismo em áreas rurais e suas contribuições para a reprodução social no semiárido, frente a sua estrutura socioeconômica.

Dessa maneira, levamos como ponto de partida as percepções dos associados acerca do projeto, o conceito de Políticas Públicas no Semiárido, e o associativismo rural, uma vez que esses territórios rurais são o locus da execução das ações recomendadas e financiadas pelo Projeto Paulo Freire - PPF. Consequentemente realizamos visitas e entrevistas com membros das associações no município, nas localidades de Pedra de Fogo, Pajeú, Vila Libânea, Sítio Touro, Barro Branco, Canafístola e Vila dos Prazeres.

Outra justificativa para realização dessa pesquisa seria a necessidade de compreender a percepção que os associados têm sobre o PPF, percebendo qual sua importância e papel no fortalecimento das associações, no enfrentamento de dificuldades enfrentadas no campo.

Desse modo, a principal contribuição desse artigo seria o fortalecimento dos estudos que abordam a temática de políticas públicas executadas, atualmente, no semiárido nordestino, a fim de revelar suas finalidades e contribuição aos territórios e identificar as particularidades das ações dessas políticas conforme organização social das populações e os possíveis resultados nos territórios rurais.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO E O PROJETO PAULO FREIRE (PPF): REFLEXÕES SOBRE SUA FINALIDADE NA CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA NO CAMPO.

As políticas públicas para o semiárido do Nordeste brasileiro estão circunscritas a partir das condições socioeconômicas e culturais em que se inserem o mesmo, na tentativa de atender demandas como a desigualdade social. Dessa maneira, as crises socioeconômicas atreladas as secas e crises hídricas estavam e permanecem em evidência como alvo a ser mitigado.

Nessa conjuntura de reflexão histórica sobre as políticas públicas no semiárido do nordeste brasileiro, Aguiar; Grossi; Oliveira e Ávila (2019) resgatam a finalidade da essência dessas políticas, definindo-as como mecanismos elaborados para tratar as especificidades do semiárido

e que possibilitam o desenvolvimento rural e no atendimento das demandas das populações rurais principalmente.

Consequentemente, os autores ainda nos apontam a existência de políticas públicas para o semiárido brasileiro, desde 1723 e classificam - as em relevantes para esse território, embora os mesmos autores apresentem também a baixa potencialidade que as mesmas possuem diante das transformações significativas que se almejam, principalmente aquelas de alcance social que deveriam atender as demandas e particularidades das diferentes áreas do semiárido.

Logo, sobre as particularidades do semiárido, sendo caracterizado pela ocorrência do binômio chuva – escassez, e suas consequências históricas para a realização de atividades econômicas.

Outra característica a ser considerada é a extensão territorial que o semiárido brasileiro ocupa uma área de 969.589 km² que inclui um total de dez estados, sendo em maior parte localizados na região nordeste do Brasil e composto pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, a maior parte da Paraíba e Pernambuco, Sudeste do Piauí, Oeste de Alagoas e Sergipe, região central da Bahia e uma faixa que se estende no norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, ainda de acordo com Brasil (2005).

Nessa perspectiva de compreensão das políticas públicas, suas amplitudes e potencialidades em cada período, verifica - se que conforme propósito (o reconhecimento do semiárido, as medidas de mitigação dos problemas socioeconômicos e os resultados obtidos com a efetivação das ações).

Assim as políticas públicas foram se estabelecendo fazendo com que, entre a esfera governamental e intelectual se erguesse uma reflexão detalhada no que cerne a análise dessas políticas em sua composição, descritas na tabela a seguir, conforme autor e análise.

Tabela 1: Autor e análises sobre as políticas públicas no semiárido

Autor	Análise
Andrade (1970)	Em quatro fases: 1) humanitária; 2) intervenção e sistematização com estudos e obras, também denominada fase hidráulica; 3) diferenciação; e 4) integração do desenvolvimento regional e promoção universitária.
Carvalho (1998)	Em quatro fases: a presença governamental, até 1950; 2) a mudança de padrão, de 1950 a 1959; 3) a modernização com reformas de 1959 a 1964; e 4) a modernização conservadora, decorrente da implantação do regime militar.
Magalhães e Glantz (1992),	1) a fase de estudos; 2) a fase de engenharia de recursos hídricos; 3) a fase ecológica; 4) a fase de desenvolvimento econômico; 5) a fase de desenvolvimento socioeconômico; e 6) a fase de desenvolvimento sustentável.

Fonte: Aguiar; Grossi; Oliveira e Ávila (2019). Organizado pelos autores.

Prosseguindo estas análises sobre as políticas públicas que cercam a tônica do combate as secas, destacam-se ainda a influência de Celso Furtado ao propor um desenvolvimento equivalente a conjuntura regional do NE, com a Sudene. No entanto é já na década de 1990, com a Eco 92, que ocorre uma transformação considerável nas políticas públicas de combate à seca e a pobreza rural, incluindo à gestão hídrica das águas e a formulação de ações sociais como a saída das soluções tecnológicas descontextualizadas, que não se preocupavam com o desenvolvimento da economia local e desprovidas da atenção aos saberes e práticas locais. A disseminação dos termos convivência e coexistência no semiárido, fundamentados na inter-relação entre saberes populares, considerando o fator construção da identidade local e o *habitus* das comunidades. E o surgimento de novos paradigmas onde se pode identificar e compreender o crescente pensamento sobre a realidade do semiárido e as alternativas propostas, de acordo com Pontes e Campos (2013).

Logo as políticas públicas para o semiárido foram ao longo do tempo se consolidando e incorporando as tecnologias necessárias para o atendimento da principal demanda a sobrevivência no semiárido almejando contemplar as culturas e hábitos já existentes.

Seguindo essas formulações sobre as políticas públicas, destacamos assim o PPF como uma política pública executada pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), por meio do Acordo de Empréstimo nº I-882-BR/E-17-BR entre o Governo do Estado do Ceará e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

E conforme caracterização do site oficial, o Projeto está estruturado na seguinte proposta:

Objetivos do PPF:

Reduzir a pobreza e elevar o padrão de vida de agricultores familiares em condições de extrema pobreza e pobreza de 31 municípios cearenses, em 600 comunidades rurais com baixo Índice de Desenvolvimento Humano.

E executar medidas em que o capital social e humano, e da produção sustentável, para aumento da renda, a partir de fontes agrícolas e não agrícolas, com foco nos jovens, mulheres e povos tradicionais.

A área de atuação:

A área de atuação compreende uma extensão de aproximadamente 23.530 Km² e abrange 31 municípios de 06 territórios – Cariri, Sertão dos Inhamuns, Sertão dos Crateús, Sertão de Sobral, Serra da Ibiapaba e Litoral Oeste/Vales do Curu-Aracatiaçu.

Das ações previstas:

No componente I: Desenvolvimento de Capacidades. Ações de Formação para acesso às políticas públicas, assessoria técnica, capacitação, mobilização e controle social, formação de jovens para atividades econômicas e acesso à terra, e qualificação dos assessores técnicos;

No componente II – Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental. Destinado a financiar os investimentos produtivos como estratégia de apoio à agricultura familiar com base nos princípios da convivência com o semiárido e agroecologia. A ação combina atividades de ambos os componentes através de uma abordagem participativa, permitindo que a demanda do público beneficiário seja a principal fonte de orientação.

Considerando esses aspectos, a conjuntura histórica das políticas públicas, a atuação no presente dos órgãos responsáveis (SDA) e (FIDA) na esfera estadual do Ceará, se apresentam

as determinações e objetivos das políticas públicas elaboradas e financiadas por esses órgãos, e no caso específico do PPF, assumem nas comunidades diferentes vivências, que estão relacionadas as particularidades socioeconômicas e culturais das populações, principalmente no que cerne ao envolvimento nas ações comunitárias nas associações sociais.

Diante dos tópicos propostos é possível apontar no PPF uma inclinação ao entendimento da convivência no semiárido, medida destacada no presente, em que se orientam a realização de ações visando a manutenção das populações nessas áreas rurais semiáridas.

Nesse contexto, a utilização do termo “controle social” é destacado nas ações previstas e resguarda as reais intenções sobre a manutenção de uma parte da população nesses municípios cearenses.

Associativismo Rural

A formação de associações é uma discussão conceitual ampla e que no caso específico das associações rurais, recebem definição conforme ação de associar-se ou realizar o associativismo, ou seja, o ato de agrupar-se no intuito de buscar melhorias para o bem comum.

Assim, Alencar (1967) propõe que:

“O associativismo refere-se a atividade humana desenvolvida em um grupo social, que é constituído por uma coletividade de indivíduos ligados entre si por uma rede ou sistema de relações sociais,” especificamente em relação as associações de pequenos agricultores. A organização dos pequenos agricultores em associações quer sejam de produção, comercialização ou de serviços, entre outras, constitui-se em uma das formas mais viáveis de sustentação das pequenas unidades de produção, pois possibilita aos produtores ir além da sobrevivência e passa a pensar no modo de produção (SOUSA, 2016, p.22 apud ALENCAR 1967).

Consequentemente, continua relatando as contribuições do associativismo, definindo-o como uma importante opção estratégica, com capacidade de transformação na realidade, por meio da ação integrada de diferentes atores sociais, para se adaptarem a essa realidade vivenciada pelos agricultores, de acordo com Alencar (1967).

Em outra definição, Sousa (2016) o associativismo no meio rural constitui-se uma alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência.

Logo, ambas as definições sobre o associativismo revelam o caráter de enfrentamento ao sistema capitalista e as transformações ocorridas também no campo, sobretudo ao modo de se produzir no campo, que afetam no papel das comunidades relacionadas com a agricultura familiar.

Outra possibilidade de associativismo em áreas rurais conforme Júnior (2008) diz respeito à sua funcionalidade, na qual os pequenos produtores rurais aprimoram seus direitos socioeconômicos, de permanência na terra, elevação do nível de renda, e participação dos cidadãos.

Assim, diante dessas definições sobre o associativismo rural, pode ser concebido tanto como instrumento de integração entre pessoas de um grupo para o enfrentamento de situações socioeconômicas, no sentido de buscar melhorias de vida, por meio de fortalecimento de projetos, e ainda como meio de efetivação da participação do sujeito de maneira ativa.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Mucambo está localizada na micro região de Sobral a noroeste do estado do Ceará com uma extensão territorial de 240km² através das rodovias BR- 222 e CE -442 e segundo dados (IBGE censo, 2010) a população de Mucambo-CE, é de 14.102 habitantes sendo 60,59% residentes na zona urbana e 39,41% residentes na zona rural e com densidade demográfica de 58,3%.

Os constituintes naturais da cidade de Mucambo -CE, conforme IPLANCE (1997) e da SRH-CE (1992) indicam para este município um clima com variação de temperaturas entre 19°C (média das mínimas) e 29°C (média das máximas), e precipitação pluviométrica média anual oscilando em torno de 1.100 mm.

Segundo relatório do Plano de Saneamento do Município (2012) a população de Mucambo -CE, apresenta seguinte configuração desde o censo de 1970 a 2010:

“A população total, em 1970, era de 10,9 mil habitantes, sendo 28% residentes na zona urbana e 72% residentes na zona rural. Já no ano de participação da população urbana era de 55% e a rural de 45%, em relação à população total de 13,8 mil habitantes. No ano de 2010, a população total passou a 14,1 mil habitantes, sendo 64% residentes na zona urbana e 36% habitantes na zona rural.”

(Plano de Saneamento Básico, 2012, p.22)

Essa configuração na distribuição da população, com maior concentração em áreas urbanas tem contribuído para que o campo passe por um processo de “esquecimento estrutural” o que implica na desvalorização do campo e do que nele é produzido.

Quanto a divisão territorial e distribuição populacional, está articulada aos distritos, Mucambo (Sede, que reúne maior número de investimentos públicos e privados, Carqueijo e Poço Verde), sendo os dois últimos polos de atração e distribuição de serviços básicos, na zona rural (Brito,2012)

Assim o campo visto em Mucambo-CE, é um campo que perde população, cujas localidades possuem escolas fechadas, algumas delas, servindo de sede para associações comunitárias, com posto de saúde executando atendimento de saúde preventiva, atendimento odontológico esporádico, com estradas com baixa sem pavimentação (nem pedra tosca e nem asfáltica) exceto trechos dos distritos de Poço Verde e Carqueijo e parte das localidades Vila Libânea e Morrinhos.

E no que cerne ao desenvolvimento da agricultura no município de Mucambo-CE, verifica-se a ocorrência do crescimento da agricultura mecanizada, responsável no presente por 40% da produção de milho, segundo técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará- Ematerce, Porém ainda se encontram as pequenas roças onde agricultores plantam, feijão, milho, mandioca, por meio da mão-de obra familiar ou por recrutamento de agricultores que não possuem terra.

Assim dentre as principais relações socioeconômicas realizadas em Mucambo-CE, pode se citar a feira livre, que beneficia o comércio local pois contribui para o aumento do fluxo de pessoas e mercadorias para a cidade semanalmente, no dia de domingo, abrangendo localidades de outros municípios, os distritos de Raphael Arruda e São José do Torto (Sobral), Cacimbas (Cariré) e uma também outros municípios, Graça, Pacujá e Ibiapina, que participam como consumidores em sua grande maioria e também como vendedores de produtos agrícolas e industriais.

O município apresenta uma diversidade de serviços e comércios que contemplam o atendimento de necessidades reais e criadas conforme o apoio técnico e informacional do presente.

Sendo estas atividades do setor terciário formado pela oferta de serviços públicos e privados em Saúde (Hospital, UBS e Clínicas particulares) e Educação (Escolas de Ensino de Educação Infantil, Fundamental-pública e privada- Médio e oferta de cursos técnicos e cursos de graduação e pós-graduação de universidades particulares).

O comércio apresenta uma variedade de produtos (alimentícios: carnes de origem suínas, ovinos e caprinos, ovos vendidos no mercado municipal, nos frigoríficos, ou ainda por encomenda do cliente e agricultor. Também há padarias, mercantis, frigoríficos, restaurantes e lanchonetes), (vestuário: roupas e calçados), utensílios domésticos, eletrodomésticos, autopeças, automotores, moveis, serrarias e postos de combustíveis, que atendem o município e parte de outros municípios de sua vizinhança.

Já nos distritos de Carqueijo e Morrinhos apresentam uma característica comum, mas peculiar se considerarmos as demais localidades do município, essa característica é referente ao desenvolvimento da atividade econômica realizadas por ambas comunidades, a tecelagem.

Percepções dos agricultores beneficiários do PPF (Projeto Paulo Freire) em Mucambo-CE.

Para apresentar essas percepções sobre o Projeto Paulo Freire, é necessário ressaltar que este chegou ao nosso conhecimento durante abordagem do tema: Produção de Alimentos no Brasil, assunto tratado no 2º ano do ensino Médio e na EJA (Educação de Jovens e Adultos) nas aulas de geografia, e enquanto ocorria a exposição sobre a agricultura familiar, alunos e alunas do campo começaram a narrar o que estava se passando na zona rural de Mucambo-CE, referente ao PPF. Isso em 2017, a partir de então, iniciamos uma observação mais próxima à área rural do município citado.

Dessa maneira, o PPF está em nossas reflexões desde 2017 e na oportunidade revisitamos essa reflexão, no entanto agora reforçando a percepção que os próprios beneficiários possuem. Logo para discorrermos sobre essa concepção que os associados possuem com relação ao PPF, elegemos 5 associações comunitárias rurais das localidades de Pedra de Fogo, Pajeú, Vila Libânea, Sítio Touro, Barro Branco, Canafístola, Vila dos Prazeres, dentre as 20 associações existentes para a realização das entrevistas e da observação. Pois nem todas as associações foram contempladas com o projeto, seja por questões de burocracia, como o não pagamento de taxas para a manutenção da associação.

E com base no questionário semiestruturado e nas observações realizadas destacamos alguns dos relatos dos associados com relação ao PPF, a sua contribuição para o fortalecimento das associações e para a melhoria das condições de vida no campo.

Consequentemente os entrevistados para essa pesquisa foram escolhidos diante da participação na comunidade, não só como membros, presidentes, tesoureiros ou secretários, mas também das vivências que possuem nas comunidades.

Assim os 5 entrevistados revelam esse perfil de participação e engajamento na busca por melhorias para as comunidades, desse modo, a primeira questão propunha essa reflexão sobre a vida dos associados e sua história na comunidade e no campo. E para nossa surpresa 3 dos 5

entrevistados narram suas vidas em grandes metrópoles, mas por questões pessoais retornaram para o local de origem para recomeçar. Para lidar com a terra, por que vê naquele “pedaço de chão” uma maneira para recomeçar, como dois entrevistados afirmam e outros por já serem remanescentes de famílias de agricultores:

“Coisa de destino. Depois de 20 anos em Brasília, retornei as minhas raízes e recomeçar uma nova vida na roça.” (Suzana, 49 anos, presidente da associação rural de Vila Libânea)

“Morava no Rio de Janeiro e fiquei sabendo da oportunidade que a comunidade ia perder caso não fundasse uma associação e como estava passando pelos uns problemas pessoais resolvi voltar e organizar a associação. Hoje exerce atividades de criação de animais e tenho um bar na cidade para acrescentar a renda.” (Gilson Francisco Lopes, Vila dos Prazeres)

“Sou filha de agricultores e casei com um agricultor aí não tive outra opção” (Aurilene Rodrigues da Silva, tesoureira da Associação de Caldeirão)

“De família de agricultores me levou a ser também.” (Benedita Rodrigues Lima Araújo, secretária da associação de Pajeú).

Logo as primeiras repostas que correspondem ao histórico de vida dos associados e membros de associações, nos remete o vínculo e origem dos associados, nas localidades em que atuam, ainda que três dos entrevistados tenham residido durante década em áreas urbanas, mas que retornaram para recomeçar e contribuir com a comunidade de origem. Nesse momento é necessário ressaltar uma das oficinas do PFF, que por meio de uma linha do tempo das localidades e associações fez com que os participantes resgatassem a história e os fatos marcantes sobre sua localidade, essa ação segundo membros, foi importante e trouxe para os membros vigor e reconhecimento das demandas e das potencialidades do trabalho coletivo.

As seguintes proposições tratam sobre a origem das associações, nesse em todas as respostas, tem-se o papel de um morador como articulador, tentando convencer os demais moradores da importância e benefícios que o ato associativismo pode trazer ao campo, como no caso da formação da Associação de Pajeú para atender primeiro ao projeto São José, depois ao SISAR (Sistema Integrado de Saneamento Rural) e mais recentemente ao PPF.

É certo que nem todas as associações contam com o serviço do SISAR, como é o caso da Associação da Pedra de Fogo, que está em fase de implantação e vê no PFF, um mecanismo de consolidação do associativismo para a cooperação e assim alcançar melhorias em diferentes áreas para a localidade, inclusive no abastecimento de água.

Outras características investigadas foram: quais as maiores dificuldades vivenciadas para a manutenção das associações e as respostas foram as seguintes:

“Foi a pouca aceitação, a falta de reconhecimento sobre o papel da associação e falta de interesse e pouca confiança nos membros da diretoria.” (Entrevistado Comunidade Pajeú)

“Foram muitos problemas. A principal foram os processos burocráticos, como documentação. Outra foi a falta de confiança dos associados sobre o potencial de associação e na comunidade há pouco senso de coletivismo, cada um pensa de forma individualista. Os problemas atuais são de pouca participação e interesse dos associados com reuniões e compromissos da Associação e as questões partidárias dificulta a integração da comunidade a cobrarem e exigirem os seus direitos.” (Entrevistado comunidade Pedra de Fogo)

“Foram muitas burocracias em cartório com a documentação de fundação da associação e pouca instrução em lidar com essa parte de escrita com Atas. E as dificuldades de hoje está sendo o pouco envolvimento da comunidade com a associação e falta apoio político do governo municipal” (Entrevistado Comunidade Pedra de Fogo).

Prosseguimos então questionando em que a associação tem atuado durante o período de seu funcionamento, é certo que, conforme o tempo de atuação cada associação participou de mais

projetos que beneficiam as comunidades rurais tanto no aspecto coletivo como no individual, segundo averiguamos, as realizações estão justamente relacionadas a concretização de medidas e políticas públicas que são postas para essas comunidades rurais, via recrutamento do sindicato rural dos trabalhadores ou de diferentes instituições que realizam mediação nas políticas públicas voltadas para o campo.

Logo as respostas foram as seguintes:

“Realizamos mutirões de limpeza na comunidade, bingos beneficentes e construção de uma capela (em andamento) e adesão do Projeto Paulo Freire.” (Entrevistado Comunidade Prazeres)

“Implantação do Projeto São José com as políticas públicas como” luz para todos”, Trator comunitário e o abastecimento de água, fogão ecológico, sede comunitária para a associação e recentemente a adesão ao projeto Paulo Freire.” (Entrevistado Comunidade Pajeú).

“Foi a criação de um grupo de jovens que promovia encontros para discutirem assuntos diversos e promoviam palestras para outros jovens (Entrevistado comunidade Caldeirão).

“Implantação e execução do Projeto Paulo Freire, cobrança junto aos órgãos municipais por melhoramento estruturais como (piçarramento das estradas, manutenção das barragens), cobrança da implantação de uma sala dentária no Posto de saúde. Cobrança do governo municipal para o abastecimento da água na comunidade.” (Entrevistado comunidade Pedra de Fogo).

“Nossa associação já percorreu longos caminhos, muitas ações foram realizadas como: A fundação da comunidade trazendo luz e distribuindo terras para quem não tinha. A casa de farinha comunitária, construção de depósitos comunitários. Abastecimento de água e contratação de um técnico do SISAR na comunidade. Horta comunitária (hoje desativada) Templo religioso e os festejos religiosos, Realização de eventos culturais como, arraiaá da Vila, Dia das crianças,) Regularização da comunidade juridicamente. Implantação do Projeto Paulo Freire (Entrevistado Comunidade Vila Libânea).

As seguintes proposições trataram sobre as perspectivas que as associações vislumbram, nesse caso são poucas, dependendo da associação, há uma percepção de planejamento, voltada a execução do projeto Paulo Freire e em segundo plano, a resolução de medidas coletivas, relacionadas a distribuição de água, utilização do trator coletivo nas comunidades que possuem, limpa de terrenos, envolvimento com movimentos culturais e religiosos.

No entanto, isso ocorre de maneira diferente, com já citado, está relacionado ao envolvimento da comunidade com os membros e na comprovação da ação da associação ao longo dos anos, na realização de benfeitorias para a comunidade, ou seja, quanto mais uma associação consegue efetivar benefícios, ainda que conveniada a diferentes esferas do poder, mas ela terá a adesão dos membros, quanto ao envolvimento nas atividades propostas, mas de fato não há um planejamento fundamentado e organizado nessas associações.

Após as considerações a respeito das ações realizadas, propomos que revelassem a percepção que a comunidade, associados possuem sobre o projeto Paulo Freire, e para nossa constatação, é unânime a “satisfação” que os associados possuem, seja pelos aspectos qualitativos vivenciados durante a execução do PFF na comunidade, das reuniões, das oficinas, do conhecimento da história das associações e das comunidades rurais, da visita e acompanhamento dos técnicos, como apoio para vencer as burocracias, “papel” por que as vezes se sentem sem respaldo suficiente para enfrentar, pois muitos alegam não possuir “leitura” suficiente.

Quanto aos aspectos quantitativos, ou seja, daquilo que se transformará em renda, a principal alegação é que de fato, “foi muito bom, por que cada um se torna responsável pelo seu desenvolvimento, ” pois o material disponibilizado, para pocilgas, aviários, canteiros, foram disponibilizados, “agora vamos ver como cada um vai responder ao que foi recebido. ”

Abaixo algumas fotos que mostram a repercussão do PPF na viabilidade de vislumbrar e aplicar técnicas sociais:



Foto1: Chiqueiro construído a partir do material disponibilizado pelo PPF em Pajeú. E representa a obra mais escolhida nas comunidades, segundo nossas observações e conforme etapa do PPF nas comunidades. Fonte: Emília Alves, 2019.



RESULTADOS

Dentre as principais considerações percebidas, podemos listar o pensamento em comum dos associados, de considerar como essencial a existência do Projeto Paulo Freire, com a afirmação de que o mesmo tem possibilitado o fortalecimento da participação e adesão de novos membros nas associações rurais. Outros aspectos destacados como positivos pela população rural consultada seriam a de que o PPF contribui diretamente para o reconhecimento das potencialidades de atividades e técnicas para gerar renda e melhorias no desenvolver-se do campo.

A ideia de que o PPF exerce uma importante função como incentivador do cooperativismo entre a população da zona rural, no auxílio inclusive de situações vividas no coletivo, como por exemplo, na participação de movimentações de cobranças ao poder público municipal, e de organização enquanto seres sociais do campo. O fato de que o PPF permite que a população do campo se sinta lembrada a partir do seu próprio modo de sobrevivência, e a partir de então se reafirme enquanto um modo de vida, fortalecendo o pequeno produtor, sua família e aqueles que futuramente objetivam permanecer no campo. E também, contribui para a formação de lideranças que venham representar as localidades junto ao poder público municipal e até mesmo na realização de ações comunitárias.

CONCLUSÃO

Posta as percepções dos associados rurais em Mucambo-CE, identificamos que as demandas sociais existentes no campo cernem também sobre o fator, geração de renda, dessa forma, as políticas públicas como o PPF, relacionadas ao semiárido e as áreas rurais, são de fundamental importância para o campo e funcionam como uma possibilidade de articulação social por meio das associações comunitárias, tanto para o reconhecimento dessas demandas sociais, como para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas no campo.

Logo, o PPF é uma política pública importante, dada a visibilidade que as populações residentes em áreas rurais passam a desfrutar, tanto para a compreensão de suas possibilidades e potencialidades no campo, como para a realização de atividades a partir do financiamento para execução de ações voltadas a geração de renda.

Dessa maneira, o PPF, recebe atributos por parte da população, que revelam seu aspecto político, diante da negligência que as populações rurais enfrentam diante dos governos municipais, seja pela diminuição do contingente populacional rural, como ocorre em Mucambo-CE ou mesmo pela desvalorização do campesinato.

Desse modo, compreendemos que o associativismo no campo, de fato está atrelado a execução de projetos, como no caso no semiárido e na cidade de Mucambo-CE, no presente ao PPF, seja para o atendimento das demandas no campo são vislumbradas por projetos federais e estaduais e estes por sua vez se apropriam das organizações e das associações para articular a ação coletiva, ainda que esta não tenha duração suficiente para gerar uma cultura de resistência e representação propositiva para os moradores do campo.

REFERENCIAS

AGUIAR, Luane da Conceição; GROSSI, Mauro Del Grossi; OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; ÁVILA, Mário Lúcio. **As Políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão de literatura.** in: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 9-22, abr./jun., 2019.

ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação.** Lavras: UFLA/FAEPE, 1997.

BRASIL. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – Secretaria Especial, **Projeto Dom Helder Câmara renova a esperança no semiárido.** (2005) Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/projeto-d-helder-c%C3%A2mara-renova-esperan%C3%A7a-no-semi%C3%A1rido>. Acesso em: 12 de março. 2020.

FIGUEIREDO, S. C. S., SARAIVA JÚNIOR, J. C., FIGUEIREDO, J. S.; **Política de combate dos efeitos da seca no semiárido potiguar: o caso de Riacho do sangue em Macaíba/RN**, 2002-2010. Caderno de Geografia, Minas Gerais, v. 26, n. 45, 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades e estados: Mucambo.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/mucambo.html> > Acesso em: 12 de março de 2020.

Plano de Saneamento do Município (2012) prece.org.br/wp-content/uploads/2019/11/aprece-associacao-dos-municipios-do-estado-do-ceara_pmsb-mucambu.pdf

PONTES, Emílio Tarlis Mendes; CAMPOS, Hernani Loebler. **Convivência com o semiárido: Potencialidades, Limitações e Ações.** 2013.

SEMEAR, Internacional. **Projeto Paulo Freire amplia produção e renda no semiárido cearense.** 2019. Disponível em: <http://portalsemiar.org.br/noticias/projeto-paulo-freire-amplia-producao-e-renda-no-semiarido-cearense/> > Acesso em: 12 de março de 2020.

SOUSA, Inaldo Moreno de. **Uma visão crítica acerca das políticas para o semiárido.** 2016. In: III CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Anais..., Paraíba, 2016.

SOUZA, Fábio Batista. **Associativismo rural: uma análise da associação comunitária Barra da Espingarda em Caicó/RN**, 2016.

DE FAZENDA CAIÇARA A POLO INDUSTRIAL: ANÁLISE DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE

Francisca Edwrigens Ribeiro de Araújo
Isa Mara Isaías Sousa
Juscelino Chaves Sales

INTRODUÇÃO

O município de Sobral, localizado no noroeste do estado do Ceará, é referência ao falar de desenvolvimento econômico no interior do estado. Atualmente, Sobral está entre as cidades que mais se desenvolveram no Brasil nos últimos 10 anos e é umas das 30 melhores para se morar, além disso o município é referência quando se refere a educação básica e superior, já que concentra em seu território campus do Instituto Federal do Ceará, da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Estadual Vale do Acaraú, além de destacar-se também na saúde. Mas Sobral nem sempre foi assim, para chegar nesse nível de desenvolvimento realizou, ao longo de sua história, as mais variadas atividades econômicas, indo de um polo comercial regional a um importante polo industrial nacional.

De acordo com dados da prefeitura de Sobral, há 50 anos o município já era o mais importante polo comercial do norte do Ceará e em determinado período seu desenvolvimento chegou a superar o de Fortaleza. O desenvolvimento econômico da cidade se impulsionou com a instalação de indústrias e de um sistema educacional de ponta, o que fez com que o processo de urbanização da região caminhasse a passos largos.

Essa urbanização tornou Sobral uma cidade de grande porte, pois com ela veio a implantação de mais indústrias, implementação de novos projetos, tais como o projeto de urbanização do Alto do Cristo e a construção do novo aeroporto regional. O poder público passou a dar mais importância para a população investindo em infraestrutura, saúde e educação.

No entanto, a cidade de Sobral está situada na Região do Semiárido Nordeste que se configura por baixos índices anuais de chuva, altas temperaturas e umidade relativa baixa. A vegetação presente na região é a caatinga arbustiva, apresentando características de adaptação, visto que o histórico de desmatamento intenso é marcante nesse bioma. Diante desse cenário, o processo de urbanização em um sertão nordestino culminou na variação das condições climáticas locais, além da devastação da vegetação, sendo substituída por estruturas urbanas o que resultou em graves impactos ambientais. Santos (2004, p. 39) explica sobre os efeitos da ação antrópica.

O impacto ambiental corresponde a uma interferência num ambiente, interferência essa que pode ser positiva ou negativa, ocasionada pela própria dinâmica natural ou pelas atividades socioeconômicas. A definição se essa interferência é negativa ou positiva pauta-se no resultado que essa alteração acarreta a um dado sistema ambiental.

DISCUTINDO O TEMA

A atividade da pecuária foi uma das pioneiras para o desenvolvimento das rotas e ocupação dos espaços no Ceará. Em pontos estratégicos dos territórios eram criadas as vilas e fazendas, dentre elas a Fazenda Caiçara, que servia de descanso entre a parada de boiadas. Os primórdios do processo de urbanização trouxeram para a cidade a viabilização da indústria e desenvolvimento de diversos setores adjacentes o que elevou Sobral a categoria de uma cidade de porte médio pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o IBGE essas

idades configuradas com população entre 100 mil e 500 mil habitantes são as que possuem o maior fluxo de migração. Conforme Santos (1998b, p. 152) “[...] as cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias, um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola, que se industrializa”. Neste contexto, é importante ressaltar a influência regional que o município desempenha.

O processo histórico urbanístico estabeleceu a relação homem-natureza, ainda que a dinâmica da natureza com a sociedade urbana seja marcada pela degradação ambiental, originada pela concepção antropocentrista de domínio e apropriação, em que a natureza é vista apenas como um recurso. Por outro lado, ao tentar romper com os ambientes naturais, o ser humano interfere em seu contexto socioambiental, como aponta Branco (1997, p. 22):

Em resumo, o homem, quer queira quer não, depende da existência de uma natureza rica, complexa e equilibrada em torno de si. Ainda que ele se mantenha isolado em prédios de apartamentos, os ecossistemas naturais continuam constituindo o seu meio ambiente. A morte desses ecossistemas representará a morte do planeta.

MATERIAL E MÉTODO

Para a realização desta pesquisa, foi feita a coleta de dados meteorológicos do município de Sobral, Ceará, através do Instituto Nacional de Meteorologia para construção de tabelas e gráficos, possibilitando uma maior compreensão das alterações climáticas na cidade ao longo dos anos. Além disso, foi feita a revisão bibliográfica baseada na biografia da cidade e seu histórico urbanístico. Procedeu-se um estudo ambiental com destaque no mapeamento de Sobral, o material contém fotografias que relacionam o uso e ocupação do solo e as mudanças perceptíveis causadas pela ação antrópica, além de propor soluções para aliar o processo de urbanização a preservação do Meio Ambiente através da matriz de Leopold adaptada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

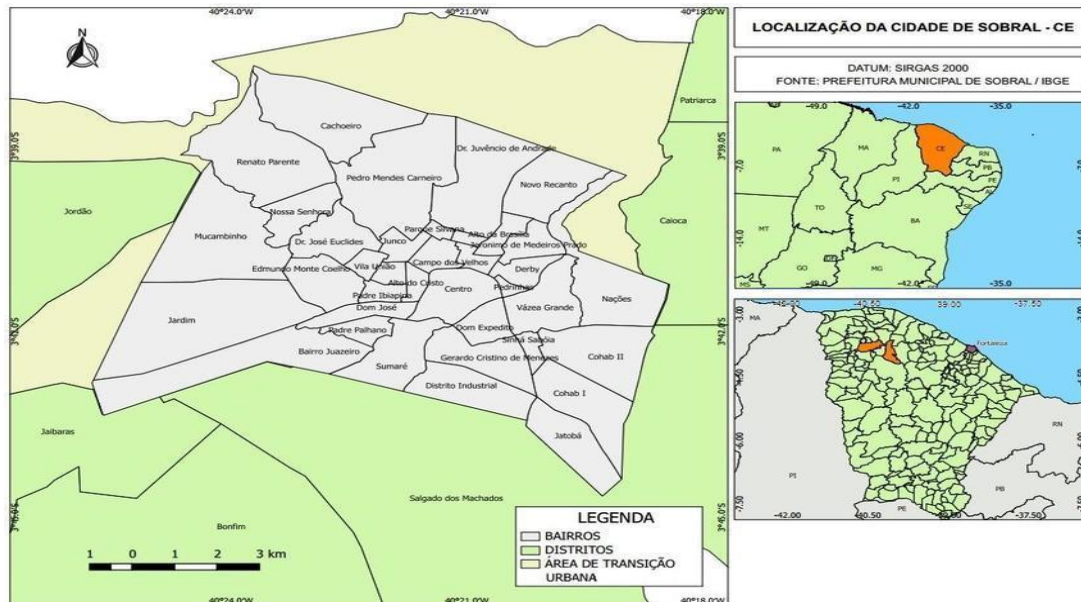
Caracterização da área de estudo- Sobral e o processo de urbanização

O município de Sobral, Ceará, ocupa uma área de cerca de 2.122,98 km² e tem uma localização privilegiada no norte cearense, conforme mostra a Figura 1, visto que se situa em um cruzamento que liga serra da Ibiapaba, sertão e litoral, sendo assim é considerado um lugar estratégico para o desenvolvimento de determinadas atividades e a implantação de indústrias. Entretanto, o início do processo de crescimento econômico de Sobral se deu de forma bastante parecida com as outras regiões do estado, as primeiras migrações nos sertões do Acaraú sofreram a influência da guerra Holandesa em que várias famílias vindas dos estados vizinhos, Pernambuco e Bahia, instalaram-se no interior do Ceará implantando fazendas de gado. Portanto, foi no encontro dessas rotas que nasceu Sobral e seus primeiros habitantes.

Em 1773, a Fazenda Caiçara torna-se Vila Distinta e Real de Sobral e quatro anos após a elevação da categoria, ocorreu a seca dos três setes (1777), que seria determinante para a decadência da pecuária. Este fato fez com que surgisse uma oportunidade de comercializar com o mercado comercial nacional. Sobral ganhou o status de cidade em 1841, o que veio a consolidar a economia, marcada pela ascensão das atividades algodozeiras e declínio das criações de gado. Durante o século XIX a sociedade foi adquirindo costumes franceses e os cidadãos sobralenses viviam o reflexo da Belle Époque, desde a moda até as edificações presentes até hoje na cidade, com um padrão de vida mais elevado. Concomitante a esse processo, o movimento da Estrada de Ferro facilitava o avanço. Aliado a todos esses fatores,

Sobral tornou-se grande produtor e exportador de algodão, o que contribuiu para a implementação da primeira indústria na cidade, a Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano, inaugurada no ano de 1895, ver Figura 2. Este acontecimento fomentou a vinda de outros tipos de indústrias.

Figura 1- Mapa da Localização de Sobral, Ceará



Fonte: ZIEGLER (2016)

Figura 2 -Primeira Indústria Têxtil de Sobral, Ceará,
Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano



Fonte: Arquivo José Alberto Dias Lopes

A cidade de Sobral ganhou destaque com o evento conhecido como Guerra de Lugares, que diz respeito ao conjunto de fatores atrativos que faz com que indústrias tenham interesse na instalação em determinadas cidades, visto que possui uma localização às margens do rio Acaraú, além de boas ofertas para atrair empresários, serviços e indústrias. Nessa perspectiva, a indústria calçadista Grendene motivada por uma série de oportunidades foi em 1993 implantada na cidade. Com a permanência dessa indústria, Sobral ocupou no ranking do PIB industrial o quarto lugar, alavancou em seu desenvolvimento e tornou-se referência nas

exportações de calçado. Esse fato explica a face do desenvolvimento local, visto cada vez mais a preparação da cidade para receber o máximo fluxo de pessoas em busca de vínculos empregatícios e estabilidade. Atualmente, de acordo com o presidente da Associação Comercial e Industrial de Sobral, empresário Daniel Menezes Nogueira a Grendene possui em Sobral, oito fábricas que empregam 17 mil pessoas. Além de movimentar a economia local, o grupo Grendene demonstra está sempre preocupada com a questão ambiental que gira em torno da região, atualmente, a empresa destaca-se na região por tratar 100% dos efluentes gerados dentro da indústria, além de possuir uma das maiores usinas de energia solar de alto consumo da região.

Para facilitar o incremento das empresas e o processo de industrialização, por parte do Governo Municipal e Estadual da política de incentivos fiscais, que em planos práticos implicou no acesso a financiamentos e isenção fiscal através da Lei do Programa de Desenvolvimento Econômico de Sobral (PRODECOM). Atualmente, Sobral é o principal centro industrial da região Norte do Ceará, destacando-se além da Grendene S/A a indústria de transformação, contribuindo em quase metade na geração de emprego e renda do município, é fato que cada vez mais a região torna-se produto de interesse para investimentos industriais.

A região acompanhou o ritmo do desenvolvimento no transcorrer dos anos o que influenciou em suas taxas de crescimento populacional. A tabela 1 abaixo mostra a relação entre os principais aspectos da demografia do município, pode-se observar o fato de que a população rural decresceu enquanto que a urbana aumentou, intimamente ligado ao fato de que a taxa de urbanização cresceu nos últimos anos. Em 2000 com uma densidade demográfica de 73,25 hab./km² foi considerado o quinto município mais populoso do Estado, em 2019 continuou no ranking e com 208.935 habitantes também foi considerado o quinto mais populoso. Vale lembrar que o processo de urbanização pôde prosseguir levando em consideração a ascensão da burguesia comercial e da implantação das primeiras indústrias que fomentaram o pleno crescimento.

TABELA 1- Aspectos demográficos da cidade de Sobral, Ceará.

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Densidade Demográfica (Hab/Km ²)	Taxa De Urbanização (%)
1991	127.489	103.868	23.621	77,45	81,47
2000	155.276	134.508	20.768	73,25	86,63
2010	188.233	166.310	21.923	88,67	88,4

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991/2000/2010.

Holanda e Amora (1999, p.69) fazem uma abordagem sobre o crescimento populacional de Sobral.

Sendo Sobral hoje, um centro de comércio, indústria e prestação de serviços, é também aglutinador de população proveniente, principalmente dos municípios que integram a sua microrregião. Estes municípios apresentam significativas perdas da população, embora não dispondo de dados sobre o destino dos migrantes acredita-se que parte desses efetivos dirige-se para Sobral. É comum se identificar entre os trabalhadores do comércio, da indústria, dos serviços e entre desempregados e subempregados pessoas.

Construção civil e os impactos ambientais identificados: ocupação do solo urbano do município de Sobral

Na cidade de Sobral-CE o ramo da construção civil é um dos responsáveis pela devastação dos recursos hídricos e desmatamento da vegetação nativa, por outro lado é um dos traços marcantes

para o avanço econômico. O processo de verticalização é um dos fenômenos resultantes da urbanização e é cada vez mais presente nos bairros de Sobral, principalmente nos mais “valorizados”, este evento está ligado ao fato de que Sobral é também considerado um polo universitário que faz com que amplie o seu eixo de relações e interesses em investimentos para o desenvolvimento urbano. A exemplo disso pode-se citar o bairro Derby Clube que é configurado próximo ao rio e apresenta edifícios com mais de 10 andares, é um bairro em que há grande atração e especulação imobiliária, é válido ressaltar que houve o aterramento de boa parte da lagoa localizada atrás do CIDAO para construção das mais edificações, gerando um impacto ambiental negativo.

O crescimento de áreas urbanizadas gera uma série de impactos ambientais na cidade e na qualidade de vida dos habitantes, principalmente quando se trata de ocupações irregulares, tal fator é muito comum em torno das lagoas e margens dos rios. Para solucionar esses problemas, a prefeitura do município visando projetar as habilitações de cada área a partir de suas características urbanas e naturais conta com o Plano Diretor ou a Lei do Parcelamento e Uso do Solo, mas para lidar com a especulação e as vendas dos loteamentos, muitas vezes a questão ambiental não é levada fortemente em consideração e, como consequência direta desta opção ocorre a ocupação indevida das moradias como consta na figura 3.

Figura 3 – Ocupações irregulares em torno da Lagoa da Barragem no ano de 2012 no bairro Dr. José Euclides



Fonte:ROCHA(2012)

A Prefeitura Municipal de Sobral é responsável por boa parte das obras e garantir que elas sejam fiscalizadas de acordo com as leis ambientais vigentes. Um fator indispensável a área de infraestrutura urbana é o sistema de transportes, apesar disso, Sobral ainda não possuía um sistema de transporte integrado que facilitasse a mobilidade dos cidadãos. Nesse sentido, em parceria com o Governo do Estado do Ceará, foi criado o Projeto Metrô de Sobral que faz uso de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT), possuindo duas linhas principais, Norte e Sul, totalizando 12 estações e em 2014 foi oficialmente inaugurado. Entretanto, durante a desenvoltura do projeto alguns problemas foram surgindo, suficientes para paralisar a obra alegando as contribuições negativas ao Meio Ambiente e à população, pois o mesmo não possuía planejamento urbano tão pouco estudo ambiental, comprometendo o ecossistema, conforme mostra na Figura 4. Ao analisar o processo, o juiz suspendeu a licença e concluiu a necessidade de um Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental. Atualmente esse transporte tornou-se a opção segura e barata que a população adquiriu.

Figura 4- Desmatamento para instalação do VLT em Sobral-CE



Fonte: <http://www.sobralportaldenoticias.com.br>. Acesso em 20 de Fev.2020.

Em contrapartida, em 2020 a Prefeitura Municipal de Sobral teve a iniciativa de implantar Corredores Verdes que prevê a plantação de 1676 árvores de diversas espécies. Inúmeros são os benefícios advindos da arborização urbana, dentre os quais estão, a diversificação da fauna, diminuição da poluição sonora, auxílio na diminuição da temperatura, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida urbana. A Figura 5 mostra alguns trechos que serão contemplados pelo projeto, ao todo está previsto mais de 12 km de calçadas arborizadas.

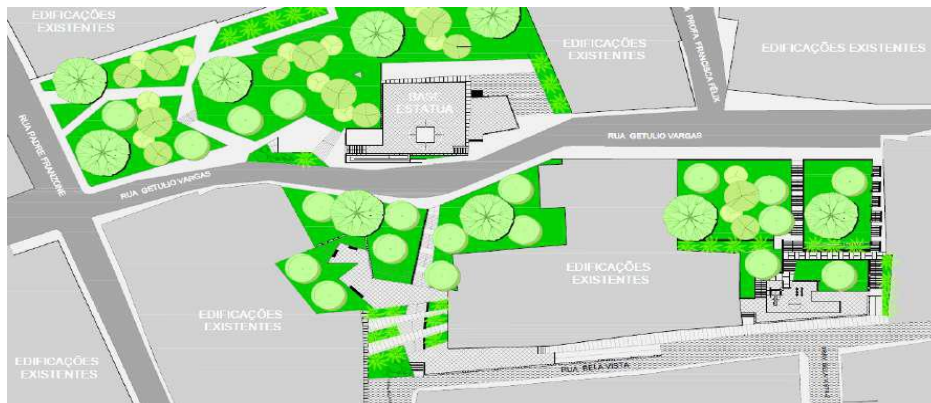
Figura 5- Projeto Corredores Verdes



Fonte: Prefeitura Municipal de Sobral (2020)

Um outro investimento mais recente da cidade foi a revitalização do Alto do Cristo. A priori, foi realizada em 2015, devido às constantes reclamações dos habitantes uma reforma no Alto do Cristo que implicava em um mutirão de limpeza, pintura nova e implantação de acesso aos pés do Cristo Redentor. Este acontecimento não foi suficiente para atender as necessidades dos moradores, sendo assim a Prefeitura de Sobral, através da Secretaria de Infraestrutura, estabeleceu o projeto de urbanização do Alto do Cristo, como consta na Figura 6, com o objetivo de criar áreas de convivência para a comunidade.

Figura 6 -Projeto de Urbanização do Alto do Cristo



Fonte: Prefeitura Municipal de Sobral- PRODESOL (2017)

Para alcançar esta finalidade o projeto contou com a urbanização das ruas de acesso com a pavimentação de piso intertravado, construção de academia ao ar livre, iluminação em LED, áreas verdes, estacionamento para carros e motos, playground, anfiteatro e um mirante, além de contar com arquitetura inclusiva e escadaria de acesso com guarda-corpo. A obra teve como ponto importante a restauração da estátua do Cristo Redentor que desde 1938 é o principal ponto de referência do bairro, como observado na Figura 7, além disso também foi levada em conta a valorização do bairro e a revitalização de um importante ponto turístico da região, através da criação dos novos espaços para convivência da população.

Figura 7 -Revitalização do Alto do Cristo

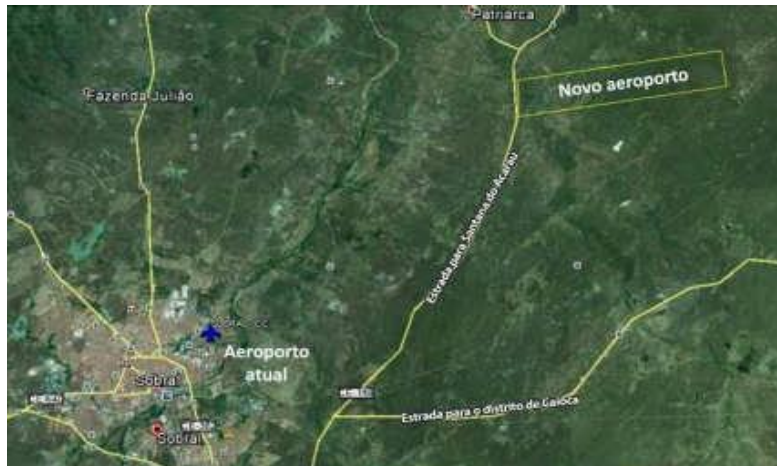


Fonte: Prefeitura Municipal de Sobral (2019)

Com o crescimento da cidade de Sobral, urge-se, portanto, a necessidade de um aeroporto que facilite as relações entre a cidade e o país. Nos dias atuais existe o aeródromo localizado entre o Rio Acaraú e a Lagoa da Fazenda com capacidade limitada, além disso o aeroporto atual não tem espaço para expansão. Pensando nisso, foi criado o projeto do novo aeroporto, a área escolhida para a implantação fica situada a 13 km da área urbana da sede do município, de acordo com a Figura 8, e a Secretaria da Infraestrutura do Ceará já analisa o projeto e os impactos de grande porte que ele trará. Segundo o EIA e RIMA do aeroporto regional, foram identificados 30 impactos adversos, sendo 24 impactos relacionados com o meio físico, 27 com o meio biológico e 28 com o meio socioeconômico, além de focalizar nos principais danos a fauna e a flora, o estudo determinou os principais fatores que podem originar riscos ambientais, tais como manipulação de óleo, radiação, ruídos e gases. O projeto foi aprovado pelo Conselho

Estadual de Meio Ambiente (Coema) e o investimento total deve girar em torno de R\$80 milhões.

Figura 8 -Localização do novo aeroporto de Sobral – CE.



Fonte: Serviços de Consultoria para a Elaboração dos Estudos Ambientais (EIA-RIMA).

106

Na figura 9 abaixo pode-se observar a vegetação nativa arbustiva, arbórea e rasteira que será comprometida em virtude das etapas da construção da obra. É importante destacar que foram propostas medidas mitigadoras para equilibrar o meio ambiente, inclusive um programa de recuperação das áreas degradadas.

Figura 9 -Registro fotográfico da vegetação na área diretamente afetada



Fonte: Serviços de Consultoria para a Elaboração dos Estudos Ambientais (EIA-RIMA).

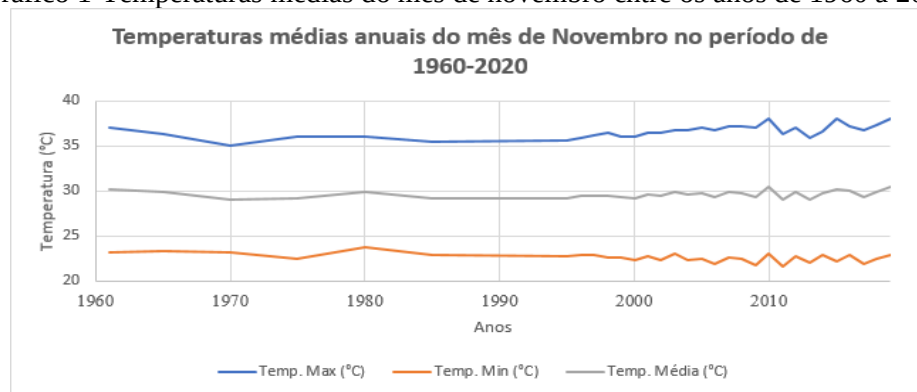
Caracterização da área de estudo-clima

O município de Sobral, Ceará, apresenta clima Tropical Quente Semiárido, típico do Nordeste Brasileiro, marcado por apenas duas estações: a estação chuvosa e a seca, respectivamente distribuídas no primeiro e segundo semestre. Além disso, destaca-se pelos baixos índices pluviométricos, baixa umidade relativa do ar, forte insolação e altas temperaturas registradas, o que também é justificado devido à proximidade com a Linha do Equador, pois se trata de uma zona de maior incidência dos raios solares.

Nesse contexto, pode-se notar que nas últimas seis décadas, em Sobral, fica perceptível que o mês de novembro é um dos meses mais quentes do ano na região, pois trata-se de um período da estação seca que possui baixos índices de precipitação. Nos dados obtidos da temperatura durante os anos de 1960 a 2020, conforme mostra no gráfico 1, pode-se observar que Sobral (ESTAÇÃO 82392) apresentou uma temperatura média máxima de 36°C e a mínima de 23°C. Tendo em vista o mesmo conjunto de dados, a temperatura média, que é encontrada a partir da média das temperaturas máximas e mínimas, aumentou ao longo dos anos e é de 28.8°C no mês de novembro.

De acordo com a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), a cidade possui registros que atinge o auge das metas do país, em 2019 no mês de setembro marcou 39,3°C e em outubro alcançou a segunda maior temperatura com 38,8°. Ainda se pode mencionar que em 2018 registrou-se a maior temperatura do Brasil, atingindo 39,8°C no dia 20 de outubro.

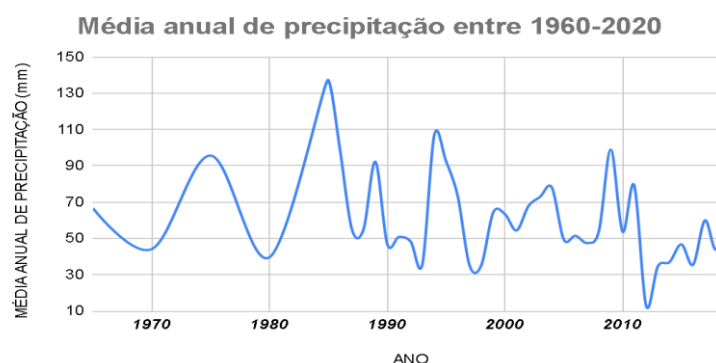
Gráfico 1-Temperaturas médias do mês de novembro entre os anos de 1960 a 2020.



Fonte: INMET(1960-2020)

Outro atributo climático desta região são os baixos índices de chuva que indica uma pluviosidade média de 821,6 mm/ano. No Gráfico 2 pode-se verificar uma queda na média anual de precipitação do município entre os anos de 1960 até os dias atuais.

Gráfico 2 - Valores médios anuais de precipitação entre 1960-2020



Fonte: FUNCEME (1960-2020)

Análise da matriz de impactos ambientais e medidas mitigadoras

Figura 10- Imagem tirada no ano de 2018 na Av. Dom José.



Fonte: Própria.

Vale ainda mencionar que nos últimos anos houve projetos desenvolvidos pelo poder público que contaram com a implantação de lixeiras no centro da cidade e em janeiro de 2020 foi inaugurada a Central de Tratamento dos Resíduos do Vale do Acaraú (CTR Sobral), que busca substituir os lixões por um método mais adequado para o tratamento de resíduos, sendo este um importante passo para o início de uma mudança cultural da população, visto que o lixo coletado não irá mais trazer prejuízos socioambientais e ainda irá servir de fonte de renda para a região, através da geração de empregos.

Outro fator avaliado, mas nesse caso de formas bastante positiva, foi a substituição da pavimentação asfáltica por concreto intertravado nas principais ruas do município. Esta foi uma das medidas mais polêmicas do Projeto Sobral Novo Centro, realizado pela prefeitura municipal, já que no interior do Ceará a pavimentação asfáltica é sinônimo de desenvolvimento, todavia este tipo de pavimento causa uma maior absorção de calor, ocasionando um aumento na temperatura, além de interferir sobre a capacidade de infiltração da água no solo, o que pode vir a causar enchentes e alagamentos.

Na matriz avaliamos ainda o estado do rio Acaraú, que possui uma função ambiental que extrapola as dimensões locais (CARACRISTI; DUARTE. p.99, 2005). Nos últimos anos o rio vem sofrendo com a degradação de seus recursos, acarretando uma série de impactos sociais e climáticos para a região causada pela poluição e urbanização desordenada. De acordo com pesquisadores locais, a poluição do rio Acaraú pode ser comprovada ao observamos a presença de plantas como pacová ou aguapé em seu percurso, que caracterizam elevados índices de poluição da água, além disso a urbanização da margem esquerda e direita do rio também comprometem seu estado visto que a calha do rio foi totalmente comprometida e de acordo com José Maria Gomes Vasconcelos, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), essa construção foi o maior crime ambiental já ocorrido na região. Vale ainda mencionar que o rio recebe esgotos clandestinos e lixo dos moradores de seus arredores, fato que se repete em diversos locais em todo o Brasil, devido à falta de saneamento básico de qualidade.

Devido a implantação de indústrias no município a emissão de gases também acabou tornando-se um problema decorrente e um dos diversos exemplos que ocorre no município de Sobral é a partir da fabricação de cimento. Sabe-se que, depois da água, o cimento é o material mais utilizado no mundo, em contrapartida seu processo de fabricação é responsável por cerca de 5%

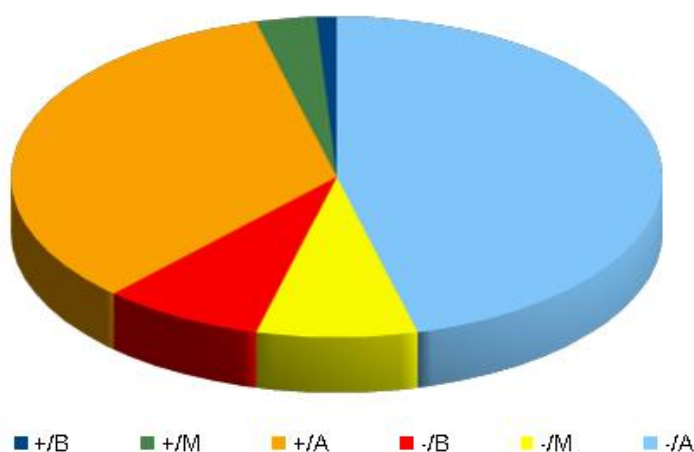
das emissões mundiais de gases estufa visto que para que o calcário e a argila aqueçam e se fundam é necessária utilização de muito recurso energético, devida alta temperatura, e as reações obtidas após o aquecimento liberam altas quantidades de dióxido de carbono., além disso durante a fabricação também há liberação de gases como dióxido de enxofre e de óxidos de azoto. Além da emissão desses gases, a fábrica de cimento mostra-se prejudicial graças às poeiras de silicatos resultantes da fabricação. Apesar da indústria de cimento ser uma das principais responsáveis pela poluição do ar no município, ela não é a única.

Dados todos esses fatos, observamos que ao preencher a tabela obtivemos 90 impactos negativos, que representam 62% do total, destes 8% foram considerados impactos de baixa intensidade, 8% de média intensidade e 46% de alta intensidade, como observado no gráfico a seguir. Os impactos positivos contabilizaram 55, sendo 38% do total e destes apenas 34% foi considerado como impacto de alta intensidade, 3% impacto de média intensidade e 1% de baixa intensidade.

110

Gráfico 3-Resultado da matriz de Leopold.

Resultados da Matriz de Impactos Ambientais



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir dos resultados obtidos, observou-se que os impactos negativos sobrepuseram os positivos e apesar das melhorias que vêm sendo apresentadas pelo município nos últimos anos muito ainda há para se resolver, dessa forma conclui-se que se faz necessário a implantação de ações mitigadoras, como as citadas no Quadro 2, que remediem os impactos ambientais negativos e ampliem os positivos.

Quadro 1- MEDIDAS AMBIENTAIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA A CIDADE DE SOBRAL, CEARÁ.

PROBLEMA	AÇÃO PROPOSTA
----------	---------------

Desmatamento	• Fiscalização no ambiente; • Implantar programas de Conscientização Ambiental; • Criar um projeto de reflorestamento da área afetada ou um plano de arborização
Lixo	• Melhorar o sistema de coleta do lixo; • Programa de coleta seletiva do lixo; • Reciclagem;
Impermeabilização do Solo	• Substituição por blocos; intertravados de concreto • Arborização;
Poluição no Rio Acaraú	• Fiscalização no ambiente; • Implantar programas de conscientização ambiental;
Ocupações Irregulares Próximas a Lagoas, Riachos e Rios	• Retirada da população que mora em situação de risco;
Poluição do Ar	• Criação de áreas verdes nos espaços urbanos; • Controlar a emissão de gases poluentes; • Promover e facilitar o acesso ao transporte público;

Fonte: Elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa cujo objeto de estudo foi a sede do município de Sobral constatou as transformações ocorridas desde a sua formação quando ainda tratava-se da Fazenda Caiçara, com sua economia baseada em atividades pastoris, até os dias atuais em que se tornou alvo de indústrias e investimentos imobiliários. Em vista disso, analisou as mudanças na temperatura ao longo dos últimos 60 anos, destacando o mês de novembro com altas temperaturas. Ainda convém lembrar que a ocupação do espaço urbano resultou na ampliação do desmatamento que contribuiu na degradação do ecossistema, tal como a poluição e assoreamento do rio Acaraú, concluindo que diversos fatores acarretaram para a evolução desse cenário.

O modelo de urbanização de Sobral atingiu grandes proporções e, preocupou-se mais em superar a questão econômica que a ambiental, tal fato culminou em impactos negativos para o clima, relevo e vegetação características do sertão nordestino. Em virtude do que foi mencionado, a região deve cada vez mais articular com projetos que promovam o desenvolvimento sustentável que além de visar o planejamento estratégico e interesse econômico assegure os recursos naturais.

AGRADECIMENTOS:

Ao INMET e a FUNCEME, pelo apoio na coleta de dados meteorológicos de Sobral, Ceará, e aos agentes públicos ambientais que trabalham na licitação dos EIA/RIMA. Ao IBGE e o IPECE, pelos mapas e processamento de dados estatísticos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR JÚNIOR, P. R. A Cidade e o Rio: produção do espaço urbano em Sobral-Ceará. 2005, 199f. **Dissertação (Programa Regional de Pós-Graduação em**

Desenvolvimento e Meio Ambiente– PRODEMA) Universidade Federal do Ceará. –Centro de Ciência e Tecnologia, Fortaleza, 2005.

ALVES, Maria do Carmo. Monografia de graduação. **Análise do território de Sobral (CE) a partir da indústria Grendene Sobral**, 2004. Disponível em:<http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/122>. Acesso em: 15 fev. 2020.

CALIXTO, C. F. ; SCHLEICH, O. M. M. ; MONTEIRO, U. S. ; OLIVEIRA, J. S. ; TAVARES, R. O. Histórico da degradação do rio Acaraú na cidade de Sobral e suas consequências socioambientais. In: **CONGRESSO NACIONAL DA EDUCAÇÃO, 3., 2015, Natal - RN. Anais...** Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA10_ID5364_11072016230735.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2020.

CAVALCANTE, Igor. Central de Tratamento de Resíduos é inaugurada em Sobral. **Governo do Estado do Ceará**, 2019. Disponível em:<https://www.ceara.gov.br/2019/12/14/central-de-tratamento-de-residuos-e-inaugurada-em-sobral/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

CEARÁ, Governo do estado. Instituto de Pesquisa e de Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **Perfil Básico Municipal - Sobral**. Fortaleza, 2010.

DUARTE, J. S. de S.; CARACRISTI, I. **Clima e qualidade de vida na cidade de Sobral:** buscando a dimensão cotidiana dos estudos climáticos. Disponível em:<http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/124>. Acesso em: 20 fev. 2020.

FACUNDO, Matheus. Sobral registra a mais alta temperatura do Brasil. **G1 CE**, 2019. Disponível em:<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/10/24/sobral-registra-a-mais-alta-temperatura-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2020.

HOLANDA, V. C.C. ; AMORA, Z. B. Retomando a Geografia da População –Reflexões sobre Sobral. Revista da Casa da Geografia de Sobral. Sobral – CE: UVA, v. 1. Ano. 1, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. Banco de dados meteorológicos para ensino e pesquisas. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=tempo/graficos>. Acesso em: 20 fev. 2020.

JÚNIOR, Marcelino. Requalificação do Cristo preocupa moradores da área. **Diário do Nordeste**, 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/requalificacao-do-cristo-preocupa-moradores-da-area-1.1893078>. Acesso em: 14 fev. 2020.

LIMA, M. B. ; RIBEIRO, E. L. Diretrizes Urbanísticas e Construtivas para Cidades de clima Semi-árido. **UNICAMP - Sistema de Bibliotecas**. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8634499/2420>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

DESENVOLVIMENTO URBANO EM SOBRAL/CE: O CASO DO CORREDOR TERCIÁRIO MONSENHOR ALOÍSIO PINTO

José Raimundo Celestino Neto

INTRODUÇÃO

O presente artigo se insere nos estudos de Geografia Urbana, compreendendo uma leitura sobre a dinâmica do espaço comercial e de serviços na cidade de Sobral. O poder público executou ações para a cidade se tornar alvo de investimentos, garantindo-lhe a condição de centro polarizador no interior cearense. E em virtude da concentração de unidades de saúde, instituições de ensino, estabelecimentos comerciais e de serviços, passou a influenciar vinte e nove municípios.

Sobral está situada na superfície sertaneja do noroeste do estado do Ceará, possuindo limites a norte com Alcântaras, Massapê, Santana do Acaraú e Meruoca, a sul com Santa Quitéria, Forquilha, Groaíras e Cariré, a leste com Miraíma e Irauçuba, e a oeste com Mucambo e Coreaú. Já possuiu quatro denominações: Fazenda Caiçara (1712), Vila Distinta e Real de Sobral (1773), Fidelíssima Cidade Januária de Acaraú (1841) e Sobral (1842-Atualmente).

Inicialmente, a urbe se destacou como um local de comercialização dos produtos oriundos do campo, em virtude da expansão da pecuária extensiva, do algodão e do café produzidos em áreas próximas, como as Serras da Meruoca, do Rosário e da Ibiapaba. A implantação da Estrada de Ferro de Sobral (EFS) contribuiu com o fortalecimento da sua centralidade no noroeste cearense.

A cidade foi se modernizando com vários equipamentos urbanos que trouxeram o crescimento comercial e industrial, tornando-se um centro de convergência da região norte do estado, seguindo uma lógica global da reprodução do capital, e em virtude dessa problemática, a pesquisa pode ajudar na construção de uma consciência crítica sobre o direito à cidade.

Sobre a economia sobralense, é importante salientar que – baseada na produção industrial, no comércio e na prestação de serviços – ela se desponta como uma das maiores do estado do Ceará, sendo a maior do interior cearense, polarizando um vasto território. Esse fenômeno teve impulso na década 1990, tendo como um dos condicionadores a presença de uma elite política mais conectada com o empreendedorismo, que se destacou pela utilização de um discurso modernizador, entre as suas premissas estava a busca por investimentos exógenos, sem perder de vista o fortalecimento dos investidores locais (PEREIRA, 2015).

As relações comerciais desempenham um importante papel no desenvolvimento econômico de Sobral. O consumidor tem fácil acesso aos estabelecimentos, mas o poder aquisitivo não permite que todos possam se beneficiar.

DESENVOLVIMENTO DO EIXO COMERCIAL DA AVENIDA MONSENHOR JOSÉ ALOÍSIO PINTO

A autora Ferreira (2013) denomina a gestão política de Cid Gomes (1997-2004) de “Cid Marketing”, por ter propagandeado uma modernização na cidade, que tornou-se alvo de transformações, com grandes construções, como a urbanização da margem esquerda do rio Acaraú, avenida Pericentral, Parque da Cidade, Boulevard do Arco, reordenação do trânsito com a ampliação de vias, reforma do Beco do Cotovelo e da Praça do Patrocínio com a construção do museu do Eclipse.

Com todas essas construções e reformas, Sobral pretendia fortalecer a sua competitividade, e isto, foi evidenciado na ideia de transformar a urbe em um local belo e eficiente para atender as demandas da população presente no Plano de Desenvolvimento Urbano de Sobral, elaborado

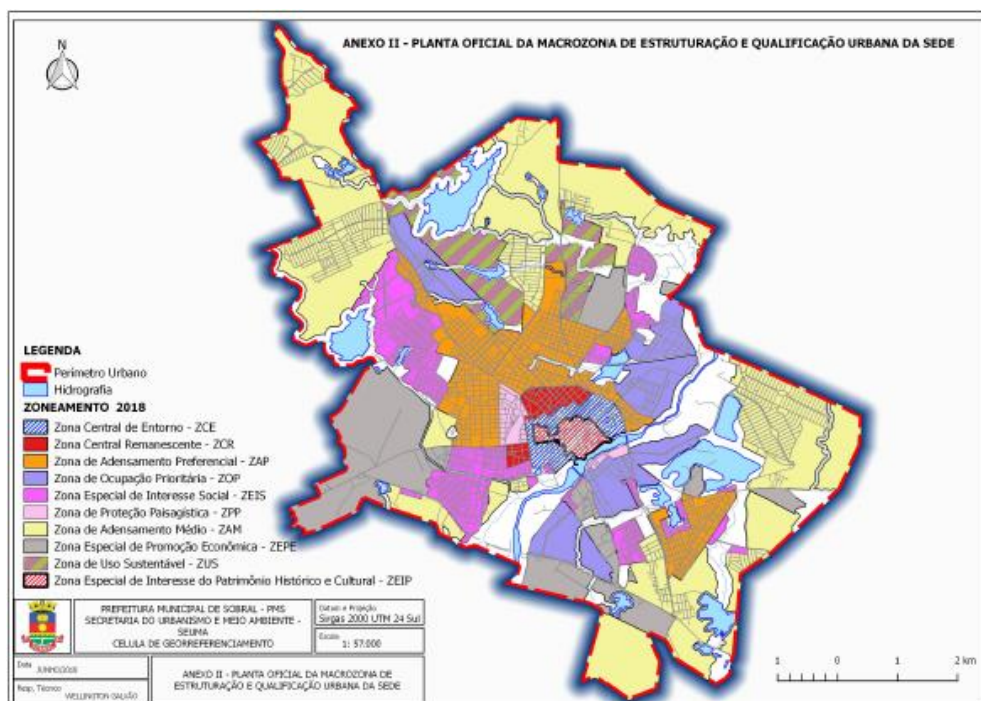
em 1999, mas que só passou a existir em 2010 chamado de Plano Diretor Participativo de Sobral (FERREIRA, 2013).

Na Lei Complementar nº 60, de 19 de julho de 2018, é alterado o zoneamento urbanístico de Sobral, sendo estabelecido a divisão do território em duas Macrozonas complementares: Macrozona de Proteção Ambiental e a Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana. Esta segunda macrozona, tem elevada importância para o presente estudo e divide-se em dez zonas:

- I - Zona de Adensamento Médio – ZAM;
- II. Zona de Ocupação Prioritária – ZOP;
- III. Zona de Adensamento Preferencial – ZAP;
- IV. Zona de Proteção Paisagística – ZPP;
- V. Zona de Uso Sustentável – ZUS;
- VI. Zona Central Remanescente – ZCR;
- VII. Zona Central de Entorno – ZCE;
- VIII. Zona Especial de Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural – ZEIP;
- IX. Zona Especial de Promoção Econômica – ZEPE;
- X. Zona Especial de Interesse Social – ZEIS.

As zonas são distribuídas a partir dos seguintes fatores: intensidade do uso e ocupação do solo urbano; o crescimento urbano; a oferta de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos; a preservação e valorização do patrimônio cultural e ambiental (FIGURA 1).

Figura 1: Planta Oficial da Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana da Sede de Sobral/CE.



Fonte: Prefeitura Municipal de Sobral (2018).

Observa-se que a área de estudo está inserida na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, na Zona Especial de Promoção Econômica (ZEPE), que segundo a Prefeitura Municipal de Sobral (2018), compreende as regiões que se caracterizam por apresentar potenciais futuros ou já consolidados, de atividades econômicas como indústrias, comércios e serviços.

Conforme a Lei Complementar nº 28 de 15 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo (PDP), estabelece objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para o planejamento da cidade a partir da apropriação de espaços em forma de zoneamento. O zoneamento urbano é um instrumento importante para o desenvolvimento das cidades, atuando na divisão de áreas para diferentes usos e ocupações específicos.

A estratégia utilizada para o desenvolvimento econômico da área de estudo é o Fundo de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Econômico de Sobral (PRODECON), criado pela Lei Municipal nº 313 de 26 de junho de 2001, na gestão do ex-prefeito Cid Ferreira Gomes, com o propósito de incentivar a implantação, expansão, realocização e/ou modernização de empreendimentos privados, não poluentes, oferecendo doação de terrenos, infraestrutura do entorno e financiamentos.

Art. 1º. Fica criado o Fundo de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Econômico de Sobral - Fundo PRODECON, que tem por objetivo contribuir e prover apoio financeiro aos programas de desenvolvimento econômico do Município, por intermédio de Instituição Financeira Oficial, em consonância com os respectivos planos locais de desenvolvimento e observada a legislação pertinente (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, 2002).

Segundo a Prefeitura Municipal de Sobral, no livro Manual para Investir em Sobral (2002), os recursos do PRODECON são originários de dotações orçamentárias, de parcela da receita do Fundo de Participação dos Municípios, de parte do ISS arrecadado, de rendimentos provenientes da execução do próprio programa e de empréstimos ou recursos oriundos da União, Estado, Município dentre outros.

O livro Manual para Investir em Sobral foi publicado em 2002 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Sobral, apresentando as potencialidades da cidade para os empresários, como as características socioeconômicas, políticas, os índices de educação, saúde, comércio, serviço, e etc.

No decreto nº 390 de 23 de outubro de 2001, é instituído regras específicas para este Fundo, considerando atividades prioritárias e de interesse do Município: Materiais de construção civil e mineração; Metalurgia; Movelaria; Calçados, vestuário, têxtil e cadeias produtivas; Agroindústria e produtos alimentares; Reciclagem de materiais; Serviços industriais; Shopping center e empresas comerciais de grande porte e; Hotéis (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, 2002).

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas: exploração, elaboração teórica e exposição dos resultados. De início, realizou-se uma fundamentação teórica em autores como Ferreira (2013), Fontenelle Filho (2015) e Pereira (2015) para síntese de informações econômicas, sociais e políticas sobre o município de Sobral e pesquisa de campo exploratória;

Para elaboração de tabelas e cartografias, foram necessários trabalhos de campo e coleta de dados econômicos na Casa do Contribuinte de Sobral e na Prefeitura Municipal de Sobral. A elaboração cartográfica ocorreu através de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), utilizando o sistema de projeção cartográfica Universal Transversa de Mercator (UTM).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Avenida Monsenhor José Aloísio Pinto foi sancionada em 1999 pela Lei Municipal nº 220 de 01 de julho de 1999, iniciando na ponte Doutor José Euclides Ferreira Gomes e termina na rodovia BR-222, cortando os bairros Dom Expedito e o Cidade Gerardo Cristino de Menezes.

Segundo Fontenelle Filho (2015), o bairro Dom Expedito foi criado oficialmente em 1962, era conhecido como o “Outro lado do rio” e sua ocupação ocorreu principalmente pelas estiagens no sertão cearense, forçando as pessoas se fixarem próximas aos rios. Já o Cidade Gerardo Cristino de Menezes, foi criado a partir do desmembramento dos Bairros Sinhá Saboia e o Distrito Industrial em 2008.

Constata-se no Corredor Terciário as seguintes seções do CNAE 2.3 (2018): Indústrias de transformação; Comércio varejista e atacadista; Administração pública, defesa e seguridade social; Educação; Atividades profissionais, científicas e técnicas; Atividades imobiliárias; Atividades administrativas e serviços complementares e; Saúde humana e serviços sociais (TABELA 1).

Tabela 1: Quantidade das atividades econômicas de comércio e serviço na Avenida Monsenhor Aloísio Pinto em Sobral/CE no ano de 2020.

Classe CNAE	Atividades	Quantidade
Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores	Concessionárias e Revendedoras de Veículos	9
Impressão de materiais para outros usos	Gráficas	4
Administração pública em geral	Administração Pública	2
Comércio varejista de bebidas;	Distribuidoras	1
Educação infantil e ensino fundamental; Educação profissional de nível técnico e tecnológico	Educação	2
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	Posto de Gasolina	1
Gestão e administração da propriedade imobiliária	Shopping Center	1
Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	Clínica	1
Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	Comércio de Peças de Veículos	1
Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	Materiais de Construção	1
Total		23

Fonte: Pesquisa direta, 2020.

Conforme a tabela 1, encontra-se maior quantidade de concessionárias e revendedoras de automóveis, isto se deve ao fato da localização privilegiada ao longo da Avenida Monsenhor Aloísio Pinto, que possui um enorme fluxo de transportes e torna-se mais visível para a população com um melhor poder aquisitivo.

A CNAE significa Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Qualquer tipo de organização, seja aquela que presta serviços ou vende produto - online ou físico, precisa estar enquadrada em alguma CNAE. O foco é proporcionar melhorias na gestão tributária e conseguir controlar ações fraudulentas.

No quadro 1, é observado a ocorrência de um imenso aumento dos valores do metro quadrado. A presença de Shopping Center, concessionárias, revendedoras de veículos usados e gráficas aumentaram o valor da terra e trouxe intensificação dos fluxos de veículos, permitindo o crescimento econômico.

Quadro 1: Evolução dos valores de metro quadro referente a Avenida Monsenhor Aloísio Pinto nos anos 2010 à 2019.

TRECHOS	VALORES (R\$)		AUMENTO PERCENTUAL
	2010	2019	
Início da Avenida Monsenhor José Aloísio Pinto à rua José Lopes Pontes	2,40	550,00	22816,67%
Rua José Lopes Pontes à rua da Alegria	2,40	500,00	20733,33%
Rua da Alegria ao fim da Avenida Monsenhor Aloísio Pinto	2,40	380,00	15733,33%

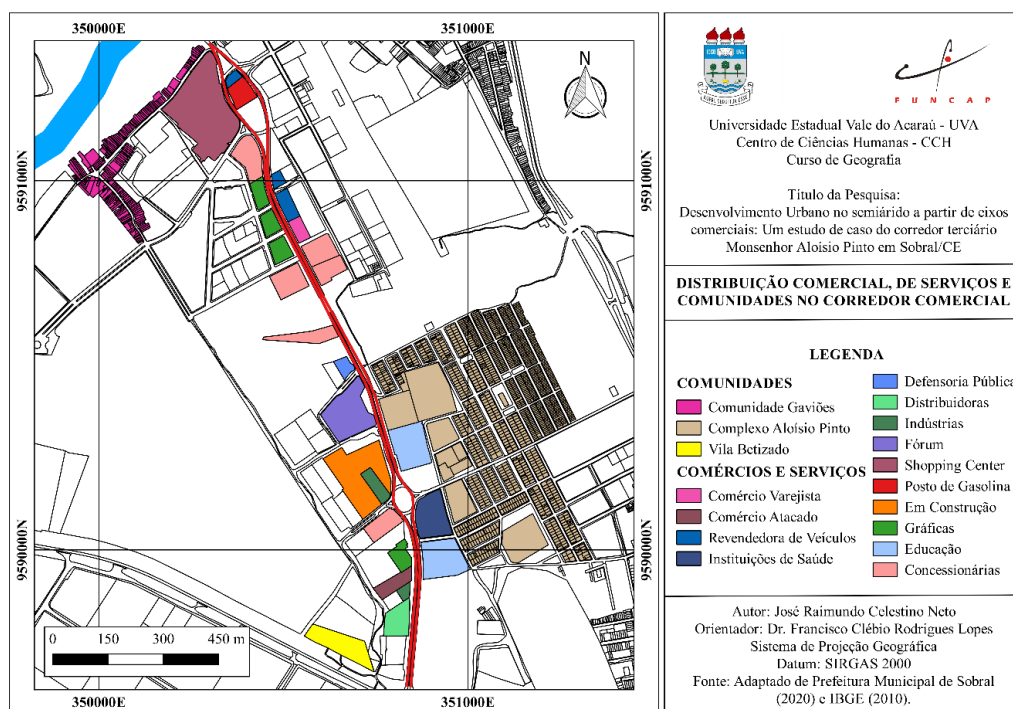
Elaborado por: CELESTINO NETO, J. R. (2020)

Fonte: Prefeitura Municipal de Sobral (2019)

117

Na figura 3, apresentamos a distribuição dos estabelecimentos ao longo do corredor comercial. Desde os anos 2000, a avenida Monsenhor Aloísio Pinto e a ponte Prefeito José Euclides transformam o bairro Dom Expedito, aumentando a sua dinâmica comercial (FONTENELLE FILHO, 2015). Percebemos que ainda há oito lotes que estão sem funcionamento e um em construção. Estes “espaços vazios” garantem uma futura expansão do corredor e uma maior diversidade de estabelecimentos.

Figura 3: Distribuição de estabelecimentos e comunidades na Avenida Monsenhor Aloísio Pinto em Sobral/CE em 2020.



Elaborado por: CELESTINO NETO, J. R. (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante lembrar que essas empresas instaladas são capitalistas e o espaço é visto como uma mercadoria, visando sempre a capacidade de um maior retorno financeiro para os investimentos realizados. A sociedade se altera conforme o modo de produção, existindo contradições na paisagem, como a Vila Betizado presente após a Avenida Monsenhor Aloísio Pinto e a Comunidade Gaviões, vizinha ao Shopping Center.

Com esta exposição, é reforçada a ideia do “*Cid Marketing*” presente nos estudos de Ferreira (2013). Apesar do local de estudo sofrer grandes mudanças, a comunidade local não possui os mesmos benefícios dos empreendedores. Os terrenos são valorizadas a cada ano, mas a pobreza continua assolando os habitantes ao redor.

Agradecimentos: FUNCAP.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Diocleide Lima. **A (re)invenção de uma cidade:** Cid marketing e a requalificação urbana em Sobral-CE. 2013. 316f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas-SP, 2013.

FONTENELLE FILHO, Joffre. **As transformações socioespaciais no bairro Dom Expedito em Sobral-Ceará.** 2015. 155f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral-CE, 2015.

PEREIRA, Francisco Ielos Faustino. **Descentralização das atividades comerciais e de serviços em cidades médias:** uma análise de Sobral - CE. 2015. 155f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral-CE, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL. **Boletim Municipal.** 13 de setembro de 2007, Ano III, nº 656. Disponível em: http://boletim.sobral.ce.gov.br/2007/b_setembro2007/13.htm. Acesso em: 18 fev. 2020.

_____. **Manual para investir em Sobral.** Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Ano II/2ª Edição. Sobral/CE, 2002.

SOBRAL. Lei Complementar nº 28 de 15 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Sobral, e dá outras providências. Disponível em: <http://seuma.sobral.ce.gov.br/images/leis/plano-diretor-2008-compressed.pdf>. Acesso: 18 fev. 2020.

_____. Lei Complementar nº 60, de 19 de julho de 2018. Altera o Título II da Lei Complementar Nº 006, de 01 de fevereiro de 2000, que Dispõe sobre o uso e ocupação do solo da cidade de Sobral, os anexos II e IV desta lei, que determina a Planta Oficial de Parcelamento e Ocupação do Solo e as Atividades Especiais, respectivamente, e o anexo III da Lei Complementar Nº 33, de 15 de dezembro de 2010, que define os Indicadores Urbanos de Ocupação do Solo e dá outras providências. Disponível em: http://seuma.sobral.ce.gov.br/media/com_download/files/20180725144008.pdf. Acesso em: 18 fev. 2020.

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO URBANA NA REDUÇÃO DO ACÚMULO DE

RESÍDUOS SÓLIDOS PÚBLICOS EM ESPAÇOS COLETIVOS.

Francisco Bruno Monte Gomes
Francisco Thiago do Nascimento Ferreira
Sara Maria Paula da Rocha Rodrigues
Marcus Vinicius Freire Andrade

INTRODUÇÃO

Os centros urbanos vêm sofrendo ao longo do tempo inovações constantes, que impactam diretamente na vida social dos habitantes, diante disso precisamos buscar estratégias para adequar-se as novas dinâmicas e desafios das cidades.

De acordo com Torres (2001), os problemas municipais ligados à saúde, à educação, ao transporte, ao saneamento básico, entre outros, estão de tal sorte entrelaçados e entranhados, na órbita de dois ou mais municípios, sendo indispensável à adoção, pelos administradores públicos, de instrumentos operacionais e legais, como consórcios ou associações, para a otimização dos recursos municipais.

Portanto, cabe o poder público e a sociedade civil obterem senso de responsabilidade sobre o meio que habita. A Educação Ambiental é uma boa prática para o desenvolver dessa dinâmica do ser cidadão, pois nela consta um amplo leque de possibilidade para implantar métodos promissores.

Na contemporaneidade o desafio de mostrar novas formas de implementação e melhoria para a sociedade vem se mostrando mais em alta, pois o cuidado do meio se tornou uma tarefa difícil sem aplicação da Educação Ambiental.

Então, adequar-se ao novo diante da realidade local e atual é necessário, não se permite ver os espaços urbanos apenas como um local onde possa descartar resíduo e sim como espaço de convivência em comunidade prazeroso.

De acordo com Dias (2011), todas as espécies animais existentes, o ser humano é a que tem maior capacidade de adaptação e modificação do meio circundante, criando assim seu meio ambiente próprio, deste modo o ser humano sempre modificou o ambiente natural para sua melhor vivência.

Assim percebemos que municípios que adotam a revitalização como estratégia de melhoria para os centros urbanos alcança resultados positivos, pois transforma os espaços que antes eram depósitos de resíduos sólidos em pontos de Arte Urbana tornando o local mais prazeroso, pois a arte é libertadora e capaz de transformar.

Os resíduos depositados nas ruas a céu aberto atraem ratos, baratas, moscas e outros insetos que podem trazer doenças a população e com a chegada das chuvas os resíduos podem também permitir o desenvolvimento de larvas de mosquitos vetores de doenças como a dengue entre outros.

Neste sentido a revitalização destes espaços se faz necessário uma vez que resgata histórias e reconstrói patrimônio local, essencialmente na recuperação e identidade e diversidade, buscando conferir os moradores uma sensação de pertencimento ao espaço antes era percebida de forma fragmentada e compartimentada.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo fazer uma análise das ações de revitalização aplicadas em espaços públicos coletivos sofridos com a problemática do acúmulo de resíduos sólidos urbanos no município de Sobral-CE.

REVISÃO DE LITERATURA

Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil-Ceará-Sobral: Perspectivas e Desafios.

A carência dos sistemas de limpeza urbana na maioria dos municípios brasileiros se mostra fragilizado, entende-se que essa política para eles não tem importância. Os números referentes à geração de RSU- Resíduos Sólidos Urbanos revelam uma produção total anual de 78,4 milhões de toneladas no país, o que demonstra uma elevação no aumento em cerca de 1% em relação a 2016 (ABRELPE, 2017).

Em dados mais recentes também disponibilizados pela ABRELPE (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais) o montante coletado em 2017 foi de 71,6 milhões de toneladas, registrando um índice de cobertura de coleta de 91,2% para o país, evidenciando que 6,9 milhões de toneladas de resíduos não foram objetos de coleta e, consequentemente, tiveram destino impróprio.

Assim, como em alguns municípios do Brasil a política de resíduos sólidos não tem sua relevância para o poder público e para minimizar esse feito, grande maioria das populações realizam destinações clandestinas de toda a produção dos materiais sem nenhum cuidado e causado sérios problemas a sociedade, os últimos estudos e panoramas divulgados por órgãos de pesquisa e a academia de forma geral não revelam avanços no setor, tornando assim um fato extremamente preocupante.

A disposição final, tida como um dos principais pilares dos sistemas de gestão de resíduos apresenta-se, em grande parte, na forma de vazadouros a céu aberto, a pior das alternativas. Embora proibidos, ratificando tal proibição pelo artigo 47 da Lei 12.305/10, os “lixões” ainda são muito utilizados para a disposição de resíduos no Brasil (TENÓRIO; ESPINOSA, 2004, p. 163-164).

O Estado do Ceará possui uma política voltada para a gestão de resíduos sólidos urbanos (Lei Estadual n. 13.103, de 24 de janeiro de 2001), buscando promover a integração de um consórcio com 184 municípios, propondo ações de planejamento, bem como, o desenvolvimento de políticas públicas eficientes.

Levando em consideração a criação da lei, o Estado do Ceará se mostrou eficaz na elaboração de seu plano, pois se mostrou bem hábil até mesmo da lei Federal (Lei Federal nº 12.305/2010) e ser promulgada no país. Mediante as medidas tomadas foi aplicado o Índice de Qualidade Ambiental, que aplica uma porcentagem para cada município de possua uma política sobre boa prática sobre resíduos sólidos, então foram criados o Selo Verde e o Selo Municipal Verde que aplica as seguintes regras.

O Selo Verde foi criado através da Lei Estadual n. 15.086/2011, alterada pela Lei n. 15.813/2015, e regulamentado pelo Decreto n. 31.854/2015. O Selo Verde é uma certificação voluntária solicitada junto à SEMACE e possibilita uma redução de 10% (passando de 17% para 7%) na alíquota praticada em nível estadual para o empresário individual ou sociedade empresarial que utilize, em seu processo produtivo, insumos resultantes da reciclagem de resíduos sólidos.

Selo Municipal Verde foi criado pela Lei Estadual n. 13.304/2003, alterada pela Lei n. 16.1285/2016. O Selo Município Verde é uma certificação ambiental que identifica, a cada dois anos, as prefeituras cearenses que atendem aos critérios preestabelecidos de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, incentivando o fortalecimento da gestão ambiental. Dentre os critérios avaliados estão as ações para melhoria do saneamento básico dos municípios avaliados.

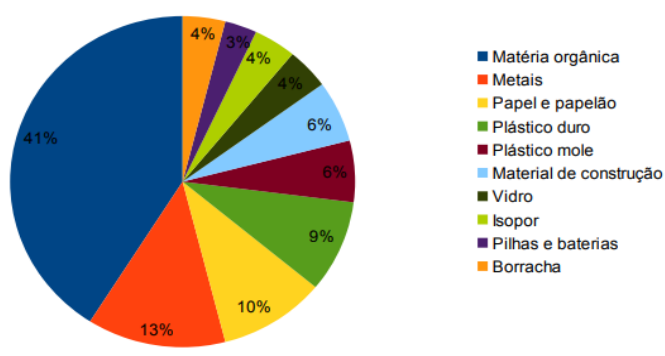
No município de Sobral, na região Norte do Estado do Ceará, possui um aterro controlado, onde todos os RSU da cidade são lá destinados, que o mesmo, faz parte da administração pública municipal.

Visando aprimorar e assim promover o atendimento das exigências legais, o município adotou a política de consórcio público, para assim poder melhorar todo o processo de gestão. Não somente Sobral, como também os municípios situados na mesma macrorregião contarão com um aterro sanitário mais eficiente e com todas as etapas necessárias para prover tal atividade.

A nova estruturação será instalada num terreno de 100 hectares na zona rural de Sobral, com poucos quilômetros da área urbana. O projeto prevê a implantação de sete estações de transferências de resíduos sólidos nos municípios de Cariré, Coreaú (sede), Coreaú (Ubaúna), Forquilha, Massapê, Pacujá e Santana do Acaraú. Esses espaços receberão e armazenarão temporariamente os resíduos das coletas em virtude da grande distância entre os centros geradores e o local de disposição final, no mapa abaixo mostra sua localização (LEITE et al., 2018).

Em relação aos dados quantitativos, o município de Sobral tem uma de produção resíduo bastante variada, de acordo com o Plano Integrado de Gestão contemplado e divulgado no ano de 2014, assim como ilustrado no gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Composição gravimétrica dos resíduos sólidos do município de Sobral-CE.



Em sua maioria, os resíduos coletados no município de Sobral são: materiais orgânicos (41%), plásticos (15%), metais (13%), papel e papelão (10%), resíduos da construção civil (6%); vidros (4%); isopor (4%); borracha (4%); e pilhas e baterias (3%).

Em Sobral, atualmente a coleta regular atende a todo o município e é desenvolvida pela Secretária de Obra, Mobilidade e Serviço Público. A uma grande porcentagem da população urbana que é atendida com frequência diária; outra parcela com frequência de duas ou três vezes por semana; e uma minoria com apenas uma vez por semana. Divulgado e bastante debatido pela prefeitura municipal calendário de coletas (figura 1), do qual, facilita todo esse processo de trabalho.

Figura 1: Calendário da coleta sistemática do resíduos do município de Sobral-CE.



Fonte: Secretária de Obra, Mobilidade e Serviço Público, 2019. Disponível: <http://secomp.sobral.ce.gov.br/calendario-da-coleta-sistemica-lixo>

Ainda conforme o plano de resíduos do município a existência de um projeto de reciclagem aplicado chamado de Coleta Seletiva Agendada com iniciativa público-privada, com o apoio da Enel (*Ecoenel*) (figura 2), funcionando com a instalação de um posto estratégico para recebimento de materiais recicláveis e todos tendo um “abatimento” em sua conta mensal de energia elétrica.

Figura 2: Ponto de coleta voluntária do projeto.



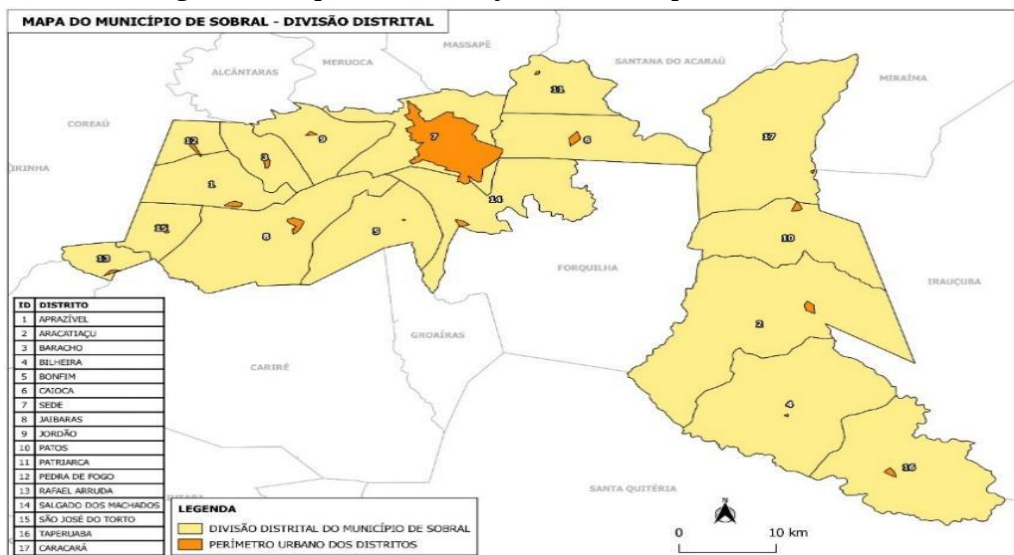
Fonte: Enel, 2019. Disponível: <https://www.enel.com.br/pt-ceara/Sustentabilidade/iniciativas/archive/ecoenel.html>

MATERIAL E MÉTODOS

Área de Estudo: Sobral (CE)

O estudo foi realizado na cidade de Sobral, que está localizada na região noroeste do Estado do Ceará, com uma população de 147.353 habitantes, com uma área de 2.123 km² (IBGE, 2010). Atualmente, estima-se que a população do município seja de 206.644 habitantes, tendo em sua estrutura urbana 17 distritos e 35 bairros. Na figura 3, observa-se a localização territorial do município.

Figura 3: Mapa de localização do município de Sobral-CE.



Fonte: SEUMA, 2019.

Procedimentos metodológicos.

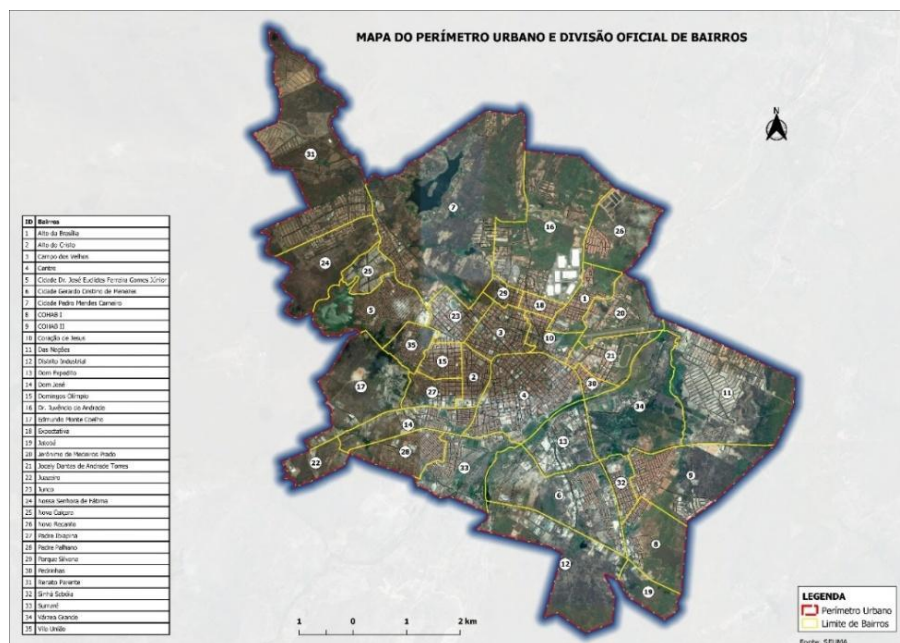
O referido trabalho é constituído de uma abordagem quali-quantitativa. O estudo foi baseado em primeiro momento na realização de um resgate bibliográfico fundamentado na busca em revistas, jornais, artigos científicos e capítulos de livros sobre temáticas específicas baseadas em gestão de resíduos sólidos e educação ambiental.

Posteriormente foi necessário realizar trabalhos de campo, onde foi executada uma entrevista estruturada com técnicos do município de Sobral, servidores ativos da Secretaria de Obras, Conservação e Serviços Públicos, do qual, teve como objetivo investigar o papel do poder público na gestão dos resíduos sólidos urbanos, bem como, a atual política urbana de revitalização dos espaços afetados pela disposição inadequada de resíduos. Além disso, buscando compreender os atuais e futuros desafios do setor. As perguntas proferidas foram: quantos pontos com acúmulo de resíduos têm atualmente em Sobral? Quantos pontos já foram revitalizados? Quais os projetos e programas que atualmente a secretaria e a prefeitura desenvolvem para minimizar essa problemática? Como é esperada a política de cobrança pela a taxa por emissão irregular de resíduos (multa)? Os pontos revitalizados continuam até hoje sem resíduos? Tais questionamentos também são desenvolvidos ao longo da discussão dos resultados.

Em seguida, como as etapas finais do trabalho foram realizados acompanhamentos de campo em três bairros: Centro(4), Alto da Brasília (1) e Alto do Cristo (2), os três são bairro da periferia de Sobral (*numeração no mapa. Figura 4*), pois diante a secretária que faz a fiscalização dos espaços públicos e resíduos sólidos aponta que esses bairros são “famosos” por

possuírem elevados pontos com acúmulo de resíduos sólidos e por onde o projeto de revitalização passam.

Figura 4: Sede Sobral, dividido por bairros.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para consolidação dos resultados do presente estudo foi necessário realizar uma entrevista estruturada com técnicos da Secretaria Municipal de Sobral de Obras, Conservação e Serviços Públicos.

Diante ao diálogo foi levantado a Política Municipal de Meio Ambiente, que foi votado em plenário na Câmara dos Vereadores de Sobral o projeto de Lei 17-89, votada e aprovada no dia 04.11.2018, que no dia 04 de março do ano vigente, pois a mesma irá ser aplicada no município.

Os principais resultados, através das falas dos responsáveis mostraram que o município adotará a iniciativa de *Ecopontos*. Atualmente, está sendo concluída a construção de uma central de reciclagem para seleção de resíduos, sendo três espaços na grande Sobral e outros situados nos bairros da Expectativa, Dom José, Sinhá Sabóia. Nesses pontos, haverá catadores de material reciclado que, atualmente, estão em treinamento e todos devidamente cadastrados junto ao município.

A expectativa do órgão público com relação à temática de resíduos, é que o município reduza gradativamente todos os materiais que a população produz, e com essa nova política gestão serão adotadas as premissas de fiscalizar e notificar as pessoas que descartem seus resíduos em pontos inadequados que estão situados nos espaços urbanos, prevalecendo à política de aplicação de multas. Diante ao que foi citado acima, no momento das entrevistas foram levantadas discussões acerca do atual processo de revitalização dos espaços públicos em que a cidade de Sobral está passando. Foram questionados sobre: “*Quantos pontos de acúmulo de resíduos tem em Sobral?*”.

As respostas foram claras e objetivas. Atualmente estão registrados cerca de 390 pontos com acúmulos irregulares, onde 275 são terrenos particulares. Tais dados evidenciam que a política

de conservação que são aplicadas no Município de Sobral que a revitalização de espaços públicos e cuidados com resíduos sólidos são inexistentes nesses espaços particulares. Em questão sobre as políticas públicas do município, foram interrogados sobre a revitalização dos espaços públicos. No período de sete meses foram revitalizados 27 pontos. Em todos esses locais utilizaram-se de materiais reciclados e com o apoio da comunidade, A única coisa que pode ser levantada como aspectos quantitativos de valores gastos-custos estiveram relacionados à quantia da pintura, com estimativa de 300 reais. Nas figuras 5, 6, e 7 observa-se o processo de readequação dos bairros visitados.

Figura 5: Centro de Sobral. A-sem revitalização; B-com revitalização.



Fonte: Prefeitura de Sobral, 2017.

Fonte: Autores, 2019.

Figura 6: Alto da Brasília. (A)-sem revitalização; (B)-com revitalização.



Figuras 7: Bairro Alto do Cristo. (A)-sem revitalização; (B)-com revitalização.



Fonte: Autor, 2019.

Em falar sobre os espaços revitalizados, foi levando uma pergunta: “*Esses espaços que foram renovados ainda são ponto de acúmulos?*”. Porém, foi salientado que esses processos de readequação dos espaços ainda não suficientemente para a total resolução da problemática, se

fazendo cada vez mais necessário uma rede de trabalho conjunto entre comunidade e poder público, trabalhando conjuntamente em prol da melhoria e redução desses dilemas.

Quando indagados sobre: “*Quais seriam os projetos e programas em que a prefeitura e secretaria focalizam para minimizar essa problemática?*”. Foram citados alguns programas que integram a relação comunidade e escola, foram eles: *Sobral Quem Ama Cuida, Escola Maior Limpeza, Minha Rua e a Maior Limpeza* e entre outros. Para tudo isso a Educação Ambiental tem que ser constante e intensificada.

CONCLUSÕES

O referente artigo tratou sobre o processo de revitalização urbana de pontos de convivência coletiva localizados na cidade de Sobral-CE, que antes eram impactados pelas disposições irregulares de materiais em desuso, diante da situação foi adotada como estratégia a revitalização destes espaços resgatando, a boa convivência.

A educação ambiental contribui de forma exitosa com sua dinâmica de aprendizagem e fórmula conceito para uma boa convivência com o todo, incluído população e poder público em prol de uma boa convivência com o meio ambiente. Quanto ao processo de revitalização, pode-se dizer que seja e tenha sido a estratégia mais adequada para definir todos os tipos de revitalização urbana, pois é uma ação necessária, para a recuperação de áreas urbanas degradadas.

A sociedade capitalista levou à existência de grupos, seja pela pobreza ou pela falta de lei, a requalificação urbana não inclui estes, mas inclui uma classe social que tem sido também prejudicada a partir do último do século. Enquanto não houver projetos políticos que pratique uma educação voltada ao meio ambiente, continuar que perdidos em meio a esse caos ambiental.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2017**. Disponível em: www.abrelpe.org.br/noticia_destaque_panorama.php. Acesso em: 15 de fev.2019.

BRASIL. Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico**; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: [\[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm\]](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm). Acesso em: 20 de fev. 2019.

_____. Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: [\[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm\]](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 20 de fev.2019.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011. 2 ed. 232 pag.

LEITE, L.S.; LIMA, I.M.; FALCÃO, P.M.S.; MEDEIROS, M.A.C.; NASCIMENTO, A.P.; OLIVEIRA, G. **Avaliação do gerenciamento de resíduos sólidos do município de Sobral-CE.** Fórum Internacional de Resíduos Sólidos. Anais ISSN: 2527:1725. Disponível em: <http://institutoventuri.org.br/ojs/index.php/firs/article/view/797>. Acesso em 18 de fev. 2019.

Política Estadual de Resíduos Sólidos-Ceará. Disponível em: <https://www.cidades.ce.gov.br/politica-estadual-de-residuos-solidos>. Acesso: 26.02.2019.

SORRETINO, M.; TRAJBER, R.; MEDONÇA, P.; JUNIOR, F, A, L. **Educação ambiental como política pública.** ISSN 1678-4634. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200010. Acesso: 18 de fev. 2019.

TENÓRIO, J. A. S.; ESPINOSA, D. C. R. **Controle Ambiental de Resíduos.** In: PHILIPPI Jr, A.; ROMÉRIO, M. de A.; BRUNA, G. C. Curso de Gestão Ambiental. Barueri, SP: Manole, 2004, p. 155-211.

TORRES, L. A. G. **Consórcio Intermunicipal.** In: **Consórcio: uma forma de cooperação intermunicipal.** São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima-CEPAM. Unidade de Políticas Públicas-UPP, 2001. v.1, n. 2.

INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NA ZONA INDUSTRIAL DA AV. FRANCISCO SÁ

Alexsandra M. V. Muniz
João Marcos Tavares Cabral

INTRODUÇÃO

O processo de industrialização é um importante indutor de transformações no espaço urbano, assim a análise da dinâmica do espaço urbano-industrial é essencial dada à carência de estudos desta temática, se fazendo necessário o resgate histórico e análise do desenvolvimento da indústria no Ceará para entender os diferentes contextos que impulsionaram inúmeras mudanças e as relações socioespaciais construídas ao longo do tempo até os dias atuais. Desta forma, o desenvolvimento desta pesquisa possibilita analisar os processos dialéticos passados e presentes voltados às demandas do espaço da produção industrial.

128

O ponto de partida deste artigo foi um problema definido com o questionamento acerca de quais os impactos socioespaciais causados pelo desenvolvimento da atividade industrial na capital.

Assim, o presente artigo buscará explicar sobre o processo de industrialização no eixo industrial Avenida Francisco Sá, na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, com o intuito de apresentar as motivações de essa localidade ter se tornado um polo industrial, permeando todo um contexto histórico no Estado do Ceará passando pela sua consolidação de eixo industrial, até o que temos hoje.

Acerca do desenvolvimento metodológico deste estudo, realizou-se através de pesquisa bibliográfica, estatística e de campo. Deste modo, foram geradas tabelas, gráficos e mapas temáticos, além da realização de entrevistas e registros em diário de campo e registro fotográfico com visitas em indústrias.

ESPAÇO E INDÚSTRIA

Ao mesmo tempo em que permanece a participação no quantitativo industrial, à metrópole fortalezense não se firma como polo industrial. Acompanhando a tendência mundial, a Capital, assim como o Estado do Ceará, revela o destaque no setor de serviços.

Outrossim, a autonomia do setor financeiro não pode ser senão relativa, já que o capital que se valoriza na esfera financeira tem origem na esfera produtiva. Embora Fortaleza não se destaque no PIB industrial, mas no de serviços é na Capital onde tem maior concentração de indústrias.

A facilidade de escoamento da produção e a proximidade do mercado consumidor são fatores preponderantes no destaque de Fortaleza no quantitativo industrial, uma vez que de um total de 44.479 indústrias ativas no Estado, 21.230 se encontram na capital em 2016, acompanhada pelos municípios de Caucaia (2.263), Maracanaú (2.026), Juazeiro do Norte (1.551). Destas se sobressaem as de transformação com mais de 80% do quantitativo industrial, seguida da construção civil com pouco mais de 10% e da extrativa mineral e de utilidade pública com quase 1%. Para as indústrias de transformação, os setores com maior número de indústrias foram o de vestuário, calçados, artefatos, tecidos, couros e peles com quase 40%, seguido do setor de produtos alimentares (16%), setor de metalurgia (7%) e o setor de produtos de minerais não metálicos (5%).

Fortaleza, além da concentração demográfica (sendo a maior cidade do Ceará em população e a quinta cidade brasileira, com população estimada em 2018 de 2.643.247 hab. em uma área de 313,140 km², apresentando a maior densidade demográfica entre as capitais do país, com 8.390,76 hab/km² de área), centraliza os investimentos da RMF (Região Metropolitana de Fortaleza), mesmo com a extensão do tecido urbano e a descentralização que acompanha a lógica global. (MUNIZ, 2015, p. 5).

Assim, mesmo com a criação do Distrito Industrial de Maracanaú, em 1963, e mais recentemente do Complexo Industrial e Portuário do Pecém/CIPP, percebe-se que a atividade industrial continua concentrada na Capital, considerando-se que Fortaleza apresenta as melhores condições de mobilidade, escoamento da produção, existência de serviços, proximidade ao mercado consumidor, disponibilidade de mão de obra qualificada, entre outros. Entretanto, o ritmo de participação dos demais municípios da RMF no PIB industrial tem crescido.

A análise dos dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e à Estrutura Setorial evidencia essa “migração” e desconcentração da atividade industrial na RMF, sendo necessário destacar que embora os incentivos fiscais, financeiros e demais atrativos locais tenham corroborado para a desconcentração da atividade produtiva na RMF, Fortaleza ainda concentra a maior parte dos investimentos e a maior representatividade no PIB metropolitano.

De acordo com a análise dos dados do IPECE referentes ao PIB, em 2014, dos dezenove municípios que compõem a RMF, seis estão presentes na lista dos dez maiores PIBs do Ceará, os quais são Fortaleza (1^a), Maracanaú (2^a), Caucaia (3^a), Eusébio (6^a), Aquiraz (7^a) e São Gonçalo do Amarante (8^a). Além disso, Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Eusébio, Aquiraz e São Gonçalo do Amarante representavam, respectivamente, 46,10%, 5,48%, 4,48%, 2,02%, 1,30% e 1,23% do PIB cearense.

Ao representar 66,67% do PIB cearense, em 2014, Fortaleza ainda possuía a maior representatividade do PIB tanto no âmbito estadual, como no âmbito metropolitano. Além de possuir o maior PIB (R\$ 56.728.828 mil), a cidade apresentava as melhores condições de infraestrutura, a maior população do estado e atraía uma maior concentração dos investimentos produtivos, embora esteja em voga o processo de descentralização que acompanha a lógica mundial (MUNIZ, 2015).

No que diz respeito à Estrutura Setorial da RMF, em 2014, São Gonçalo do Amarante (50,15%), Horizonte (46,37%), Eusébio (44,41%), Maracanaú (42,31%) e Trairi (41,19%) apresentavam um PIB industrial superior ao de Fortaleza (16,62%) e ao do Estado do Ceará (19,2%). Ainda no referido ano, das 35.573 empresas industriais ativas no Ceará, 24.423 encontravam-se na RMF, representado 68,65% do total. Apesar da desconcentração industrial, a maior parte desses estabelecimentos estava concentrada em Fortaleza, a qual apresentava 17.373 (48,63%).

Ademais, foi possível perceber a concentração de empresas industriais ativas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e, mais especificamente, em Fortaleza, com base na espacialização de dados quantitativos em mapas temáticos.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, o Estado do Ceará apresentava uma população estimada de 9.020.460 pessoas, em uma área

territorial de aproximadamente 148.887,633 km², apresentando uma densidade demográfica de cerca de 56,75 habitantes por quilômetro quadrado. No entanto, ao analisar-se dados referentes a Região Metropolitana de Fortaleza, percebe-se que esta concentra quase metade do contingente populacional do Estado, com uma população estimada de 4.051.743 habitantes (44,91%).

No âmbito da RMF, a concentração na capital, Fortaleza, é ainda maior, pois apresenta uma população estimada de 2.627.482 habitantes (64,84%), demonstrando o seu crescimento notadamente macrocefálico (COSTA, 2005). Segundo a autora, “durante a década de 60 migraram para Fortaleza 222.796 pessoas [...]. O esvaziamento do campo explica a predominância da população urbana sobre a rural no Ceará. Em 1980, 53,15% [...] da população [...] viviam nas cidades” (COSTA, 2005, p. 77), ao passo em que no ano 2000, este índice urbano já atingia 71,5% da população total do Estado. Ademais, vale a pena destacar que a população cresceu em todos os municípios da RMF no decorrer dos últimos anos.

Referida densidade populacional proporciona, segundo Muniz (2014), vantagens e desvantagens na RMF. Dentre as vantagens, vale destacar a existência de uma economia de aglomeração, na qual se verifica a concentração de estabelecimentos empresariais, industriais, ampla gama de produtos e serviços, mercado consumidor pujante e grande variedade de produtos. Entretanto, ao mesmo tempo têm-se desvantagens como insegurança crescente, o aumento das disparidades socioespaciais, emprego insuficiente para boa parte da população que vive em situação de vulnerabilidade e certa desarmonia entre a oferta e a demanda de serviços essenciais como educação, saúde, transporte, segurança, moradia etc.

Dentre os municípios da RMF com maior contingente populacional, vale a pena destacar Fortaleza (64,84%), Caucaia (8,94%), Maracanaú (5,55%), Maranguape (3,12%) e Pacatuba (2,04%). Contudo, apesar de concentrar a maior parte da população, o que se verifica é que no interim entre os anos de 2000 e 2010, o ritmo de crescimento populacional de Fortaleza diminuiu em decorrência de motivos como:

[...] a valorização do solo urbano e a especulação imobiliária que afastam para os limites dos municípios vizinhos as populações de baixa renda; as políticas públicas habitacionais que geram a multiplicação de conjuntos habitacionais populares nas zonas periféricas à capital e a realocização das indústrias na RMF que, estimuladas pelos benefícios fiscais e pela implantação de equipamentos urbanos, transferiram-se ou situaram-se em municípios vizinhos a Fortaleza (DANTAS & PEREIRA, 2009, p. 44).

Consequentemente, observamos o redimensionamento do processo de urbanização a nível da metrópole, o que confere à organização espacial da RMF uma multiplicidade de transformações, haja vista o desenvolvimento das técnicas de transporte e comunicação que implicam numa maior mobilidade de capital, de mercadorias, de pessoas e bens, alterando, ainda, as funções que determinados municípios possuíam e reforçando o papel de comando de Fortaleza diante das novas funções atribuídas aos dezenove (19) municípios da RMF.

Assim, embora pareça perder funções, Fortaleza tem sua capacidade de comando intensificada, pois a cidade se especializa no setor terciário e ainda constitui o principal ponto de convergência de fluxos, apresentando melhor infraestrutura urbana e grande mercado consumidor. Dantas e Silva (2009, p. 18) classificam o processo de expansão de Fortaleza a partir da combinação de “desconcentração, expansão e adensamento em torno do desenho de novas centralidades no território da metrópole, como também de complexo porto-industrial e eixos litorâneos”.

Possuindo um crescente conjunto de estradas estaduais e federais, grande parte da RMF é cortada por citadas vias que facilitam o fluxo de mercadorias, matéria-prima, pessoas e bens, os quais não ficam restritos apenas ao espaço metropolitano, como também ao espaço estadual, nacional e transnacional, tendo em vista a própria construção e ampliação de portos e aeroportos. Outrossim, além de mudanças em objetos, percebe-se transformações de ordem social, com a construção de conjuntos habitacionais, escolas, postos de saúde, hospitais etc., e transformações de ordem econômica, como a inauguração de fábricas, resorts, lojas varejistas, serviços e outros equipamentos que impulsionam o rendimento econômico da RM.

O quantitativo de indústrias que se encontra nos 19 municípios que compõem a RMF nos faz afirmar que está ocorrendo um espraiamento industrial para além da capital, reforçando a metropolização em curso não somente pela presença das indústrias nas cidades que compõe a região metropolitana, fortalecendo o discurso da política de industrialização acerca da dispersão das atividades produtivas, mas isto ocorre, sobretudo, por serem os municípios da RMF espaços da produção e reprodução no processo de acumulação do capital.

131

O destaque do PIB industrial na RMF sobre o quantitativo Estadual também é na capital Fortaleza com 37,51% do PIB metropolitano, apresentando crescimento, uma vez que chega em 2016 com 38,76%, acompanhado também do crescimento em municípios como Caucaia que de um PIB industrial em 2006 de 5,57% passa a 5,30%, Maracanaú de 13,09% passa a 10,74%, SGA de um PIB industrial de 0,16% passa a 4,73%, Eusébio de 3,67% passa a 4,44%, Horizonte de 3,08 % passa a 2,28% , ou seja, os dados só evidenciam o reforço da capacidade de comando da capital, pois a medida que os municípios da RMF crescem industrialmente, continuam dependentes do abastecimento e suprimento de serviços de Fortaleza.

Para entender o desenvolvimento industrial hoje no território cearense e em particular em Fortaleza, faz-se necessário tecer algumas considerações acerca de como se deu a industrialização no Estado, é o que se propõe adiante, enfatizando-se a escala da capital e notadamente a zona industrial da Francisco Sá.

FRANCISCO SÁ: A PRIMEIRA ZONA INDUSTRIAL DO CEARÁ

O processo de industrialização no Estado do Ceará se dá em três fases conforme Amora (2005) que correspondem a momentos distintos da divisão internacional e nacional do trabalho: o primeiro inicia-se no final do século XIX e estende-se até os anos 1950; o segundo compreende os anos 1960 até meados da década de 1980, quando começa um terceiro período, ainda em curso.

O primeiro período está relacionado à economia no nosso Estado caracterizada pela origem agrícola e pecuária da nossa matéria-prima, destacando-se indústrias do ramo têxtil, óleo vegetal e couro e pele. Convém salientar que, a capital ainda não figurava como grande polo de escoamento e produção dos produtos em questão, neste contexto, vilas como Sobral, Aracati e o Cariri cearense, apareciam como expoentes importantes.

Isso se dava muito em função do que se compreende como estado do Ceará hoje, outrora era província do Estado de Pernambuco, como afirma Costa (2005), “Fortaleza, até o desmembramento do Ceará da província de Pernambuco, em 1799, era uma vila pobre, sem nenhuma importância econômica.”, até a capital cearense se tornar o que é hoje, um polo econômico e administrativo, o caminhar foi longo, daí a explicação de Fortaleza nesse primeiro

período não ser tão significativa no que tange respeito das principais atividades econômicas e industriais em nosso Estado.

Um significativo acontecimento em escala mundial que influenciou o nosso estado ser um expoente no beneficiamento de algodão foi a Guerra da Recessão nos Estados Unidos da América.

Conforme Nobre (2001), a industrialização, que não se restringe exclusivamente às fábricas de fiação e tecelagem neste período, decorre de vários fatores, sendo eles: os saldos do comércio externo acumulados na fase de alta dos preços do algodão, os excedentes gerados com a venda de escravos para outras províncias e ainda a assistência financeira do Governo Federal por ocasião da grande seca de 1877.

132

Na perspectiva de Aragão (2002, p. 71), outros fatores que impulsionaram o investimento na indústria têxtil,

Têm que serem levados em consideração, tais como a questão do preço desse produto no mercado, a criação de uma infraestrutura capaz de sustentar a produção e comercialização do produto, incluindo aí o próprio papel do Estado e, sobretudo, as possibilidades de acumulação de capital oriundas da comercialização do algodão.

Vale ressaltar outra característica no período em questão, que é “a predominância do capital local na implantação das primeiras indústrias” (AMORA, 2005), que se analisarmos de maneira minuciosa, demonstrará também o fato dos mesmos donos das indústrias serem os donos de comércio, ou seja, atividades econômicas especificadamente concentradas em uma minoria, por muitas vezes perpetuada por famílias tradicionais da região.

Neste percurso, até a década de 1970, a maior concentração industrial localizava-se nos bairros Mucuripe, Parangaba, na Avenida Francisco Sá e bairros ao longo desta, como também no entorno da via férrea, atraindo grande contingente de migrantes. O crescimento da Zona Industrial da Francisco Sá deu-se de maneira espontânea e não obedeceu a nenhum planejamento urbanístico.

Assim, as primeiras indústrias na primeira metade do século XX se instalaram ao longo da Av. Francisco Sá que se estende desde o bairro Jacarecanga até a Barra do Ceará, esta avenida durante as décadas de 1960 e 1970 foi um dos espaços mais industrializados da cidade.

Durante o surgimento das primeiras indústrias, a população era atraída vagarosamente e os próprios industriais construíam as moradias dos seus operários mais permanentes, devido a escassez de mão de obra. Assim nasceram a Vila São José (Filomeno Gomes), o conjunto José Pinto do Carmo e a Vila dos Ferrovários. Os menos especializados e mais modestos levantavam seus barracos nos areiais com palhas de coqueiro e caixões das embalagens de máquinas vindas da Inglaterra para as indústrias de então. (LIMA, 2014, p. 120).

Esta zona industrial cresceu fortemente, em particular, por conta das indústrias têxteis e de extração de óleos vegetais. Essa concentração industrial na zona oeste da cidade estava relacionada com a presença da via férrea, que realizava o escoamento da produção agropecuária e atraiu a fixação de estabelecimentos fabris. Segundo Lima (2014, p. 149),

A via férrea, aliás, foi uma das razões do despertar daquela região para a atividade industrial. Em segundo lugar, os custos logísticos caíam expressivamente com um número maior de companhias localizadas em uma mesma rota de entrega, além, é claro, de abundância de mão de obra na região.

Na disposição espacial da zona industrial da Francisco Sá, tinha-se a intenção da fumaça das chaminés das fábricas serem levadas para o mar e não para os casarões da burguesia.

Ao longo da Av. Francisco Sá tem-se o bairro Jacarecanga, um bairro nobre, que abrigava a elite de comerciantes e industriais, onde podemos ainda encontrar em sua paisagem urbana a presença de alguns casarões remanescentes daquele período.

Podemos elencar nesse período a figura da cidade de Fortaleza mais concretizada no âmbito econômico e administrativo do Estado do Ceará, nesse contexto a cidade já passava por transformações significativas no seu interior, como a locomoção populacional e industrial, em que muitos asseguram que a cidade passou a se dividir em duas partes,

A bibliografia desta temática fala de uma cidade que se divide em duas: parte leste e parte oeste. A primeira caracteriza-se como zona de habitação nobre, na qual se concentra, cada vez mais, as atividades comerciais e administrativas. A segunda se reforça como lugar de habitação das classes menos abastadas (acompanhando a estrada de ferro se concentrado ao lado das indústrias) e permanece completamente dependente do Centro. (DANTAS, 2011, p. 51.)

A partir da afirmação acima podemos observar uma divisão da cidade a parte a leste compreende os bairros da Aldeota e Meireles e a parte a oeste compreende a Praia do Pirambu e a Barra do Ceará.

A atividade industrial cearense, através dos incentivos da SUDENE, é impulsionada após a década de 1960. A instalação do I Distrito Industrial no Ceará, no que viria a ser o município de Maracanaú, alterou a dinâmica industrial da capital, uma vez que muitas fábricas que antes estavam localizadas em Fortaleza, notadamente nas “antigas zonas industriais” representadas pela Avenida e bairros de seu entorno, os bairros Antônio Bezerra, Mucuripe e Parangaba, passam a se localizar em municípios vizinhos a capital.

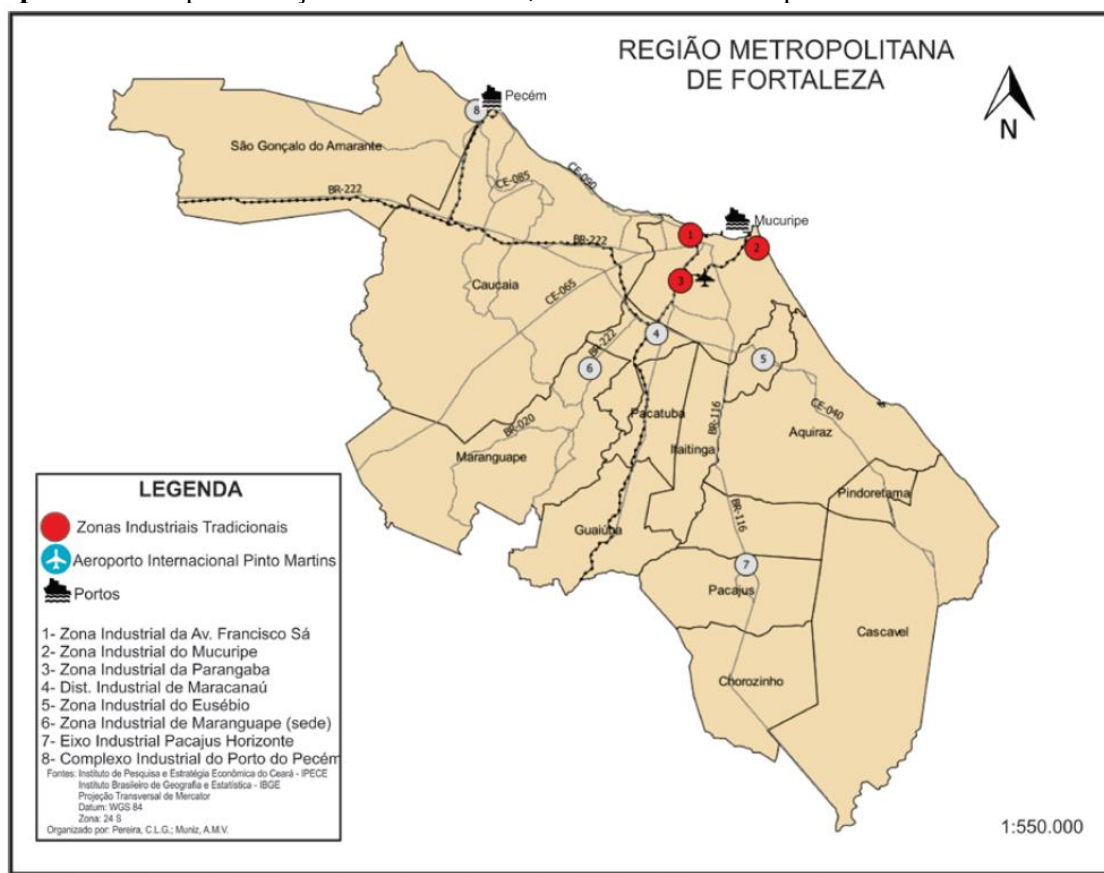
Como a Av. Francisco Sá que foi a primeira zona industrial do Ceará vem passando ao longo do tempo por inúmeras transformações socioeconômicas e espaciais é o questionamento norteador do presente artigo.

Fortaleza que tinha primordialmente papel administrativo, comercial e de prestadora de serviços, com o crescimento industrial, amplia suas funções. Como supramencionamos até a década de 1970, a maior concentração industrial localizava-se nos bairros Mucuripe, Parangaba e Jacarecanga, neste último ao longo da Avenida Francisco Sá e no entorno da via férrea, atraindo grande contingente de migrantes para os bairros vizinhos.

As antigas zonas industriais da Capital passaram a dividir espaço com outros espaços atrativos, diante da atuação planejada do Estado por meio da SUDENE (34/18 e posteriormente FINOR), que ofereceu incentivos fiscais e financeiros para implantação de indústrias em municípios, como Maracanaú.

As zonas industriais podem ser visualizadas, a seguir, onde as dividimos em zonas industriais tradicionais e as atuais, às quais se somam um eixo e um complexo, a saber: as zonas industriais tradicionais as zonas industriais tradicionais compreendia os bairros no entorno e a própria av. Francisco Sá; Mucuripe e Parangaba. Já as atuais zonas industriais são o Distrito Industrial (DI) de Maracanaú; a Zona Industrial do Eusébio; a Zona Industrial de Maranguape; além disto, temos o Eixo Industrial de Pacajus e Horizonte e o Complexo Industrial do Porto do Pecém.

Mapa 1- Espacialização das Zonas, Eixo e Complexo Industrial da RMF.



A seguir nos deteremos a tecer maiores considerações para fins deste estudo quanto à zona industrial da Av. Francisco Sá.

A avenida que tem o nome do engenheiro, jornalista e político Francisco Sá tem início após a av. Coronel Carvalho, na Barra do Ceará, bem próximo ao Rio Ceará, a Av. Francisco Sá se estende por cerca de 5 km passando por diversos bairros desde a Barra do Ceará termina na esquina com a Avenida Filomeno Gomes, na Jacarecanga.

Diógenes (2012), fala um pouco como se deu o processo de industrialização da Avenida Francisco Sá:

Em Fortaleza começou a se formar uma zona industrial de maior expressão, nas imediações da av. Francisco Sá, na zona oeste, viabilizado pela presença do transporte ferroviário e pelo aumento da concentra de fluxo (de pessoas, de mercadoria, de informações e etc.) na Capital. A atividade então era associada aos ramos tradicionais de beneficiamento do setor primário (extrativismo, agricultura e produtos alimentares), além de couros e peles e, posteriormente de calçados e confecções. (Diógenes, 2012, p.105)

Como afirmamos anteriormente o estabelecimento de indústrias ao longo da av. Francisco Sá não ocorreu a partir de um planejamento urbano e assim a projeção daquela área sofreu um grande problema com o crescimento populacional, os fatores que favoreceram a implantação industrial foram à localização geográfica, a logística para o escoamento da produção e o valor e tamanho dos terrenos.

A zona industrial da Francisco Sá se expande do leste para o oeste, porém o escoamento dos produtos se deu principalmente pela proximidade com a linha férrea, que distribuía as

mercadorias através do Porto, acelerando assim o processo de exportação, outra consequência de estar próxima a ferrovia Muniz (2011) apresenta que é a presença de migrantes.

A zona industrial da Francisco Sá inicia o seu processo de formação na década de 1920, quando a mesma passa a ser uma expansão do bairro da Jacarecanga.

O bairro da Jacarecanga nesse período era um bairro nobre da capital cearense, por conta do êxodo da burguesia do centro da cidade, a escolha dessa burguesia por essa região da cidade se dá principalmente pela localização privilegiada que a mesma tem, onde essa está tão próxima da praia que o clima é ameno e arejado, outro ponto fundamental para escolha dessa região como refúgio dessa população abastada foram os vários espaços vazios que poderiam ser ocupados por casarões, que se assemelham a edificações europeias do mesmo período.

Figura 1 - Casarão da Família Alencar Gadelha.



Fonte: Blog Fortaleza Nobre.

Os moradores dessa área eram principalmente, aristocratas, fazendeiros, profissionais liberais e políticos; sendo assim quando se iniciou o processo de industrialização as oligarquias familiares, dominaram essa primeira invertida e os primeiros produtos eram charutos, carroças, couro e peles e produtos para a construção civil.

Em seu início, a via é predominantemente residencial, com alguns casarões dos anos 1930, assim como apartamentos.

Como Pedro Philomeno foi um ícone industrial da Francisco Sá vale ressaltar que segundo o site da FIEC (Federação das indústrias do estado do Ceará), Pedro Philomeno Ferreira Gomes foi um sobralense que transformou a relação que a capital tinha com a indústria.

No ano de 1904, mudou para o Rio de Janeiro para trabalhar com seu irmão no comércio, com dezenove anos volta a capital e se torna sócio do seu pai na firma Philomeno Gomes & filho, seu pai trabalhava principalmente com a produção de cigarro, quando ele passou a liderar sozinho, a firma passou para outras atividades como a usina de algodão, de caju e imobiliário.

Na produção têxtil a fábrica São José, foi algo novo no Ceará, pois a mesma foi uma das primeiras a utilizar máquinas mecânicas importadas o que acelerou a produção e trocou o uso dos convencionais teares de madeira.

Podemos afirmar que esse empreendedor pensou à frente de seu tempo, pois mesmo sem a legislação ambiental que obriga as empresas a replantarem, o empresário tinha essa prática quando retirava árvores para a produção imobiliária e numa iniciativa que visava mais o desempenho financeiro que propriamente social o mesmo criou vilas para os trabalhadores estarem mais próximo da indústria e assim melhorar seu desempenho.

Permanece a participação da família Philomeno na construção do Centro Fashion Fortaleza onde um dos principais investidores foi Francisco Philomeno Neto, dono da construtora Preferencial. O que deixa claro que apesar de não mais produzirem no ramo têxtil, atualmente, a família investe no ramo do comércio de confecção. Além desse ramo, a família ainda investe no setor imobiliário onde na atual Vila São José foram construídas duas torres residenciais. De fato, a família Philomeno Gomes ainda permanece com a pluralidade nos investimentos. Além da família Philomeno, a Prefeitura de Fortaleza e a Construtora Marquise investiram no empreendimento caracterizando-o como uma Parceria Público-Privada.

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA AV. FRANCISCO SÁ E A REFUNCIONALIZAÇÃO DE ANTIGOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS

136

Através da política de incentivos fiscais e com a construção de pólos e distritos industriais, as indústrias foram se alocando em outras cidades do estado, ocorrendo, conseqüentemente, o esvaziamento das zonas industriais de Fortaleza, mais precisamente da Av. Francisco Sá. Aliado a esses dois fatores, acrescenta-se a Legislação urbana e ambiental, que dificultava a instalação de fábricas com elevados teores de poluição.

Esse fato pode ser constatado durante trabalhos de campo ao antigo eixo industrial, em que antigos estabelecimentos industriais estão agora, ou abandonados servindo de abrigo para criminosos, consumidores de drogas e pontos de prostituição, ou colocados à venda para darem lugar aos setores de comércio e serviços.

A incipiente desconcentração industrial que ocorre na RMF é responsável, ainda, por suscitar transformações de ordem espacial, fazendo com que seja possível observar a refuncionalização de espaços que outrora foram predominantemente de atividade industrial, mas que atualmente apresentam também comércio, serviços, condomínios residenciais, entre outras atividades.

Ressalta-se que a indústria metropolitana é mais ligada à produção de alimentos e bebidas, têxtil e confecções, embora investimentos crescentes venham sendo realizados na indústria pesada, com destaque para o CIPP.

As indústrias na Avenida Francisco Sá, segundo entrevista com morador local, foram aos poucos falindo ou mudando suas instalações para cidades que ofereciam incentivo fiscal. O que antes era um polo industrial foi aos poucos tomando forma de avenida comercial.

Durante a entrevista com senhor Francisco, de 87 anos e que mora próximo à avenida há 43 anos, foram citadas algumas das importantes indústrias que antes estavam instaladas na Avenida Francisco Sá e que depois foram transferidas, sendo elas a Esmaltec (metalurgia), IPLAC (plásticos), Vilejack Jeans (roupas).

Durante a realização do campo, pudemos observar que permanecem na avenida uma série de fixos voltados para alocação (SINE- passou para vaptvupt no Ant. Bezerra, com acesso pela Av. Coronel Carvalho que é continuidade da Av. Francisco Sá) e capacitação de operários (SENAI), além de serviços de assistência médica e educacional (SESI) para operários e seus dependentes.

Além do SENAI e SESI podemos encontrar na av. vários estabelecimentos de saúde, como Hospital Infantil e Hospital Fernandes Távora, como pode ser vista a localização na avenida na imagem a seguir:

Mapa 2 - Especialização de Fixos da Avenida Francisco Sá e Entorno

É assim que antigos espaços industriais, hoje, passam a serem espaços de especulação imobiliária para ocupação residencial.

Além dos conjuntos habitacionais populares, onde se alocam as famílias de baixa renda ocorre uma requalificação dos bairros ao longo da Avenida e, com a crescente especulação imobiliária, surgem condomínios residenciais, como pode ser visto nas imagens a seguir:

Habitação no Eixo da Avenida Francisco Sá:

Figura 2 – Rua Irapuã, Barra do Ceará, Fortaleza/CE. **Figura 3** – Residencial Passaredo, Barra do Ceará, Fortaleza/CE.



Fonte: Cabral, 2019.

Figura 3 – Condomínio Residencial Localizado na Barra do Ceará.



Fonte: Cabral, 2019.

Figura 4 – Habitações Localizadas em Viela nas Proximidades da Avenida Francisco Sá.



Fonte: Cabral, 2019.

Figura 5 – Área Habitacional na Avenida Francisco Sá.



Fonte: Cabral, 2019.

Já após a Av. Pasteur, o comércio e serviços toma conta, com lojas de móveis, supermercados, bancos, escolas.

Comércio no Eixo da Avenida Francisco Sá:

Figura 6 – Comércio Variados na Avenida Francisco Sá – Soluções para Incêndios, Comércio de Peças e Serviços Automotivos etc.



Fonte: Cabral, 2019.

Figura 7 – Antiga Loja Rabelo e Galpão da Mesma Empresa.



Fonte: Cabral, 2019.

Figura 8– Shopping Carlito Pamplona.



Fonte: Cabral, 2019.

Educação no Eixo da Avenida Francisco Sá:

Figura 9 – EMTI Aldemir Martins. **Figura 10**– EMEIF Dois de Dezembro.



Fonte: Cabral, 2019.

140

Ocorre uma requalificação dos bairros ao longo da Avenida e, com a crescente especulação imobiliária, surgem condomínios residenciais e, também existem os conjuntos habitacionais populares, onde se alocam as famílias de baixa renda.

No terreno da antiga indústria Esmaltec, que atualmente se encontra em Maracanaú, foi instalado o Residencial Padre Hélio Campos, localizado na Avenida Francisco Sá com a Rua Graça Aranha. É o primeiro conjunto habitacional dos quatro que estão em construção para o reassentamento de 1.434 famílias residentes em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nas seis áreas de risco do litoral oeste de Fortaleza, como parte do Projeto Vila do Mar.

Figuras 11 e 12 – Condomínios do Projeto Vila do Mar, Avenida Francisco Sá.



Fonte: MUNIZ, 2012.

Enquanto são reassentadas famílias em antigos espaços industriais, ocorre a requalificação de bairros aonde residiam (e alguns ainda residem) operários das indústrias que se localizavam nas proximidades da avenida principal. No que concerne à revitalização da costa oeste através do Projeto Vila do Mar que envolve, dentre outros o bairro Pirambu aonde ainda se encontram operários que vieram do interior em busca de trabalho nas indústrias nos anos de 1960, nos fala Bernal,

A requalificação do bairro terá enorme repercussão para o crescimento da região, que se estende até a ponte sobre o rio Ceará, com a desapropriação e a realocação de populações que habitam o Pirambu. Esta revitalização da costa oeste de Fortaleza será um atrativo para o capital imobiliário e turístico, que já conta com a saída de parte de sua

população para áreas mais distantes, desprovidas de infra-estrutura, serviços e equipamentos coletivos, para dar lugar à reabilitação do bairro com vista para o mar, para atrair o turismo. (BERNAL, 2004, p.172).

Fotos 13 e 14 - Remoções de guetos operários.



Fonte: MUNIZ, 2012.

Embora predomine neste espaço uma população de menor poder aquisitivo, constituída por trabalhadores assalariados ou do setor informal, é visível a presença de casarões ocupando quase um quarteirão, isto é uma característica do arranjo espacial da capital em que presenciamos verdadeiros contrastes. Conforme Villaça (1998, p.142) "... a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço." Em outro momento afirma que "segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros" (VILLAÇA, 1998, p. 147-148).

Mesmo com o projeto de requalificação e a construção de conjuntos habitacionais permanecem as territorialidades construídas com a saída ou falência de inúmeras indústrias. Silva (1992) analisa a ação Estatal através da construção de casas como "solução" para a questão da moradia para este segmento social constituído pelos grupos sociais excluídos:

A situação de miséria sem dúvida prevalecerá. Não se resolve a questão da habitação sem se resolver a questão da renda. É lógico que os espaços criados, agora em forma de conjuntos, para uma população de baixíssimos níveis de renda, e, em muitos casos sem renda, serão convertidas em pouco tempo, em áreas problemáticas quanto aos serviços e equipamentos urbanos. Em primeiro lugar, a transferência dessas famílias para conjuntos, implica em impor a elas novas necessidades inexistentes no ambiente de favelas (taxas de água, luz, impostos e, principalmente, transporte, pois a maioria dos conjuntos são construídos em áreas distantes). (SILVA, 1992, p. 68-9).

De acordo com Madeira e Costa (2005):

[...] A saída das indústrias do bairro gerou grandes transformações no uso e ocupação do solo urbano, pois gerou desemprego, áreas de antigas indústrias foram vendidas para construção de condomínios e estabelecimentos comerciais e de serviços e outros foram ocupados por cortiços e comércio e consumo de drogas.

O crescimento da violência e da criminalidade, com a saída de indústrias, pode ser constatado durante visita de campo em que espaços de antigas indústrias servem atualmente para outros fins, como as instalações da antiga Vilejack Jeans, moradia irregular para pessoas menos favorecidas economicamente que através da autoconstrução passam a viver nestes antigos espaços.

Fotos 15 e 16 - Ocupação irregular na Antiga Indústria Vilejack.



Fonte: MUNIZ, 2012.

Em alguns destes espaços que hoje já se vê construção de alvenaria, anteriormente foi ocupado por sem-tetos que colocaram plásticos e fincaram restos de construção para delimitar o espaço a ser ocupado por família. Em alguns trechos se percebe que conseguiram junto à associação de moradores, fazendo pressão ao poder público, alguns serviços infraestruturais básicos. É o Estado que,

Diante de sua incapacidade ele institui “legalmente” o ilegal, ou dizendo o contrário, uma legalidade gera uma ilegalidade. Já que não tem condição de assumir a produção do espaço urbano com políticas públicas capazes de atender a demanda social por habitação, equipamentos e as infra-estruturas capazes de garantir o mínimo de inserção da sociedade, ele acaba sendo conivente na produção da cidade ilegal, com suas favelas, cortiços, etc. Os muros da cidade contemporânea são invisíveis; a muralha se manifesta de outra forma, tem outro formato construtivo, está ligada a esse nível de urbanidade: é uma muralha que mantém a segregação (SILVA, 2008, p. 153).

Corrêa (2000) nos fala acerca da segregação residencial ao afirmar que a existência de diferentes classes sociais é refletida no espaço através da desigualdade residencial, sendo a elite respaldada pela atuação seletiva do Estado, estes, os maiores impulsionadores da diferenciação nas condições de moradia.

A classe dominante ou uma de suas frações, [...], segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado (CORRÊA, 2000, p.64).

Quanto ao rebatimento no espaço das classes sociais fragmentadas Corrêa (2000) diz que:

Verifica-se basicamente devido ao diferencial da capacidade que ...cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa, a qual apresenta características diferentes no que se refere ao tipo e a localização. Em outras palavras, as áreas sociais resultam das diversas soluções que as classes sociais e suas frações encontraram para resolver os problemas de como e onde morar. Mas estas soluções não derivam de uma ação autônoma por parte das classes sociais vistas enquanto consumidoras (CORRÊA, 2000, p. 62).

Kowarick (1979) nos remete à lógica da produção do espaço urbano, em que a produção se faz de forma coletiva, sendo uma construção social, mas a apropriação desse espaço se faz de forma privada, com grandes diferenciações e com uma seletividade que obedece aos interesses e ditames da sociedade capitalista. Assim, o autor faz alusão ao que chama de "espoliação urbana".

Embora em outro contexto, mas na busca de perceber como o desenvolvimento do capital em sua essência continua em sua forma histórica de atuação Kowarick (1979) afirma que:

Ora, no processo de produção da habitação, se existem empresas de porte nitidamente industrial bem como unidades com características manufatureiras, as classes trabalhadoras em proporções que variam em cada cidade, mas que são sempre significativas, solucionam seu problema – além do aluguel de habitações deterioradas e da construção de barracos em favelas – através da autoconstrução de suas residências. A razão desta espécie de

'economia natural' em pleno sistema urbano-industrial, cuja mola propulsora e dominante centra-se nas empresas com alta densidade de capital, nada têm de anacrônico, pois a produção capitalista organiza-se, não para prover os trabalhadores com os meios de vida necessários para sua subsistência, mas para realizar um excedente que é privadamente apropriado (KOWARICK, 1979, p.56).

Observamos que antigos estabelecimentos industriais estão, agora, ou abandonados, servindo de abrigo para criminosos, consumidores de drogas e pontos de prostituição, ou colocados à venda.

Fotos 17 e 18 - Atual uso do espaço da Antiga Indústria Vilejack



143

Fonte: MUNIZ, 2012.

Atualmente, o local onde estava localizada a Fábrica Vilejack Jeans é a Comunidade do Gueto, localizada na Av. Francisco Sá.

Além de encontrarmos ao longo das ruelas da avenida principal muitos operários das indústrias que aí permanecem, muitos guetos hoje são constituídos pelas famílias de operários que ficaram desempregados e não conseguiram mais se inserir no mercado de trabalho.

No que se refere aos guetos, Lefebvre nos fala que:

[...] mesmo onde a separação dos grupos sociais não aparece de imediato com uma evidência berrante, surgem, ao exame, uma pressão nesse sentido e indícios de segregação. O caso-limite, o último resultado é o gueto. Observamos que já vários guetos e tipos de guetos: os dos judeus e os dos negros, mas também os dos intelectuais e os dos operários. (LEFEBVRE, 1991, p.94).

Não é somente na av. Francisco Sá onde encontramos espaços outrora ocupados por trabalhadores e por indústrias têxteis e que, acompanhando as transformações na cidade ao longo do tempo, hoje servem a novos usos, como, por exemplo, a antiga indústria Progresso, no Centro que passou a ser usada para o comércio de confecção, como pode ser visto na imagem a seguir:

Figura 19 - Fábrica Progresso em 1899.



Fonte: O Fiar e o Tecer: 120 anos da Indústria Têxtil no Ceará.

Figura 20 - Pompeu e Irmãos incendiada em 1912.



Fonte: O Fiar e o Tecer: 120 anos da Indústria Têxtil no Ceará.

Figura 21 – Antiga Fábrica Progresso na Rua Imperador onde hoje está localizada o Beco da Poeira.



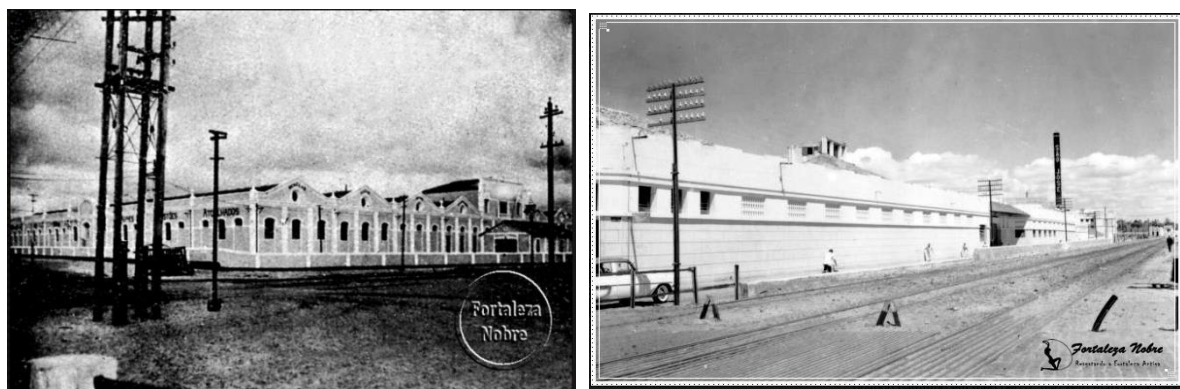
[...] funda-se a primeira indústria de tecidos de Fortaleza – a Fábrica de Tecidos Progresso - que começou a funcionar regularmente, a partir de 1884, com a chegada das máquinas da Inglaterra. [...]. Os historiadores locais consideram a fundação da Fábrica de Tecidos Progresso o marco inicial da implantação fabril no Ceará, apesar de ter sido um empreendimento isolado. Esta posição se justifica pelo fato de ela ter sido a primeira indústria equipada com máquinas, à exceção de tipografias [...] (AMORA, 1978, p.14-15).

A antiga Fábrica de Redes São José, na Avenida Filomeno Gomes nas proximidades da Escola de Aprendizes de Marinheiros e da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes onde foi construído o *shopping* Boulevard Jacarecanga, inserido no projeto de *shoppings* nos bairros da cidade de Fortaleza-CE. No complexo o projeto teria um shopping e três torres - uma comercial e duas residenciais - estão sendo investidos R\$ 250 milhões, sendo um empreendimento do empresário cearense Alexandre Filomeno Gomes (sócio-majoritário da A2W Empreendimentos e Participações) juntamente com um grupo de associados paulistas no complexo.

O bairro do Jacarecanga, que já abrigou a aristocracia de Fortaleza, passa por um momento de transformação em função da melhoria da renda da classe média emergente. A região vai ganhar um shopping center e aproximadamente duas mil unidades habitacionais, com obras de construtoras como a Rossi, Colmeia, Jathay e Previcon. Alguns projetos estão em fase de conclusão e devem garantir ao bairro um novo fluxo de pessoas. Alexandre Philomeno Gomes explica que será mantida a fachada da antiga fábrica de tecido São José e construído um memorial com a história das famílias e empresas que faziam parte do bairro. (O POVO. *Economia*. Shopping e valorização do Jacarecanga. 05 de abril de 2013).

De frente ao espaço antes ocupado pela indústria Finobrasa (atual Vicunha em Pacajus e Maracanaú), na av. Humberto Monte, esquina com Sargento Hermínio, no bairro Presidente Kennedy, foi construído o *Shopping Rio Mar Kennedy*, com 60 mil m², um investimento do grupo pernambucano JCPM (João Carlos Paes Mendonça). Integrado ao projeto, a construtora Moura Dubeux, também pernambucana, ergue torres residenciais. "O negócio foi fechado entre JCPM, Moura Dubeux e os grupos Otoch e Esplanada. Os dois últimos donos do terreno. [...] O Grupo Vicunha, dono da antiga fábrica Finobrasa - em frente - não descarta negociar o imóvel no futuro". (O POVO. *Colunas*. Vertical S/A. 12 de agosto de 2012).

Figura 22 - Fábrica de Tecidos São José.



Fonte: Fortaleza Nobre, 2012

Figura 23 - Refuncionalização da antiga Fábrica São José.

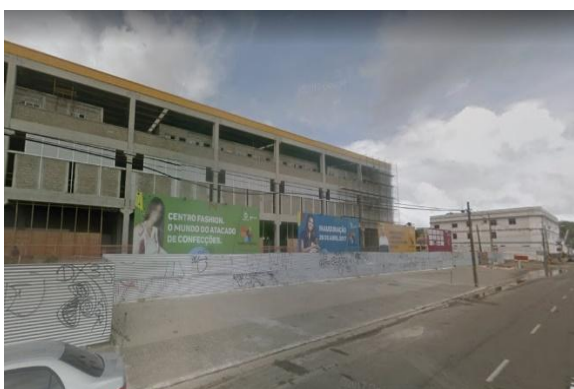


Figura 24 - Atual local onde estava localizada a Fábrica São José, Hoje o Centro Fashion localizado na Avenida Filomeno Gomes.



Fonte: SOUZA, 2019.

Não há mais a lógica da concentração em antigas zonas e sim a dispersão e, onde as condições ideais não existem, o capital a cria. Por outro lado, refletindo a própria contradição do processo em curso continua a concentração de indústrias na Capital, onde o escoamento da produção é mais viável, a mão de obra é mais abundante e capacitada. Por isto, se fazem necessários estudos particulares, sem se perder a noção do todo para entender as especificidades, porque não dá para padronizar ou elaborar teorias gerais, mas entender o presente com os olhos do passado e caminhando para o futuro.

Como podemos perceber, "o espaço urbano é produto, processo e reflexo da sociedade", segundo nos fala Corrêa (1995), é o "Lócus da reprodução das relações sociais de produção" suas representações e contradições. (LEFEBVRE, 1976 apud CORRÊA, 1996).

A produção de Harvey (1973) sobre a justiça social e a cidade, já nos permitia entender que a dinâmica urbana não apenas reflete a estrutura social de uma dada sociedade, como também se constitui em um mecanismo específico de reprodução das desigualdades.

O urbano se apresenta como a negação da reprodução da força de trabalho em patamares aceitáveis, é, pois, sua dilapidação permanente de forma espoliativa e fica a desejar a cidade como unidade de reprodução social e de consumo coletivo, como espaço de reprodução da vida em todas as suas dimensões. Carlos falando da apropriação da vida em todas as suas dimensões nos diz que:

"[...] as relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões, e estas fogem – apesar de englobá-lo – o mundo do trabalho, envolvendo e ultrapassando a produção de objetos, produtos, mercadorias, isto porque a produção da vida não envolve apenas a reprodução dos bens para a satisfação das necessidades materiais: é também a produção da humanidade do homem" (CARLOS, 2001, p.13).

Desta forma:

A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida, de uma vida contraditória. (CARLOS, 2007, p.26)

Pensar o espaço metropolitano de Fortaleza e a dinâmica urbana a partir de formas espaciais de produção e os fixos voltados à reprodução da força de trabalho: habitação, transporte, instituições de capacitação e as transformações ao longo do tempo até chegar ao presente em que se insere não é uma tarefa simples. O retorno, entretanto, se faz mais enriquecedor quando

ao olhar do observador está intrínseca a tentativa de resgate das apreensões construídas a partir das transformações na cidade e no modo de vida urbano, perceptível no maior fluxo de pessoas, mercadorias, transporte, do contato com diferentes atores, como também através das formas espaciais do passado e presente e a diversidade ao longo do tempo nas funções urbanas.

Fortaleza continua ocupando papel de destaque sobre os outros municípios do espaço metropolitano, mas permanecem as desigualdades, ou verdadeiramente dizendo, se intensificam as desigualdades já existentes, contribuindo, assim, para acelerar e perpetuar uma estrutura marcada por um processo de acumulação, concentração e centralização da renda e do poder fruto do processo de expansão capitalista que desde o período colonial se desenvolve contraditoriamente, provocando geografizações diversas ao privilegiar espaços seletos e não atingir igualmente, nem ao mesmo tempo, os diferentes atores e coadjuvantes deste processo.

147

Portanto, este estudo nos permitiu analisar as transformações que se realizam na atividade industrial e, conseqüentemente, no espaço metropolitano de Fortaleza, bem como os impactos socioespaciais, possibilitando tecer as considerações finais, a seguir.

O atual processo de industrialização propicia mudanças nos equipamentos e nos fluxos urbanos, resultando em novas formas de apreensão espacial, uma vez que o surgimento ou realocação industrial impulsiona o processo de metropolização além de induzir a reinvenção de espaços urbanos, revelando a recriação da cidade do/para o capital.

O desenvolvimento deste estudo permitiu ainda a compreensão dos novos usos do espaço industrial têxtil metropolitano de Fortaleza e as formas espaciais resultantes.

Espaços outrora ocupados por trabalhadores e por indústrias têxteis e que, acompanhando as transformações na cidade ao longo do tempo, hoje servem a novos usos.

INDÚSTRIAS NA AVENIDA FRANCISCO SÁ

É importante ressaltar que a avenida ainda não está totalmente desindustrializada. Mesmo com a transferência de muitas indústrias para outros municípios da Região Metropolitana, como Maracanaú, ao contrário do que se pensa, não ocorre na Av. Francisco Sá uma total desindustrialização. Ainda podemos encontrar indústrias de grande porte, como a Grendene, a Resibras, como pode ser visto no mapa a seguir:

Mapa 3 - Espacialização das indústrias na av. Francisco Sá e Entorno.

Atualmente na Avenida Francisco Sá encontram-se poucas indústrias, porém com certa expressividade no mercado. Duas indústrias do ramo de alumínio na Avenida Francisco Sá são: A Alconort, que faz parte da rede Alumínio e Cia, que no Brasil distribui os produtos de fabricação Alcoa, uma das três maiores empresas de alumínio do mundo.

Figura 25 – Alconort Alumínio & Cia.



Fonte: Cabral, 2019.

Da mesma atividade da Alconort e situada na mesma avenida, a fábrica de alumínio Ironte era uma indústria cearense que iniciou suas atividades no Centro de Fortaleza em 1948 e em 1962 foi transferida para a Avenida Francisco Sá, aproveitando-se da referência de polo industrial que essa avenida apresentava.

Figura 26 – Atualmente, o local onde estava localizada a Fábrica de Painéis Ironte serve como terreno para um futuro empreendimento imobiliário.



Fonte: Google Maps, 2016.

A Iracema que iniciou suas atividades na década de 1940 e exportava castanha e derivados da castanha para 40 países nos cinco continentes em 2014 pertencia ao grupo BGIL desde 2004, hoje nas redes sociais se encontra como massa falida.

Visto que ainda existem indústrias de grande porte na região, durante a visita de campo, puderam ser observadas, Resibras, Recamonde, Fribal, White Martins, entre outras.

Figura 27 – White Martins.



Fonte: Cabral, 2019.

White Martins Gases Industriais do Nordeste S/A (Representa na América do Sul a Linde, maior empresa global de gases industriais e engenharia - A White Martins é uma empresa do grupo Linde desde 2019, quando se concretizou a fusão entre a Linde e a Praxair, sua antiga controladora. Além do Brasil, está presente na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai e em Fortaleza localiza-se na Francisco Sá. Presente no Brasil desde 1912. Tem quatro linhas principais de produtos: atmosféricos, químicos, medicinais e especiais.)

Figura 28 – Recamonde Uniformes Profissionais e Artefatos de Couro. Figura 33– Resibras Indústria de Castanha Ltda.



Fonte: Cabral, 2019.

Figura 29 – Espaço Fabril Posto para Locação e/ou Venda. Figura 35 – Fribal.



Fonte: Cabral, 2019.

Após o cruzamento com a Avenida José Jatahy, surge à antiga fábrica Brasil Oiticica – Óleo (Transferiu-se da Praia de Iracema para Francisco Sá, mas atualmente o espaço é ocupado por várias indústrias A Brasil Oiticica era uma das empresas mais antigas do Ceará, e no ramo de exportação, era tida como a pioneira no comércio de oleaginosas. Fundada pelo engenheiro norte americano Marvin, em 14 de novembro de 1934, marca o processo de industrialização do Estado do Ceará. Fechou em 1987, quando foi decretada falência. Elemento fundamental para a formação do bairro Carlito Pamplona).

Atualmente o espaço é ocupado por diversas empresas. Empresas de metal, fabricação de biscoitos pepulha, carrinho de supermercado e castanha. Del rio – Lingerie (Fundada em Fortaleza, mas atualmente a produção acontece em Maracanaú, ficando a loja da fábrica na Avenida Silas Munguba).

Atualmente a Barra do Ceará que é ultimo bairro da Av. Francisco Sá figura como uma centralidade da cidade de Fortaleza, tendo a Av. Francisco Sá e a Av. Humberto Castelo Branco como seus principais corredores como podemos ver em LOPES (2006):

A centralidade da Barra do Ceará, localizada a noroeste do Centro, compreende Barra do Ceará, Álvaro Weyne, Carlito Pamplona, Cristo Redentor e Vila Velha. Em torno dos seus dois eixos principais, avenida Presidente Humberto Castelo Branco (Leste – Oeste) e avenida Francisco Sá, consolidou-se um núcleo comercial, de serviços e industrial. (2006, p. 48)

Esta região já foi fortemente industrializada, como citado anteriormente um dos pólos de industrialização do Ceará. Porém hoje esta situação está se tornando diferente, a Av. Francisco

Sá está assumindo um caráter mais comercial e residencial com a recente especulação imobiliária crescente na região que a cada dia faz surgir novos condomínios.

Todavia vale lembrar que algumas indústrias não se encontram na avenida em si, geralmente se localizam em ruas transversais ou paralelas à Av. Francisco Sá, como a Ambev, a Grendene. Outras faliram como a Iplac Brasil S/A, a tradicional indústria Iracema S/A de castanhas de caju, a Brasil Oiticica, a Vilejack.

A Esmaltec (Hoje com sede em Maracanaú é uma empresa de eletrodomésticos pertencente ao Grupo Edson Queiroz. Surgida de uma fusão da Tecnomecânica Norte (Tecnorte), fundada em outubro de 1963, com a Estamparia e Esmaltação Nordeste Esmaltec, fundada em dezembro do mesmo ano).

Hoje, este espaço é predominantemente residencial, comercial e de serviços. Mesmo com a transferência de muitas indústrias para o D.I de Maracanaú, ao contrário do que se pensa, não ocorre na av. Francisco Sá um processo de desindustrialização. Ainda podemos encontrar indústrias de grande porte, como a Iracema, a Ironite, a Grendene, a Mecesa, a Resibras. Vale lembrar, todavia, que muitas indústrias de pequeno porte (facções ligado a confecção, modinha, moda íntima e moda praia, fábricas de “fundo de quintal” não se encontram na avenida principal, mas em ruas paralelas ou transversais à Francisco Sá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estabelecimento de novos espaços do capital industrial frente aos incentivos fiscais e financeiros na Região Metropolitana de Fortaleza, os fatores atrativos que concentravam a indústria na zona oeste de Fortaleza deixam de ser tão influentes e a Avenida Francisco Sá, uma das tradicionais zonas industriais, passa a se sobressair na expansão de outros setores da economia como o da construção civil ligado ao uso residencial, o comercial e de serviços.

Pudemos perceber que apesar do enfraquecimento da área com suas antigas formas e função essencialmente industrial ainda é uma referência no setor industrial metropolitano.

Conforme foi possível observar nas pesquisas de campo, a característica predominantemente industrial da av. Francisco Sá vem diminuindo com a falência de algumas indústrias e a realocação de outras indústrias em lugares com mais incentivos fiscais, uma das características do modelo de acumulação flexível. Porém a região continua uma referência no quesito industrial, pois ainda se encontram grandes indústrias no local, e também instituições como o Sesi e o Senai.

Diante do exposto o presente estudo permitiu apreender a dimensão das transformações socioespaciais na cidade de Fortaleza a partir do processo de industrialização, uma vez que pudemos analisar o processo de industrialização da zona industrial da Avenida Francisco Sá como parte da produção do espaço urbano de Fortaleza.

REFERÊNCIAS

AMORA, Zenilde Baima. **As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. Dissertação de mestrado.

_____. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (organizadores). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **O Fiar e o Tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará** / (coord.) [et. al.]. Fortaleza: SINDITÊXTIL / FIEC, 2002.

_____. **A Trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem 1880-1950**; Projeto História do Ceará: política, indústria e trabalho. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará Stylus Comunicações, 1989.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A Metrópole Emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. SOUZA, Marcelo Lopes e SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Organizadores). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

_____. Diferenciação socioespacial. **Cidades: Revista científica**, Presidente Prudente, SP, v.4, n.6, 2007.

_____. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, M. C. L. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 2005. p. 51-100.

DANTAS, E. W. C.; SILVA, José Borzachiello da. A Formação Histórica da Metrópole e Principais Tendências de Desenvolvimento. In: PEQUENO, Luis Renato Bezerra. **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009. p. 01-40.

_____.; PEREIRA, Maria Florice Raposo. Dinâmica de Crescimento Populacional: O Efetivo. A Densidade. O Crescimento Geométrico. In: PEQUENO, Luis Renato Bezerra. **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009. p. 41-54.

_____.; O triunfo do mar: transformações ocorridas no século XX. In: _____. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 43-91.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. **Dinâmicas Urbanas Recentes da área metropolitana de Fortaleza**. FAUUSP, São Paulo, 2012. História da Brasil S/A Disponível em: <http://www.donodanoticia.com/aspectosdeteresina/oitica>.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas, SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). **Indústria, Ordenamento do Território e Transportes: A Contribuição de André Fisher**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. (Título original: Social Justice and the City) 1973. Tradução: Armando Corrêa da Silva, São Paulo: Hucitec, 1980.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. Industrialização e Urbanização. In: **O Direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LIMA, Luiz Cruz. **Espaço da produção em movimento**: zona industrial da Francisco Sá. Fortaleza: EdUECE, 2014.

LOPES, Francisco Clébio Rodrigues. **A Centralidade da Parangaba como produto da fragmentação de Fortaleza**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

MADEIRA, Herica Macedo; COSTA, Maria Clélia Lustosa. A desindustrialização do bairro Jacarecanga (Fortaleza-Ceará). **Anais** da 57ª Reunião Anual da SBPC - Fortaleza, CE - Julho/2005.

MUNIZ, Alexsandra M. Vieira. Produção do Espaço Metropolitano de Fortaleza e a Dinâmica Industrial. Revista **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 61-74, set./dez. 2015.

_____. **A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza**. Fortaleza: 2014 (tese de doutorado).

_____. Silva, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Reestruturação produtiva, trabalho e transformações no espaço metropolitano de Fortaleza. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 31, p. 13/1-25, 2011.

Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/15395>.

NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. 2ª edição. Fortaleza: FIEC, 2001.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf, 1992.

_____. **O mercado de trabalho e a cidade brasileira**. In: VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). Cidade (i)legal. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Lincoln Institute, 1998.

NOVO BECO DA POEIRA E SEU PAPEL NO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA E NA REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE FORTALEZA

Emanuelton Antony Noberto de Queiroz
Alexsandra Maria Vieira Muniz

INTRODUÇÃO

Com o fechamento de indústrias, antigos espaços industriais vêm sendo substituídos por novas formas e funções ligadas a ação do comércio e serviços, de especuladores imobiliários, como também de ocupação por vulneráveis sociais, implicando em modificações no espaço urbano Cearense e de Fortaleza em específico.

Desta forma, este artigo tem como objetivo maior analisar como se deu a refuncionalização da primeira fábrica têxtil de nosso Estado, a Thomaz Pompeu Têxtil, no Novo Beco da Poeira, ou seja, de espaço da produção para comercialização e a importância deste equipamento urbano no circuito inferior da economia e na requalificação do centro de Fortaleza.

Assim, este texto foi dividido por questões metodológicas para além desta introdução em mais quatro tópicos, quais sejam: Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados e Discussões e na sequência, as Considerações Finais.

REVISÃO DE LITERATURA

O Centro da cidade Fortaleza, que outrora foi palco da elite fortalezense quando o Centro era a cidade (DANTAS, 2009) atualmente se configura como Centro da periferia (SILVA, 1992), obtém em seus espaços marcas do passado, em convívio com o presente, com praças, igrejas e prédios históricos, em conjunto com um massivo bairro prestador de serviço, com um intenso comércio formal e informal, como também a prestação de serviços no setor público, onde, além do comércio, se encontra no espaço urbano ocupado pelo setor terciário, escolas, bancos, cursos públicos e privados, restaurantes, mercantis, farmácias, clínicas populares e ainda se encontram residências e quitinetes no bairro e nas porções mais próximas das áreas de divisa do Centro com outros bairros.

A produção espacial realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar num momento específico. Do ponto de vista do produtor de mercadorias, a cidade materializa-se enquanto condição geral da produção (distribuição, circulação e troca) e nesse sentido é o locus da produção (onde está é realizada). Assim entendida, a cidade é também o mercado (de matérias-primas, mercadorias e de força de trabalho); as atividades de apoio à produção (escritórios, agências bancárias, depósitos etc.). Todavia, como o processo é concentrado, a cidade deverá expressar essa concentração (CARLOS, 2018, p. 46).

O intenso comércio confeccionista, como parte do setor de serviços se faz presente, seja no Novo Beco da Poeira, na Feira da Sé e no Centro Fashion, como também, nos subcentros de Fortaleza, segundo Dantas (2009), Fortaleza é considerada uma cidade policêntrica, e sua forma desigual de produção do espaço capitalista na cidade ocorre, na área Central como também em outros bairros, o que possibilita a população de menor poder aquisitivo a consumir produtos a preços de menor custo (DANTAS, 2012).

A participação dos trabalhadores informais na população ocupada de Fortaleza cresceu 26,66% em 22 anos. Em 1984, eles eram 44% dos moradores da Capital com alguma ocupação. Em 2006, chegaram a 55,73%. Isso significa que de 905.271 das pessoas que estão trabalhando em Fortaleza, 504.508 estão excluídas do setor formal. Em apenas 66 (57,89%) dos 114 bairros da Capital há registro de empregos com carteira assinada.

Sobre a expansão do comércio informal na cidade de Fortaleza,

A cara da cidade é o comércio, mas a empregabilidade é o serviço, avalia o assessor técnico da SDE, Inácio Bessa. Isso porque a maior quantidade de empregos na Capital (38,08%) - 189.126 do total de 496.545 - é gerada pelos serviços, mas o maior número de estabelecimentos (41,96%) é de comércio, que chegam a 14.191 dos 33.818 existentes.

Quando a análise é restrita ao Centro, a concentração nesses setores é ainda maior. Dos 6.112 estabelecimentos do bairro, 3.217 (52,63%) são comerciais e 2.253 (89,49%), de serviços. No Centro, estão 18,07% das 33.818 empresas formais da Capital cearense. A Regional II (onde ficam Centro, Aldeota e Meireles) tem 16.334 unidades e 192.343 empregos. Isso representa 48,30% dos estabelecimentos e 38,74% do total de empregos. A Regional IV (que engloba Montese, Parangaba, entre outros) é a segunda com maior quantidade de empresas formais (79.568) e de empregos gerados (79.658). Ela detém 16,04% dos empregos e 13,84% do número de empresas. Apenas nas regionais I (35,24%) e V (31,53%) a indústria se sobressai no número de ocupações.

Acerca do processo policêntrico de Fortaleza, Dantas (2009, p. 215 – 216), traz a seguinte contribuição:

No caso de Fortaleza, tal processo terá início após os anos 1970, com a consolidação de uma infraestrutura de comércio e serviços nos bairros chamados nobres, principalmente através da construção de centros de compra acessíveis aos possuidores de carro (os shoppings são a expressão maior desse centro).

Foi no centro de Fortaleza, especificamente no antigo prédio ocupado pela pioneira e centenária Indústria têxtil cearense, a Fábrica Progresso, onde foi instalado o Centro de Pequenos Negócios de Fortaleza (CPNF), também chamado de Novo Beco da Poeira, importante lugar de dinamismo do circuito inferior no Centro da cidade de Fortaleza, o CPNF foi implementado através de políticas públicas de reordenamento e requalificação urbana, visando solucionar os problemas estruturais do Antigo Beco da Poeira, construir a estação do Metrô de Fortaleza em seu antigo espaço e também organizar o uso e ocupação do solo urbano de feirantes, na área central da cidade.

Assim, a antiga indústria Thomaz Pompeu Têxtil, foi adquirida pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, na gestão da ex-prefeita Luiziane Lins (PT). Logo, o poder público municipal passa a intervir na transformação deste espaço que, através de licitação, de acordo com dados da Prefeitura de Fortaleza, tem reforma iniciada em 7 de julho de 2009, e em 2010 passa a receber os permissionários para a ocupação dos boxes de vendas de produtos (SILVA, 2013; SANTOS, 2014).

Segundo a administração municipal, o Beco da Poeira possui 2.100 boxes de todas as variedades de produtos - a maioria de confecções - e funciona de segunda a sábado, das 7h30 às 17h30, e aos domingos, das 7h às 14h. Atualmente o Beco da Poeira é administrado pela Prefeitura de Fortaleza por meio da Secretaria Regional Centro.

Entretanto, é válido salientar que, apesar do Centro de Pequenos Negócios ter sua atual edificação na antiga fábrica do grupo Pompeu, o projeto inicial era para ser no local que atualmente funciona o “esqueleto da moda”.

Isto acabou por gerar um processo de territorialização fragmentada dos trabalhadores do antigo Beco da Poeira, visto que nem todos migraram para o novo local em que houve o investimento da Prefeitura de Fortaleza para a transferência. Em entrevista com os permissionários do novo Beco da Poeira, muitos afirmam que tem o box no novo lugar e também tem box no esqueleto da moda, que deveria ter sido o espaço de alocação de todos os trabalhadores do antigo beco.

Esse embate entre o poder público e os trabalhadores do Beco da Poeira pela permanência no seu local tradicional, como foi visto, resultou em uma fragmentação do território, na qual se constituíram três espaços que se consideram Beco da Poeira: o primeiro espaço, reconhecido pela prefeitura, é o Centro de Pequenos Negócios (localizado na antiga fábrica Thomaz Pompeu); o segundo, abriga trabalhadores que ocuparam o entorno da construção da estação do metrô; o terceiro, representa o grupo que ocupou o Esqueleto (SILVA, 2013, p. 106).

Dessa forma, a antiga estrutura da Thomaz Pompeu Têxtil foi reformada e transformada no Novo Beco da Poeira. As obras foram motivadas e impulsionadas pelas obras da Copa do Mundo de 2014, para a construção da estação do Metrô de Fortaleza na Praça José de Alencar, o que contribuiu para implantar o reordenamento urbano com atuação do poder público municipal de Fortaleza e novas funcionalidades no espaço urbano do Centro da cidade.

[...] realocação dos feirantes do Beco da Poeira numa nova estrutura parece ter chegado a uma solução. Os permissionários serão definitivamente transferidos para o terreno da antiga fábrica têxtil Thomaz Pompeu, localizada a 100 metros da estrutura onde o comércio está hoje instalado.

Vale ressaltar que após o final das atividades da Fábrica Progresso, seu antigo prédio passa por um período de portas fechadas e sem utilidade para fins industriais ou de comércio. Mesmo tendo sua localização no Centro Histórico de Fortaleza, não teve seu fim como acontece a outros prédios antigos da cidade que também possuem espaços com marcas de rugosidade na paisagem urbana, os quais acabam se transformando em estacionamentos, pontos comerciais, clínicas, locais de consumo de droga e moradia para famílias sem teto.

Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, 2012, p. 140).

Como exemplo de importantes lugares que marcaram o passado urbano e que passam por problemas estruturais ou forma de ocupação, temos o Casarão Português no Bairro Damas, o Edifício São Pedro no Bairro da Praia de Iracema, o Lorde Hotel e a Escola Jesus, Maria e José no Centro de Fortaleza.

No entanto, nem todas essas construções receberam o devido respeito e cuidado ao longo dos anos. Mesmo tombados e protegidos, alguns imóveis, como a Casa do Português, padecem ao longo dos anos, sendo cada vez mais deteriorados pela ação do clima e do tempo, sem uma previsão de restauração.

No caso específico dos antigos espaços ocupados por trabalhadores industriais que estavam abandonados e acompanham as transformações na cidade ao longo do tempo, hoje servem a novos usos. Muitos servem hoje como shoppings ou centro de trabalhadores ligados a confecção. Também ocorre a utilização desses antigos espaços industriais para o consumo de drogas e prática da violência, como por exemplo, no caso da Vilejack. Sobre o fim dos antigos espaços industriais e sua atual metamorfose espacial na paisagem urbana podemos analisar de acordo com Muniz (2016, p. 438-439) que:

[...] a antiga indústria Progresso, no centro da cidade, que passou a ser usada para o comércio de confecção. A antiga Fábrica de Redes São José, na avenida Filomeno Gomes, nas proximidades da Escola de Aprendiz de Marinheiros e da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes onde está sendo construído o shopping Boulevard Jacarecanga, inserido no projeto de shoppings nos bairros da cidade de Fortaleza-CE. Em frente ao espaço antes ocupado pela Finobrasa (atual Vicunha em Pacajus e Maracanaú), na Av. Humberto Monte, esquina com Sargento Hermínio, no bairro Presidente Kennedy, está sendo construído o Shopping Rio Mar Norte. Ademais, espaços de antigas indústrias servem atualmente para outros fins, como as instalações da antiga Vilejack Jeans, moradia irregular para pessoas menos favorecidas economicamente que através da autoconstrução passam a viver nestes antigos espaços.

Logo, a nova forma de ocupação desses prédios antigos se dá de forma dúbia no atual processo da produção do espaço, visto que ocorre a supervalorização e gentrificação de espaços até então marginalizados e, a partir de parcerias público-privadas nas quais se colocam os interesses de grandes empreendedores do capital com a adoção de revitalização de áreas urbanas em determinados espaços da cidade, como por exemplo, no Papicu, com o Shopping Rio Mar, o que Harvey (2005, p. 166) chama de “empreendedorismo na governança urbana”.

Da mesma forma, também ocorre a reutilização desses espaços ou a ocupação de espaço público por atores sociais menos favorecidos na sociedade que poderão desenvolver atividades do circuito inferior da economia, como forma de sobrevivência, com a geração de empregos informais. No Centro de Fortaleza, temos o caso da Thomaz Pompeu Têxtil, que deu lugar ao Novo Beco da Poeira, que outrora se localizava na Praça José de Alencar. Seus permissionários, de acordo com Silva (2013), são oriundos, principalmente, do lado oeste da cidade, área que concentra a população fortalezense mais pobre, e a forma de ocupação do espaço leva a ação do Estado para disciplinar ou requalificar a paisagem urbana no processo da urbanização.

[...] a urbanização um processo social especialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais. Em uma sociedade vinculada por classes, como a sociedade capitalista, essas práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido [...] (HARVEY, 2005, p. 169 - 170).

157

O CPNF, também conhecido como Novo Beco da Poeira, passou a funcionar no antigo espaço da Thomaz Pompeu Têxtil, a partir do projeto de requalificação da Prefeitura de Fortaleza na gestão da ex-prefeita, Luiziane Lins, em parceria com o Governo do Estado, após longas negociações os feirantes foram transferidos do antigo para o novo espaço.

O processo de remoção não foi algo pacífico e rápido, pois houve resistência e manifestações por parte dos feirantes que não queriam ser realocados ou queriam ficar no prédio do esqueleto da moda, devido à proximidade do antigo Beco, que se localizava entre as ruas 24 de Maio, Liberato, Guilherme Rocha e Avenida Tristão Gonçalves, também no Centro da cidade, logo o Estado teve de se utilizar da ação policial para garantir a transferência dos trabalhadores e o reordenamento urbano, como podemos ver na seguinte notícia:

No processo de remoção, ocorreram conflitos, mas o poder público cumpriu seu papel de ordenador do espaço. A retirada dos comerciantes do Beco da Poeira começou a ser feita exatamente no dia 11 de abril de 2010. O poder público municipal montou uma estrutura de policiamento com cerca de 200 homens do 5º e 6º batalhões da polícia militar, cavalaria, pelotão de motos e guardas municipais, para garantir a realização da transferência. (O POVO, 11 de abril de 2010)

Em sua nova área, a construção do Centro de Pequenos Negócios teve como função realocar os trabalhadores do antigo espaço para o novo, reorganizar o uso do solo urbano, promover a obra do Metrô de Fortaleza e requalificar o Centro de Fortaleza, com isso, dando uma nova função urbana à antiga Fábrica Thomaz Pompeu Têxtil, uma nova forma espacial ao Beco da Poeira e ao trabalho de feirantes na cidade de Fortaleza como também evidencia uma forma de organizar o circuito inferior da economia, para assim se tirar a antiga visão negativa e os estigmas que se tinha do antigo espaço e seus trabalhadores.

Através de observações de trabalhos de campo, como também da Trilha Urbana Espaço do ócio e Negócio o CPNF se torna um espaço mais atrativo, estruturado, organizado e com acessibilidade para portadores de deficiência. Também amplia sua prestação de serviços, uma vez que mesmo predominando a venda de roupas, jeans e modinha, se diversifica, apresentando o comércio de celulares, relógios, miudezas, sacolas, embalagens, calçados, variedades, aparelhos eletrônicos, oferecendo à sua clientela, segurança, restaurante, lanchonete, salões de beleza e serviços de impressão.

Além disso, também apresenta elementos do circuito superior, em conjunto e adaptado ao circuito inferior, tais como casa lotérica e caixa de Banco 24 horas, o que foi uma conquista da associação dos vendedores CPNF, além do uso de máquinas de cartão para a venda de produtos por parte dos permissionários, ponto este que veio facilitar a circulação financeira do capital.

Na figura 1 podemos ver, identificada pela letra “A”, uma placa de localização dos serviços prestados contendo informações sobre acessibilidade; a Casa Lotérica indicada pela letra “B”, indicada pela letra corredor da Praça de Alimentação indicado pela letra “C” e salões de beleza indicados uma “D”.

Figura 1 - Espaços do Novo Beco da Poeira



Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

Dessa forma, observamos uma grande diferença do antigo para o novo espaço do Centro de Pequenos Negócios de Fortaleza, pois é uma forma do circuito inferior da economia se adequar a maneira que hoje predomina a circulação de capital como também trazer maior comodidade e segurança a seus frequentadores.

Somado a isto, em sua nova localização, ao lado da Av. Imperador, o CPNF apresenta paradas de transportes públicos urbanos de Fortaleza e parte da região metropolitana, algo que também contribui para a melhor circulação de pessoas de diferentes pontos da cidade e região metropolitana, realizando, assim, a requalificação da área em conexão com a malha urbana dos transportes públicos, fato este que deu grande contribuição para o Centro de Fortaleza se consolidar como espaço de forte venda de confecções, como também atrair ainda mais os consumidores do circuito inferior pois, além dos preços mais acessíveis, o transporte público ainda é o meio de locomoção predominante das populações dos bairros mais periféricos de Fortaleza.

Isto será um forte fator que favorece o Centro como um bairro importante para a compra de confecções e circulação para população pobre de Fortaleza e RMF, pois disponibiliza linhas de ônibus para transportar essa população ao bairro e ajuda a movimentar o comércio do circuito inferior da economia na área central. Sobre as linhas de ônibus da região metropolitana com paradas finais no Centro de Fortaleza, Santos (2014. p.116) afirma que:

[...] a grande quantidade de linhas interurbanas que terminam ou passam pelo centro e as linhas metropolitanas (15) que chegam de diversas cidades da RMF como: Cascavel, Pindoretama, Aquiraz, Eusébio, Chorozinho, Pacajus, Horizonte, Itaitinga, sendo responsável pelo transporte a Viação São Benedito, Caucaia (Vitória), São Gonçalo, Guaiúba, Pacatuba (Fretcar), Maranguape (Penha, São Paulo), Maracanaú (Via Metrô).

Por outro lado, apesar da existência de pontos de transportes públicos ao lado da Avenida Imperador, inclusive, tendo faixa exclusiva para ônibus, algo que é fruto do processo de intervenção urbana para melhorar e acelerar o tempo de percurso do transporte público em Fortaleza ocorre que existe uma reclamação, por parte dos permissionários, a respeito da falta de um local para o estacionamento, o que afasta os clientes do lugar. Em visita de campo,

observou-se que existem poucas vagas nos estacionamentos privados próximo ao estabelecimento, e também pouco espaço para automóveis particulares, na Rua Princesa Isabel.

Para Antônia Lima, 35, que trabalha há mais de 15 anos vendendo confecções, as reformas eram necessárias. “Faltava ventiladores e a iluminação era ruim”, criticou. Muitos permissionários, no entanto, reclamam que o local continua sem estacionamento, o que afasta os clientes. O secretário da Regional do Centro explicou que algumas desapropriações no entorno estão em andamento para a criação de espaços para os veículos.

Outro ponto importante sobre o Novo Beco da Poeira é sua forma de divulgação através do avanço da tecnologia de informação, visto que o acesso ao telefone celular, à internet e às redes sociais se popularizou (MONTENEGRO, 2011; SILVA, 2013). Logo, o circuito inferior da economia, da mesma forma como ocorre no circuito superior, também utiliza desta ferramenta como meio de comunicação para divulgar seus produtos e seu espaço, através de páginas em redes sociais, como por exemplo, o Facebook e o Instagram, através do Projeto Digital Beco da Poeira que, além de divulgar os serviços e produtos do CPNF também divulga momentos culturais em sua Praça de Alimentação.

159

A expansão do acesso ao telefone celular no país nos últimos anos confirma o fato de que “uma das características marcantes do sistema atual, comparado com os anteriores, é a rapidez de sua difusão” (SANTOS, 1996a, p.178). As novas tecnologias de comunicação e informação abrangem, hoje, de fato, muito mais gente e colonizam muito mais áreas e esferas da vida (MONTENEGRO, 2011, p. 51).

Sobre a concorrência com o comércio e as prestações de serviços ao seu redor, a nova estrutura ajuda na concorrência com os shoppings populares construídos no Centro da cidade e, até mesmo com os vendedores ambulantes que ainda usam os espaços das ruas, ou de outros centros de comerciantes de confecção realocados também pelas políticas de reordenamento urbano, como por exemplo, o Buraco da Gia, Centro Fashion, e o Esqueleto da Moda, sendo que este último possui vendedores do antigo “Beco”.

Sobre a questão da concorrência com outros centros ambulantes de Fortaleza, podemos compreender, de acordo com fala de um permissionário: “caiu muito, devido à grande concorrência, os outros oferecem estacionamento, banho, alimentação para os motoristas, isto faz eles levarem os sacoleiros para José Avelino, Feira da Sé e Centro Fashion”. Desta forma, podemos analisar, a partir daqueles que fazem o Beco da Poeira, que existe um sentimento sobre este ser um lugar que fornece possibilidades, que é a fonte de renda, mas ao mesmo tempo um mistério de saudosismo do antigo Beco, por ter sido o grande lugar do comércio informal de Fortaleza, que atualmente se tem toda uma estrutura, mas que diminuiu seu fluxo financeiro em comparação com o que tinha, porém não deixa de ser um lugar de importante circulação do capital no circuito inferior da economia.

A seguinte matéria expõe recente reforma no Centro de Pequenos Negócios, promovida pelo poder público durante a gestão do prefeito Roberto Claudio (PDT), a qual também irá trazer melhorias estruturais, colocando o Novo Beco da Poeira na rota do turismo em Fortaleza.

Com sistema de som, rampas de acessibilidade, elevadores e câmeras de segurança, a Prefeitura de Fortaleza concluiu ontem as obras de reforma do Centro de Pequenos Negócios, conhecido como Beco da Poeira. A intervenção foi a primeira desde que os permissionários foram transferidos da praça José de Alencar para o equipamento, na avenida Imperador. A reforma, orçada em R\$ 1,2 milhão, foi iniciada em agosto do ano passado e tinha previsão de entrega para o início deste ano. Segundo o secretário da Regional do Centro, Ricardo Sales, a Prefeitura teve dificuldade em dar velocidade ao projeto. “É natural (o atraso)”, disse. O Beco da Poeira ganhou nova cobertura, pintura interna e externa, ampliação da praça de alimentação e novo revestimento cerâmico. De acordo com o prefeito Roberto Cláudio, a intenção é transformar o espaço em um centro de referência do comércio e da produção local para atrair turistas. “Já incluímos dentro da rota turística de Fortaleza como um elemento de comércio informal e estamos divulgando como um dos pontos importantes de visitação”,

Ainda sobre a reforma no Centro de Pequenos Negócios:

Considerado o maior centro comercial popular de Fortaleza, o Beco da Poeira reformado será inaugurado às 9 horas desta segunda-feira (14). Com investimento de R\$ 1,2 milhão a reforma representa a primeira grande intervenção feita no local desde sua inauguração, em 2010, quando os feirantes da Praça José de Alencar foram transferidos para o prédio na Avenida do Imperador. O Beco da Poeira recebe cerca de 10 mil consumidores/dia nesta época do ano. De acordo com a Prefeitura de Fortaleza, a reforma consistiu na recuperação de toda a cobertura (novas telhas, calhas impermeabilizadas e aeradores eólicos), pintura interna e da fachada, manutenção do elevador, ampliação da praça de alimentação e novo revestimento cerâmico do espaço, revisão completa dos sistemas elétrico e hidráulico, instalação de ventiladores, novos bebedouros e sistema de som, além de uma nova sinalização, rampas de acessibilidade e câmeras de segurança. Também foram feitas melhorias nos banheiros, que receberam bancadas e divisórias de granito, espelhos e sanitários para deficientes físicos. O secretário da Regional Centro, Ricardo Sales, reforça a necessidade de ter um local acessível a pessoas com mobilidade reduzida e que acolha os permissionários e usuários de forma digna. "Também queremos incluir o Beco da Poeira no roteiro turístico da capital, assim como é o Mercado Central, pois sabemos da importância desse equipamento não apenas para fortalezenses, como para pessoas de outras cidades".

Assim, o novo espaço oferece acessibilidade, divulgação, comodidade, estrutura, segurança e preços populares para o consumidor local e para turistas que frequentam o Centro de Pequenos Negócios, o que irá contribuir segundo Araújo (2011, p. 30) para diminuir estigmas que existiam a respeito do seu antigo local.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter predominantemente qualitativa do tipo estudo de caso sobre como se deu a metamorfose da primeira fábrica têxtil de nosso Estado, a Thomaz Pompeu Têxtil, no Novo Beco da Poeira, como também a análise dos dados obtidos durante o processo de pesquisa, tendo como espaço objeto de estudo, o Centro da Cidade de Fortaleza, análise feita durante o ano de 2019 que resultou no trabalho de conclusão de curso em Geografia em que dado os limites deste artigo não poderemos nos estender muito.

Para contribuir com a construção da metodologia do trabalho foram realizados hemeroteca com construção de banco de dados das reportagens em jornais locais referente ao tema e quatro trabalhos de campo no antigo espaço da Fábrica Progresso, atual Novo Beco da Poeira, nos meses de abril e novembro de 2019 para termos a aproximação empírica do espaço que atualmente ganha uma nova funcionalidade urbana. Além disto, foram realizados registros fotográficos e aplicação de questionários com trabalhadores e frequentadores do espaço, para desta forma, conhecer o perfil do trabalhador do Beco da Poeira, a importância do equipamento para sua renda e sua visão sobre antigo e novo espaço, como também com moradores e frequentadores do Beco da Poeira, para investigar se conheciam o antigo espaço da Thomaz Pompeu Têxtil, a avaliação do antigo e novo Beco e a relação de consumo de produtos e serviços.

Assim, os passos metodológicos que envolveram ainda pesquisa bibliográfica e documental foram de extrema relevância para que fosse possível chegar a análise do objeto de pesquisa deste trabalho, sendo que através dos objetivos alcançados se conseguiu perpassar o delineamento da investigação do tema proposto e suas fases de realização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Beco da Poeira e sua importância para o Circuito Inferior da economia

No processo desigual da produção e ocupação do espaço do mundo capitalista, em especial nos países industrializados em desenvolvimento, os quais nem todos tem acesso ao consumo de produtos de alto valor e nem toda população economicamente ativa está em postos de empregos

formais, muitos encontram no comércio ambulante uma forma alternativa de consumo e trabalho.

O setor informal da economia é composto, dentre outros por comerciantes e impulsionado pela desigualdade socioeconômica presente nas economias urbanas, logo, a ciência geográfica passa a analisar as cidades através de dois subsistemas da economia urbana: o circuito superior ou “moderno” e o circuito inferior ou marginal (SANTOS, 1979).

O circuito inferior é dinâmico e presente nos grandes centros urbanos do Brasil, como também em países que apresentam urbanização e industrialização tardia e desigual, o qual alcança diferentes formas de prestações de serviços e trabalho, gerando, assim, um sistema que se diversifica e se adequa cada vez mais ao processo capitalista atual que, de acordo Santos (1979, p. 201), se compara a definição de circuito inferior a formula de Lavoisier: “Nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”. Isto é bem visível no Beco da Poeira, visto que, de acordo com as pesquisas de campo e a literatura consultada, é um lugar onde predomina a venda de confecção, porém seu dinamismo vai do vestuário à alimentação, das miudezas à tecnologia, e também presta serviços de concertos de roupas, salões de beleza, impressões e eletrônicos, como também, atualmente, presta serviços do circuito superior com a presença de uma lotérica e caixa 24 horas. Logo, é um espaço onde se tem de tudo um pouco, Santos (1979, p. 201), ao tentar conceituar o circuito inferior, afirma o seguinte:

[...] Na realidade, trata-se mais de um conceito que de uma denominação; o circuito inferior é o resultado de uma situação dinâmica e engloba atividades de transformação como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que tem têm uma filiação comum.

Tal setor da economia ligado ao comércio ambulante de feirantes, não é algo recente, pois na Idade Média, na Europa, conforme alerta Dantas (2012), se tem registros históricos de feiras medievais que impulsionaram a formação das cidades e que contribuíram para o surgimento da burguesia em sua fase inicial. Essas feiras foram se desenvolvendo, ao longo do período renascentista, principalmente a partir dos “vazios nas redes vulgares de abastecimento” na Europa (DANTAS, 2012, p. 17), com o surgimento e expansão da indústria pelos continentes, trazendo, assim, crescimento migratório e o aprofundamento da desigualdade social.

Neste percurso, ocorrem territorializações do espaço de forma desigual e também o crescimento cada vez maior da informalidade, e a presença de feirantes nos diversos centros urbanos das cidades, em especial nos países emergentes, fazendo com que o circuito inferior cada vez mais cresça e se desenvolva com prestações de serviços mais acessíveis e gerações de empregos informais.

Cerca de 61% das pessoas que compõem a força de trabalho no mundo atuam de maneira informal. É o que aponta um relatório divulgado nesta quarta-feira (13) pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com dados de 2018. Segundo a pesquisa, o número de pessoas trabalhando na economia informal é de cerca de 2 bilhões de pessoas. O levantamento mostra ainda que, entre as pessoas que estão trabalhando, mais da metade (52%) são assalariadas, enquanto 34% atuam por conta própria. Outros 11% ajudam em trabalhos familiares, e apenas 3% estão na categoria “empregadores”. Nessa divisão por categorias, as pessoas que atuam por conta própria se destacam no mercado da informalidade. Entre elas, **85% estão no mercado de trabalho considerado “informal”**. Já entre os assalariados, são cerca de 40% .

A reportagem cujo trecho é supramencionado reitera, no caso específico do Brasil, sobre o fenômeno da informalidade:

[...] em 2018, a soma de pessoas trabalhando por conta própria ou no mercado informal seguiu acima da quantidade de empregados com carteira assinada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Ao final do

ano passado, o Brasil tinha 33 milhões de pessoas trabalhando com carteira assinada (sem considerar empregados domésticos). Outras 11,5 milhões estavam atuando sem carteira, e outras 23,8 milhões, por conta própria.

Já sobre o caso da informalidade no Ceará:

Seis em cada dez trabalhadores cearenses estão na informalidade atualmente. A maior parte deles está na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). "É um percentual muito elevado, mais da metade da força de trabalho. De maneira geral tem sido um período de expansão", reforça Erle Mesquita, coordenador de Estudos e Análise de Mercado do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT). De acordo com ele, apenas 14% dos autônomos têm algum tipo de seguridade social. "A situação é ainda pior no Interior do Estado, isso é mais expressivo", afirma Mesquita. O coordenador do IDT também informa que a composição dos trabalhadores informais é formada por assalariados sem carteira assinada, cerca de 23,5% dos ocupados, totalizando 802 mil pessoas. Os dados fazem parte da PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de dezembro de 2016. Já os trabalhadores por conta própria, segundo Mesquita, são 25,1% de toda a força de trabalho e representam cerca de 857 mil pessoas no Ceará. "São os vendedores da orla de Fortaleza, pedreiros, serventes, entre outros". Os dados também constataam que os empregados domésticos sem carteira assinada são mais de 550 mil no Estado, ou 16,2% da força de trabalho, de acordo com Erle Mesquita. Conforme ele, a maioria desses trabalhadores são homens, acima de 40 anos. "Nessa faixa de idade fica mais difícil a contratação formal. Mais da metade são homens. O emprego tradicional fica para os mais jovens", confirma o coordenador.

Dessa forma, ocorre em Fortaleza um processo desigual de trabalho e consumo, ocasionando a procura e o consumo de produtos ligados a ambulantes e feirantes, principalmente da população de menor renda, e também muitas famílias que não foram incluídas em postos de trabalhos formais acabam encontrando no circuito inferior da economia uma forma de sobrevivência e fonte de renda. "O circuito inferior constitui também uma estrutura de abrigo para os cidadãos, antigos ou novos, desprovidos de capital e de qualificação profissional. Esses encontram bem rápido uma ocupação, mesmo que seja insignificante ou aleatória" (SANTOS, 1979, p. 202). Ainda sobre a formação do circuito inferior, de acordo com Santos (1979, p. 197):

As condições de evolução da economia moderna e o enorme peso de uma população urbana com baixo nível de vida, que não para de aumentar com a chegada maciça de migrantes vindos do campo, acarretam a existência, ao lado do circuito moderno, de um circuito econômico não moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie. As unidades de produção e de comércio, de dimensões reduzidas, trabalham com pequenas quantidades.

A expansão do circuito inferior é bem representativa em Fortaleza, a exemplo do comércio no Centro da cidade, com o Novo Beco da Poeira, o Esqueleto da Moda, a feira da José Avelino, os feirantes no entorno da Igreja da Sé e na Praça José de Alencar; estes são exemplos de espaços usados por famílias que dependem deste setor da economia para sobreviver e gerar renda (DANTAS, 2012; SILVA, 2013; SANTOS, 2014).

De acordo com os dados coletados durante o trabalho de campo realizado no Centro de Fortaleza, moradores e frequentadores do Centro de Fortaleza afirmam que compram no Beco da Poeira, pois encontram preços mais acessíveis, variedade de produtos e serviços, a melhora da estrutura e a facilidade das vendas com uso de máquinas de cartão de crédito, caixa 24 horas e casa lotérica. Sobre o consumo no comércio ambulante pelas populações de menor poder aquisitivo Dantas (2012, p. 70) afirma que:

O comércio ambulante juntamente com o crediário, ao atuarem como forma viabilizadora do consumo, atendem ao "grande sonho" das classes de menor poder aquisitivo, as quais espelhando-se na classe média a personificadora do ideal da realização via consumo, anseiam em tornarem-se consumidores. Devido ao baixo poder aquisitivo da maioria daqueles que passam a usufruir o espaço do Centro, tal anseio somente será atingindo através do comércio ambulante, o qual lhes dará possibilidade de inserção na sociedade de consumo, devido aos preços baixos dos produtos vendidos. [...] atendendo aos anseios consumistas de seus clientes, os quais não poderiam dispor destes lançamentos devido ao alto preço.

Além disto, é uma forma dos consumidores de menor poder aquisitivo obter produtos que tem maior divulgação através da questão cultural e dos esportes, haja vista, novelas, seriados, futebol, seja nacional ou internacional. Mais do que apenas entreter os telespectadores, muitos brasileiros usam referências da mídia sobre o que vestirem, o corte de cabelo e o que consumir, usam camisas de grandes astros do futebol ou do time do coração e, muitas vezes, não conseguem usufruir de produtos de alto valor em grandes shoppings, recorrem a locais como o Beco da Poeira, o Esqueleto da Moda, a Feira da Sé e a Feira da José Avelino para usufruir desta moda que observa na mídia.

Assim, dentro da sociedade do consumo na qual vivemos, o circuito inferior da economia consegue oportunizar a população de baixa renda a também consumirem produtos que estão na moda cultural. Sobre a questão cultural e os produtos vendidos no Beco da Poeira, podemos analisar, segundo Araújo (2011, p.14):

Exemplo da capacidade de apropriação da cultura dominante, a moda do Beco consiste basicamente na transformação do que é consumido nas telenovelas e criações exclusivas das pequenas redes de confecção, baseadas em modelos “de marca”. Acessórios, roupas, couros, tendências, tudo é absorvido, reinventado e repassado ao freguês, que, muitas vezes, já vai ao beco em busca desta moda previamente conferida na TV e nos grandes shoppings.

Logo, o Beco da Poeira, além de ser um lugar de oportunidade de consumo para população de renda mais baixa, também é um lugar de oportunidade de trabalho e fonte de renda, apesar de muitos permissionários reclamarem da diminuição consideravelmente das vendas.

A expansão do circuito inferior é bem representativo em Fortaleza, a exemplo no Centro da cidade, com o Novo Beco da Poeira, também temos o Esqueleto da Moda, a feira da José Avelino, os feirantes no entorno da Igreja da Sé, na Praça José de Alencar, na Praça da Lagoinha, na Praça Coração de Jesus e em diferentes pontos espalhados pelas ruas de Fortaleza, os quais dividem o espaço com o circuito superior.

Mesmo diante da grande diversidade de locais em Fortaleza onde podemos encontrar o comércio ambulante, o Beco da Poeira, foi por muito tempo o único local e mais importante centro de comércio popular e varejista de Fortaleza, a partir de seu funcionamento, começou a se desenvolver com mais amplitude o circuito inferior da economia em Fortaleza. Sua área de influência acaba atraindo municípios da região metropolitana de Fortaleza, do interior do Estado, de outros estados brasileiros e até de outros países, conforme afirma Silva (2013).

De acordo com as repostas dos permissionários, além da capital Fortaleza, citaram os seguintes municípios da Região Metropolitana: Caucaia, Maranguape, Maracanaú e Eusébio, no interior do Estado mencionaram também Crateús, Quixeramobim, Morada Nova, Sobral, Novo Horizonte e, quanto a outros países, citaram Angola, China, Colômbia, França, Japão, Síria, Venezuela e Árabes.

Sua grande área de influência no espaço, para além de Fortaleza, se deve a sua longa história no comércio ambulante no Centro de Fortaleza e a própria transformação deste bairro em “Centro da Periferia” (DANTAS, 2009), haja vista a transformação do Centro em bairro comercial e de consumo, contribuindo para o aumento de circulação de pessoas nesta área da cidade. Isso movimenta o comércio formal e informal, atraindo consumidores locais e os chamados sacoleiros, que vem de outras localidades comprar em Fortaleza para revender em seu lugar de origem, o que movimenta a economia local, não só com ambulantes, mas também no comércio como um todo, do Centro de Fortaleza.

Dessa forma, a divisão do espaço entre ambos os circuitos não necessariamente irá gerar uma forte divisão entre ambos, apesar de não haver harmonia entre ambos, pelo fato da ocupação do espaço e a problemática da circulação do transporte urbano terem sido problemáticos. No entanto, existe uma intrínseca relação entre ambos os circuitos, que não necessariamente é ligado a sua forma de definir seu surgimento a partir da não absorção pela indústria e dos que não foram inseridos em empregos formais, pois o circuito superior, além de concorrer, também será fornecedor e consumidor de produtos para aqueles que estão inseridos no circuito inferior (DANTAS, 2012).

[...] consumidas por clientes diversos, desde funcionários de outras lojas do Centro (que, muitas vezes, se recusam a comprar no estabelecimento em que trabalham pela diferença significativa de preços) até sacoleiras de outros estados que viajam centenas de quilômetros para reabastecer no Beco suas butiques e barracas (ARAÚJO, 2011, p. 14).

Sobre a relação dos dois circuitos Silva (2013, p.130) traz a seguinte contribuição:

[...] apesar de a economia urbana ser compostos por dois circuitos econômicos distintos, fruto do atual processo de modernização, um de forma mais direta (circuito superior) e o outro mais indireta (circuito inferior), as implicações da economia urbana sobre o espaço se dá de modo a compreender os dois circuitos funcionando em conjunto.

Assim, o novo Beco da Poeira, grande expoente do comércio de feirantes no Centro de Fortaleza, passa por diversas mudanças promovidas pelo poder público municipal de Fortaleza, tendo seu início no espaço público da Praça José de Alencar e atualmente estando na antiga Thomaz Pompeu Têxtil, que teve seu prédio reformado e requalificado para receber os feirantes e, assim, gerando uma nova dinâmica em seu antigo espaço, contribuindo também para quebrar estigmas que se tinha sobre o Beco da Poeira e contribuindo para analisar o quanto o circuito inferior da economia vem se adaptando e se renovando nos grandes centros urbanos brasileiros.

Assim, como ocorreu no antigo “Beco”, o Novo Beco da Poeira foi construído através da ação do poder público municipal para regulamentação do espaço no Centro da cidade, uma forma de produzir no espaço central uma nova roupagem para o funcionamento do circuito inferior da economia de Fortaleza, pois até então, o comércio ambulante era predominantemente em locais com pouca infraestrutura e insegurança.

Em suma, Fortaleza é palco deste importante centro de pequenos negócios no Centro da Cidade, que, outrora, deu lugar a importante Fábrica Progresso, a partir da coragem dos Irmãos Thomaz e Antônio Pompeu e o sócio Nogueira Acioly que fundam a primeira fábrica têxtil fabril cearense, hoje com uma nova funcionalidade urbana, não mais industrial, mas sim comercial, onde habita um complexo e dinâmico espaço em que o circuito inferior é bastante presente imbricado ao circuito superior, gerando renda para famílias que encontraram nessa forma de comércio uma maneira de consumir produtos que o modelo capitalista desigual não possibilita sua aquisição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CPNF, importante lugar no Centro da Cidade que reúne trabalhadores informais, implicando em uma nova dinâmica para o circuito inferior da economia em nossa capital faz parte do projeto de requalificação do Centro Histórico fortalezense. O CPNF não só foi somente a reforma e refuncionalização do antigo espaço fabril da Thomaz Pompeu Têxtil em novo Beco da Poeira, mas também foi uma tentativa do poder público em disciplinar e reorganizar o uso do solo urbano no Centro da capital cearense.

O Novo Beco da Poeira deu nova ressignificação à produção espacial da antiga Fábrica Progresso, melhores condições de trabalho para os feirantes transferidos para o novo lugar, trabalhadores estes que, devido o processo contraditório que ocorre no capitalismo, buscam meios e formas de sobrevivência que marcam os espaços da cidade a partir de sua produção e formas de ocupação nas atividades socioeconômicas.

Conforme foi visto, assim, como ocorreu no antigo “Beco”, o Novo Beco da Poeira foi construído através da ação do poder público municipal para regulamentação do comércio informal no Centro da cidade, assim produzindo no espaço uma nova roupagem para o funcionamento do circuito inferior da economia de Fortaleza, pois até então, o comércio ambulante predominava em locais com pouca infraestrutura e insegurança.

Como atualmente ainda é visível no espaço urbano a ocupação de áreas públicas de forma desordenada pelo comércio informal, com a Thomaz Pompeu Têxtil e a construção do primeiro Centro de Pequenos Negócios, a revitalização visa modificar essa visão e trazer a imagem de um novo local com maiores atrativos e infraestrutura.

A relação da antiga fábrica com o novo Beco da Poeira durante o processo de requalificação do Centro de Fortaleza, trouxe mudanças essas que, além de alterar a paisagem na área Central, acarretou novas funcionalidades ao seu antigo espaço, como também impulsionou o comércio dentro do circuito inferior da economia.

O circuito inferior analisado aqui a partir do comércio no novo Beco da poeira reúne atores sociais ligados ao circuito inferior imbricados também direta ou indiretamente ao circuito superior da economia e continua sendo um importante centro de consumo para a população de menor poder aquisitivo, e de oportunidade de trabalho para os que estão excluídos do setor formal da economia.

Conclui-se que o CPNF exerce um triplo papel primeiro com uma nova dinâmica para o circuito inferior da economia em nossa capital, segundo com a refuncionalização em espaços de comercialização de antigos espaços da produção com importância ao longo da história do patrimônio industrial, terceiro por fazer parte do projeto de requalificação do Centro Histórico fortalezense, trazendo mudanças na paisagem urbana e grande contribuição para a reorganização do espaço central de Fortaleza.

O Centro de Pequenos Negócios está inserido no circuito inferior da economia, resultante do processo desigual da produção do capital no espaço, centro este que, desde 2010, tem o reconhecimento da Prefeitura Municipal de Fortaleza e funciona como fonte de renda de famílias que dependem do comércio do Beco da Poeira, e também um local de consumo da população de baixa renda.

Este importante fixo espacial do circuito inferior da economia, conforme foi visto acolhe diversos tipos de serviços em seu novo espaço, funcionando em conjunto com o circuito superior da economia, visto que ambos os circuitos não são separados e interagem entre si através do capital, como parte do sistema capitalista contraditório que facilmente se adapta às diferentes realidades e, assim, o novo Beco se torna um espaço dinâmico e complexo em sua atual estrutura.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, E. F. **A trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem 1880-1950**. Fortaleza: Edições UFC, 1989. Coleção Estudos Históricos.

_____. **O Fiar e o Tecer: 130 anos da indústria têxtil no Ceará**. Fortaleza: SINDITÊXTIL / Gráfica LCR, 2014.

ARAÚJO, M. de. **Histórias de Beco: quando a poeira assenta, entrevemos rostos, punhos e corações**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CAVALCANTE, I. Reforma do Beco da Poeira é concluída. **O Povo online**, Fortaleza, 2015. Disponível em:

<<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/12/15/noticiasjornalcotidiano,3549298/reforma-do-beco-da-poeira-e-concluida.shtml>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

DANTAS, E. W. C. O centro de Fortaleza na Contemporaneidade. In: DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B. da; COSTA, M. C. L. (Orgs.). **De cidade à metrópole: (trans) formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

_____. (Org.). **A cidade e o comercio ambulante: Estado e disciplinamento da ocupação do espaço público de Fortaleza (1975 – 1995)**. Fortaleza: EDUFC, 2012.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Coleção Geografia e Adjacências.

MONTENEGRO, M. R. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. São Paulo: USP, 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MUNIZ, A. M. V. **A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2014.

_____. O Ceará e a indústria têxtil no espaço-tempo. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 36, n. 3, set./dez. 2016, pp. 420-443.

_____. The Production Of Fortaleza's Metropolitan Space And The Industrial Dynamic/A produção do espaço metropolitano de Fortaleza e a Dinâmica Industrial. **Mercator**, [s.l.], v. 14, n. 3, p.61-74, 15 dez. 2015.

_____. CABRAL; SAMPAIO. Dinâmica Industrial Na Região Metropolitana De Fortaleza No Contexto Da Reestruturação Produtiva E Espacial. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), Fortaleza, 2019.

_____. **Reestruturação Produtiva Industrial e as Consequências Sociais e Espaciais**. Revista Espaço e Economia. Rio de Janeiro, 2019.

NASCIMENTO, H. R. do. 6 em cada 10 trabalhadores do Ceará estão na informalidade. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 2017. Disponível em:

<<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/6-em-cada-10trabalhadores-do-ceara-estao-na-informalidade-1.1744137>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

NOBRE, G. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: FIEC, 1989.

Projeto do novo Beco da Poeira será apresentado a todos os permissionários. **Centro de Fortaleza**, Fortaleza, [200?]. Disponível em:

<http://www.centrodefortaleza.com.br/Paginas/Destaques.php?titulo_resumo=Projeto+do+novo+Beco+da+Poeira>. Acesso em: 2 dez. 2019

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

SANTOS, M. C. **A dinâmica dos circuitos da economia urbana na indústria de confecção em Fortaleza – Ceará**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SILVA, J. B. da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf, 1992

SILVA, E. S. da. **Dinâmica socioespacial do comércio popular de confecção no centro de Fortaleza**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de PósGraduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

TREVIZAN, K. Mais de 60% dos trabalhadores estão no mercado informal, diz OIT. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-eemprego/noticia/2019/02/13/mais-de-60-dos-trabalhadores-estao-no-mercado-informaldiz-oit.ghml>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

INTRODUÇÃO

A territorialização do semiárido ocorreu, conforme Andrade (1973), por meio da criação de gado para a produção do charque; sendo os pontos irradiadores da colonização as cidades de Salvador, BA, e de Olinda, PE, e o caminho utilizado foram os rios. Junto a isto, se destaca que a colonização aconteceu a partir da concentração de terras, poucas famílias exerciam o controle territorial (ANDRADE, 1973).

Conforme Furtado (1968), no desenvolver do século XVIII, houve a inversão da importância dos papéis na estrutura organizacional produtiva apresentada entre o sertão pecuarista e o litoral açucareiro. Como destaca Galeano (1986), no século XVIII, há o processo de declínio da economia açucareira nordestina. O declínio da economia açucareira tem, segundo Galeano (1986), dupla escala de abrangência: a externa e a interna. Na externa, verifica a proximidade das Antilhas ao mercado europeu, bem como a inserção de Barbados na produção açucareira mundial. Na interna, conclui que, para além da questão internacional, a constante rebelião/resistência dos escravizados e a descoberta de minerais preciosos em outras localidades no Brasil contribuíram para o enfraquecimento da economia açucareira.

A crise açucareira, conforme Furtado (1968), promoveu uma intensa migração das áreas litorâneas nordestinas para a extração mineral e para o sertão pecuarista, semiárido. Aqui se destaca o semiárido, em que a sua territorialização ganha novos contornos, ampliando-se devido o processo migratório de milhares de indivíduos para o interior nordestino, isto com o intuito de conseguirem garantir a subsistência da família. O que acontece é que nas áreas de produção agrícola para a exportação, segundo Furtado (1968), quando se tem a redução do lucro, há o aumento da quantidade de solos necessários para a produção. Como resultado, se tem a redução da oferta de alimentos básicos e seu consecutivo aumento de preços. Nas áreas de pecuária, por sua vez, as crises demoram a se alastrar, pois a população se alimenta do produto exportado.

Entrementes, cabe destacar que a seca sempre esteve presente na vida dos viventes do processo de territorialização do semiárido. Contudo, segundo Lima (2010), é na segunda metade do século XIX que a discussão aparece na construção discursiva nacional. A supracitada autora menciona como referência as datas de 1877, quando o tema seca foi discutido durante um mês no Instituto Politécnico, e a de 1884, momento de fundação do Clube de Engenharia e de aprofundamento do debate sobre a seca. A chamada para a discussão do tema foi oriunda pela grande repercussão da seca que ocorreu entre os anos de 1877 a 1879; esta estimulou uma massiva população a migrar para outras regiões do Brasil, principalmente para a parte da Zona da Mata, no Nordeste e a região Norte, esta economicamente mais dinâmica devido à progressiva expansão mercantil do látex (CANO, 2001).

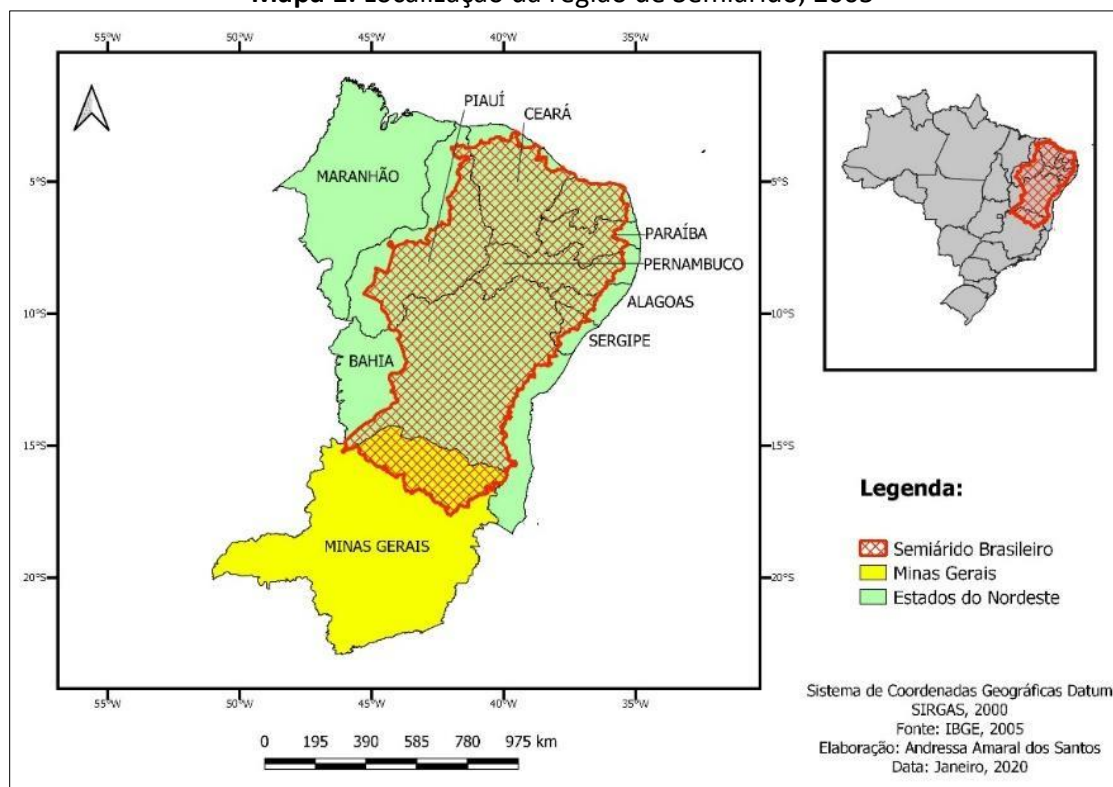
Entretanto, a temática seca, conforme apresenta Abreu (ABREU, 1997), ganha maior visibilidade com a publicação do romance jornalístico, historiográfico, sociológico (BERNUCCI, 1995) *Os Sertões* (1902). O referido romance é instaurador do aprofundamento do debate sobre os sertões e a situação de miséria/abandono. Como resposta, o elemento natural de semiaridês foi responsabilizado. Assim, se fez análogo com o realizado com os conselheiristas, viventes de Belo Monte, se buscou enfrenta-lo pelo “combate”. Euclides da Cunha, no artigo intitulado Plano de uma Cruzada, publicado no livro *Contrastes e confrontos* (S. D.a), corrobora com a ideia de que a ação para amenizar os problemas advindos do ambiente

de semiaridez deve ser ininterrupta. Chega a esta conclusão por observar que a seca é um fenômeno previsível que, contudo, só ganha visibilidade em situação de dramaticidade devido aos momentos de longo período de escassez. Nas palavras de Euclides da Cunha (S. D.a, p. 26):

Estabelecido de modo iniludível o fatalismo das leis físicas, que estão firmando o regime desértico em mais de um milhão de quilômetros quadrados do território e torturando cerca de três milhões de povoadores, impõe-se-nos a resistência permanente, constante, inabalável e tenaz – uma espécie de “Guerra dos Cem Anos” contra o clima – sem mesmo a trégua dos largos períodos benignos, porque será exatamente durante eles que nos aperceberemos de elementos mais positivos para a reação.

Desta maneira, de forma análoga com o que fizeram com os conselheiristas de Monte Belo, evidenciado no romance *Os Sertões* do supracitado, se buscou o combate a seca, um projeto contínuo contra um inimigo que não se vence. Como resultado, durante o decorrer do século XX, se verifica a formação de uma indústria (CASTRO, 1992). Indústria esta retroalimentada por políticas públicas que não permitiram a superação das farsas que envolvem o problema climático de semiaridez.

Mapa 1: Localização da região de Semiárido, 2005

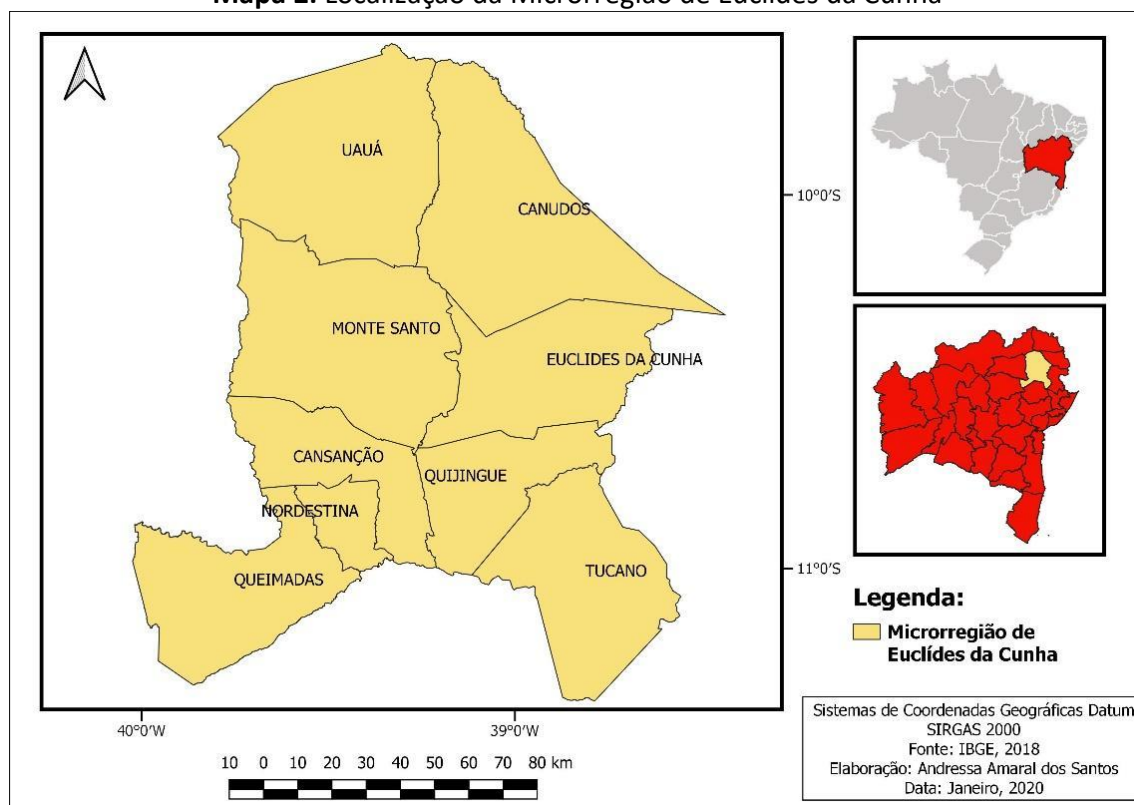


Fonte: IBGE, 2005

Assim, se objetiva, por meio da revisão de literatura, analisar a historiografia de intervenção estatal na região de semiárido (Mapa 1), mais especificamente na microrregião de Euclides da Cunha (Mapa 2) durante o século XX. O intuito é verificar as ações do Estado para amenizar os impactos decorridos do ambiente de semiaridez. Para o desenvolvimento do conteúdo, se

optou pela divisão da discussão em três partes: 1909 – 1950, 1950 – 1980, e 1980 – 2001. O primeiro e o último momento correspondem com períodos de intervenção estatal não sistemática e/ou generalizante, o segundo, por sua vez, se torna representativo do primeiro grande projeto de intervenção modernizadora federal na região semiárida e o Nordeste como um todo.

Mapa 2: Localização da Microrregião de Euclides da Cunha



Fonte: IBGE, 2018.

HISTÓRICO DE INTEVENÇÃO DO ESTADO NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO

Em 1909, o governo brasileiro institui um órgão responsável por mitigar os problemas advindos desta questão natural. O órgão criado foi a Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS). Segundo Lima (2010, p. 13), citando documento elaborado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, a Inspetoria tinha como objetivo:

Estabelecer, nessa região, os serviços preparatório, e indispensáveis, tanto de ordem científica quanto técnicas para a solução racional, rápida e econômica do problema das secas; estabelece-os de um modo systematico, tendo em vista a obtenção dos dados de observações necessários a confecção dos projectos das obras de engenharia e, ao mesmo tempo, executa-las por um trabalho regular.

Em 1919, o supracitado órgão passa a ser chamado de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e em 1945 recebe a atual nomenclatura Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e passou a ser concebida como autarquia (OLIVEIRA, 1977). Malvezzi (2007) argui que este órgão, em sua historiografia, atuou sozinho na região do semiárido até o ano de 1959, momento de institucionalização da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A opção de combate adotada antes da SUDENE foi a de construção de

estradas e de açudes. Como resultado, a região é a mais açudada do planeta, tendo: “[...] aproximadamente 70 mil açudes” (MALVEZZI, 2007, P. 67). Salienta-se, entretanto, que o DNOCS não funcionou como um promotor do desenvolvimento social a partir da maior democratização do acesso a água. Nas palavras de Oliveira (1977, p.48), o:

[...] DNOCS dedicou-se, sobretudo, à construção de barragens para represamento de água, para utilização em períodos de seca, e a construí-las nas propriedades de grandes e médios fazendeiros: não eram barragens públicas, na maioria dos casos. Serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para a implantação de pequenas “culturas de subsistência” de várzeas, assim chamadas as ribeiras das barragens. O investimento do DNOCS reforçava, num caso como noutro, a estrutura arcaica: expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, e contribuía para reforçar a existência do “fundo de acumulação” próprio dessa estrutura, representado pelas “culturas de subsistência” dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes.

171

O que este autor destaca é que a citada instituição trabalhou no sentido de retroalimentar a base oligárquica sertaneja. Aponta-se que uma pequena elite sertaneja (política e econômica), bem como grupos diversos de capitalistas de outros municípios, estados ou países ligados a lideranças políticas nordestinas dos vários níveis da federação, se perpetuam como os “únicos” beneficiários das políticas federais elaboradas para mitigar os impactos das secas na região do semiárido. A seca torna-se, como verificado por Castro (1992, p. 202) após analisar os discursos dos políticos nordestinos no congresso durante as décadas de 1940 a 1980, o “mito da necessidade”: “Sintetizando as idéias e opiniões da maior parte da bancada nordestina, temos que os problemas sócio-econômicos da região decorrem, basicamente, das condições climáticas desfavoráveis e devem ser equacionados com recursos da União”.

Os investimentos são realizados, mas o resultado social não é alcançado. Pelo contrário, como destaca Cano (2001, p. 105), o Nordeste brasileiro adentra na década de 1950 com inúmeras pressões sociais advindas:

[...] das secas, da concentração industrial em São Paulo, dos elevados recursos federais alocados na construção de Brasília, do intenso debate nacional em torno do problema do subdesenvolvimento nacional e regional e do crescimento de vários movimentos sociais reivindicatórios (em especial o das Ligas Camponesas).

Bacelar (2001) bem como Cano (2001) destacam que a década de 1950 é marcada pela exacerbação da questão regional brasileira. Para os supracitados, a questão regional tem início na década de 1930, quando houve a formação de um mercado nacional interligado, em que o centro dinâmico de (re)ordenamento passou a ser a região Sudeste. Em especial, São Paulo se destacou ao centralizar parte significativa do processo de industrialização, e, com isso, acúmulo de capital. Segundo Cano (2001, p. 114):

[...] desde a década de 1930, a industrialização passava a ser feita em escala nacional, comandada basicamente por São Paulo, que então iniciava o processo de integração do mercado nacional, condicionando-o portanto, a uma complementaridade inter-regional ajustada às necessidades ditadas pela acumulação daquele centro dinâmico.

Como resultado do desenvolvimento regional desigual, o Nordeste passou a ser a região que fornecia parte significativa da força de trabalho necessária para abastecer a crescente industrialização da região Sudeste (SINGER, S.D.). Além de perder força de trabalho para outra região, a região Nordeste também perde, segundo Cano (2001), porque a concentração das atividades produtivas industriais fez com que não houvesse em outras regiões o fomento de uma burguesia industrial que pudesse colidir com o interesse agrário hegemônico. O resultado foi o gradual aprofundamento da desigualdade social no Nordeste brasileiro, que inflamava socialmente a região e “pedia”, com isso, respostas por parte do então presidente Juscelino

Kubischek. Conquanto, cabe destacar que não só a região Nordeste que pressionava a intervenção da União em sua realidade. Segundo Becker (1997), de 1930 a 1950, a migração de nordestinos para a região de maior dinamicidade econômica era vista como sinônimo de progresso, contudo, de 1950 em diante, a concepção altera-se, e aí se constroem discursos exacerbando a necessidade de dinamizar a economia nordestina para absorver a força-de-trabalho. Desta feita, o citado presidente:

[...] chamou algumas pessoas (entre as quais Furtado) para discutir a questão, e, diante da exposição feita por este, determinou o lançamento da Operação Nordeste em Janeiro de 1959. Por decreto, criou o Codeno (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste) ainda em abril e enviou ao Congresso o projeto de lei de criação da Sudene (CANO, 2001, p. 106).

Assim, para atuar em conjunto com o DNOCS, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A SUDENE E AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NA REGIÃO NORDESTE

De acordo com Oliveira (1977), o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) foi considerado pré-SUDENE. O Executivo criou o CODENO para elaborar a própria SUDENE e as estratégias de intervenção na região Nordeste. Para tal, foram nomeados, pelo presidente, os governadores dos estados da região, representantes dos ministérios e de outras agências de fomento: “Houve quem visse nessa estruturação a marca de um ‘novo federalismo’; entretanto, essa estruturação é sobretudo a marca da concentração de poder em mãos do Executivo Federal e, portanto, a morte da Federação” (OLIVEIRA, 1977, p. 102).

Oliveira (1977) destaca que o entorno da criação da SUDENE foi configurada por relações de poder advindas dos interesses de classes sociais que buscavam materializar os direcionamentos políticos administrativos. Conforme escreve este autor (1977, p. 14):

Prima facie, a experiência da SUDENE parece excessivamente marcada pela força ou fraqueza de alguns dos seus personagens principais: o vigor intelectual de um Celso Furtado, o vigor político de um Cid Sampaio, o messianismo de um Francisco Julião, o maneirismo pessedista de um Miguel Arraes, a falta de caráter de um João Goulart, o desvario brasileiro de um Juscelino Kubitschek. É preciso, porém, entender tais personagens como personas no sentido de Marx: representam forças sociais; seus nomes privados são nomes próprios das classes e grupos sociais que representavam, e dos processos contraditórios a que o embate e o confronto dessas classes davam lugar.

Sob o comando de Celso Furtado, a então criada SUDENE procura colocar politicamente e economicamente em prática um ambicioso e ousado plano de intervenção Estatal na região nordeste (CANO, 2001). Este plano tinha, segundo Cano (2001) e Bacelar (2001), como objetivos: a “transferência” populacional do semiárido para o Maranhão, para a região oeste baiana e para as margens de rios; a promoção da reforma agrária; e o incentivo, por meio de políticas fiscais, do processo de industrialização via o fortalecimento e criação de uma elite local/regional urbana/industrial que pudesse “colidir” com os interesses da elite agrária. Malvezzi (2007, p. 68) historia que a SUDENE:

Nasceu com o intuito de desenvolver o Nordeste, principalmente o Semi-Árido [...] Propunha objetivos ambiciosos: a industrialização e a superação dos problemas agrícolas, tantas vezes agravados pelas secas, mas decorrentes, fundamentalmente, de uma agricultura inadaptada ao clima regional. Propunha a colonização das terras despovoadas no Maranhão e no Oeste da Bahia, aproveitando melhor as bacias hidrográficas e os açudes do Nordeste para irrigação (MALVEZZI, 2007, p.68).

Oliveira (1977) divide a diversidade de caminhos que a SUDENE poderia tomar em dois. Ele

destaca que se deste conflito os vencedores fossem as forças populares, a realidade seria outra. Entretanto, a concepção de desenvolvimento que se consolidou na SUDENE foi a capitalista monopolista, considerada um mecanismo de auxílio aos latifundiários e aos barões do açúcar. Malvezzi (2007, p. 69), em sintonia com as considerações de Oliveira (1977), evidencia que a SUDENE foi cooptada por elites nordestinas, transformando-se num: “[...] manancial de transferência de recursos públicos para o setor privado, sem qualquer retorno social”. A bipolarização geopolítica oriunda da Guerra Fria (1945 – 1991) contribui com a transformação da SUDENE em instrumento para o capital (CANO, 2001). Isto decorre do fato de parte do planejamento estabelecido pela liderança da SUDENE ser considerada comunizante. Com isso, após o Golpe Militar de 1964, o estabelecido enquanto planejamento é readequado a partir dos parâmetros ideológicos do Regime Militar. No caso, segundo Cano (2001, p. 115): “Com o golpe, a proposta do GTDN foi profundamente atingida, mais nas políticas agrárias e agrícolas do que nas de infra-estrutura e de indústria”.

Furtado (1998) argui que os anos iniciais de formação e execução dos planos da SUDENE foram muito exitosos:

Chegamos a 40 novos projetos industriais. Todo mundo queria investir no Nordeste, e ainda tinha o fundo de ágios, que o governo podia usar. Depois, apresentei a Lei de Incentivos Fiscais, que criei para o Nordeste, no quadro da Sudene, e que hoje é aplicada em todas as regiões do Brasil. Na verdade, inspirei-me na legislação do Mezzogiorno italiano, que tinha incentivos fiscais para promover o desenvolvimento. Quem investisse no Nordeste teria um subsídio do governo, correspondente a tanto por cento do capital próprio. Isso mudou tudo. O pessoal do Sul quis investir no Nordeste, e foi uma chuva de projetos. Alguns falharam, mas muitos ficaram. E começou a transformação do Nordeste (FURTADO, 1998, p. 66).

Os militares, ao “tomarem” o poder Estatal, continuam com a promoção do crescimento e do desenvolvimento. Realizaram investimento em infraestrutura que permitissem a maior circulação, incentivaram o processo de produção por meio de incentivos fiscais e atuaram com suas empresas estatais (CANO, 2001) na formação de uma economia regional nordestina “forte”, moderna, industrializada. Com isso, acreditava-se haver uma redução do desequilíbrio econômico regional brasileiro. De fato, os militares teceram um direcionamento político ligado diretamente aos interesses das elites econômicas ou/e políticas ligadas à região nordestina. Como exemplo se cita a questão fundiária do Nordeste brasileiro, em que os militares negaram a Reforma Agrária, mas promoveram a colonização do Oeste baiano conforme o plano inicial da SUDENE. Entretanto, ao invés de ser colonizada por agricultores familiares devidamente assentados, foi por meio do capital latifundiário que a territorialização daquela região se hegemoniza. Conforme Bacelar (2001, p. 82):

Quer dizer, na época dos militares, como não era para fazer reforma agrária, era para se adentrar pela fronteira, esse processo de adentramento da fronteira atinge o oeste do Nordeste. Então, o lado oeste do São Francisco, o sul do Piauí e o Maranhão eram espaços penetrados pela agricultura que tinha subido do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste naquela direção. E não havia nordestinos, havia predominantemente “gaúchos” ocupando aqueles espaços. Os nordestinos tinham ficado nos espaços do semi-árido e os “gaúchos” tinham subido naquela direção, expulsos de suas terras. E tinha-se reproduzido na fronteira a estrutura fundiária perversa das áreas já ocupadas. O conteúdo essencial da proposta reformista não tinha sido aplicado, mas a ocupação tinha sido feita, uma ocupação conservadora, no padrão do que era o desenvolvimento do país na época.

Conforme destaca Cano (2001), o Nordeste economicamente aumenta seu dinamismo na década de 1960 até meados da de 1980. Bacelar (2001, p. 77) diz que esse período, em nível nacional: “[...] se chama, na literatura recente, de ‘modesta desconcentração’ das atividades produtivas”. Nas considerações de Andrade (1970, p. 127):

Se analisarmos os resultados da atuação da SUDENE no setor de industrialização observaremos que ela vem não só contribuir para a instalação de novas indústrias no Nordeste, como também para financiar a ampliação e a modernização das indústrias tradicionais aqui existentes, algumas delas atingidas pelos auxílios da SUDENE quando atravessavam sérias crises devido à incapacidade para concorrer com as similares existentes no Sudeste do país.

Entretanto, o desenvolvimento social não é alcançado. Além disto, o dinamismo econômico propiciado pelo Estado na região Nordeste sofre a contradição de “ir bem” na medida em que o Estado, por meio de seus órgãos, agências e empresas “vai bem” (BACELAR, 2001). O que se coloca é que a atuação por parte do governo federal não conseguiu consolidar o mercado local e o regional com maior independência e autonomia. O resultado dessa desastrosa intervenção estatal foi o agravamento dos problemas sociais.

Ou seja, o país tinha conseguido dar saltos, modernizar-se, o Nordeste tinha conseguido se agarrar na dinâmica nacional, industrializar-se, mas a miséria continuava intacta. A “cara” do Brasil estava refletida com muito mais força no Nordeste do que em outros lugares do país pela natureza do processo então em curso (BACELAR, 2001, p. 81).

Quando Celso Furtado regressa do exílio, segundo Bacelar (2001), e se depara com a “realidade” nordestina em parte modernizada, com alguns projetos da SUDENE implementados e outros ressignificados aos interesses ideológicos dos militares - no entanto, como apontado na citação acima, com a permanência da miséria - chega à conclusão de que ao pensado inicialmente pela SUDENE era equivocado, pois o maior dinamismo econômico não permitiu a superação das mazelas sociais. Assim, conforme destaca Bacelar (2001, p. 83), Furtado acredita que:

No nordeste, para enfrentar mesmo a questão regional, tem-se que distribuir dois ativos importantes, ou não adianta. E os ativos que sugere distribuir são: terra e educação. Enquanto não se mexer na estrutura fundiária, enquanto não se promover o acesso da população ao conhecimento, não será equacionada a tragédia regional. O investimento realizado é apropriado pelas elites, não chega à população.

Acrescenta-se à justa distribuição de terra e de educação, a partir das considerações teóricas sobre o Semiárido de Mavezolli (2007), a da água.

Entretanto, Bacelar (2001) evidencia que do processo de enfraquecimento da SUDENE, em meados de 1980 até o início do século XXI, pouco se alterou no direcionamento político conservador por parte do Governo Federal. No que toca a década de 1990, segundo Bacelar (2001), as políticas do governo federal se concentraram em duas: “Brasil em Ação” e “Avançar Brasil”.

De forma geral, como investigado por Bacelar (2001), a maior parte das obras realizadas por estas políticas foram direcionadas em infraestrutura. No entanto, estas não eram voltadas especificamente para o Nordeste bem como para o Semiárido brasileiro, o interesse era a: “[...] integração competitiva dos ‘pedaços competitivos’ do Brasil na economia mundial” (BACELAR, 2001, p. 86). Como consequência regional, na década de 1990, este tipo de atuação do governo federal fez com que algumas áreas nordestinas já dinâmicas devido à histórica formação territorial e a criticada seletividade espacial da SUDENE tivessem prioridades no recebimento de incentivos governamentais. Desta feita, esta opção de intervenção espacial acabou por deixar a “margem” das políticas públicas outras regiões. Assim, por exemplo:

[...] dentro da lógica da política oficial, não existe nenhuma proposta de reestruturação da base produtiva do semi-árido, ela simplesmente não está na agenda de discussão. Esses espaços estão fora da agenda de discussão, não se debate o que se vai fazer com essas regiões (BACELAR, 2001, p. 88).

A SUDENE, por sua vez, como dito acima, pouco fazia, pois estava submergida em conflitos e acusações de corrupção bem como de usufruto particular (político e econômico) das políticas realizadas. Em matéria publicada no Dossiê SUDENE, promovida pelo Jornal do Comércio, Pernambuco, Maciel (2014) destaca que Antonio Carlos Magalhães anteviu o fim da SUDENE. Diz que em 1993, numa reunião da SUDENE, proferiu um discurso em que chamava a atenção dos demais “colegas” políticos sobre a falta de intervenção nas mazelas vividas no Nordeste: “A Sudene está sob suspeição, o Nordeste está sob suspeição, e se a Sudene não modificar o seu modelo vai desaparecer. Acho do meu dever advertir: ou nós modificamos ou ela acaba. Já abusaram demais dos recursos da Sudene” (MAGALHÃES, *Apud.* MACIEL, 2014, p. 01).

De fato, Magalhães gostaria que a SUDENE não se extinguísse. Entretanto, a historiografia (GOMES, 2001) deste político impede que se acredite que sua preocupação era com o Nordeste. Magalhães, desta feita, buscava defender um interessante instrumento de articulação de poder (político, econômico, ideológico, cultural etc.), assim, não pedia que parassem os diversos tipos de corrupção, mas que se modificassem para conseguir “atingir” as pessoas realmente interessadas e, com isso, amenizar os impactos sociais para diminuir a pressão política e econômica que sofriam por movimentos sociais, opositores políticos e setores da mídia. O que Magalhães propõe é o uso racional da atividade corruptiva democrática, em que os políticos modifiquem alguns elementos da realidade nordestina para que a população não se revolte, bem como não deixe possibilidade para acusações de opositores políticos como da mídia. Literalmente, como destaca Poulantzas (1980), a estratégia dos agentes do Estado é amortecer o conflito de classe. A título de nota: no ano de 2001, o medo de Magalhães se concretiza.

PARA NÃO CONCLUIR

Para o momento, se verifica que a história de intervenção governamental no Nordeste se caracteriza por sucessivas práticas conservadoras de modernização integradora ao território nacional que não possibilitaram, de fato, a justa democratização do uso da terra, da água e do acesso à educação de qualidade como de outros serviços necessários para garantir qualidade de vida para a população do semiárido brasileiro.

É neste cenário de intervenção federal desenvolvido no século XX que o semiárido adentra no século XXI. Contudo, este assunto versa com um novo momento de regulamentação estatal, simbolizada genericamente pela passagem do modelo neoliberal, conduzido pelo Partido da Social Democracia Brasileira, que ficou oito anos na presidência, para o neodesenvolvimentista, promovido a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores a presidência nas eleições de 2002. Para o momento, cabe destacar que com a presidência do PT, há a inauguração de um novo contexto de intervenção federal, com as suas características, mas que, de certa maneira, dialoga com o período aqui estudado; porém, isto é assunto para um novo diálogo textual.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica do Nordeste**. São Paulo: Atlas S. A, 1970.
- BACELAR, Tania. A “questão regional” e a “questão nordestina”. IN: TAVARES, Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. Pp. 71 – 92.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Pp. 319 – 367.

BERNUCCI, Leopoldo M. A imitação dos sentidos: protógonos, contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha. São Paulo: Edusp, 1995.

CANO, Wilson. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. IN: TAVARES, Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. Pp. 93 – 120.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

FURTADO, Celso. Seca e poder. In: TAVARES, Maria da Conceição. ANDRADE, Manuel Correia. PEREIRA, Raimundo Rodrigues (entrevistadores). **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

GOMES, João Carlos Teixeira. **Memórias das trevas**: uma devassa na vida de Antonio Carlos Magalhães. São Paulo: Editora Geração, 2001.

LIMA, Aline Silva. **Um projeto de “combate às secas”**: os engenheiros civis e as obras públicas. Fortaleza: UFC, 2010. (Dissertação)

MACIEL, Ayrton. ACM acusa corrupção e antevê o fim da Sudene. In: **Jornal do Comércio**: dossiê Sudene. Recife, 08/01/2014. Disponível: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2014/01/08/acm-acusacorrupcao-e-anteve-o-fim-da-sudene-112307.php>. Acesso: 22/05/2014.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-Árido**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SINGER, Paul Israel. Implicações econômicas da dinâmica populacional brasileira. In: **Centro Brasileiro de Análise e Planejamento** – CEBRAP. São Paulo, pp. 05 - 16, S.D. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/implicacoes_economicas_e_sociais.pdf. Acesso em: 11/04/2014

O CRESCIMENTO URBANO NA CIDADE DE CRATEÚS: DESAFIOS PARA UM DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL SOB UM OLHAR GEOGRÁFICO E SOCIAL

Caio Paiva Fernandes

INTRODUÇÃO

Segundo o último censo do IBGE (2010), a cidade de Crateús possuía 74.982 habitantes, estando localizada na porção oeste do estado do Ceará, mais precisamente próxima às coordenadas de 05° 10' de latitude sul e 40° 40' de longitude oeste, inserida em um clima semiárido, típico do nordeste brasileiro. Com o crescente avanço do desenvolvimento urbano na cidade de Crateús, vê-se a necessidade de se discutir o plano de desenvolvimento que foi elaborado para a região, no decorrer das diversas gestões municipais que passaram pelo município.

177

O plano citado, anteriormente, remete-se aos planos governamentais instituídos desde o período de Redemocratização, iniciado com o fim do Regime Cívico-Militar (1964-1985), e com a promulgação da Constituição de 1988 e O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) que previa uma série de políticas de orientações, cujo intuito estava em propiciar o desenvolvimento das cidades de pequeno e médio porte, nas quais estavam inseridos em um conjunto socio-estrutural de desenvolvimento muito abaixo daquilo considerado bom e excelente pela Organização das Nações Unidas (ONU). Tal política, tem a finalidade de colocar em prática, pelos municípios e as regiões metropolitanas, as medidas de reversão necessárias a mudança em que se encontram os municípios com altas taxas de pobreza e miséria no país, por meio da utilização e a subsequente criação de um Plano Diretor que tivesse um quantitativo populacional a partir de 20.000 mil habitantes, e nele deveriam conter diretrizes nas quais as posteriores gestões municipais deveriam dar prosseguimento nos mais diversos aspectos estruturais que compunham esse município, por exemplo, o econômico, político, social e o ambiental. A Constituição Federal de 1988, regulamenta e afirma em seu

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (EC no 85/2015), I–direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (...). No seu Capítulo II, Da Política Urbana, em seu Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. § 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I–parcelamento ou edificação compulsórios; II–imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III–desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais (BRASIL, 1988, p.29-112).

Na perspectiva do Estatuto da Cidade, explana-se em complemento a CF de 1988, no seu,

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; II – gestão democrática por meio da

participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente (SENADO FEDERAL, 2001, p. 15).

Ambos os instrumentos normativos institucionais, possuem como objetivo regulamentar a organização dos respectivos municípios e centros urbanos que foram urbanizados de maneira irregular e desordenadamente, servindo-se a assim, como respaldo referencial ao poder público básico da União, ou seja, o município. Além disso, podendo ser utilizado como um recurso de orientações aos sucessivos gestores municipais.

Entretanto, o tecido urbano de Crateús, possui uma realidade assim como de outros tantos municípios por todo o Brasil, consta com a ausência de um Plano Diretor, bem como demais políticas públicas que vão de encontro com a perspectiva de uma cidade sustentável. Dessa maneira, a referida cidade, encontra-se na contramão do que é discutido em conferências internacionais, a exemplo da Agenda 2030 e a Habitat III realizada em Quito (Equador no ano de 2016) a qual trata-se de uma importante reunião realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na qual estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme estabelecido pelo o site PISCOS DE LUZ , que aponta os objetivos a serem adotados pelas cidades afim de proporcionar uma melhor qualidade de vida para os cidadãos. Porém, a cidade não se adequou ainda as exigências das conferências e leis que serão detalhadas no decorrer da pesquisa, refletindo a situação arcaica e indefinida do município de Crateús.

Aliado a necessidade de se pensar na melhor forma de desenvolvimento econômico, social e ambiental para a cidade de Crateús, a nossa pesquisa busca realizar uma análise geográfica e perceptiva da situação urbana do município, enfatizando as demandas que a população faz, além de questionar a atual conjuntura do território no que diz respeito à preparação e adesão as medidas de desenvolvimento sustentáveis. Associado as reivindicações da população, é importante expor a qualidade de vida dos cidadãos que está intrínseco ligado aos fatores climáticos e geográficos que colaboram, para que uma medida eficiente de sustentabilidade seja posta em prática em uma cidade sertaneja do bioma da caatinga. Sabendo que há uma demanda internacional em decorrência das conferências da ONU, e também nacional por meio do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - órgão de planejamento e execução de cidades sustentáveis, analisamos a situação atual da cidade de Crateús, partindo do olhar geográfico sensível e reflexivo a respeito do planejamento urbano da região.

A partir do desenvolvimento da pesquisa foi possível perceber a inexistência de um plano de desenvolvimento urbano sustentável no município, abrindo espaço para a discussão das consequências que a ausência de um planejamento urbano ocasiona em uma cidade. Conforme Sachs (2004), para que o ecodesenvolvimento se consolide, é necessário existir cinco pilares da sustentabilidade: social, econômico, ecológico, espacial e cultural, utilizando de sua afirmação, destacam-se como principais problemas a serem superados pelo município de Crateús: a ausência de um planejamento escolar que vise o estudo da educação ambiental, a falta de políticas públicas voltadas à mobilidade urbana, a ausência do transporte público coletivo para a população, restando-lhes somente a escolha por se locomover por meio do transporte privado, no caso, táxis, mototáxis ou caminhando. Além disso, partindo de um ponto que atente o ecológico e social, é de extrema importância que as demandas infra estruturais básicas combatam a poluição e a degradação no leito do rio, tendo em vista que essas ações interferem

não só no IDH da população residente no local, mas também no fator ecológico do presente no tecido urbano.

É abordado no decorrer deste trabalho as principais problemáticas e desafios que o município de Crateús enfrenta com a ausência de políticas públicas voltadas ao meio social e ecológico. Desse modo, a pesquisa é de grande valia para se pensar numa cidade sustentável, convidativa e com o crescimento urbano ordenado, articulado com os princípios da política ambiental de cunho progressista e ecossocialista. Nessa condição de abordagem, vemos por meio desta pesquisa que o poder público, nos últimos anos, realizou algumas medidas de estímulo a reversão dessa circunstância de problemas socio-sustentáveis. Esses estímulos, estão se dando pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA), que é um órgão deliberativo e que dá assistência ao poder público do município de Crateús, fiscalizando as intervenções de caráter remetentes ao equilíbrio ecológico e ao combate de intervenções maliciosas ao meio ambiente. Outra atividade realizada, esta a ser feita pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM), na qual vem realizando cursos de capacitação aos interessados na temática do Meio Ambiente; distribuição de mudas de espécies nativas da Caatinga, na finalidade de arborizar a cidade com espécies endêmicas da região e estimular o reflorestamento de áreas degradadas por práticas antrópicas irregulares.

Por fim, é evidente que a pesquisa contribui para a política urbana local ao passo que enfatiza e discute problemáticas pertencentes a realidade em diferentes âmbitos de vivências. Portanto, vê-se que a produção é extremamente importante, pois transcende os espaços de vida além de apontar problematizações políticas, haja vista todos os percursos metodológicos que subsidiou o desenvolvimento da pesquisa. Sendo assim, nosso projeto de pesquisa buscou levantar a discussão de uma cidade mais sustentável, convidativa e sucessível a um planejamento administrativo que seja eficiente. A suma desse trabalho, e complemento com a análise geográfica da organização urbana do respectivo município, vai em proporcionar subsídios científicos na resolução dos problemas existentes no mesmo, atribuindo-lhes caminhos viáveis e exequíveis para contornar a realidade drástica que temos e convivemos na cidade de Crateús.

Nessa condição, almeja-se estimular a criação de novos meios que também contribuam cientificamente e publicamente com o seu desenvolvimento nos seus mais diversos pilares estruturantes.

DISCUTINDO O TEMA DE ESTUDO

Trazendo como o epicentro da discussão as perspectivas de desenvolvimento social, ecológico e urbano, o presente trabalho segue a dialética da necessidade de haver um consenso entre a população e os poderes municipais vigentes (executivo, legislativo e judiciário), no que se refere ao planejamento e a execução dos ODS propostos pela ONU. Dentre as 17 metas estabelecidas na agenda 2030, o objetivo 11 (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis), tem um enfoque maior na nossa pesquisa, sob os demais objetivos, visto que, é proposto “Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países” (PISCOS DE LUZ, 2020), ou seja, existe um prazo estabelecido e cabe ao poder público executar de maneira mais democrática e sistemática as metas estabelecidas.

Partindo do ponto de vista da prática e execução de uma cidade sustentável, é necessário antes de tudo, começar com a educação ambiental. É imprescindível a implementação da educação ambiental na grade curricular escolar, visto que o processo de sensibilização se torna crucial para que os objetivos sejam atingidos e haja de fato uma mudança de comportamento como destaca um engenheiro agrônomo em entrevista à PELICIONI (2006):

É o processo de informação, sensibilização e conscientização das pessoas com relação às questões ambientais. Geralmente este processo tem o objetivo de criar nas pessoas valores, hábitos e comportamentos compatíveis com a preservação e bom uso dos recursos ambientais e também atitudes participativas no processo de gestão de tais recursos. (PELICIONI, 2006, p.3).

Logo, a partir do empoderamento da população, no que se refere ao desenvolvimento sustentável, é possível haver um real engajamento não apenas para cobrar dos setores políticos, mas também para dar início as ações de planejamento urbano e manter o desenvolvimento sustentável. Atitudes primordiais que estão dispostas no Plano Diretor do Município (PDM), na Carta Magna de 1988 e no Estatuto das Cidades, como já referido em parágrafos antecessores.

MATERIAL E MÉTODO

No que se refere aos materiais e métodos utilizados para o desenvolvimento da produção acadêmica, cabe destacar de imediato a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica, considerando-se uma vasta revisão bibliográfica a fim de apontar novas contribuições no decorrer do texto. Desse modo, a pesquisa se instrumentaliza *a priori* por meio das discussões numa perspectiva ecossocial, do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento urbano entre outros aportes teóricos que faz-se necessário problematizar a fim de articular os objetivos do trabalho com as discussões e resultados desejados além de fomentar outros debates mediante a linha de pesquisa para o desenrolar técnico e pedagógico da produção a partir de um olhar geográfico e social. Assim, a pesquisa qualitativa tornou-se imprescindível para o artigo visto que:

[...] qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já estudou sobre o assunto (...), procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios, conhecer sobre o problema a respeito do que se procura a resposta. As conclusões não podem ser apenas um resumo (FONSECA, 2002, p. 31).

Nestas perspectivas, o embasamento teórico parte de autores que trabalham com a temática e contribuem substancialmente para o desenvolvimento dessa área. Nesse sentido, utilizou-se também a leitura da lei 10.257/2001, que protocola o estatuto da cidade e a lei 12.587/2012 que faz menção a mobilidade urbana, ambas pautam o desenvolvimento urbano sustentável, com alguns complementos das conferências mundiais supracitadas nesse artigo. A construção da leitura se faz necessária, haja vista a construção do diálogo entre as perspectivas teóricas apontadas na teoria em contraponto à realidade social vivenciada.

Desse modo, enquanto procedimentos metodológicos, tem-se ainda a utilização da deriva urbana como prática de experimentação, análise e leitura do espaço, possibilitando perceber a ausência de políticas urbanas na cidade. A título de exemplificação, a deriva urbana é utilizada a fim de explorar o espaço urbano, propondo uma investigação do espaço a partir do olhar do observador. Esse exercício prático se deu mediante a visita de pontos específicos e centrais da cidade, como por exemplo, as duas ruas em que há uma maior concentração de pessoas e de pontos comerciais, e assim, podemos encontrar um maior fluxo de indivíduos, tendo em vista a

necessidade de investigar as problemáticas em torno da ausência das políticas públicas para com o desenvolvimento urbano sustentável. Em proporção, também visitamos pontos menos conhecidos, ou seja, áreas mais abastardas, que não possuem uma estrutura de saneamento, educacional, de saúde e investimentos adequados, localizados nas sub-regiões, no caso os bairros periféricos, como Bairro 2000, Maratoãn, Altamira, etc.

Nesse limiar, ainda há a aplicação da entrevista semiestruturada, objetivando diagnosticar a realidade visto que a produção acadêmica propõe enfatizar as demandas reivindicadas pela população. Esse tipo de metodologia requer a elaboração de perguntas que estejam de acordo com os objetivos estabelecidos pela pesquisa, objetivando a aproximação do debate entre teoria e prática. Assim, é necessário o roteiro de pesquisa, mas podendo construir novas perguntas a fim de sanar as dúvidas, obtendo resultados que estejam alinhados aos objetivos da produção. “A entrevista semiestruturada “trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária” (LAKATOS, 2003, p. 196).

181

Afim de saber a opinião da população, realizamos uma coleta de dados nos dias 16 e 18 do mês de outubro no ano de 2019, se deu por meio de perguntas feitas aos cidadãos, em local público como praças da cidade, e em instituições de ensino como escolas e universidades. Entrevistamos um total de 58 pessoas, objetivando sempre diversificar em questão de gênero e idade. Ao final do questionário, pudemos pontuar alguns fatores importantes para a pesquisa, como a consciência de que a cidade não é sustentável, necessita de um plano mais ativo por parte do poder público e podemos perceber pela falta de entendimento em temas jurídicos, ecológicos e climáticos, que a educação como fator de conscientização ainda precisa ser aprimorada e posta em prática de forma mais efetiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos processos da formação histórica da cidade de Crateús, podemos compreender alguns aspectos importantes que a regimentam e a estruturam. Ao serem perguntados sobre cidades sustentáveis, os entrevistados de modo geral não souberam responder o que seria, logo, foi perguntado sobre como eles viam o crescimento da cidade o entrevistado número dois disse: “a cidade de Crateús tem crescido muito, antigamente a maioria das pessoas viviam no campo, e a cidade era pequena e pouco desenvolvida.” Número 5: “A cidade tem crescido muito e junto com isso, a falta de planejamento adequado, não temos transporte público e pra quem mora nos bairros mais longe do centro fica difícil se locomover.” Visto que:

A programação coordenada dos investimentos e a concepção de sistemas operacionais integrados de transportes tornam-se cada vez mais importantes no contexto do planejamento global (...). Primeiramente, porque a disponibilidade de serviços de transporte condiciona o processo e os padrões de expansão das áreas urbanas e metropolitanas e define ou reorienta os padrões de uso do solo. Em seguida porque, além de constituir-se em condicionante de opções locais, um sistema de transportes racionalmente concebido constitui também importante instrumento de redistribuição de renda em favor das populações economicamente menos favorecidas nessas áreas e fator de elevação dos níveis de vida em geral, na medida em que são proporcionados ganhos de tempo e conforto aos usuários. (PONTES, 2005, p.52)

Sabe-se que as condições geográficas foram determinantes na construção da situação estrutural nos dias atuais, com a presença do clima semiárido, envolto pelo Bioma Caatinga, caracteristicamente com um déficit hídrico, presentemente da região, e a inexistência de grandes

corpos de água, como rios perenes e reservatórios, na redução dessa carência, fazem-se agravar tamanha debilidade. Essa condição, é um empecilho para outro grande obstáculo no desenvolvimento sustentável, as questões sociais. Tais questões, sentem-se na implementação de políticas públicas na finalidade de promover uma acessibilidade ao saneamento básico efetivo, no intuito da redução de doenças ligadas a esse e garantir os direitos básicos de qualidade, tais como, moradia, educação, saúde, proporcionando o desenvolvimento, nas regiões de fragilidade socioambiental dessa cidade.

Ao serem perguntadas sobre saneamento básico, a maioria dos entrevistados respondeu que ainda não se tem saneamento em casa, que a cidade ainda carece de investimentos nessas áreas e que é muito ruim para o município, pois muitos bichos e doenças se proliferam nestas condições.

182

Em pergunta sobre como anda o transporte público na cidade, todas as pessoas entrevistadas falaram que a mesma não oferece esse serviço e que é algo que precisa ser discutido e efetivado, visto que, atrapalha o deslocamento das pessoas e nem todos tem condições de pagar por um transporte alternativo como o de taxi ou mototáxi. Dessa maneira, deve-se estimular a alternância dos transportes para a Mobilidade Urbana, assim como a Lei 12.587/12, na qual objetiva integrar e garantir a acessibilidade de tráfego nas diferentes regiões de uma cidade, não centrando em apenas um modal, e sim, em vários de forma eficiente e eficaz.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), instituída pela Lei Federal 12.587/2012, é um instrumento da política de desenvolvimento urbano com o objetivo de integrar os diferentes modos de transporte e melhorar a acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas nos territórios municipais. (GUIA: INCLUINDO A BICICLETA NOS PLANOS, 2016, p. 2)

Ao serem questionadas sobre como anda o clima da cidade, o entrevistado número 6 afirmou: “O clima tem se mostrado diferente, a cada ano tem esquentado mais, isso é preocupante.” Entrevistado número 8: “Aqui é muito quente e o homem ainda colabora para que fique mais quente, ele desmata, queima e planta, fora isso na cidade tem muito asfalto e poucas árvores que fazem com que fique mais quente.”

Em correlação aos casos citados anteriormente, notamos que na execução das resoluções socioambientais, por exemplo, devem-se resolver algumas barreiras vivenciadas pelos cidadãos no seu cotidiano. Comuns entre esses, a falta de uma iniciativa individual e coletiva para uma arborização pensada e mais efetiva, são indícios da falta de uma educação ambiental, visto que, quando há plantio de árvores, majoritariamente são espécies exóticas ou não ocorre o plantio em quantidades necessárias, isso fatores que colaboram para uma cidade insustentável.

Por fim, perguntamos se os gestores debatiam com a população sobre a urbanização sustentável, o entrevistado de número 10 afirmou: “Não, na cidade não há nenhuma discussão por parte dos vereadores e nem da prefeitura com a população sobre a organização da cidade.” Tal afirmação nos leva a afirmar que as medidas tomadas pelo poder político, deixa-o em uma realidade pouco atuante no que diz respeito ao cumprimento das propostas da ONU, fazendo-se necessário reintroduzi-lo nesse percurso de planejar e proporcionar o cumprimento de medidas indispensáveis ao desenvolvimento sustentável em meio à região dos Sertões de Crateús, e que seu prosseguimento seja posto em continuidade tanto pelas gestões sucessoras como pelos habitantes crateuenses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No artigo, objetivou-se realizar um levantamento das necessidades de se pensar e executar um planejamento urbano, na cidade de Crateús, expondo por meio de uma pesquisa de campo e de um olhar geográfico, as problemáticas presentes na cidade além de dar ênfase ao desenvolvimento sustentável, tendo como parâmetro de meta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) estabelecidos pela ONU. Entretanto, no decorrer da discussão, foram pontuados diversos fatores que acabam dificultando com que esses objetivos sejam cumpridos a curto e médio prazo. Isso se deve em parte pela falta de preocupação do poder político, conforme fala Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia em 2001 "há um sentimento crescente que talvez tenhamos nos equivocado colocando demasiada ênfase nos interesses materiais egoístas, e muito pouco em interesses coletivos" (STIGLITZ, 2001). Entretanto, não apenas do poder público, mais sim da falta de conscientização e compreensão por parte da sociedade civil que não contribui com a implementação das políticas de reverter as situações de descalabro social e sustentável com os quais estão inseridos e condicionados a conviverem. Necessitando-se, nesse caso, aproximar em afínco a participação conjunta entre o poder público e o poder civil, poder educacional, o poder empresarial e tantos conjuntos de poder que fazem parte da cidade.

É importante enfatizar também que, a situação geográfica em que a cidade está inserida, não colabora sistematicamente com o cumprimento dos ODS, visto que, "No semiárido é frequente a ocorrência de períodos secos, ou mais conhecidos como Veranicos, que, dependendo da intensidade e duração, provocam fortes danos nas culturas de subsistência." (NAE, 2005).

Logo, é um desafio posto não apenas para as gestões municipais, mas também para a população em geral, tendo em vista que, é necessário um grande investimento em ações como arborização, canalização de água, reflorestamento do leito do rio e combate à poluição, sendo que o próprio clima acaba por dificultar nessa construção, visto que algumas já estão sendo postas em atividade, como vemos com as ações do CODEMA e do SEMAN.

Destacamos ainda que, conforme ouvíamos a população, ficava claro que as suas demandas iam de encontro a uma ideologia de Bem-Estar-Social e Eco sustentável, porém, é importante observar que boa parte não tem noções básicas de como funcionam as ações necessárias para se estabelecer tais demandas, o que mostra o impacto da falta de educação ambiental na rede pública do município. Além disso, é importante frisar que os próprios moradores têm noção de que eles pouco contribuem para preservar o meio ambiente e manter o patrimônio público da cidade, o que nos mostra que o senso de união e empatia, não é tão presente na prática cotidiana.

Por sim, evindecíamos que a experiência de se pensar em uma cidade sustentável no semiárido nordestino é um grato desafio que deve ser levado em consideração e ser posto em prática, apesar das dificuldades. É através do olhar geográfico que foi possível ter a sensibilidade de observar e questionar se de fato é plausível e executável essa meta internacional em uma cidade ainda em um médio desenvolvimento como a de Crateús. Porém, as dificuldades climáticas, políticas e sociais podem ser superadas se houver um esforço maior por parte de quem já tem noção do que deve ser feito para melhorar o bem estar social, cabendo aos estudantes, movimentos sociais e a população em geral, cobrar das forças políticas ações mais efetivas, além de ser posto em prática na realidade da própria população, as noções mínimas de preservação ambiental e do ensino ambiental, só assim conseguiremos tornar possível essa meta tão ambiciosa.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org>> Acesso em: 15 fev. 2020.

ANJO, Bike; UCB, T. A. e; **GUIA: INCLUINDO A BICICLETA NOS PLANOS**. 1. ed. São Paulo: Bike Anjo, 2016. p. 1-32.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

_____. Lei no 12.597, de 21 de março de 2012. Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do país; altera o Artigo 4o da Lei no 12.409, de 25 de maio de 2011; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

FEDERAL, SENADO; **Estatuto da Cidade**: subtítulo do livro. 1. ed. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001. p. 1-69.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

IBGE/SIDRA. CENSO DEMOGRÁFICO 2010: **POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO DE CRATEÚS**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MUDANÇA de clima: negociações internacionais sobre a mudança de clima: vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança de clima. Brasília: Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2005. (Cadernos NAE, v. 1).

PELICIONI, Andréa Focesi. "**Ambientalismo e educação ambiental: dos discursos às práticas sociais**." O Mundo da Saúde 30.4 (2006).

PONTES, B. M. S. O planejamento dos transportes nas áreas metropolitanas: subtítulo do artigo. **cadernos metrópole**: subtítulo da revista, São Paulo, v. 14, Número, p. 51-66, set./2006.

REI, Fernando, **Cidades 2020: O desafio de se criar cidades sustentáveis**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=TjYHHumMeaw>> Acesso em: 13/02/2019.



PISCO DE LUZ. **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL: 17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR O NOSSO MUNDO.** Disponível em: <https://www.piscodeluz.org/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SACHS, I. Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado. **Rio de Janeiro:** Garamond, 2004.

STIGLITZ, J. Cambiar la Prioridades. El País. Quinta-Feira, 11 de Outubro, Disponível em: <[http://www.jubilee2000uk.org/analysis/articles/ Cambiar_las _prioridades.htm](http://www.jubilee2000uk.org/analysis/articles/Cambiar_las_prioridades.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2020.

O PAPEL DA CEASA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE TIANGUÁ – CE

Jeferson Alves da Costa
Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma análise sobre as Centrais de Abastecimento S.A – CEASA, localizada no Município de Tianguá – CE, Noroeste do Estado, distante a 310 Km da capital, Fortaleza. A pesquisa está em torno do desenvolvimento da cidade a partir da implementação da CEASA, por volta dos anos 70, e como essa materialidade contribuiu para o dinamismo econômico da cidade.

As Centrais de Abastecimento nasceram da iniciativa do Governo Federal Brasileiro, quando identificou a presença de um grande estrangulamento no sistema de comercialização de hortifrutigranjeiros nos mercados tradicionais. Criada a partir do Decreto Federal nº 70.502/1972, artigo nº 02;

Decreto Federal nº 70.502/1972 Regulamenta o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento a que se refere a Lei nº 5727 de 04.11.1971. Art. 2º A implantação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento - SINAC ficará a cargo do Grupo Executivo de Modernização do Sistema de Abastecimento - GEMAB, na conformidade dos Decretos n.º 65.750, de 26 de novembro de 1969 e 66.332, de 17 de março de 1970, com apoio técnico, administrativo e financeiro da Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL.

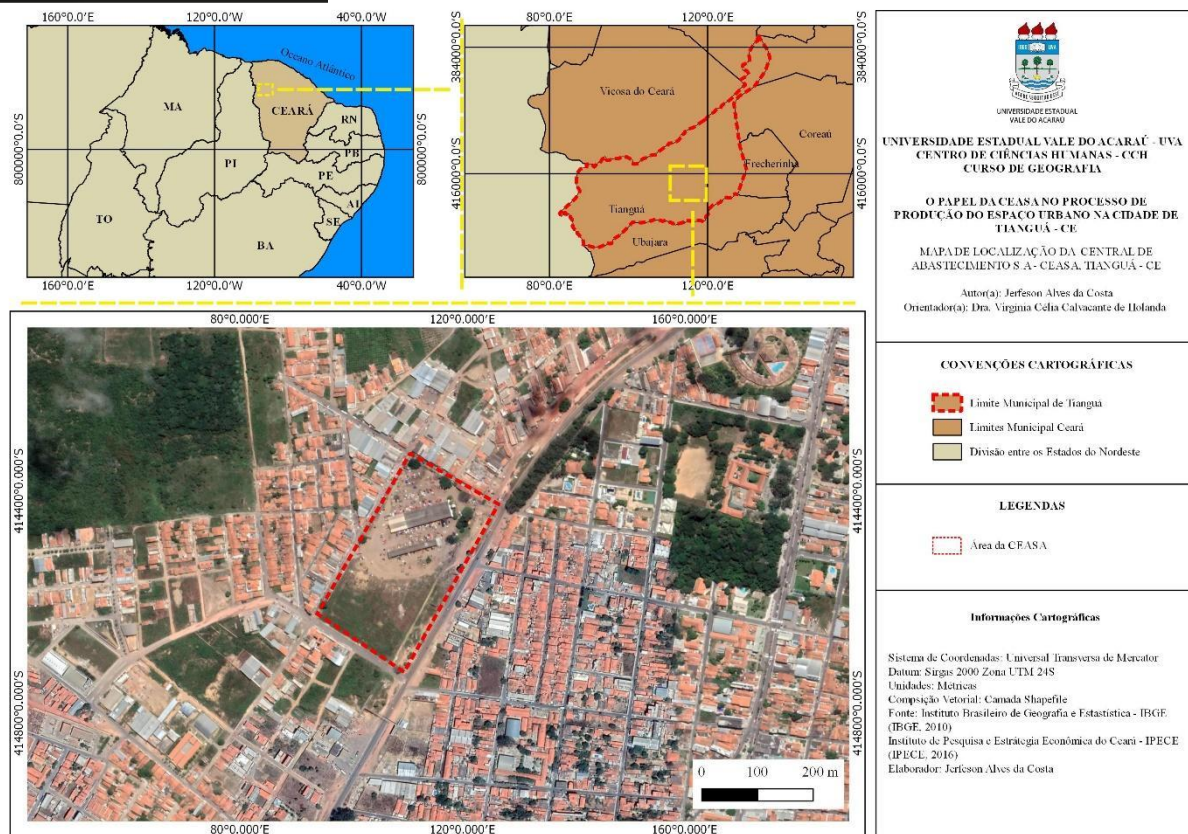
O Primeiro Plano Diretor – PND I e o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1970/74), junto com a lei acima, estabeleceram a criação das CEASAS;

Em 1970 foi criado o Programa Estratégico de Desenvolvimento que juntamente com o I Plano de Desenvolvimento criado entre 1972 e 1974 estabeleceram como prioridade a construção de Centrais de Abastecimento nas principais concentrações urbanas do país. Com essa decisão do Governo Federal passaram a ser implantadas as Centrais de Abastecimentos - Ceasas, destinadas à comercialização de produtos hortigranjeiros, pescados e outros perecíveis, em todas as capitais brasileiras e nas principais cidades de cada Estado (CEASA, ES, 2008).

Logo após os decretos e leis, as CEASAS foram implantas em todo o Brasil, no Ceará sendo elas: CEASA Maracanaú, CEASA Tianguá e CEASA Cariri, a última inaugurada em 23 de fevereiro de 2012 (MARCO et. al). Nos municípios que receberam esses equipamentos a receita aumentou, existe fatores que influenciam no sucesso de uma CEASA, o primeiro é o locacional, não sendo cabível colocar este equipamento em um espaço regional onde não tenha à produção de legumes, hortaliças e derivados. Afinal, qual o diferencial da CEASA de Tianguá, em relação as demais instaladas no Estado? Como esse equipamento ao se instalar em áreas mais afastadas das tradicionais áreas centrais, direcionam a expansão dos espaços onde se instalam?

Na figura 1 a seguir, o mapa de localização da Central de Abastecimento S.A de Tianguá – CE, podemos observar o amplo espaço que este equipamento ocupa, sendo a área de 5,11 hectares, espaço na qual ocorrem as feiras.

Figura 1: Mapa de localização da Central de Abastecimento S.A de Tianguá – CE.



Fonte: IBGE (2018); IPECE (2016), adaptação do autor.

DISCUTINDO TEMA E BASES TEÓRICAS

Espalhadas em territórios estratégicos para venda dos produtos derivados dos agricultores locais e estados vizinhos, as CEASAS impactam no espaço urbano e regional. Na Cidade de Tianguá, constatou-se que o Bairro da Ceasa teve sua gênese e dinamização pela presença da CEASA.

A contribuição das CEASAS indo além das receitas pagas ao município, estes equipamentos alteram o cotidiano das pessoas, ou seja, fixos e fluxos se transformam. “Os fluxos de carros e pessoas nos dias de feira modificam a paisagem, as quarta e sexta, o fluxo de carga chega aproximadamente a 42 toneladas em uma feira (CEASA, 2019). As Centrais são conhecidas por diversos nomes, em Tianguá, as pessoas conhecem apenas a palavra no singular, acreditando que seja apenas uma no Ceará, carregando o sentimento de pertença. Os Centros de Abastecimento, conhecidos por CEASAS, são pontos de concentração física da produção de hortigranjeiros e flores oriundos de diversas regiões do país. “As mercadorias são destinadas aos atacadistas, que podem também ser produtores rurais ou apenas intermediários”, (ANDREUCCETTI et.al. p.324). Enquanto materialidade foi instalado na serra da Ibiapaba, região com predominância de Latossolo, solos eutroficados, rico em minerais para o cultivo e um clima tropical semiárido brando. Em resumo, estes aspectos naturais contribuem para o desenvolvimento de hortigranjeiros para comercialização na CEASA.

Tianguá é o principal centro urbano de comando da Serra da Ibiapaba, nele localiza-se diversos bens e serviços, A CEASA estando localizada na BR – 222, sentido Piauí, inaugurada em Tianguá em 1 de julho de 1977, completando 42 anos de existência em 2019, nesse território não existia residências, apenas vegetação nativa, no período de quatro décadas o espaço foi sendo alterado, dos anos de 1976 a 2019. A CEASA foi crescentemente demandado, o espaço

externo tornou-se espaço de moradia e de comércio, e a parte interna encontra-se estrangulado, não há suporte nem para novos galpões.

Hoje se debate a proposta de construir uma nova CEASA para suprir as demandas e a construção também de um Porto Seco. O senhor Chico Amadeu proprietário de Glebas no município, fez a doação de 20 hectares de terra para construção da nova CEASA, terreno que fica a 10 km da atual, já possui até projeto, porém, sofre entraves, um deles remete a natureza do órgão por se tratar de capital misto na qual compreende;

Para que ela seja de caráter misto, é necessário que seu capital seja público e privado. Assim ela possui em sua base a união de capital proveniente de investidores particulares e de capital público, proveniente do Estado. Sem tal união não seria possível ela ser considerada mista, uma vez que haveria apenas um tipo de capital. (MIRANDA, p.2, 2009).

A administradora é a CEASA, contudo o patrimônio é da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, anteriormente era Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL. Para administrar o órgão, é necessário um contrato, que é renovado a cada dez anos.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa é de caráter exploratória, onde buscamos entender os processos que envolvem o crescimento da CEASA e seus reflexos na cidade, sobretudo na conformação do Bairro CEASA. A parte operacional da pesquisa começou pelo levantamento bibliográfico com leituras de autores que versam sobre as mudanças espaciais a partir de atividades econômicas em determinados territórios.

O levantamento de campo para obtenção de dados sobre o local e averiguação da produção do urbano em torno da CEASA, vem sendo realizado por meio de diário de campo, observações diretas, conversas com produtores, feirantes e moradores do Bairro. Nesta etapa, realizamos captura de imagens para um detalhamento aprofundado sobre a paisagem. Recorremos também as notícias de jornais sobre a implantação das CEASAS o que nos permitirá a construção de uma hemeroteca.

Foi realizada entrevista com o Diretor da CEASA Tianguá, sua narrativa se constitui importante para entender a relação da CEASA com o Bairro e a História de fundação. A interpretação é criteriosa no processo de tratamento das informações obtidas, pois trata-se dos eventuais problemas que impedem o desenvolvimento da CEASA e sua relação com a expansão e dinâmica do bairro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer da pesquisa notamos as mudanças socioespaciais que ocorreram ao longo de três décadas e trazendo para a realidade atual. Nas figuras 2, 3 e 4, é possível perceber que o entorno da CEASA passou por transformações ao decorrer de décadas, desde o crescimento de novas moradias, a comércio e galpões, e posterior, possíveis equipamentos públicos como: escolas, postos de saúde e calçadões. Estes surgidos devido a instalação do equipamento e a ocupação dele.

Os dois galpões ao lado direito da figura 2 é a CEASA, observa-se que ao redor dela encontrava-se apenas a vegetação nativa e sem muitas moradias presentes ou bairro em si.

Figura 2: CEASA vista de longe nos anos de 1980.



Fonte: IBGE, 2019

Figura 3: CEASA nos anos de 1980.



Fonte: IBGE, 2019.

Na figura 2, observa-se a entrada principal da CEASA e arredores, sendo composto por vegetação nativa, ao analisar a figura, nota-se produtos como bananas e mandiocas, este sendo produzindo ainda nas feiras atuais.

Nos primeiros anos de instalação, ela chegou a dar prejuízos, no quadro 1, é possível identificar o crescimento na oferta de produtos em momentos distintos.

Quadro 1: Entrada de produtos em toneladas na CEASA no período de 1984 a 1999.

OFERTA DE PRODUTOS HORTIGRAJEIROS				
ANO	TOTAL		ANO	TOTAL
1984	15.134,0		1996	15.146,6
1985	14.785,6		1997	26.314,9
1986	17.480,4		1998	45.902,1
1987	26.541,0		1999	41.254,5

Fonte: MEPRO, 2019 elaboração do autor.

Após a segunda metade dos anos de 1990 verifica-se um salto, três vezes maior que os anos anteriores. Este fato ocorre pela mudança de gestão, vinda da CEASA de Maracanaú. O grande fluxo de mercadorias possibilitou uma ocupação da área, contribuindo para a mudança do espaço e consequente este local seria denominado de Bairro na seguinte lei:

Art. 1º. Fica denominado de “Bairro Mons. Tibúrcio Gonçalves de Paula” a área denominada de Bairro Ceasa, nesta Cidade. Art. 2º. A demarcação oficial da área territorial do referido bairro será feita quando da elaboração do “plano diretor da cidade” (TIANGUÁ,1996).

No quadro 1, o aumento de produtos no decorrer de anos proporcionou o crescimento do bairro e consequente a sua denominação. O crescimento contínuo dos produtos se deu por anos, chegando a ultrapassar o volume máximo da CEASA, no quadro 2, traz esse crescimento.

Quadro 2: Entrada de produtos em toneladas na CEASA

OFERTA DE PRODUTOS HORTIGRAJEIROS				
ANO	TOTAL		ANO	TOTAL
2000	43.109,7		2009	67.789,4
2001	47.413,7		2010	75.197,0
2002	54.496,4		2011	72.610,4
2003	55.453,6		2012	75.128,3
2004	55.866,5		2013	75.128,3
2005	59.835,7		2014	77.544,7
2006	65.782,6		2015	75.458,7
2007	66.426,3		2016	77.241,5
2008	63.350,2		2017	73.175,7

Fonte: MEPRO, 2019 elaboração do autor.

O crescimento após a gestão advinda de Maracanaú, continuo até o ano de 2017, ano final da gestão, entregando a CEASA no seu ápice, embora os galpões construídos fora do espaço não contribui diretamente para a esse valor. Contudo, se estes galpões fossem dentro do espaço da CEASA, teríamos um aumento em grande escala, já que existe apenas dois galpões dentro do espaço da CEASA.

Nos relatos da população do Bairro e do administrador, o bairro já nasceu CEASA, mesmo que oficialmente seja outro nome, tendo em vista que muitos estão lá desde a ocupação. As figuras 4 e 5 mostram como o entorno da CEASA e hoje um espaço de uso misto residencial e comercial.

Figura 4: Bairro da CEASA atualmente.



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Nessa figura, percebe-se que a entrada vista antes na figura 2, não se alterou ao decorrer dos anos a sua estrutura, que ainda é a mesma, apenas acrescentaram cercas e mais outra guarita dando a CEASA uma saída e entrada ao mesmo tempo.

Figura 5: Entrada da CEASA em dia sem feira.



Fonte: Arquivo pessoal, 2019

A figura 3 mostra ainda a entrada da CEASA, diferente da primeira imagem, agora com cercas de arame farpado, e com ocupações fora de dentro da CEASA, que são os galpões, estes com

um fluxo de cargas superior ao da CEASA. Além de estarem fora dos muros da CEASA, os galpões contribuem para a dinâmica espacial do bairro junto a ela.

Figura 6: Galpões fora da CEASA.



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Na figura 6, galpões ao redor do espaço da CEASA, um crescimento ajunto ao do bairro, tornando este, local de moradias e comércios. Estes galpões poderiam estar ocupando o espaço da CEASA, mas devido os entraves, acabam ocupando os arredores do equipamento.

Em dias de feiras, cenas como essas são comuns, sem local para estacionar, e sem local para vender seus produtos, pequenos agricultores se veem obrigados a esperarem o fluxo da feira diminuir para adentrarem no espaço, ou vendem seus produtos fora do espaço, tornando a venda perigosa e dificultando o acesso nas vias.

Figura 7: CEASA tempo depois das aberturas dos portões



Fonte: Arquivo pessoal. 2019.

No que diz a respeito as mudanças e impactos, A CEASA contribui e continua contribuindo para as mudanças espaciais e culturais da área em que foi instalada, impacta na receita do

município pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS, gera ocupação nos dias de feiras, aumento de consumo no comércio fora do Espaço da CEASA. Além da CEASA, os galpões estão sujeitos ao ICMS, embora os produtos que chegam nos galpões sejam derivados de locais fora do Estado. Sucateada, o governo municipal sem diálogo com governo Estadual para um melhoramento do equipamento, ela se vê a mercê da ascensão dos galpões. Contudo, em seus quarenta e três anos de existência, contribui não apenas a ocupação do atual bairro mas para a arrecadação de imposto que foram para os cofres públicos, no caso o ICMS. Tianguá e toda a Ibiapaba não possuíam um setor primário forte se não fosse pela CEASA que mesmo com todo o sucateamento e a falta de interesse, continua impactando direta e indiretamente a vida de diversas pessoas.

REFERÊNCIAS

- LIMA, Joilson Silva. **Criação, importância e funcionamento das centrais de abastecimento**. Agrarian Academy, Goiânia, v.02, nº03, p. 35-44. jul-ago 2015
- TIANGUÁ. Decreto-lei nº 179/96, de 26 de novembro de 1996. Paço da Prefeitura Municipal de Tianguá. Disponível em < <https://www.camaratiangua.ce.gov.br/leis.php?id=1038> > Acesso em 18 de dezembro de 2019.
- TIANGUÁ. Decreto-lei nº 541/2009, de 29 de abril de 2009. Centro Administrativo de Tianguá. Disponível em < <https://www.camaratiangua.ce.gov.br/leis.php?id=1038> > Acesso em 18 de dezembro de 2019.
- ANDREUCCETTI, C.; FERREIRA, M.D.; GUTIERREZ, A.S.D.; TAVARES, M. **Caracterização da comercialização de tomate de mesa na CEAGESP**: perfil dos atacadistas. *Horticultura Brasileira*, Brasília, v.23, n.2, p.324-328, abr-jun 2005.
- MIRANDA, Maria Bernadete. **Sociedade de Economia Mista e Concentrações de Empresas**. *Direito Brasil*, Rio de Janeiro, v.05, nº 01, p.1-11. 2011
- SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Legislação CEASA**, [s.d]. Disponível em < <http://www.ceasa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=379> > Acesso em 26 de novembro de 2019.
- BRASIL. **Lei Nº 5.727, de 4 de Novembro De 1971**. Plano Nacional de Desenvolvimento. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5727.htm > Acesso em 30 de novembro de 2019.
- SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL – SUDIC. **Histórico da Ceasa**. [s.d]. Disponível em: < http://www.sudic.ba.gov.br/modules/conteudo_CEASA/conteudo.php?conteudo=41 > Acesso em 3 de dezembro de 2019
- Companhia Nacional de Abastecimento. **Centrais de Abastecimento: Comercialização Total de Frutas e Hortaliças**. v.1 (2018-). – Brasília : Conab, 2018- v. Anual. Disponível em: www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort > Acesso em 15 de dezembro de 2019.

POLÍTICAS DE SAÚDE NO SEMIÁRIDO: O PROGRAMA MAIS MÉDICOS COMO ACESSO A SAÚDE E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS, UM ESTUDO DE CASO

Francisco Hugo de Freitas
Léssia Sávia Sales da Cruz
Guthembergue Tavares Ferreira
Jairo Bezerra Silva

INTRODUÇÃO

O Semiárido Brasileiro historicamente apresenta como um de seus desafios a dificuldade de acesso aos serviços de saúde por ser considerada uma região de grandes contrastes e difícil fixação de profissionais (ORTEGA, 2007). Essa região, ao longo dos anos, apresenta carência de profissionais médicos, o que acaba comprometendo toda a política de saúde que se propõe a ser integral e equânime (BRASIL, 2015).

O processo de implantação, implementação, descentralização e adequação do sistema único de saúde (SUS) vem acompanhado de discussões e questionamentos fomentados nos mais diversos campos do coletivismo social e da gestão em saúde (SANTOS et al, 2019).

Os desafios a serem enfrentados no campo da saúde são grandes e diversos. Na busca de construir um sistema de saúde onde os usuários possam ter acesso de forma equânime e integral, o Brasil tem destacado em sua agenda uma série de estratégias que visam atender as necessidades de saúde de sua população.

Conferências, encontros, fóruns e congressos de saúde nas mais diversas regiões do país realçaram alguns pontos e dificuldades para a consolidação da cobertura em saúde de todo território nacional. Assim sendo, a garantia da universalização e da equidade (princípios do SUS), ficaram comprometidos, e uma das coisas que mais gerava isso seria a má distribuição geográfica social dos recursos humanos, comprometendo assim toda uma dinâmica de assistência e trabalho de um a estratégia (Carvalho et al, 2018).

As políticas públicas de saúde apesar de apresentarem resultados significantes, ainda necessitam de projetos de fortalecimentos para que os resultados sejam melhores e que as desigualdades regionais do acesso e da qualidade da atenção à saúde sejam mais bem avaliados (CARRER et al, 2016; CARVALHO, MARQUES, SILVA, 2016). Os mesmos autores complementam afirmando que o Programa Mais Médicos do Brasil aparece como uma proposta de reduzir essas disparidades e de propor medidas a curto, médio e longo prazo no acesso à os serviços de saúde, já que um dos objetivos do mesmo é proporcionar melhores condições de acesso da população aos serviços de saúde e especificamente ao profissional médico.

Dessa forma, o presente trabalho busca abordar comparativamente a situação do programa Mais Médicos do Brasil no município de Olho d'água do Borges pertencente a microrregião de Umarizal/RN, localizada no Alto Oeste Potiguar. A intensão é avaliar o panorama atual, após um período recente da cidade beneficiada com os profissionais médicos em suas equipes fazendo uma analogia comparativa a períodos anteriores.

Para melhor compreensão e exposição do conteúdo pretendido o trabalho foi dividido em três partes: a primeira traz a caracterização das condições de saúde no município em questão, à segunda parte o texto abordará os enfrentamentos e as contribuições do Programa Mais médicos do Brasil no Município da pesquisa, e a terceira parte discute sobre os investimentos financeiros

e o impacto que estes investimentos têm causado na atenção à saúde deste município, quantificando investimentos financeiros, número de consultas médicas e visitas domiciliares no período em que se propôs o estudo.

BASES TEÓRICAS

O Programa Mais médicos foi criado em 2013 em meio a um cenário de intensas manifestações populares no Brasil. Este programa foi criado com alguns objetivos, um deles foi a de fixar profissionais médicos em regiões de difícil acesso aos serviços de saúde como periferias de grandes cidades, regiões pantaneiras, amazônica e no semiárido brasileiro (MELO, 2016).

O semiárido Brasileiro é considerado o uma área de difícil fixação de profissionais médicos e de dificuldades de acesso à os serviços de saúde, uma vez que obstáculos geográficos e sociais dificultam este processo (COSTA et al, 2017).

Dessa forma, um dos desafios do programa Mais Médicos é justamente buscar alternativas de minimizar as desigualdades de saúde, e surge neste sentido como dispositivo para resolver a distribuição dos profissionais médicos. Outro fator de grande relevância desse programa é a discussão sobre as políticas públicas de saúde e as desigualdades na distribuição de profissionais médicos no Semiárido brasileiro. “O PMM se caracteriza como uma política inédita que conseguiu enfrentar, parcialmente, o desafio de reordenar a formação e a atuação médicas, tensionando o poder desta corporação com medidas históricas” (MELO, 2016).

Lotta, Galvão e Favareto 2016, afirmam que o Programa Mais Médicos do Brasil surge como uma política de redistribuição de profissionais médicos em todo território nacional com atenção especial a regiões menos favorecidas como é o caso do Semiárido, Melo, Costa e Magalhães 2017, complementa este conceito afirmando que os objetivos do PMM é a diminuir a carência de Médicos em regiões prioritárias do SUS, aprimorar a formação médica no país e proporcionar uma formação médica mais voltada para o sistema único de saúde.

Assim sendo, o Mais Médicos surge com o objetivo acelerar os investimentos em infraestrutura nas unidades de saúde e ampliar o número de médicos nas regiões carentes do país, como os municípios do interior das regiões e periferias das grandes cidades, com a abertura de vagas para brasileiros e estrangeiros para atuar nestas localidades (CARVALHO, MARQUES, SILVA, 2016).

De um modo geral, pode-se dizer que contribui, também, no enfrentamento dos demais desafios, desde a melhoria do uso da informação, passando pela qualificação do atendimento e do desenvolvimento de práticas de promoção da saúde, até a mudança do modelo de atenção (SOUZA CAMPOS, 2016). Portanto, surge como uma proposta de ação pública de saúde buscase melhores condições de acesso a saúde.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de caso realizado no município de Olho d’água do Borges no estado do Rio Grande do Norte, Creswell 2010, descreve que o estudo de caso visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.

Para a produção e maior profundidade possível de informações sobre pesquisa utilizou-se uma abordagem quantitativa, de natureza descritiva. Lakatos; Marconi 2003, apontam que a pesquisa quantitativa se centra na objetividade Influenciada pelo positivismo, considera que a

realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros.

Dessa forma, o estudo utiliza-se de dados secundários obtidos através das plataformas e-SUS, SIAB, DATASUS E FNS do Ministério da Saúde. Para melhor compreensão e justificativa de comparação foram utilizados dados referentes ao período anterior ao Mais Médicos no município – 2010 a 2013, e dados a partir do programa mais médicos no município 2013 a 2017, utilizando de igual período para a analogia dos dados.

Assim sendo, os dados pré-existentes que foram condizentes ao objeto de estudo em questão sofreram processo de tabulação e análise. A partir da interpretação dessas informações, foi possível produzir conhecimentos e discussões, permitindo um melhor entendimento do caso.

O material foi analisado criticamente para extrair reflexões sobre a temática em pauta, os resultados foram descritos textualmente e em formas de gráficos e tabelas obedecendo a uma sistematização para uma melhor compreensão dos aspectos analisados e obtenção dos objetivos propostos.

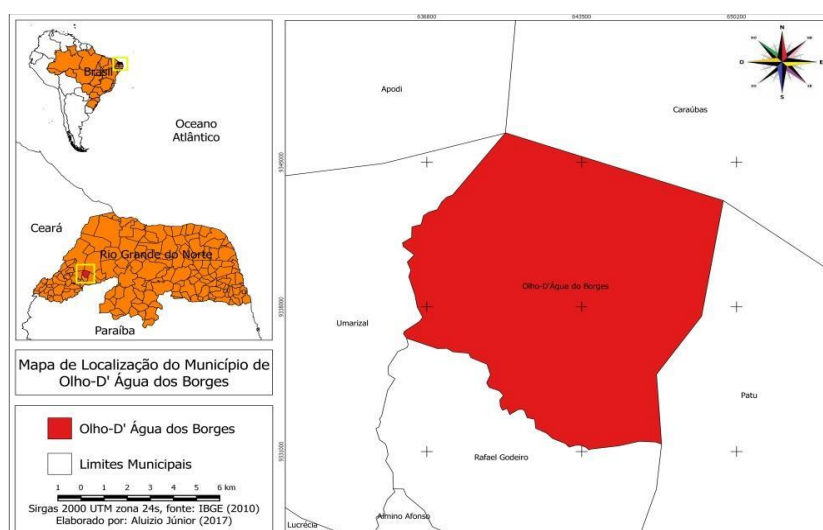
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo traz em sua análise dados que possibilitam conhecer a comunidade pesquisada e auxilia na linguagem e abordagem do final da pesquisa. Dividiu-se as discussões em tópicos pontuais para melhor compreensão dos dados.

Caracterização das condições de saúde no Município de Olho d'água do Borges

A cidade de Olho d'água do Borges localiza-se na Microrregião de Umarizal, na Mesorregião Oeste do Rio grande do Norte, com uma população aproximada de 4.350 habitantes (IBGE, 2017), a comunidade apresenta atualmente 05 (cinco) unidades sedes de atendimento em saúde, sendo distribuídas em: 02 unidades básicas de Saúde da família em zona rural (comunidade de Cajazeiras e Cardosos), 01 unidade básica de saúde da Família em zona urbana, 01 Unidade do Núcleo de apoio à saúde da família (NASF) e 01 Hospital de pequeno porte (14 leitos) em zona urbana (BARROS, 2013).

Figura 1 - Localização do Município de Olho d'água do Borges no Rio Grande do Norte e no Brasil



Fonte: próprio autor

O município conta com duas equipes completas de estratégia de Saúde da família (uma urbana e uma rural) sendo que ambas são beneficiadas com o programa Mais Médicos desde janeiro de 2014. Segundo o IBGE (2017), mais de 80% da população de Olho d'água do Borges reside na Zona Urbana do município, de acordo com a portaria 2.355/2013, recomenda-se uma população de até 4.000 habitantes por equipe, o mesmo tempo faz-se recomendação de que busque uma média de 3.000 habitantes por equipe.

No caso do município em questão há uma adequação das populações das unidades de saúde a portaria ministerial, no entanto há uma certa disparidade entre a quantidade de pessoas entre as duas equipes, uma vez que o número de pessoas cadastradas por equipe de estratégia de saúde da Família são de 3.490 e 870 nas zonas urbana e rural respectivamente.

Pessoa et al (2013); Braga; Ferreira; Braga, (2015), discutem em suas pesquisas a importância da eficácia do trabalho da equipe de saúde da família e que a eficiência do trabalho em equipe se associa intimamente com a quantidade de famílias cadastradas, ou seja, no caso do município estudado, há uma possibilidade numericamente maior de se haver um acesso ao serviço pela equipe da zona rural.

No entanto, Viana (2016), afirma que outros aspectos devem ser levados em consideração nas equipes da zona rural, uma vez que as distâncias e os obstáculos geográficos podem trazer uma dificuldade nestes casos: “A área rural possui distintos desafios e obstáculos. A extensão territorial, o transporte deficiente, a dificuldade no acesso aos recursos diagnósticos em saúde, o exaustivo trabalho rural são apenas algumas dificuldades encontradas.” (VIANA, 2016). A mesma autora ainda complementa que a depender do local de formação do médico, outros fatores também são levados em consideração como o seu modelo de trabalho que poderá ser pautado no modelo biomédico e centrado no hospital, além disso, os cenários de aprendizagem para os estudantes de medicina muitas vezes não lidam com as questões que fazem parte da dinâmica rural.

Dados do IBGE sobre o município apontam que apenas 2,4% de seu território contam com saneamento básico considerado adequado. Borja (2014), aponta que os esforços tanto do âmbito federal quanto estadual estão longe de garantir o direito ao saneamento básico. No Brasil, quase dois milhões domicílios ainda não dispunham de abastecimento de água adequado. Cerca de um milhão e meio de domicílios não tem banheiros nem sanitários e mais de sete milhões lançam seus dejetos sólidos em lugares inapropriados. No caso da cidade em estudo 106 residências não apresentam instalações sanitárias adequadas o que representa 371 moradores correspondendo a aproximadamente 8% da população total do município.

As condições de saúde de uma população estão diretamente relacionadas às condições ambientais em que se inserem. Ou seja, as condições do meio pertinente à saúde, como saneamento e moradia, são de singular relevância no estabelecimento de medidas de promoção da qualidade de vida do indivíduo, famílias e comunidades (AZEREDO et al, 2007). Muito além o Ministério da Saúde conceitua:

[...] Saneamento ou Saneamento Ambiental – é o conjunto de ações socioeconômicas que têm como objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por intermédio de: abastecimento de água potável; coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos; promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo; drenagem; controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis, melhorias sanitárias domiciliares, educação sanitária e ambiental e demais serviços especializados com a finalidade de proteger e melhorar a condição de vida, tanto nos centros urbanos quanto nas comunidades rurais. (BRASIL, 2002. Pg. 06).

O município apresenta ainda cadastrado no Cadastro nacional dos estabelecimentos de Saúde (CNES) 03 Médicos clínicos gerais Cadastrados em Unidades de saúde no município (02 destes,

são do programa mais médicos), ou seja, 1 médico para cada 1.450 habitantes, ou 0,68 médicos para cada mil habitantes. Sendo considerado um número baixo para o se preconiza a organização Mundial de saúde (OMS) de 1 médico para cada mil habitantes.

Em janeiro de 2018 a Faculdade de medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) publicou um estudo sobre a demografia Médica no Brasil, este estudo apontava a nova média de 2,18 profissionais médicos para cada mil habitantes no país, de 1,4 na Região Nordeste e de 1,3 médicos para cada mil habitantes do estado do Rio Grande do Norte. Nas três situações a média é superior à do município em questão, ainda de acordo com a pesquisa o desempenho do município se equivale quando se compara com a média de municípios do interior do Nordeste que tem uma média de 0,54 médicos para um grupo de mil habitantes.

Enfrentamentos e contribuições do Programa Mais Médicos em Olho d'água do Borges

Desde quando foi criado em julho de 2013, o programa Mais Médicos buscou implementar ações para fortalecimento da atenção básica buscando melhora na condição de saúde da população beneficiária (MIRANDA; MELO, 2016).

Depois da adesão do município ao Programa Mais Médicos, percebeu-se um aumento no número de consultas e no número de visitas domiciliares, entre os anos de 2010 a 2013 houve-se 29.799 consultas espontâneas na ESF no município, esse número aumenta quando levado em consideração o período de adesão do Município ao Programa Mais Médicos quando se realizou 36.588 consultas de forma espontânea na Unidade, a tabela 01 ilustra a quantidade em números absolutos de consultas médicas.

Tabela 1: Números de atendimentos médicos antes e depois da adesão do município de Olho d'água do Borges ao Programa Mais Médicos

ÍTE M	PROCEDIMENTO	2010 - 2013	2014 - 2017
01	Consultas Médicas - ESF	29.799	36.588
02	Visitas domiciliares médico – ESF	1.845	2.232
03	Internamentos*	970	691

Fonte: o próprio autor.

Silva et al. (2016), discutem que o número de consultas médicas nos municípios com o Programa Mais médicos tendem a crescer, pois sinalizam para uma abordagem mais voltada para o cuidado coletivo onde a peça central é o próprio paciente, ainda segundo os mesmos pesquisadores, com a presença do profissional Médico na Unidade de Saúde os números de consultas ambulatoriais tendem a crescer uma vez que há um suprimento da carência profissional de outrora, além de se ativar a busca de zerar as filas de esperas.

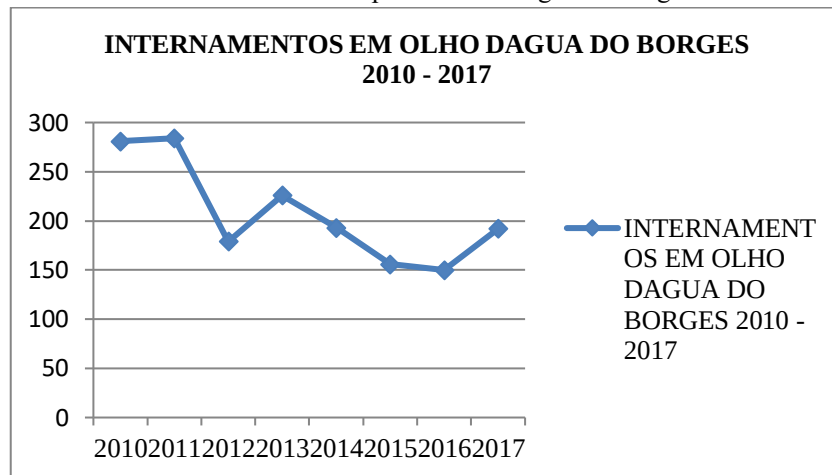
Pesquisas realizadas no estado de Pernambuco por: Silva e Freitas (2017), apontam que com a chegada e a adesão de municípios ao programa Mais Médicos o número de consultas e de pessoas atendidas aumentou em mais de 25%.

A tabela apresenta ainda um considerável aumento no número de visitas domiciliares, uma vez que sai de uma média de aproximadamente 460 consultas anuais de 2010 a 2013 para uma média aproximada de 560 consultas anuais entre os anos de 2014 e 2017, apontando assim para uma crescente e forte presença do profissional médico nas ações de visitas domiciliares.

Segundo Brasil (2012), o processo de trabalho das equipes de atenção básica caracteriza-se por: definição do território de atuação e desenvolvimento de atividades com a priorização de ações para o enfrentamento dos problemas de saúde mais frequentes no território.

Dessa forma, Campos, Pereira Júnior (2016); Carvalho et al. (2018), complementam afirmando que estas ações devem ser programadas e desenvolvidas com cunho educativo interferindo no processo de saúde-doença da população, no desenvolvimento de ações voltadas a grupos de risco e fatores de risco alimentares, ambientais e comportamentais, com a finalidade de prevenir situações evitáveis.

Gráfico 01: histórico de internamentos no Município de Olho d'água do Borges entre os anos de 2010 – 2017



Fonte: o próprio autor

Desperta a atenção no Gráfico 01, o fato do número de internações na referida cidade ter diminuído saindo de uma média de mais de 242 internamentos por ano (960 no total), para um número próximo de 172 internamentos anuais (691 no total) depois da participação do município no Programa Mais Médicos, representando uma redução de mais de 30% dos casos de internamentos na comunidade.

BORJA (2014); MELO; COSTA; MAGALHÃES (2017), trazem em suas pesquisas que os casos de internamentos hospitalares tendem a diminuir nas populações que tem acesso aos serviços de atenção básica de qualidade, uma vez que as pessoas são mais bem assistidas e o processo de educação em saúde tende a se efetivar e consequentemente melhorar os índices dos determinantes de saúde.

(...) serviços de atenção primária contribuem não apenas na redução das taxas de internação e melhoria dos indicadores, mas também na redução de desigualdades socioeconômicas e na qualidade de vida, equidade e saúde populacional. Portanto, o aumento da cobertura e da abrangência da saúde da família é um importante promotor de equidade e o SUS tem cumprido a sua missão, efetivando a ESF como ordenadora do cuidado em saúde. (MALTA et al, 2016, p. 336)

Investimentos Financeiros

Estratégia Saúde da Família tem demonstrado melhora na qualidade dos serviços prestados na Atenção Básica dos diferentes municípios. A capacidade de organização dos municípios é imprescindível para a continuação deste avanço e para que as Equipes de Saúde da Família (ESF) disponham de instalações adequadas, de profissionais qualificados e em número suficiente. Deve, também, garantir recursos financeiros compatíveis com os serviços prestados e sua devida aplicação, visando assegurar a acessibilidade e o acompanhamento dos processos saúde-doença dos usuários e famílias (BRASIL, 2008).

Em função destas evidências, o Ministério da Saúde tem investido na ampliação da cobertura das equipes de Saúde da Família, por entender a importância desta estratégia na melhoria da resposta à saúde. Destacam-se principalmente medidas como o aumento do Financiamento da Atenção Básica.

Tabela 2: Valores de investimentos destinados a Construção, Reformas e Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde do Município de Olho d'água do Borges/RN, através do Requalifica UBS e outras fontes financeiras

PERÍODO	2010 - 2013	2014 - 2017	TOTAL
Valor investido	367,117,29 R\$	931,269,16 R\$	1,298,386,45 R\$

Fonte: Datasus

A tabela 02 ilustra os dados brutos de investimentos financeiros para construção, reforma e aquisição de equipamentos para as Unidades Básicas de Saúde-UBS's, percebeu-se um incremento financeiro virtuoso para a estruturação física das unidades de saúde, o que vai de encontro com o eixo de investimento financeiro e modernização da infraestrutura das unidades.

Os principais objetivos deste eixo segundo Soares Neto 2016, é a modernização e qualificação das unidades de saúde para melhorar as condições de trabalho das equipes e proporcionar melhores condições de acesso e atendimento à população.

Quase um milhão de reais foram investidos na atenção básica do município principalmente através de recursos do Requalifica UBS, estes repasses foram destinados para construção de novas unidades de saúde, reformas e ampliação de sedes já existentes, além de aquisição de equipamentos e materiais necessários a modernização das unidades de saúde.

Malta et al. (2016), menciona em seu estudo que além da estrutura física e do processo de trabalho, outras dimensões são importantes para assegurar a qualidade dos serviços prestados: insumos, fluxos de pessoas, acessibilidade e equidade nos serviços de saúde estão diretamente ligados ao acesso dos serviços de saúde.

Girandi et al. (2016), Brasil (2013), complementam que estes repasses também objetivam a informatização, e a instalação do telessaúde e a implantação de internet em banda larga, uma vez que para os autores supracitados a qualidade nos serviços de atenção à saúde depende pontualmente de uma boa estrutura física e de equipamentos que possam corresponder aos anseios da população.

“O acesso à Internet requer importantes investimentos do setor de telecomunicações, que ultrapassam o setor saúde” (BOUQUAT et al. 2017, p. 10). No entanto, os mesmos autores ainda afirmam que a disponibilização da tecnologia é apenas um passo, e finalizam relatando que sem a participação íntegra e a presença de todos os personagens da equipe os resultados e a qualidade dos serviços ficam comprometidos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme diversos autores citados nessa pesquisa o programa Mais Médicos do Brasil tem, dentre as mais diversas finalidades, oferecer a população abrangente, maior acesso aos serviços de saúde e melhorar os índices de saúde de uma determinada localidade. Assim sendo, o estudo apresentou que houve consideráveis mudanças nos índices de saúde no município de Olho d'água do Borges. Os pontos mais destacados foram os aumentos do número de consultas médicas na Estratégia de saúde da família – ESF e aumento no número de visitas domiciliares.

Diante disso, observou ainda diminuição dos registros de internamentos na cidade em torno de 30%.

Por tudo isso, viu-se ainda no programa uma necessidade de investimentos financeiros em torno da estruturação física das unidades de saúde, o que aparece em destaque na pesquisa é que o município praticamente triplicou os investimentos na rede de infraestrutura das UBS's.

Os dados aqui evidenciados corroboram com evidências positivas o Programa Mais Médicos vem dando importantes passos para viabilizar o direito à saúde para a população brasileira. Os resultados ficam facilmente percebidos através dos dados apresentados analisados e discutidos. No entanto a pesquisa limitou-se a discussão de dados apenas de um município, o que poderia ser discutida de forma mais ampla utilizando mais municípios.

REFERÊNCIAS

BARROS, F. de Assis de Município **de Olho d'água do Borges: Eis a história**. Natal, ed. do Autor, 2013.

BRAGA. G. Bastos; FERREIRA. M. A. Marques; BRAGA. B. Bastos. Eficiência da atenção primária à saúde: avaliando discrepâncias. **Administração Pública e Gestão Social**. V. 07, n. 02, Viçosa/MG, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS), Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção básica. **Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS), Programa Saneamento Básico. **Cartilha Saneamento Básico**. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Gestão do Trabalho e da educação da Saúde. **Programa Mais Médicos – dois anos: mais saúde para os brasileiros**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS), Secretaria De Atenção a Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica – PNAB**. Brasília, 2012.

BRASIL. Portaria 340, de 04 de março de 2013. Redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde. Diário Oficial da União 2013.

BRASIL. Portaria 2.355, de 21 de Outubro de 2013. Altera a fórmula de cálculo do teto máximo das Equipes de Saúde da Família. Diário Oficial da União 2013

BORJA. P. Campos. Política pública de Saneamento Básico: uma análise da recente experiência brasileira. **Saúde e sociedade**. V. 23, n 02, São Paulo, 2014

BOUQUAT. Aylene. Tipologia da estrutura das unidades básicas de saúde Brasileiras: os 5R. **Caderno de Saúde Pública**. V. 33 n. 08. São Paulo, 2017.

CAMPOS, G. W. de Sousa; PEREIRA JÚNIOR, Nilton. A atenção primária e o Programa Mais Médicos do sistema único de Saúde: Conquistas e limites. **Ciência & saúde coletiva**. V. 21, n. 09, Rio de Janeiro, Setembro de 2016.

CARVALHO, M. Nobre de. et al. Necessidade e dinâmica da força de trabalho na Atenção Básica de Saúde no Brasil. **Ciência & saúde coletiva**. V. 23, n. 01, Rio de Janeiro, Janeiro de 2018.

COSTA, S. Moraes. et al. Avaliação do Programa Mais Médicos como política de fortalecimento da atenção básica. **Revista Saúde.com**. V. 13, n. 02, Jequié – Bahia, 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. Ed. Porto Alegre, Artmed, 2010.

CARRER, Andrea. et al. Efetividade da estratégia de saúde da família em unidades com e sem Programa Mais Médicos em município do oeste do Paraná. **Ciência & saúde coletiva**. V. 21, n. 09, Rio de Janeiro, Setembro de 2016.

CARVALHO, V. K. da Silva; MARQUES, C. Pintas. SILVA, E. Nunes da. A contribuição do Programa Mais Médicos: análise a partir das recomendações da OMS para provimento de médicos. **Ciência & saúde coletiva**. V. 21, n. 09, Rio de Janeiro, Setembro de 2016.

SILVA. M. Nunes; FREITAS. M. A. Lima de. **Revista Sociais e Humanas**. V. 30, n. 01, Santa Maria/RS, 2017.

GIRARDI, S. Nicolau. et al. O impacto do Programa Mais Médicos na redução da escassez de médicos em atenção primária a saúde. **Ciência & saúde coletiva**. V. 21, n. 09, Rio de Janeiro, Setembro de 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/olho-dagua-do-borges/panorama> acessado em: 02 de Abril de 2018.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003

LOTTA, G. Spanghero; GALVÃO, M. C. C. Pinto; FAVARETO, A. da Silva. Análise do Programa Mais Médicos à luz dos arranjos institucionais: intersetorialidade, relações federativas, participação social e federalidade. **Ciência & saúde coletiva**. V. 21, n. 09, Rio de Janeiro, Setembro de 2016.

MALTA, D. Carvalho. Et al. A cobertura da estratégia de saúde da família (ESF) no Brasil, Segundo a pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Ciência & saúde coletiva**. V. 21, n. 02, Rio de Janeiro, Setembro de 2016.

MELO. C. DE Freitas; COSTA. M. Carvalho; MAGALHÃES. B. Jéssyca. Escala de avaliação das percepções sobre o Programa Mais Médicos. **Psico-USF**. V. 22 n. 03, Bragança Paulista, Setembro de 2017.

MELO. E. Alves. O que pode o Mais Médicos? **Ciência & saúde coletiva**. V. 21, n. 09, Rio de Janeiro, Setembro de 2016.

MIRANDA. A. Silva de; MELO. D. Azevedo. **Ciência & saúde coletiva**. V. 21, n. 09, Rio de Janeiro, Setembro de 2016.

ORTEGA, Antonio Cesar. **Território, políticas Públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas – SP, Alínea, 2007.

PESSOA. V. Matos. Sentidos e Métodos de Territorialização na atenção primária a saúde. **Ciência & saúde coletiva**. V. 18, n. 08, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS. M. L. Moraes. et al. O que pode uma política? Problematicando a implementação do programa Mais Médicos a partir da experiência de uma cidade brasileira. **Interface**. n. 23, Botucatu, 2019.

SCHEFFER, Mário. et al. Demografia Médica no Brasil 2018. **FMUSP, CFM, Cremesp**. São Paulo, 2018

SILVA. B. Pontes. et al. Ampliação do acesso à saúde na Região mais vulnerável do estado de São Paulo, Brasil: reflexo do programa Mais Médicos? **Ciência & saúde coletiva**. V. 21, n. 09, Rio de Janeiro, Setembro de 2016.

SOARES NETO, J. José; MACHADO, M. Helena; ALVES, C. Brito. O Programa Mais Médicos, a infraestrutura das unidades básicas de saúde e o índice de desenvolvimento humano Municipal. **Ciência & saúde coletiva**. V. 21, n. 09, Rio de Janeiro, Setembro de 2016.

VIANA. M. P. dos Santos. A estratégia de saúde da família em área Rural no Estado do Rio de Janeiro: Relato de uma Experiência. Dissertação de especialização em saúde da Família. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Universidade Aberta do SUS. Nova Friburgo, 2016.

SEGREGAÇÃO SÓCIOESPACIAL EM DUAS CIDADES MÉDIAS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: EXEMPLOS DE MOSSORÓ-RN E SOBRAL-CE

Wagner Vinicius Amorin
Edna Maria Jucá Couto Amorin

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo central analisar a segregação socioespacial em duas cidades médias do semiárido nordestino, cotejando suas semelhanças e diferenças no que diz respeito aos processos e formas espaciais atinentes à escala intraurbana de análise geográfica das cidades (CORRÊA, 1999, 2003 e 2011), relacionando assim variáveis da habitação, da valorização do espaço urbano, da estruturação interna das cidades e da segregação residencial numa perspectiva comparativa, a fim de deslindar as particularidades do processo socioespacial nessas duas cidades do semiárido nordestino, analisando assim seus quadros geográficos frente às condicionantes climáticas regionais e microclimáticas locais, pensando como tais fatores condicionaram novas localizações no mercado imobiliário e o uso do discurso e dos signos que se associam ao verde, a ideia de “natureza” e de amenidades ambientais.

204

SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E FRAGMENTAÇÃO SÓCIOESPACIAL: PROCESSOS E FORMAS ESPACIAIS

O presente trabalho, produto parcial de uma pesquisa em curso atinente ao estudo dos processos espaciais de fragmentação, segregação residencial e segmentação socioespacial, articulada ao Projeto Temático (SPOSITO, 2018) que tem por tema central a fragmentação socioespacial nas cidades médias brasileiras, e pela razão de Mossoró ser uma das cidades estudadas nesse Projeto Temático – juntamente com Chapecó-SC, Maringá-PR, Presidente Prudente-SP, Ribeirão Preto-SP, Dourados-MS, Ituiutaba-MG, Marabá-PA –, julgamos oportuno desenvolver uma pesquisa comparativa entre duas cidades médias do semiárido nordestino, a saber Mossoró-RN e Sobral-CE. As razões pela escolha dessas duas cidades devem-se aos seguintes motivos: Mossoró é uma das cidades contempladas no Projeto Temático, além de ser objeto de investigação em pesquisas de Iniciação Científica por nós orientadas e Sobral é a cidade onde um dos autores deste trabalho vem desenvolvendo os Trabalhos de Campo da disciplina de Geografia Urbana há mais de três anos, disciplina esta ministrada junto ao curso de Geografia da UECE, desenvolvendo-se assim um interesse particular por conhecer e analisar as dinâmicas urbanas desta cidade.

Esta pesquisa como um todo parte da constatação da quantidade relativamente significativa de empreendimentos residenciais fechados e de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) nas cidades de Mossoró e Sobral, e compreende que a autosegregação (CORRÊA, 2013; VASCONCELOS, 2004, 2013) corresponde à busca de um ideal de *habitat* que nega a própria cidade, seja enquanto continente das diferenças e/ou como lugar de encontros, sinergias, trocas, reunião, centralização, coexistência e convivência ao encerrar-se o habitat entre muros altos, cercas eletrificadas e perímetros vigiados, num espaço residencial onde tais moradores buscam estar entre seus pares, afastados, portanto, do convívio cívico cotidiano com o diferente. E a segregação imposta (CORRÊA, 2013; VASCONCELOS, 2004, 2013), como estando relacionada à existência daquela primeira.

A ideia de uma cidade em fragmentos consiste em encarar que a generalização da propriedade privada, o parcelamento do espaço urbano em frações privadas vendidas e compradas como mercadorias, ou ainda que alugadas, o aprofundamento da desigualdade socioespacial e a

generalização da sensação de insegurança e do medo urbanos escavaram o fosso das distâncias sociais, multiplicando o processo de segregação socioespacial (SPOSITO, 2013), a ponto de agora a vida cotidiana dar-se em fragmentos de simulação do urbano contemporâneo, e no caso das cidades em estudo estes fragmentos dissimulam realidades microclimáticas paralelas e/ou fictícias, buscando apresentar um *merchandising* que desassocie estes espaços residenciais fechados das condições climáticas regionais da semiaridez. Os agentes da produção imobiliária não apenas lidam com estas tendências e mudanças como também as promovem, sejam enquanto promotores dessas estratégias de transformações urbanas, ou enquanto agentes que atuam passivamente com as consequências já delineadas por outros agentes estruturadores do mercado imobiliário.

É dessa maneira que atualmente se vendem fragmentos de cidade. Uma tal afirmação se reforça quando o discurso e o marketing identificam não só acessibilidade e localização como âncoras das escolhas locacionais, mas, também, e principalmente o ideal proposto pela oferta e incorporado pela demanda, que em primeira e última instância é a exclusividade do espaço residencial fechado, protegido, seguro, privado, de acesso controlado, vigiado, em cujos domínios a vida programada cotidiana não “saia do script” projetado nessa nova forma residencial. A fragmentação socioespacial como aprofundamento do processo de segregação socioespacial (SPOSITO; GÓES, 2013) revela-se com contundência quando não apenas o espaço do morar encontra-se em situação de segregação, mas quando também o espaço do consumir – por exemplo, os shopping centers, as avenidas de estabelecimentos comerciais destinando às camadas de rendas médias e altas, academias de franquias nacionalmente conhecidas, os melhores restaurantes da cidade, colégios particulares, escolas de cursos de idiomas, clínicas etc. – e do trabalhar – centros e edifícios empresariais – manifestam-se em locais privilegiados, de acesso controlado e em áreas da cidade pouco frequentadas por grande parte dos cidadãos. É nesse sentido que corredores de comércio e serviços destinados à uma certa camada da sociedade se desenvolvem na cidade e que vetores de desenvolvimento e valorização imobiliária se estruturam. São nessas áreas que encontramos a melhor infraestrutura, equipamentos comerciais e de serviços voltados a um público específico, e a acessibilidade aos locais de trabalho de grande parte desse segmento da população.

A fragmentação socioespacial é um processo amplo e aprofundado do correlato processo de segregação socioespacial (SPOSITO, 2013), mas é mais que este (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001; NAVEZ-BOUCHANINE, 2002; PRÉVÔT-SCHAPIRA; PINEDA, 2008; SOUZA, 2008; GUZMÁN RAMIREZ; HERNÁNDEZ, 2013; SPOSITO; GÓES, 2013). A fragmentação socioespacial, conforme já afirmado nesse trabalho, não se restringe somente aos espaços residenciais, mas manifesta-se no momento das práticas espaciais dos cidadãos (BAUMAN, 2001; GOMES, 2002; CORRÊA, 2007; CARLOS, 2007; LOBODA, 2008; SOUZA, 2013; DAL POZZO, 2015; PEREIRA, 2018), e encontra-se pautada por uma vida urbana segmentada, cujos locais de consumo, trabalho, lazer etc. ou são privados ou de acesso restrito e controlado, podendo ser coletivos mas não públicos (SOUZA, 2008, p. 80), em uma palavra fragmentados. De acordo com Souza (2008, p. 56):

Fragmentação tem a ver, obviamente, com fragmentos. E fragmentos são partes, frações de um todo que ou não se conectam mais, ou quase não se conectam mais umas com as outras: podem ainda “tocar-se”, mas não muito mais que isso. Claro está, ou deveria estar, que se trata de muito mais que de um processo de “diferenciação”. Menos óbvio é que se trata de algo que vai além, até mesmo, de um processo de “segregação”.

Por observar-se um paralelo entre a insegurança e a violência urbanas – o discurso diário do medo e da violência generalizadas – e o mercado da segurança como um todo e residencial especificamente, encontramos no mercado imobiliário, principalmente no segmento de espaços

residenciais fechados, a relação que leva à autosegregação das elites e classes médias (SOUZA, 2008, p. 69). E é por essa razão que a fragmentação socioespacial tem no processo de segregação um dos seus pilares e fundamentos, porque, calcada na diferenciação espacial e segmentação residencial da cidade (CORRÊA, 2007; CARLOS 2007), o espaço do habitat é o principal meio através do qual a vida ocorre, se desenrola e acontece, pois grande parte do tempo é passado e vivido no lar, e portanto a moradia possui importância central quando fala-se em divisão social do espaço, segmentação socioeconômica da cidade, diferenciação espacial, desigualdades socioespaciais e, finalmente, segregação.

Ao abordar a segregação do ponto de vista da moradia fala-se numa “autosegregação”, à qual concorrem os cidadãos desejosos por viver e morar apartados e protegidos das principais problemáticas urbanas da atualidade. Por isso, a análise que recaia sobre a fragmentação socioespacial tem que incorrer primeiramente na análise da segregação residencial. Em contrapartida, há uma segregação imposta àquelas camadas sociais que, não possuindo condições econômicas que lhes possibilitem realizar a escolha residencial, ficam sujeitas às piores localizações da cidade, dado o preço da terra, a segmentação socioeconômica, a divisão social do espaço presente na estruturação residencial urbana e na oferta da chamada habitação social de mercado (SHIMBO, 2010).

De acordo com Souza (2008, p. 72):

A auto-segregação acarreta importantes conseqüências em matéria de fragmentação. Não menos que a formação de enclaves territoriais controlados por traficantes de drogas (ou por “milícias”), a acelerada difusão e a crescente sofisticação dos “condomínios exclusivos” dão sua contribuição, ainda que de maneira menos dramática, para dissolver a imagem da cidade como uma entidade geográfica que, apesar da pobreza e da segregação, poderia ser apresentada sem maiores problemas como uma “unidade na diversidade” [...].

A bem da verdade, esta imagem da cidade como entidade geográfica como “unidade na diversidade” é contestada por alguns pensadores que trataram da temática da fragmentação. Do ponto de vista filosófico, ao incorrer numa abordagem histórica, Thierry Paquot (2002, p. 111-117) observa que a fragmentação é um processo que não foi inaugurado especificamente pelo capitalismo, pois, do contrário, supor-se-ia que as cidades do passado não eram fragmentadas. No entanto, afirma o autor que esta característica fragmentada é aquela que melhor qualifica a cidade contemporânea. Considerados separadamente, os fragmentos estariam desencaixados. Considerados juntos, eles formariam um todo, onde cada fragmento traria a sua “tonalidade”, e cada um seria indispensável ao sistema, que, no nosso caso, é excludente, desigual e contraditório. O fragmento, se interpretado de maneira diversa, possibilita-nos dar um sentido à compreensão do todo, porém, adverte que a cidade da pós-modernidade não mais procura esta unidade, pois trata-se, agora, de um “todo desencantado”, no qual o fragmento divide, substitui, afasta, alterna, se interconecta apenas para finalidades específicas e temporárias. Assim a cidade se faz e se desfaz, se constrói, se desconstrói segundo o ritmo das inovações técnicas, da reestruturação e dos ciclos da economia capitalista. Com isso concorda Souza (2008), pois a unidade que, talvez, antes poderia ser encontrada na cidade nostálgica se desfaz no atual espaço urbano em fragmentos tão característicos da contemporaneidade, cujas formas se espalham para bem além da cidade, rompendo com a morfologia tradicional da cidade histórica, funcional e, não salvo de questionamentos, idealizada. Do ponto de vista da fragmentação é fundamental falarmos de segregação, e do ponto de vista da segregação é fundamental falarmos dos espaços residenciais fechados.

Os loteamentos fechados e os condomínios horizontais compareceram com mais contundência nas cidades brasileiras desde a década de 1980 como uma das possibilidades ao mercado imobiliário, sobretudo em momento de fraca acumulação, ganhando força nos anos 1990,

quando a incorporação dos vazios urbanos decorrentes da especulação imobiliária viabilizou sua definitiva ocupação. Tratavam-se de áreas reservadas por diferentes tipos de proprietários e especuladores, mas que, com a chegada das infraestruturas urbanas em suas imediações, e a partir da criação de um ideário de se morar longe da concentração urbana, da insegurança urbana, do congestionamento, do adensamento etc., a alternativa tomou ímpeto e fragmentou ainda mais a cidade que já era socialmente segmentada. A trajetória dos espaços residenciais fechados no país encontra-se documentada e analisada em muitas pesquisas, dentre as quais destacamos Smolka (1991, 1992), Carlos (1994), Caldeira (1997, 2000), Vasconcelos (2004), Sposito (2005), Souza (2008), Dal Pozzo (2015), Corrêa (2013), Sposito e Góes (2013), Magrini (2013), Rodrigues (2013), Santos (2013).

Ao tratar do tema segregação, Sposito (2005) analisou uma bibliografia que, de um modo geral, a levou a considerar a aparição dos espaços residenciais fechados no país, ainda que resguardadas as diferenças com os espaços residenciais fechados da atualidade, um fenômeno que data de meados das últimas três décadas do século XX, cuja generalização se deu somente na década de 1990 e assim consolidou os loteamentos fechados e os condomínios horizontais como opções residenciais que passaram a ser ofertados no mercado imobiliário de muitas cidades brasileiras, das grandes, metrópoles e capitais, às cidades médias e, mais recentemente, às pequenas cidades.

A expressiva incorporação de novas áreas à malha urbana, com o parcelamento de glebas rurais, expansão de perímetro urbano, implantação dos loteamentos fechados etc. reforçou essa nova tendência em muitas cidades brasileiras, em função de uma grande procura pelos valores difundidos com relação a estas novas formas de habitat que nesses novos vetores de expansão territorial urbana e valorização imobiliária encontraram, então, sua grande vazão.

Ao compreendermos que a vida cotidiana, torna-se cada vez mais programada, controlada em nome da busca da eficiência, dos fluxos cada vez mais gerenciados pré-conhecidos e previamente decididos, a segregação residencial estende-se à fragmentação socioespacial, extensão sem a qual aquela primeira seria apenas um momento da vida cotidiana. Com o aprofundamento das distâncias sociais o processo de fragmentação irradia-se pelas práticas espaciais dos cidadãos, do ambiente de trabalho, lazer, consumo – de bens materiais e imateriais –, culto e de moradia, de onde parte e para onde retorna tal processo, num movimento pendular, diuturno, ao longo dos sete dias da semana, ininterrupto. Assim a (re)produção social do espaço urbano, nos termos propostos por Carlos (2011), manifesta-se em sua expressão refratária, posto que condiciona economicamente as condições da vida, as quais, em última instância, prostram-se à um conjunto de determinações da realização do capital, da valorização do espaço e da produção imobiliária que, na negação da cidade, se impõe no plano local como processo de reprodução contraditória da vida social. Numa cidade assim se nasce e se morre sem conhecê-la totalmente, sem sequer conhecê-la adequadamente, pois, no limite, as práticas espaciais estão condicionadas e limitadas aos estilhaços, aos fragmentos que, ainda que conexos, como num sistema, as conexões são como encaixes de partes com outras partes, e não de partes com o todo, e muitas partes permanecem estrategicamente invisíveis ou ligadas por fluxos específicos, como que se não existissem para muitos cidadãos, como que se não fossem reais.

A segregação não é um expediente residencial apenas das camadas de alta renda da sociedade, pois no contexto recente, alguns dos empreendimentos habitacionais também utilizaram a forma urbanística condominial no âmago do PMCMV, por exemplo, e assim, mimeticamente, reproduziram a segregação no quesito “muros e cercas”, muito embora a localização desses empreendimentos na cidade seja em si objeto da chamada segregação imposta. Além desses empreendimentos habitacionais sob a forma condominial, é por demais conhecido que os moradores dos conjuntos habitacionais destinados à faixa de baixa renda são os que mais

contundentemente encontram-se submetidos à segregação imposta, reiterando um verdadeiro “apartheid residencial” em algumas cidades brasileiras.

Apesar da apreciação da fragmentação conter uma perspectiva subjetiva e fenomenológica, do domínio da experiência urbana, ela é produzida e intencionalmente planejada por agentes sociais da produção do espaço urbano que detém e/ou influenciam quem detém parcelas consideráveis do espaço urbano, discursos, marketing, estratégias e ações que se efetivam espacialmente, demarcando as posições e as cisões urbanas, separando bairros de conteúdo socioeconômico distintos, selecionando áreas de atuação que privilegiam determinados estratos da população, como que territorializando sua presença pelas vias do poder do dinheiro. Desse modo, consideramos que a materialidade da fragmentação, que é um processo, pode ser constatada porque o processo depende e necessita desse substrato espacial para manifestar-se, posto que não acontece em localizações aleatórias, mas deliberadamente pensadas e selecionadas para este fim.

DIMENSÕES DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL A PARTIR DOS EXEMPLOS DE MOSSORÓ E SOBRAL

No intuito de avançar na discussão dos processos de segregação e fragmentação socioespaciais em uma perspectiva comparativa, analisaremos as cidades de Mossoró e Sobral, tendo como ponto de partida os novos empreendimentos habitacionais do PMCMV e os espaços residenciais fechados – condomínios horizontais e loteamentos fechados –, pois, se tratando de mercadorias especiais, possibilitam estabelecer vínculos entre as diversas escalas da produção do espaço, da macroeconomia às escalas do poder local, além de reunir em si a dimensões socioespacial. A análise será feita em dois sentidos: a casa e a cidade, partindo da indissociabilidade entre produção e consumo do/no espaço urbano, uma vez que a casa é um bem cujo valor de uso e valor de troca estão associados tanto à produção quanto ao consumo da cidade, subentendendo-se a produção da casa como um bem imobiliário e o consumo de suas localizações e dos serviços associados.

A disseminação de novos produtos imobiliários, tais como *shopping centers* e os novos *habitats* produzidos a partir da concepção de espaços residenciais fechados, tem “alterado a distribuição, na cidade, dos grupos sociais e das funções urbanas, rearticulando os usos dos espaços e os fluxos que lhes animam a vida, por meio de formas de segmentação mais complexas” (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 69), alterando, assim, seus conteúdos e as lógicas de estruturação do espaço urbano, passando de uma lógica centro-periférica para uma lógica fragmentar.

Não pretendemos com este trabalho esgotar as possibilidades de discussão sobre este tema, porém, é importante analisar as localizações e os impactos destes novos empreendimentos imobiliários na escala da cidade, tomando como referência os exemplos de Mossoró e Sobral, na medida em que sua compreensão possibilita aquilatar o conjunto e a intensidade das transformações diferenciadas e diferenciadoras pelas quais passam as cidades analisadas e que se constituem em uma condição *sine qua non* dos processos de reestruturação urbana e da cidade.

Lançado em 2009, o PMCMV teve como objetivo estimular a economia e reduzir o déficit habitacional no país – ou nos termos de Fix (2011, p. 141), solucionar problemas de *acumulação* e de *legitimação* – e configurou-se como uma política anticíclica de enfrentamento à crise internacional ocorrida no ano anterior (SHIMBO, 2010; MELAZZO, 2015). Assim, impulsionou-se a construção de moradias de modo a atender demandas habitacionais de

famílias com renda de até sete mil reais (distribuídas em três faixas de renda, fomentando o crédito para aquisição e produção de habitações, com a redução da taxa de juros.

Contudo, observou-se que, mesmo diante de uma produção massiva de unidades, tal política tornou-se questionável no enfrentamento do déficit habitacional (FIX, 2011; MELAZZO, 2015; ROYER, 2009; SHIMBO, 2010), ao serem cotejados dados referentes à produção em *si vis a vis* ao número de domicílios particulares permanentes, ao número de domicílios vagos e ao déficit habitacional.

Esta constatação pode ser demonstrada e problematizada nos dados referentes ao total de domicílios particulares, domicílios vagos e ao déficit habitacional em Mossoró no ano de 2015, comparativamente ao número de empreendimentos e de unidades habitacionais do PMCMV acumuladas até o ano de 2020.

Comparando-se a produção do PMCMV com a quantidade de domicílios particulares permanentes, vê-se que as unidades habitacionais do PMCMV correspondem a 21,17% do total de domicílios em Mossoró e a 13,84% do total em Sobral, número expressivo no conjunto de domicílios em ambas as cidades, em um intervalo de tempo de uma década de atuação do Programa, representando uma significativa expansão nos “estoques” de unidades residenciais.

Quadro 1: Mossoró e Sobral. Domicílios particulares permanentes (2010), unidades habitacionais do PMCMV entregues (2020) e déficit habitacional (2010).

	Domicílios particulares permanentes (2010)	Número de unidades entregues (2009-2020)*	Déficit Habitacional Urbano (2010)	Porcentagem de UHs em relação ao déficit habitacional	Porcentagem de UHs em relação aos domicílios particulares
Mossoró	67.234	14.238	9.892	143,93	21,17
Sobral	50.445	6.982	6.626	105,37	13,84

*Número de unidades habitacionais entregues construídas na área urbana.

Fonte: Ministério das Cidades (2015); Censo IBGE (2010); Furtado, Lima Neto, Krause (2013); Marques (2017), SISHAB (2020). Organizado por Edna Couto e Wagner Amorin (2020).

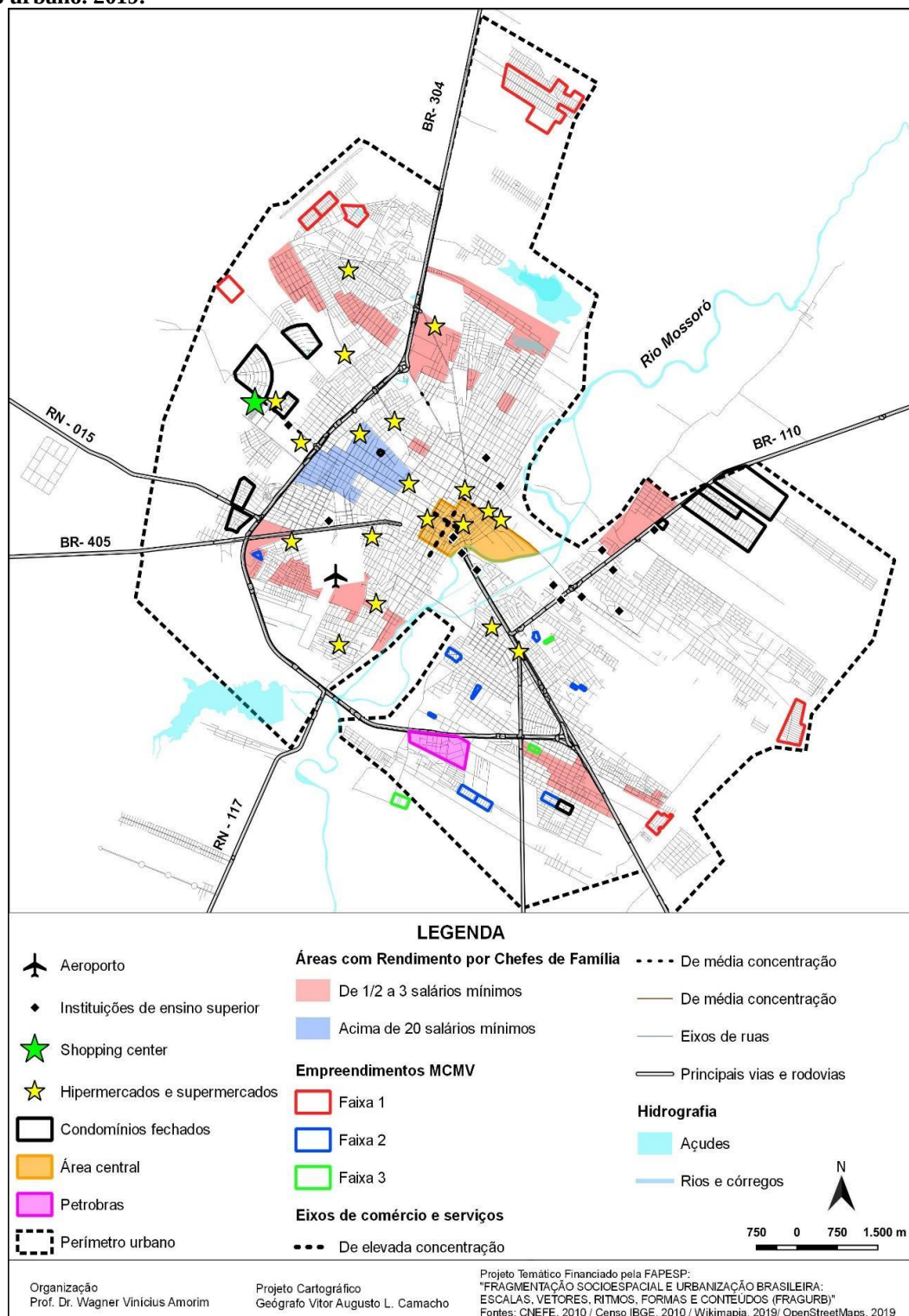
Com relação à quantidade de unidades habitacionais contratadas e o déficit habitacional, o percentual de unidades é bastante significativo, equivalentes a 143,93% e 105,37% do déficit em Mossoró e Sobral, respectivamente. Todavia, além dos números é preciso observar a localização destes empreendimentos de modo a perceber como a produção de tais espaços condiciona o consumo do ponto de vista da unidade residencial e do ponto de vista da própria cidade, de suas localizações absolutas e relativas (Mapas 1 e 2).

Em Mossoró, os empreendimentos do PMCMV concentram-se nas zonas norte e sul, havendo diferenças na sua distribuição espacial conforme a faixa de renda a qual se destinam. Os empreendimentos destinados às habitações de interesse social (Faixa 1) estão todos localizados nas extremidades das cidades (Mapas 1 e 2), havendo pouca ou nenhuma continuidade espacial com a malha urbana consolidada, contribuindo para a expansão descontínua da malha urbana, diferentemente dos empreendimentos destinados às Faixas 2 e 3 que, em sua maioria, estão melhor inseridos.

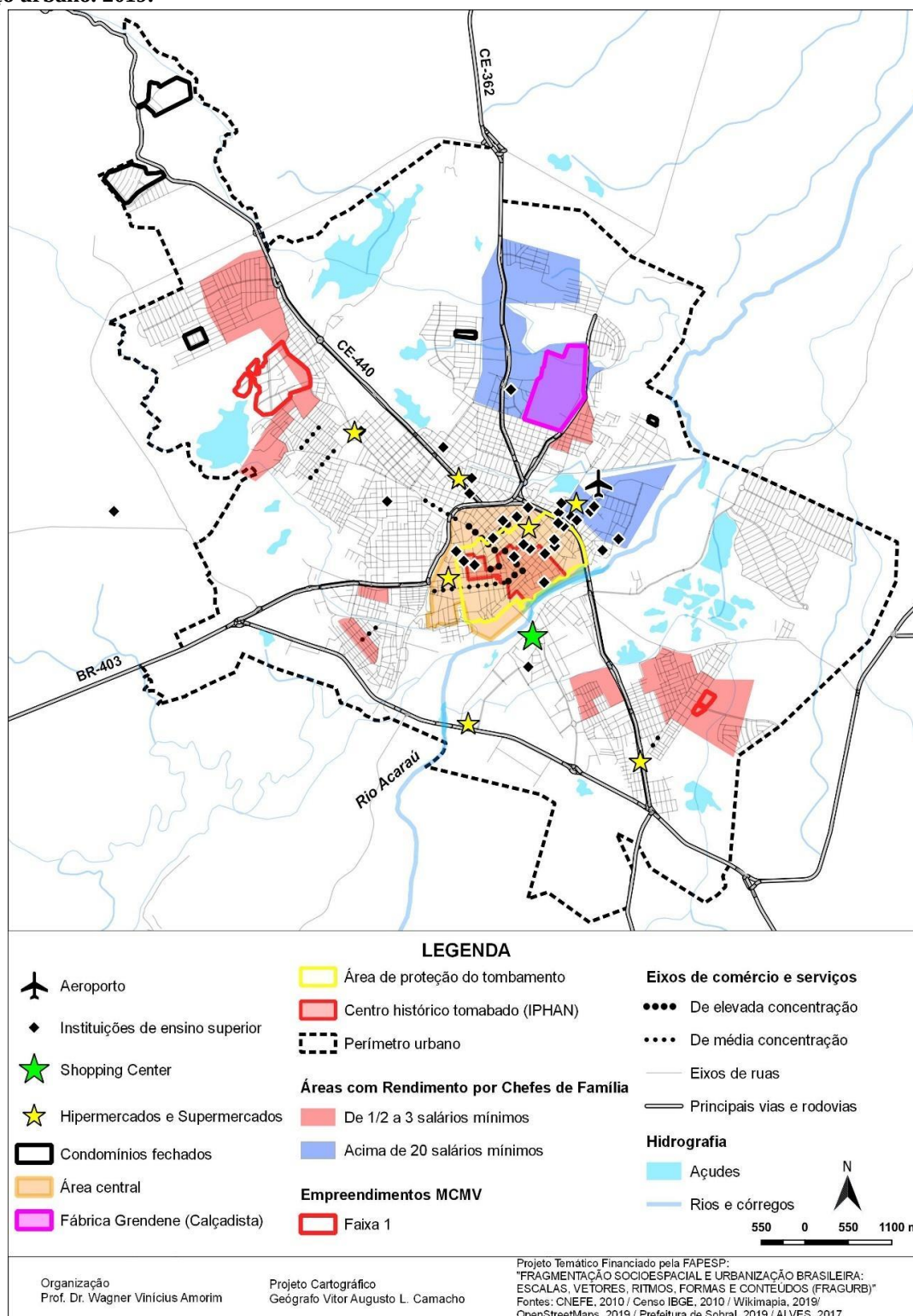
Nota-se que a localização dos empreendimentos do PMCMV em Mossoró e em Sobral reproduz a lógica de produção de loteamentos em descontinuo à malha urbana consolidada, iniciada ainda nos anos de 1970, cujas características “populares” os destinavam aos segmentos sociais de menor renda, com lotes de pequenas dimensões e numerosas unidades habitacionais. De modo

a ilustrar nossa argumentação, além dos Mapas 1 e 2 apresentaremos os exemplos do Residencial Monsenhor Américo Simonetti e Residencial Santa Júlia, em Mossoró (Figura 1), e dos Residenciais Jatobá I e II e Orgulho Tropical I, II e III – popularmente conhecido como Nova Caiçara – em Sobral.

Mapa 1: Mossoró. Mapa síntese dos espaços residenciais e de consumo e de elementos estruturadores do espaço urbano. 2019.



Mapa 2: Sobral. Mapa síntese dos espaços residenciais e de consumo e de elementos estruturadores do espaço urbano. 2019.



No Mapa 1, é possível observar o Residencial Monsenhor Américo Simonetti, que possui 802 unidades habitacionais e está situado no extremo norte da cidade, descontínuo da malha urbana da cidade, depois dos conjuntos Abolição IV e Santa Delmira (QUEIROZ, 2012).

Consoante Nascimento (2013), os moradores sofrem com a falta de transporte coletivo no empreendimento, o que dificulta o acesso aos locais de trabalho, de estudo e de lazer, problema que é compartilhado pelos moradores de outros residenciais construídos pelo PMCMV, a exemplo do Residencial Santa Júlia (Faixa 1) e de outros empreendimentos localizados em bairros como o Planalto 13 de Maio e o Sumaré (NASCIMENTO, 2013, p. 126-128).

O Residencial Santa Júlia (Figura 1) possui 376 unidades habitacionais e localiza-se bem próximo ao Residencial Monsenhor Américo Simonetti, no extremo norte mossoroense. Está localizado no bairro Santa Júlia, criado no início da década de 1990 (Lei 502/90 de 05/06/1990) como parte de uma estratégia de direcionamento da expansão territorial urbana no sentido nordeste, embora os bairros recém-criados mantivessem práticas cotidianas rurais e com ausência de infraestruturas urbanas (ROCHA, 2005, p. 192), demonstrando relações de permanências, mudanças e contradições estabelecidas entre o urbano e o rural.

Figura 1: Mossoró. Residenciais Monsenhor Américo Simonetti e Santa Júlia. 2013.



Fonte: Edna Couto. Arquivo pessoal.

Portanto, o padrão periférico dos empreendimentos do PMCMV, sobretudo aqueles destinados à Faixa 1, assemelha-se à localização de conjuntos habitacionais populares implantados em políticas habitacionais passadas, distantes das áreas centrais e descontínuos da malha urbana, em áreas desprovidas ou com precárias condições de infraestrutura e de serviços coletivos, como equipamentos de saúde, escolas e creches, transporte, saneamento básico, pavimentação asfáltica etc. (BONDUKI, 2008; MARICATO, 1987).

Por outro lado, em Mossoró identificamos cinco espaços residenciais fechados (Mapa 1), que têm contribuído para transformações nas lógicas de estruturação do espaço urbano daquela cidade, com a expansão da malha urbana (ELIAS; PEQUENO, 2010; NASCIMENTO, 2013). A implantação de espaços residenciais fechados na cidade é relativamente recente, sendo o primeiro empreendimento de 2004 e o segundo, de 2006. Foi somente a partir da segunda metade dos anos 2000 que os loteamentos fechados e os condomínios horizontais se difundiram em Mossoró, de modo mais acentuado na década de 2010. Elias e Pequeno (2010, p. 250) explicam que os condomínios horizontais apareceram

[...] como uma forma diferenciada dos loteamentos fechados, em sua maioria localizados no mesmo bairro que concentra a verticalização [Nova Betânia]. Com porte igual ou menor ao de uma quadra, estes condomínios residenciais apresentam número reduzido de residências, semelhantes em sua forma e conteúdo, tendo as áreas de lazer, vias de acesso interno e os serviços condominiais compartilhados [destaque nosso].

Quanto à localização dos espaços residenciais fechados em Mossoró, verificamos que estes se concentram em dois sentidos: a oeste, em sua maioria no bairro Nova Betânia, e a leste, no bairro Rincão, às margens da rodovia BR-110, na saída para Areia Branca, mantendo o padrão periférico dos empreendimentos. Vale ressaltar que foram identificadas irregularidades jurídicas em dois destes empreendimentos, os quais foram denunciados por propaganda enganosa ao comercializarem lotes de condomínio fechado embora estivessem registrados oficialmente como loteamentos (OLIVEIRA, 2013, p. 232) .

A localização dos espaços residenciais fechados em Mossoró, assim como em Sobral, concentra-se nas extremidades do perímetro urbano, contribuindo para o espraiamento e a descontinuidade da malha urbana e reforçando as desigualdades socioespaciais. Isto revela a divisão econômica e social do espaço, enquanto “*efecto espacial de la actividad de los agentes y en su modo de vida, de la totalidad de la estructura de la formación social (con su pasado)*” (LIPIETZ, 1985, p. 104, destaques no original), aprofundando as desigualdades socioespaciais e redefinindo as articulações entre as diferentes frações da cidade, os usos do solo urbano e as práticas espaciais. Conforme destacam Sposito e Góes (2013, p. 106),

[...] há clara ampliação da divisão social do espaço, porque convivem, próximas entre si, áreas residenciais destinadas a segmentos de poder aquisitivo bem distintos, agora separados por muros e sistemas de segurança que garantem a distinção, ainda que possa ser notada tendência de agrupamentos desses empreendimentos murados num ou noutro setor da cidade.

Com relação à concentração dos chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos, nota-se uma concentração muito clara deste segmento em ambas as cidades. Seguindo uma lógica semelhante, a maioria dos espaços residenciais fechados está em áreas adjacentes às que concentram chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos, encontrados principalmente no Centro e em direção a oeste, e noroeste mossoroense – eixos de verticalização da cidade (ELIAS; PEQUENO, 2010).

Desse modo, “a expansão do mercado imobiliário residencial tem provocado alterações relevantes sobre a dimensão socioeconômica, bem como sobre o atual processo de reorganização do espaço urbano de Mossoró” (NASCIMENTO, 2013, p. 15), ampliando, assim, as desigualdades socioespaciais (COUTO, 2011, 2016; ELIAS; PEQUENO, 2010; NASCIMENTO, 2013; OLIVEIRA, 2013; QUEIROZ, 2012; SILVA, 2013).

Outro destaque a ser feito é que, além da localização dos empreendimentos do PMCMV em todas as faixas e dos espaços residenciais fechados, a localização do centro principal, dos *shopping centers* e das principais rodovias que cruzam a cidade são elementos importantes e representativos das profundas alterações na estrutura urbana, que contribuem para o entendimento das mudanças que vêm ocorrendo nas duas cidades, compondo “um complexo sistema de modificações que redefinem a estruturação, possibilitando a ideia de reestruturação da cidade” (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 69).

Já para o caso de Sobral, embora existam empreendimentos do PMCMV em menor número, a quantidade das unidades habitacionais chama atenção, a ponto de apenas dois deles: os Residenciais Jatobá I e II e Orgulho Tropical I, II e III – popularmente conhecido como Nova Caiçara (Figura 2) concentrarem 3.858 unidades, estando eles segregados em duas áreas periféricas da cidade, e extremamente opostas uma em relação a outra, respectivamente sudeste e noroeste, e tal como está evidente no Mapa 2, próximo aos setores censitários que concentram chefes de famílias que ganham de meio a três salários mínimos.

Figura 2: Sobral. Residenciais Nova Caiçara e Jatobá. 2018.



Fontes: O Diário (2015); Blog Sobral Informativo (2012)

Com relação aos espaços residenciais fechados em Sobral, consideramos os Condomínios Portal dos Ventos, Moradas, Granville Residence, Living Space e Rosa dos Ventos etc. como espaços que reiteram a segregação residencial nesta cidade, e ao analisarmos o Mapa 2 observamos as localizações espacialmente periféricas ao norte da cidade, nas proximidades do sopé da Serra da Meruoca, estando os mais novos espaços residenciais fechados em um vetor de valorização imobiliária que segue a CE 040 em direção a Serra, justamente em função das amenidades ambientais, do microclima local e dos ventos mais brandos que sopram da Serra.

Em sua pesquisa de mestrado atinente às novas dinâmicas urbano-imobiliárias na cidade de Sobral, Lima (2014, p. 90) afirmou que “[...] uma das transformações mais notáveis é a dimensão das espacialidades urbanas, marcada pelas novas formas/condições de habitar, distinguindo e delimitando a fronteira entre os que podem pagar bem para morar [...]” em espaços mais bem estruturados e aqueles que são impelidos aos espaços marginais da cidade, e “[...] no caso da cidade de Sobral, este processo apesar de não ser novo, se mostra cada vez mais intenso e contínuo [...]”, fato que lhe dá não somente forma diferenciada no sentido de expansão territorial, mas especificamente ao seu conteúdo, onde os espaços residenciais fechados ganham expressões a uma velocidade inédita (LIMA, 2014, p. 90).

Essa velocidade é mais contundentemente observada nessa porção da cidade, onde, segundo Lima (2014, p. 104):

[...] a valorização dos loteamentos e a “engorda” de terrenos [...] resultam da rápida e acelerada tecnificação que se processa, por meio de novas possibilidades de mobilidades, saneamentos, obras infraestruturais [...], evidenciando uma diferenciação social que atenda ao novo público que ali se instala, colaborando nesse íterim para uma nova materialidade espacial.

Lima (2014, p. 109), ainda constata que “[...] nos bairros onde há a presença de tais novos padrões de moradia há quase sempre presença de determinados equipamentos de serviços e comércios que conseguem revelar em tais [localizações] uma tentativa [...] de homogeneização, quer seja por ruas asfaltadas e bem iluminadas [...]”, quer seja pela chegada de estabelecimentos comerciais antes concentrados na área central. Essas mudanças repercutem com significativa importância na valorização dos imóveis e dos terrenos e, nesse sentido, na construção de um ideário de qualidade de vida dos moradores que ali já estavam mesmo antes da chegada destes novos investimentos imobiliários, bem como para os que ali ainda vão chegar.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

A pesquisa da qual o presente trabalho resulta como produto e resultado parcial encontra-se em desenvolvimento, portanto, muitos elementos, perspectivas e discussões aqui iniciadas permanecerão inconclusos, por isso o caráter parcial desses apontamentos, os quais continuarão sob investigação, e no contexto nas pesquisas por nós orientadas e das por nós desenvolvidas,

seja de modo independente ou inseridos no Projeto Temático do qual um dos autores deste trabalho participa (SPOSITO, 2018).

Do conjunto dos exemplos aqui examinados formulamos algumas indagações que prosseguirão sob objeto de pesquisa, sobretudo empírica doravante, tendo em vista elucidar transformações espaciais que estão acometendo as cidades aqui estudadas:

- ✓ Está de fato em curso o processo de fragmentação socioespacial nestas duas cidades?
- ✓ De que modo ele pode ser investigado no tocante aos espaços do consumo, lazer, trabalho e estudos?
- ✓ A precária mobilidade urbana cinde as cidades em fragmentos pouco conexos, de modo a separar o que não está espacialmente tão distante?
- ✓ Está ocorrendo uma passagem da lógica centro-periférica para uma lógica fragmentar de estruturação do espaço urbano nestas duas cidades?
- ✓ Ou se trata de uma sobreposição e simultaneidade das duas lógicas?

À par destes questionamentos cabe reiterar que a produção imobiliária, seja a engendrada a partir da ação dos promotores imobiliários bem como do Estado – no caso do PMCMV –, vem em muitos casos observados reforçando o padrão de segregação residencial nestas duas cidades. Entretanto, ocorre que nas duas cidades podemos observar que, em alguns casos, as distâncias geométricas entre espaços residenciais dos estratos de baixa renda não são tão grandes, o que poderia fazer-nos supor que a segregação e a consequente fragmentação socioespacial podem ser relativizadas, mas seria um erro supor que estes dois processos socioespaciais se restringem às distâncias no plano euclidiano do espaço. Muito mais que distâncias geométricas, elas dizem respeito às distâncias e barreiras socioeconômicas erigidas no cotidiano, nos deslocamentos, nas práticas espaciais, nos ritmos e nos desencontros. Ou seja, trata-se muito mais de compreender que esta divisão social e econômica do espaço, ao segmenta-lo reitera e retroalimenta-se de sociabilidades fraturadas e de vidas reproduzidas em fragmentos, para alguns simulacros de realidades, para outros a vida real sem simulações.

Por fim, cabe concluir que os promotores imobiliários das duas cidades apresentam particularidades atinentes à formação socioespacial e à região na qual atuam, ora planejando o espaço urbano-residencial a partir das características e condicionantes geográficas específicas da região, ora negando-as, por exemplo, nos ideais propagandeados nos *outdoors*, em toda a campanha de marketing e nos próprios nomes dos empreendimentos destinados às camadas de médias e altas rendas que prometem experiências urbanas intramuros destoantes do extramuros.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOG SOBRAL INFORMATIVO. Bairro Sinhá Sabóia - Entrega das 496 casas dos residenciais Jatobá I e II será nesta terça-feira. **Blog Sobral Informativo**, 30 dez. de 2012. Disponível em: <http://sobralinformativo.blogspot.com/2012/10/bairro-sinha-saboia-entrega-das-496.html>

BONDUKI, Nabil Georges. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq.urb** Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, nº 1, 2008. pp.70-104. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em: 18/11/15.

CALDEIRA, Teresa Pires do R. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

- CALDEIRA, Teresa Pires do R. **Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana**. São Paulo: Novos Estudos, 1997.
- CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, Ana Fani A. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CARLOS, Ana Fani A. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, Presidente Prudente, vol. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 39-60.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, Presidente Prudente, vol. 4, n. 6, p. 61-72, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço urbano: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana. Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-51.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Uma nota sobre o urbano e a escala. In: **Território**. Rio de Janeiro. Ano VII. Nº 11, 12 e 13, p. 133-136. Set./out., 2003.
- COUTO, Edna Maria J. **Redefinições espaciais do comércio em Mossoró – RN**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Ceará, 2011.
- COUTO, Edna Maria J. **As cidades médias e suas múltiplas particularidades: produção e consumo do espaço urbano em Marília/SP e Mossoró/RN**. 2016. 246f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2016.
- DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas**. Os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. 2015. 400f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: _____. SPOSITO, Maria Encarnação B., ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 101-272.
- FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. (2011) Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- FURTADO, Bernardo A.; LIMA NETO, Vicente C.; KRAUSE, Cleandro. Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010). **IPEA, Nota Técnica**, Nº 1, Brasília, maio de 2013. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/130517_notatecnicadirur01.pdf. Acessado em 02 de abr. de 2015.
- GOMES, Paulo Cesar da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUZMÁN RAMIREZ, Alejandro; HERNÁNDEZ SAINZ, Kitziyah, M. La fragmentación urbana y la segregación social - una aproximación conceptual. **Legado**, Cidade do México, jul./dez. 2013, pp. 41-55.

LIMA, Juscelino G. **Dinâmicas urbanas em espaços sertanejos cearenses: novas configurações do urbano e ações imobiliárias em Sobral**. 2014. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – Sobral, 2014.

LOBODA, Carlos R. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR**. 2008. 352f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP.

MAGRINI, Maria Angélica de O. **Vidas em enclaves**. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. 2013. 488f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar**. Do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARQUES, Gabriela. O Programa Minha Casa Minha Vida e suas implicações na reestruturação das cidades médias e dos centros regionais: estudo de caso em Sobral, Ceará. **XVII ENANPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo, 2017, 19p. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%205/ST%205.5/ST%205.5-04.pdf.

MELAZZO, Everaldo S. Interações, combinações e sinergias: produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias brasileiras. In: SANFELIU, Carmen Bellet et al. (eds.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias. Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. pp. 373-396.

NASCIMENTO, Eduardo Alexandre. **A expansão do mercado imobiliário em Mossoró: acumulação capitalista e o aprofundamento das contradições socioespaciais**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise (Coord.). **La fragmentation en question: Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale?** Paris: L'Harmattan, 2002.

OLIVEIRA, Jionaldo P. de. **O desafio da moradia: a reprodução da habitação popular no espaço urbano de Mossoró (RN) na vigência do Estatuto da Cidade (2001 – 2011) e suas questões socioespaciais**. 2013. 280f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

O DIÁRIO. Sobral - Moradores do Residencial Nova Caiçara recebem novas unidades do Minha Casa Minha Vida. **O Diário**, 24 de nov. de 2015. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/zonanorte/sobral/sobral-moradores-do-residencial-nova-caicara-recebem-novas-unidades-do-minha-casa-minha-vida/7362>

PAQUOT, Thierry. Ville fragmentée ou urbain éparpillé? In: NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise (Coord.). **La fragmentation en question: Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale?** Paris: L'Harmattan, 2002, p. 111-117.

PEREIRA, Cláudio S. S. **A nova condição urbana: espaços comerciais e de consumo na reestruturação da cidade – Juazeiro do Norte/CE e Ribeirão Preto/SP**. Tese (Doutorado em

Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France. Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. **Perfiles Latinoamericanos**, Cidade do México, n.19, p. 33-56, dez. 2001.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France; PINEDA, Rodrigo. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. **Eure**, Santiago, vol. XXXIV, n.103, p. 73-92, dez. 2008.

QUEIROZ, Rodrigo José de Gois. **Política urbana e desigualdades socioespaciais em Mossoró**: uma investigação acerca das políticas de implantação da rede de esgotamento sanitário. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Mestrado Acadêmico em Geografia, Fortaleza, 2012.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **A expansão urbana de Mossoró**. Natal-RN: EDUFRN, 2005.

RODRIGUES, Arlete M. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, Pedro de A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. **A cidade contemporânea**: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013.

ROYER, Luciana de O. **Financeirização da política habitacional**: limites e perspectivas. (2009). 193f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Elizete O. Segregação ou fragmentação socioespacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino americanas. **Geotextos** (Online), v. 9, p. 41-70, 2013.

SHIMBO, Lúcia Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010. 359f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

SILVA, Henrique Alves da. **Transformações do planejamento urbano em cidades de porte médio e em cidades médias brasileiras**. (2013). 244f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2013.

SISHAB. Sistema de Gerenciamento da Habitação. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Acessado em 10 de mar. de 2020. Disponível em: <http://sishab.mdr.gov.br/>

SMOLKA, Martim O. Expulsando os pobres e redistribuindo os ricos: "dinâmica imobiliária" e segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro. **Anais do XV Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu-MG, 1991.

SMOLKA, Martim O. Mobilidade intra-urbana no Rio de Janeiro: da estratificação social à segregação residencial. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 97-114, 1992.

SOUZA, Marcelo L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

SPOSITO, Maria Encarnação B. *et al.* **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira**. Escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos. Presidente Prudente: Unesp, 2018 [Projeto Temático FAPESP].

SPOSITO, Maria Encarnação B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Tecnologia, Tese (Livre Docência), 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. **A cidade contemporânea**: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 61-93.

SPOSITO, Maria Encarnação B.; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades**. Insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A Aplicação do Conceito de Segregação Residencial ao Contexto Brasileiro na Longa Duração. **Cidades**, Presidente Prudente, 2004, v. 1, n. 2, p. 259-274.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas espaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana M. (Orgs.). **A cidade contemporânea**: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 17-37.

USO E OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DAS PRAÇAS NAS CIDADES PEQUENAS: O CASO DA PRAÇA JOSÉ ATAÍDE VASCONCELOS EM TIANGUÁ – CE

João Francisco Peixoto de Araújo
Analine Maria Martins Parente

INTRODUÇÃO

Os espaços públicos se destacam na paisagem urbana das cidades de grande, médio e pequeno porte. As praças são equipamentos urbanos que modificam a paisagem das cidades, assim como também desempenham diversos papéis sociais, culturais, desportivos, econômicos e ambientais.

Ao longo dos séculos as praças desempenharam diferentes papéis na sociedade. Na Grécia antiga, as Ágoras eram lugares de diálogo, aprendizado, cultura e lazer para a população, já que nas cidades helênicas o espaço de maior centralidade e fluxo de pessoas eram as praças.

Na Idade Média, as praças mantinham o papel cultural com apresentações artísticas, feiras e pronunciamentos feitos pela nobreza, mas a Idade das Trevas ficou marcada por outros eventos, como por exemplo, as execuções ocorridas em praças públicas.

Tais fatos estão relatados em livros, quadros e documentos que representam finalidades de maior relevância das praças na Europa. No entanto, no período renascentista e barroco, as praças obtiveram um novo conceito, a estética e o planejamento urbano levaram a ocupação dos equipamentos urbanos ao redor dos palácios e igrejas católicas, pois, com o declínio dos feudos advém uma nova vida urbana na Europa. Sua função não era mais meramente de lazer, mas também social com espaços destinados às artes, à vegetação, ao relaxamento e a contemplação.

Os aspectos das praças a partir do século XX são reformulados com conceitos modernos, assim seguindo a lógica do capitalismo, devido ao planejamento urbano e a construção em lugares estratégicos nas cidades. No Brasil, as praças são implantadas em espaços amplos, arborizados (devido ao clima tropical) e em vãos normalmente em frente de igrejas, assim fazem parte da cultura arquitetônica herdada dos imigrantes italianos, espanhóis e portugueses.

As cidades pequenas brasileiras em suas origens têm como a espinha dorsal a igreja matriz seguindo pela a Praça da Igreja, o espaço com o intuito de socialização da população, lazer e convivência pós-celebração religiosa. Nas cidades pequenas, os espaços de recreação alteram a paisagem e adquire um papel de centralidade na malha urbana da cidade. Para Nucci (2001) a função social está diretamente relacionada à oferta de espaços para lazer da população e encontra-se relacionada com as funções ambiental/ecológica e estética.

Há uma carência no acervo acadêmico sobre os estudos de praças em cidades pequenas, principalmente no campo geográfico, mas na área da arquitetura e urbanismo possuem amostragens de pesquisas relevantes sobre os espaços livres públicos em pequenos municípios.

Por isso, o objetivo principal deste trabalho é identificar o uso e as funções desempenhadas pelo espaço da Praça José Ataíde Vasconcelos em Tianguá – CE. Assim como também analisar os aspectos históricos, econômicos e sociais pertinentes à Praça da matriz; mapear os diferentes usos do espaço da Praça do Relógio; e averiguar o estado estrutural, a localização e os serviços de manutenção da Praça Matriz.

Para se atingir tais objetivos, o artigo se fundamenta em autores e discorrem ou contribuem com a temática como: Didi (2018), Léfèbvre (1986), Martins (2014), Marx (1980), Nucci (2001), Rovo (2016), Spósito (1991), Santos (1997), Santana (2010), Sobarzo (2009).

O objeto de pesquisa é a centralidade e as funções da Praça José Ataíde Vasconcelos na cidade de Tianguá - CE há 320 km de Fortaleza, localizada no Planalto da Ibiapaba localizada na Av. Pref. Jaques Nunes, e é adjacente a Catedral Sant'Ana no bairro do Centro de Tianguá. A praça em questão possui funções diferenciadas das demais do município tianguaense, pois, está localizada em uma área de grande fluxo de pessoas, em uma região com circuito de comércio expressivo tais como: as principais agências bancárias nas proximidades, mercados, lojas de varejo, prestação de serviços e farmácias.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Cidades pequenas e urbanização

O embasamento teórico da pesquisa partiu de três temáticas principais para o entendimento do objeto de estudo, como o espaço urbano, as cidades pequenas e as praças.

O autor Araújo (2012, p.134, apud LEFEBVRE 1986, p. 159) conceitua o urbano como “a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma”. O urbano é a junção de várias atividades realizadas em uma diferente sincronia tendo um espaço limitado e concentrado. Os pensamentos lefebvrianos são considerados os pilares para discussão sobre o urbano e a cidade, já que o autor discute as dinâmicas, as crises e as revoluções urbanas nos períodos mais importantes da história humana.

Conforme Lefebvre (1999, p.108) o urbano é diferenciado do rural pelo o acúmulo, a concentração e a aglomeração de pessoas ou mercadorias em um espaço que desempenha múltiplas funções simultaneamente, assim o espaço urbano torna-se um lugar caótico e veloz.

Amontoados de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variado, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o fenômeno urbano. (LEFEBVRE, 1999, p. 108).

Na visão de Carlos (2007) que corrobora com a ideia de Lefebvre (2008) diz que a produção do espaço urbano nada mais é que um confronto de interesses políticos, econômicos e sociais orientado pelo a lógica do capital. Os conflitos transformam o espaço urbano de acordo com a necessidade dos seus agentes, pois, o mercado influencia em qual direção vai crescer o espaço urbano.

O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esses conflitos serão orientados pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista. (CARLOS, 2007, p. 45 - 46).

O espaço urbano é um lugar efetivo, racional e se molda de acordo com o que o capital necessita, visto que, os laços efetivos são constantemente desconsiderados pelo fator econômico da produção do espaço.

Na percepção de Corrêa (1995, p. 1), o espaço urbano é um conjunto de diferentes usos da terra. O mesmo é um espaço fragmentado e articulado que se molda a necessidade dos seus agentes. Na realidade da cidade de Tianguá, os principais produtores do espaço urbano são o Estado e os promotores imobiliários.

A relação entre os agentes produtores do espaço urbano que articular o território da cidade, fracionando em áreas como: o centro da cidade, os centros comerciais e as áreas residenciais dentre outras, assim é definido como espaço urbano fragmentado.

O conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado (CORRÊA, 1995, p. 1)

De acordo com Spósito (2001, p. 85), o espaço urbano está ligado à densidade demográfica, as infraestruturas das cidades e os equipamentos públicos e privados, pois, a junção desses elementos formam tramas do espaço urbano originando uma pluralidade no território. Os agentes moldam o espaço urbano seguindo os planos dos grupos privados que dividem, sobrepõem, destroem e criam para se adequar seus propósitos em sistema multinucleado no espaço da cidade.

Utilizando a correlação com a realidade da cidade da Tianguá, dentre os agentes produtores do espaço urbano, o Estado é maior modelador do território, apesar da dinâmica econômica relevante na região através dos grupos privados.

O espaço urbano é considerando como conjunto complexo e variado de forças sociais e econômicas cujo arranjo se traduz na segregação interna das utilizações do solo (RACINE, 1996, p. 8). A heterogeneidade dos ideais do poder econômico e do estado propõe a variação do uso do solo, ocasionando uma disputa de atividades que desenvolvem ou retrocedem o espaço da cidade.

Dentro dessa perspectiva Santana (2010) afirma que:

a realidade do urbano nas pequenas cidades está atrelado profundamente às práticas sociais ainda relacionadas à natureza, nota-se falta de equipamentos e serviços públicos que interfere diretamente na qualidade de vida. Nas pequenas cidades brasileiras, a uma relação com natureza que está sempre em evidência na cultura local, porém, falta de ofertas de serviços públicos e de emprego causa o movimento de migração para cidade médias ou para grandes metrópoles (SANTANA, 2010, p. 14).

O não material transforma o espaço urbano através de valores, hábitos e tradições, pois, as práticas cotidianas constroem a entidade chamada de cidade em conjunto com as estruturas físicas.

Mas essas condições não estão apenas no plano da materialidade, pois o urbano também exige um sistema de valores e preceitos que ele mesmo vai tecendo em um processo de relações entre as pessoas, e destas com o seu entorno para além deste. O urbano se faz necessário à compreensão das condições materiais e não materiais que formam as práticas de vida nas cidades. (SANTANA, 2010, p.19).

Compreender o urbano é estudar a complexidade dos hábitos dos indivíduos e a estrutura física da cidade, e no contexto do objeto de estudo, a Praça da Matriz de Tianguá, observa-se a relação da população com o espaço de forma afetiva, visto que, há existência do sistema de valores locais com o a estrutura material da praça.

Conforme dito Sobarzo (2010, p. 362) fala que o município é a materialidade física que constitui as paisagens urbanas e das cidades, é também os movimentos, dinâmicas e problemas no espaço da cidade. É a relação entre físico e abstrato que formam o município, pois, as estruturas urbanas e as questões cotidianas urbanas adaptam-se ao espaço e suas imposições, assim a paisagem da cidade é composta por uma junção de fatores físicos e não físicos.

Assim, a cidade é um núcleo concentrado e durável de grande fluxo de indivíduos diferentes, onde os mesmos convivem em um espaço turbulento e acelerado. A heterogenia dos indivíduos existente na cidade é oriunda da divisão de classes sociais e principalmente da divisão de renda, porém, é inevitável a interação entre os habitantes em um espaço aglomerado, reduzido e dinâmico.

Corrêa (2011, p. 06) afirma que “a pequena cidade é, assim, antes de tudo um núcleo dotado da função de sede municipal”. Adentrando a outras literaturas que conceituam pequenas cidades, Santos (1979) denominou-a como cidade local, um agrupamento, onde nele seria possível resolver as necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, envolvendo relações entre esses indivíduos.

Segundo Maia (2010, p.18) o conceito de cidade pequena pode ser delegado ao seu tamanho, ligado à análise das redes e hierarquias urbanas ou até mesmo o contingente populacional de 20 mil habitantes. A mesma também fala sobre cidades médias, que seria de dimensões intermediárias referentes às cidades pequenas e às grandes cidades. Da mesma forma, que cidade pequena seria o oposto de cidade grande.

Partindo desses conceitos de cidades pequenas, nota-se que mesmo elas tendo um porte pequeno, possuem dinâmicas urbanas, que compreendem às condições vitais mínimas, onde as ações do poder público são menos expressivas, fomentando aos contrastes urbanos existentes, como problemas sócio espaciais, destacando-se: fragilidade econômica, o desemprego, a falta de segurança e a ausência de infraestrutura urbana suficiente para atender a demanda local.

Diante de tantos problemas contidos, e suas complexidades, mostram o quanto às pequenas cidades necessita de estudos que fomentem à melhores medidas tomadas, considerando-a seu estudo, de suma importância.

O olhar para as pequenas cidades não está isolado do restante da rede urbana. Ao contrário, procura-se compreender as dinâmicas destas localidades em interação, em movimento, consoante a apreensão de uma realidade que considere os demais centros urbanos e fluxos humanos existentes entre eles (ENDLICH, 2006, p 29).

As cidades pequenas não devem ser pesquisadas de forma isolada, ela deve ser inserida na rede urbana, visto que, a sua localidade possui interações, dinâmicas e fluxos de pessoas com outras cidades.

Há diversas estruturas que dinamizam o espaço urbano da cidade pequena, dentre elas destacam-se as feiras livres, as igrejas e as praças. O espaço da praça é utilizado para diferentes fins e atividades sociais, como por exemplo, o lazer, as feiras populares, elementos que alteram a dinâmica no seu entorno.

Segundo Marx (1980) as praças coloniais se desenvolveram no entorno das igrejas, e se constituíam como “logradouro público por excelência, a praça deve sua existência, sobretudo, aos adros das nossas igrejas”. A partir da praça, surgiram os principais prédios da cidade: comerciais melhores moradias e prédios públicos. Eram os espaços mais nobres das cidades e representavam o poder, o prestígio da nobreza, aonde ocorriam as mais diversas atividades, religiosa, lazer e comercial. Dentre as principais funções se destacam: o convívio social, uso religioso, militar, comércio e feiras, circulação e recreação.

A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios; acolhia os seus frequentadores. (MARX, 1980, p. 19).

A praça é vista por uma parte relevante da população como apenas um lugar de recreação para as crianças ou de descanso para idosos, mas na verdade ela exerce muitas outras funções e gera benefícios como propiciar uma interação entre o homem e a natureza; exercer função recreativa (NUCCI, 1998).

Segundo Rovo et al. (2016) discorre que:

A praça de pequena cidade apresenta uma maior apropriação por parte da população, principalmente pelas funções que desempenha dentre elas, destacamos a social, já que se diferencia de uma praça de grande cidade, pois a grande cidade sempre possui muitas praças e com diferentes usos e funções. Numa pequena cidade a praça geralmente encontra encontro da população principalmente dos finais de semana, é também no entorno da que se concentram as principais atividades comerciais e na maioria das vezes ali estão instalados os órgãos públicos municipais, dessa forma é ponto de referência para toda a população. (ROVO, et al. 2016.).

A Praça José Ataíde Vasconcelos tem grande relevância dentro da malha urbana de Tianguá, pois, seu espaço é utilizado de diferentes formas, elementos que serão discutidos no próximo tópico.

A PRAÇA DA MATRIZ NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

No início da década de 1950, a juventude tianguaense se reuniu sob a liderança de Maroquinha Cunha para construir uma praça em frente igreja de Sant'Ana. O intuito da construção da pracinha era que os fiéis assistissem as celebrações religiosas sentadas nos bancos, além de ser um local para festivais que ocorria na cidade, aos redores da Igreja Matriz (Didi, 2018).

Figura 1- Praça Matriz de Tianguá - CE, 1950.



Fonte: DIDI, 2018.

Ao redor da praça matriz existiam vários casarões que pertenciam as autoridades políticas da cidade como: Monsenhor Aguiar e João Batista Leal, os casarões possuíam uma arquitetura eclética, misto do clássico com o barroco português. Em 1964 na gestão do prefeito Neném Virgílio é inaugurado o monumento da coluna da hora (ver figura 2), nas décadas seguintes ocorreram três reformas que mudaram o estilo e a estrutura da Praça da Matriz. Os casarões deram lugar para pontos comerciais, casas menores e ruas, assim se adequando as necessidades dos produtores do espaço urbano.

Segundo uma das entrevistadas, na década de 1970, existia uma segregação de classe na cidade e no espaço da praça ficava plenamente visível. A praça possuía uma parte mais elevada que era ocupada pela elite da população do município e na área mais baixa ficava população menos abastada, essa segregação diminuiu decorrente de uma reforma em 1981, a praça passa a possuir uma estrutura.

A Praça José Ataíde Vasconcelos recebeu sua atual nomenclatura no dia 30 de Julho de 1990, na gestão do prefeito Gilberto Moita após uma grande reforma e a construção de um calçadão adjunto a praça para a comemoração do centenário da cidade de Tianguá. A festa aconteceu na praça recém-reformada e nos seus arredores, segundo os relatos dos moradores antigos, cerca de quinze mil pessoas comemoram o centenário da cidade no espaço da praça. Ressalta-se que, ocorreram outras reformas, porém, não possui informações relevantes sobre esses acontecimentos.

Na área central de Tianguá, as ofertas de serviços e consumo na Praça Matriz e em seu entorno variam entre roupas e acessórios, alimentação, saúde, comércio informal e prestação de serviços. Contudo, é diferenciada a dinâmica comercial no espaço em si, visto que, a inter-relação entre todas as atividades econômicas simultaneamente ocorrem em um local limitado. Assim as atividades comerciais se mesclam formando o circuito econômico mais relevante de Tianguá. As principais atividades econômicas são: a Loteria Central, o Ponto de Topiques Tianguá/Sobral, a Barbara Cabelereira, a Lanchonete AGB, a Farmácia Pague Menos, a Bel Joia e os Feirantes.

O espaço da praça matriz possui uma dinâmica econômica diversificada, visto que, comércio informal se entrelaça com as atividades formais. Destacam-se os ambulantes que vendem bijuterias e plantas ornamentais. Porém, a maior dinâmica é a feira do centro, que ocorre no sábado pela manhã, tal atividade se estende além do espaço da Praça.

Segundo o site da prefeitura de Tianguá no espaço da Praça José Ataíde Vasconcelos possui mais de trinta barracas de feirantes comercializando diversos produtos, mas com o predomínio da moda feminina. Contudo, há existência de conflitos sobre o posicionamento das barracas no espaço da praça, pois, os locais com maior fluxo de pessoas são reservados para os feirantes mais antigos que estão trabalhando na feira há de dez anos que sobrevivem apenas da renda de feira, o outro lado é reservado para os que usam à feira como complemento da renda familiar.

A feira em questão está espacialmente dividida nos seguintes setores: moda e acessórios, localizados na área da Praça do Relógio e nos arredores, enquanto a outra parte corresponde a gêneros alimentícios, acessórios para o lar e prestação de serviços. A feira se expande além da praça um quarteirão abaixo, visto que, o setor de alimentação está voltado para vendas de frutas, verduras e carnes. Os acessórios para lar, os principais produtos são panelas, carvão, fogareiros e artesanatos. A prestação de serviços destaca-se os consertos de panelas e confecções das mesmas, pois a população leva panelas antigas para serem derretidas, e logo após esse processo as mesmas dão origem a uma nova panela.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se desenvolveu em três etapas: a primeira voltada à pesquisa bibliográfica sobre assunto, como pesquisas no site da Prefeitura Municipal de Tianguá, em artigos e livros. Em seguida foi realizado um levantamento nas publicações locais sobre o histórico da praça do relógio, registros fotográficos longevos, confecção do questionário quantitativo/qualitativo, assim como visitas à Biblioteca Municipal de Tianguá, Casa da Memória de Tianguá e acesso ao acervo dos historiadores locais.

O questionário quantitativo teve o objetivo de compreender como os entrevistados utilizam o espaço da praça matriz, a frequência e o tempo usufruindo no espaço da praça. O questionário qualitativo foi baseado na avaliação de Praça no Brasil de Angelis et al. (2004), assim sendo adequado para analisar a qualidade da infraestrutura da Praça José Ataíde Vasconcelos.

Foram realizadas idas a campo durante sete dias da semana para realizar registros fotográficos, entrevistas informais e aplicação de questionários com os moradores mais antigos. A produção de um mapa de localização do objeto de estudo. A terceira etapa foi à tabulação dos dados dos questionários, oriundo dos mesmos a criação de gráfico e quadros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A praça matriz de Tianguá é vista como um dos pontos de lazer da cidade, e a concentração de pessoas nesse local fica acima da média durante as festas religiosas e as festas de fim de ano. Ao estudar a Praça José Ataíde Vasconcelos percebe-se a relação afetiva da população com o espaço, tendo em vista todos os seus usos.

O mapa expõe os diferentes usos do espaço da Praça do Relógio como a feira do centro, o uso religioso e uso cotidiano. Destaca-se que a utilização do local da praça para a realização da feira do centro aos sábados, concentra mais de 30 barracas de moda, o mapa apresenta a imagem de uma das celebrações religiosas que ocorrem todos os anos na cidade de Tianguá, isto é, as novenas de Sant'Ana, a imagem apresenta os festejos que aconteceram entre os dias 16/07 a 26/07. Já como uso cotidiano o mapa evidencia o espaço da praça como lugar de passagem, lazer e comércio. O alto fluxo de pessoas é justificando pelas vias que a praça está localizada, pois, a Avenida Prefeito Jaques Nunes é a principal rua da cidade e a Rua Prefeito Joaquim Florêncio é uma via de ligação para o bairro do Polo de lazer e para o bairro do Campo do Laurão. A catedral de Sant'Ana influencia diretamente na alta circulação da população

Contudo, a percepção dos vinte entrevistados sobre a praça matriz de Tianguá é diversificada, visto que o uso do espaço muda conforme o dia da semana. Assim sendo, o questionário qualitativo foi aplicado para trinta pessoas em diferentes turnos e dias da semana, com base na obra Angelis et al (2004) que analisa a assimilação da população sobre a qualidade das estruturas da Praça José Ataíde Vasconcelos.

Por meio dos resultados das entrevistas os participantes da pesquisa consideram a praça como uma estrutura com qualidade média regular/bom, porém, nenhum dos itens do questionário foi assinalado com escore ótimo, visto que, há uma carência de melhoria em todos os requisitos analisados no espaço da praça. Destaca-se que os itens iluminação e bancos públicos foram os únicos considerados como ruins.

Além disso, um dos princípios para se analisar uma praça é a sua relação com o meio ambiente, e na pesquisa em questão esse item foi assinalado como bom conforto térmico, pois, existe uma considerável quantidade de vegetação em lugares estratégicos da praça. Contudo, vale ressaltar a concepção da população tianguaense sobre o lazer, visto que no imaginário da maioria dos entrevistados a praça em si não é considerada um lugar de lazer, pois falta algo atrativo para aumentar a regularidade do fluxo no espaço público.

Como a praça e sua dinâmica foram mutáveis durante a história, foi realizada uma entrevista com uma moradora que reside na cidade há mais de setenta anos, e na pesquisa a mesma falou um pouco sobre o sentimento dela sobre a Praça José Ataíde Vasconcelos.

A praça do relógio é a parte mais viva da cidade de Tianguá, nela era o principal espaço público para comemorar as festas religiosas, o aniversário da cidade, as vitórias do time de futebol da

cidade. O comércio se descava através de pequenos empreendimentos e feiras no fim de semana tanto na praça como nos arredores entre os casarões da elite do município. (ENTREVISTADA 1, 2019).

A entrevistada abordou o assunto sobre a feira do centro da cidade e como ela se deslocou por causa das decisões da prefeitura, mas sempre retornava à praça do relógio por hábito da população. Segundo relatos da Entrevistada 1, a feira era menor que a atual, porém com uma maior oferta de produtos e serviços como: vendas de verduras, animais, acessórios para o lar e roupas, visto que, era apenas realizada no espaço da praça, o que se difere da paisagem atual, com barracas que comercializam apenas confecções.

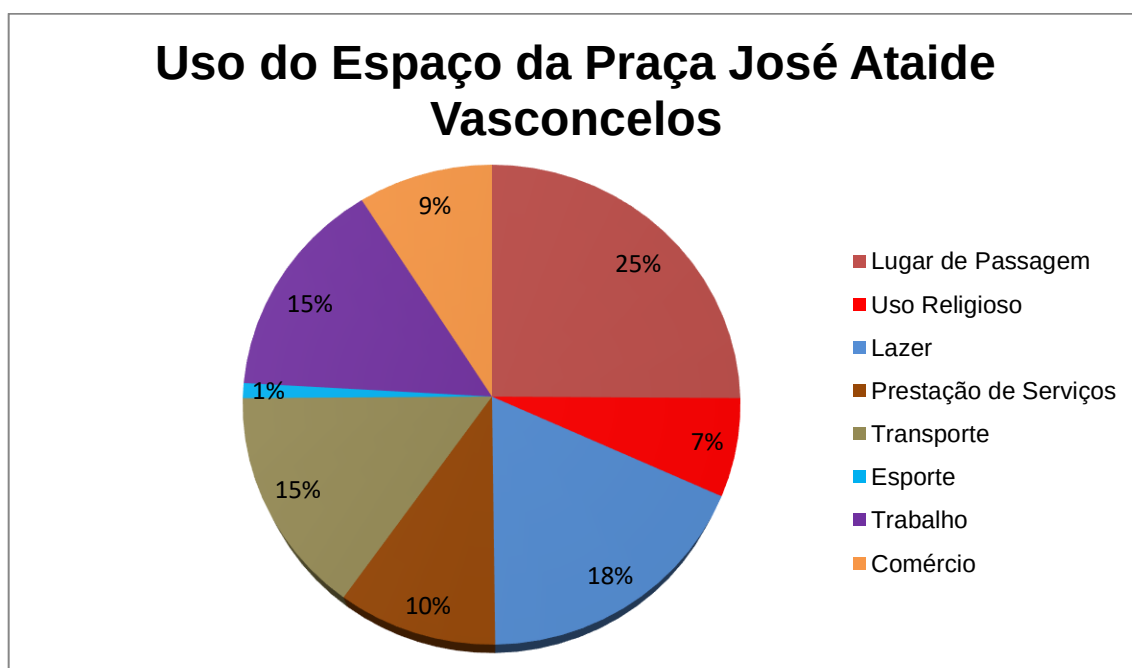
A Entrevistada 1 cita a relação da Praça José Ataíde Vasconcelos com a Catedral Sant'Ana. Destacando que a celebração religiosa interliga os dois espaços, visto que a população assiste a missa da praça, por conta que a igreja não comporta todas as pessoas ali presentes, principalmente no período dos festejos dos Padroeiros locais, Sant'Ana e São Francisco.

Período das novenas à praça ficava em festa, com barracas de comidas típicas, bingo e bazares para ajudar a igreja de Tianguá. O número de fiéis era alto quase não cabia entre o espaço da igreja a praça do relógio, porém com tempo o espaço da praça passou a ser apenas para assistir as celebrações, pois, as barracas de comidas e bazares ficam ao lado direito da catedral (ENTREVISTADA 1, 2019).

Ressalta-se que a população de Tianguá tem um grande afeto com a Praça José Ataíde Vasconcelos, por ser um lugar histórico, de cultura e lazer para a história da cidade.

Posteriormente, foi aplicado um questionário quantitativo para se obter mais informações sobre o principal uso do espaço da praça. Sendo assim, trinta pessoas foram submetidas ao questionário em dias variados da semana, e os entrevistados escolhidos frequentam a praça entre uma ou duas vezes na semana, principalmente, nos períodos da manhã e da noite.

Gráfico 1- Principais usos da Praça José Ataíde Vasconcelos.



Fontes: Arquivo Pessoal, 2019.

Dessa maneira, o uso da praça (para a maioria dos entrevistados) é apenas como lugar de passagem, considerando que a mesma está localizada em uma área com grandes fluxos de pessoas. Além disso, próximo à praça tem-se a igreja matriz, serviços especializados, lojas de varejo e agências bancárias. Em contrapartida, o uso da praça menos assinalado foi o que considera o esporte, visto que a praça não possui nenhuma estrutura voltada para esse tipo de atividade, assim o único esporte praticado na área da praça é o *parkour*, pois este utiliza as construções urbanas como obstáculos.

O transporte e trabalho obtiveram o mesmo número de respostas, pois, nos arredores da praça concentra-se o ponto dos mototaxistas e também a parada das topiques Tianguá/Sobral. No entanto, o uso da praça para o trabalho foi assinalado apenas pelos comerciantes das lojas e pelos feirantes, considerando que esse último utiliza a praça apenas aos sábados.

Contudo, mesmo que a população considere a praça como espaço de lazer não tão efetivo, ainda assim é um lugar de lazer, principalmente no período noturno aos fins de semana. Bem como, o uso religioso do espaço da praça, especialmente aos domingos no período da manhã pelos evangélicos e noite pelos católicos.

Deste modo a praça se configura como uma estrutura presente no espaço urbano de Tianguá, ao longo da história ela se moldou as necessidades da população e seus diferentes usos, mas não deixa de ser um patrimônio para os que a conhecem. Porém, o Estado e os poderes políticos precisam definir quais os usos e funções tem a maior importância dentro da realidade urbana de Tianguá, assim deixando as considerações da população em segundo plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços públicos livres, mais precisamente as praças que são em sua essência para o lazer da população ao longo da história humana, assim com o desenvolvimento urbano adquiriram novas funções sociais que lhe destaca dentro das cidades contemporâneas.

Os habitantes das cidades pequenas brasileiras possuem uma relação afetiva com as praças, por ter momentos importantes no decorrer da vida e esse espaço possui uma variedade de funções sociais e ambientais. Um lugar com uma estrutura simples em pequenas cidades, mas que possui uma dinâmica urbana mesclada, em contrapartida nas cidades médias e metrópoles possuem inúmeras praças com poucas diversidades.

Os estudos sobre as praças em cidades pequenas no campo da Geografia são escassos, entretanto as praças transformam o espaço urbano ao seu redor nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. As pesquisas sobre as praças, principalmente as matrizes são relevantes para compreender como se organiza o espaço urbano de uma cidade pequena e como seu espaço exerce várias funções sociais dentro da malha urbana.

A Praça José de Ataíde Vasconcelos é uma parte significativa na história do município de Tianguá, pois seu espaço é utilizado de diferentes formas pelo o estado e a população tianguaense. A escassez de informações sobre o histórico da praça, sobre as reformas e as ações realizadas pelo poder público, foram os principais empecilhos durante a pesquisa.

A qualidade da estrutura da praça é considerando Bom/ Regular pelos os entrevistados, visto que, há aspectos para melhorar como a iluminação e os bancos. Os principais usos do espaço da Praça do Relógio apresentados através dos resultados da pesquisa mostram pela a interpretação dos entrevistados que a praça tem em sua síntese, diversas funções sociais como: um lugar de passagem, lazer, transporte, trabalho, prestação de serviços, comercial, uso

religioso e esporte. Assim, é possível entender as funções realizadas no espaço da praça como a influência na dinâmica urbana da cidade Tianguá.

No entanto, o espaço da Praça José de Ataíde Vasconcelos é formado pelo um conjunto de dinâmicas e atividades que se delineia pelo dia da semana e horário que o espaço é utilizado. Um lugar com a gênese pela união da população da cidade, um local de lazer entre inúmeros casarões nos anos sessenta e um espaço diversificado de atividades no presente. Se governo municipal compreende se, o papel de centralidade exercida pela a praça matriz, o mesmo desenvolveria ações sociais e culturais para uma maior frequência e utilização do espaço.

Contudo, existem limitações e deficiências nas estruturas da mesma, assim é de responsabilidade do poder público em zelar e manter a ordem nos espaços públicos. No momento atual existem inúmeras praças em Tianguá, mas praça do relógio é mais memorável por parte da população, consistirá em uso do espaço para consumo, lugar de passagem, religioso ou para lazer.

É de fundamental importância compreender os papéis sociais das praças em cidades pequenas, pois é um equipamento urbano que muda a dinâmica e rotina da população. Compreender uso e ocupação desses espaços é uma área de pesquisa promissora no campo geográfico, visto que, a relação da efetividade dos habitantes e as atividades realizadas nesses locais produzem e reproduzem uma agitação urbana em cidades pequenas.

REFERÊNCIAS

ANGELIS, Bruno L.D. de. CASTRO, Rosana M. de. NETO, Generoso de. **Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil.** Departamento de Agronomia da Universidade Estadual de Maringá, Brasil.2004.p.57-70.

ARAUJO, James Amorim. **Sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº31, pp. 133 - 142, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** ed.1ª reimpressão, São Paulo: Contexto,2007 .(Repensando a geografia).

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** Rio de Janeiro: Ática, 1995.

CORRÊA, Roberto. Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011.

DIDI, Amauri, **Tianguá: cidade da gente: estudos regionais.** Didáticos Editora, Fortaleza, 2018.

ENDLICH, Angela Maria. - **“Pequenas Cidades e Utopia”.** XIV Colóquio nacional de **Geocrítica**, Barcelona. 2-7, mai. 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do nordeste: conferência de abertura. In: LOPES Diva Maria Ferlin, HENRIQUE Wendel. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEI. 2010 p.13-37.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1980.

MARTINS.G.A.F. et al. **A Função das Praças Públicas no Meio Ambiente Urbano: O caso da Praça Esportiva Belmar Fidalgo de Campo Grande** – MSFIEP BULLETIN - Volume 84- Edição Especial- ARTICLE II – 2014.

NUCCI, J.C., CAVALHEIRO, F. **Espaços Livres e Qualidade de Vida Urbana**. Paisagem e Ambiente. São Paulo n: 11 p. 277 288 dez. 1998.

NUCCI, J.C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**. São Paulo: Humanistas/FFLCH-USP, 2001.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"O que é Espaço Urbano?"**. Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-espaco-urbano.htm>>. Acesso em 14 de maio de 2019.

RACINE, Jean Bernard. Entre paradigma e critiques e visions humanistes In: Penser la ville : théories et modeles. DERYKE. PIERRE Henri; HURIOT, Jean Marie; PUMAIN, Denise. **Penser la ville : théories et modeles**. Paris Anthropos, 1996.

ROVO. M.C.; HAHN. F.A; RÉ. T.M. **A Praça como Objeto de Estudo de uma Pequena Cidade**. **Fronteiras**: Revista de História | Dourados, MS | v. 18 | n. 31 | p. 431 - 456 | Jan. / Jun. 2016.

SANTANA, Antônia. N.C. O urbano no semiárido: pequenas cidades do Ceará em discurso. In: JÚNIOR, Martha Maria, FREITAS, Nilson Almino de, HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de. **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco**. UFCE/UVA. Sobral, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço Técnica e Tempo Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec 2ª edição, 1997.

SOBARZO, Oscar. **Reflexões sobre a cidade e o urbano: o atual como produto do processo de construção da Geografia Urbana**. Cidades, Presidente Prudente v. 10, p. 359-379, 2010.

SPÓSITO, M. E. B. **O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade Urbana**. Revista de Geografia, São Paulo, v. 10, p. 1-18, 1991.

TIANGUA, Prefeitura de. **Cultura, Lazer e Entretenimento**. <<https://www.tiangua.ce.gov.br/turismo.php?desc=pra%C3%A7a+do+relogio&cat=102>>. Acesso 01 de agosto 2019.

TIANGUA. **Lei Municipal Nº 001/14, TÍTULO VII, CAPÍTULO I DA POLÍTICA URBANA**; art. 201, de oito de fevereiro de 2014. A Lei Fundamental do Município de Tianguá. Tianguá, 2014. Disponível em: <<https://camaratiangua.ce.gov.br/doc/LeiOrganica.pdf>>. Acesso 11 de maio 2019.